



Geografia da Educação Brasileira

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais **INEP**

Ministério da Educação - MEC
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep

Geografia da Educação Brasileira

Brasília, 2000

Tiragem: 2.000 exemplares

Endereço:

MEC Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexos I e II, 4º andar

Cep 70047-900 Brasília-DF

e-mail: cibec@inep.gov.br

Esta publicação encontra-se disponível, também, em *CD ROM* e no *Site*: <http://www.inep.gov.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.

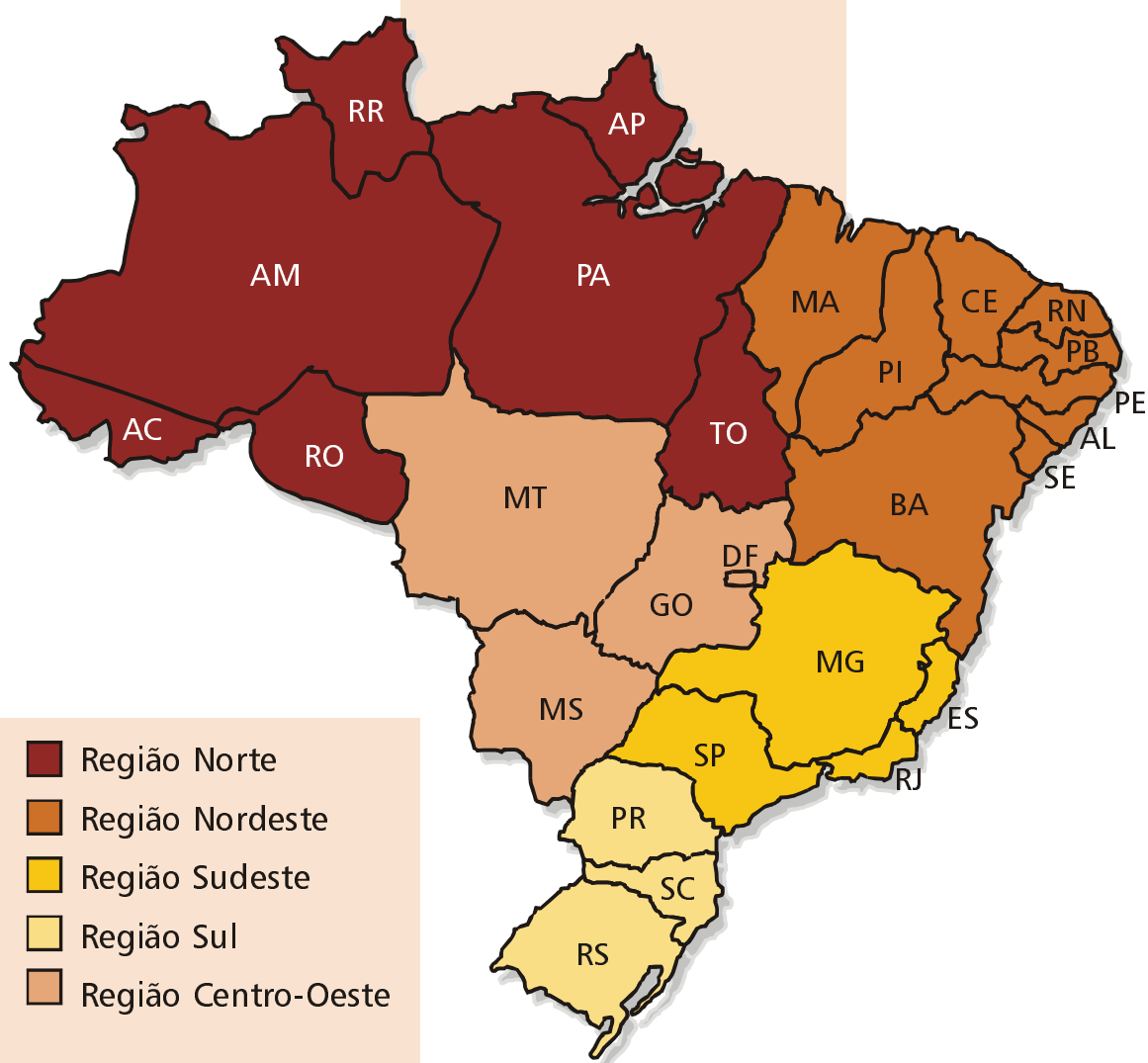
Geografia da Educação Brasileira / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. – Brasília : O Instituto, 2000.

144 p. : il. tab.

1. Sistema educacional – Brasil. 2. Indicadores educacionais. I. Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais – Seec. II. Título.

CDU 371.4

Divisão Político-Administrativa do Brasil



Sumário

Apresentação	7
---------------------	----------

Introdução	9
-------------------	----------

Contexto Sociodemográfico

1 – Índice de Desenvolvimento Humano	20
2 – Distribuição Espacial da População	24
3 – População em Idade Escolar	28
4 – Taxa de Analfabetismo	32
5 – Nível de Instrução da População	36

Condições de Oferta

6 – Alunos Atendidos por Tamanho da Escola	42
7 – Número Médio de Alunos por Turma	46
8 – Número Médio de Horas-aula Diária	50
9 – Qualificação dos Docentes	54
10 – Salário Médio dos Docentes	58
11 – Recursos Disponíveis na Escola	62

Acesso e Participação

12 – Taxas de Escolarização e Atendimento	68
13 – Distribuição da Matrícula por Sexo	72

Eficiência e Rendimento Escolar

14 – Taxas de Rendimento Escolar	78
15 – Taxas de Distorção Idade-série	82
16 – Taxas de Transição de Fluxo Escolar	86
17 – Eficiência do Fluxo Escolar	90
18 – Expectativa de Conclusão	36

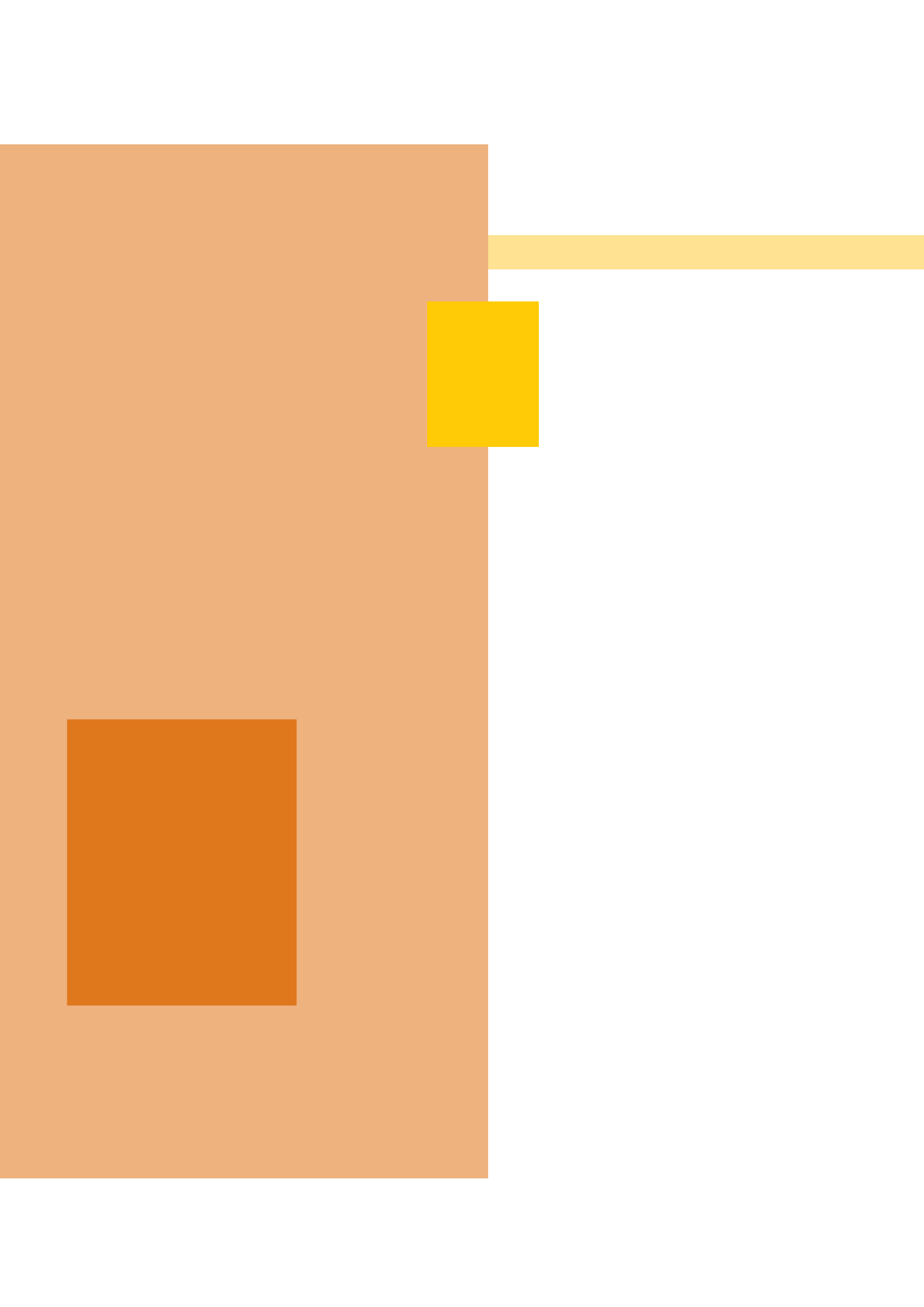
Desempenho Escolar

19 – Desempenho em Língua Portuguesa	100
20 – Desempenho em Matemática	106

Financiamento da Educação

21 – Gasto Público com Educação em Relação ao PIB	114
22 – Gasto Público em Educação em Relação ao Gasto Total	116
23 – Gasto Aluno/Ano	118

A Educação Brasileira no Contexto Internacional 122





Apresentação

O desenvolvimento de indicadores que contribuam para o conhecimento da realidade educacional do país é uma necessidade permanente. Ainda mais quando o caminho trilhado pelo governo e a sociedade é um só: o da melhoria da qualidade da educação.

As avaliações e levantamentos estatísticos produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) têm mostrado com clareza a situação do sistema educacional. Com os resultados, é possível obter informações técnicas e gerenciais que permitem não só acompanhar, mas planejar e desenvolver políticas mais eficazes para melhorar as condições de ensino.

O Brasil possui, atualmente, um sistema de informações educacionais transparente, disponibilizando para educadores e pesquisadores e ao público em geral todos os resultados das avaliações e levantamentos estatísticos. Mas, apesar de toda a publicidade dada a esses indicadores nos últimos anos, nenhuma publicação havia reunido até agora todas as informações produzidas.

Foi com este objetivo que o Inep idealizou a **Geografia da Educação Brasileira**, publicação que reúne os principais indicadores educacionais do país, por regiões geográficas e unidades da federação. Trata-se de uma publicação que deverá assumir, a partir de agora, caráter permanente, voltando-se para a divulgação de séries estatísticas sobre a realidade do ensino.

Geografia da Educação Brasileira inova ao apresentar indicadores com a devida definição, fórmula de cálculo, fonte de dados e esclarecimentos metodológicos, além de uma análise sobre o seu comportamento numa linguagem acessível aos que não dominam as técnicas estatísticas.

Para permitir uma leitura mais clara, essas análises são acompanhadas de gráficos e mapas. Para aqueles que queiram conhecer os números que originaram estes gráficos e mapas são apresentadas em CD-Rom as tabelas com os indicadores aqui publicados.

Esta publicação tornou-se viável com a participação de todos os envolvidos no processo de produção dos indicadores aqui reunidos. Desde o diretor de escola que preencheu o questionário do Censo Escolar até as equipes técnicas das secretarias estaduais e municipais encarregadas de fazer o processamento dos dados.

Não poderíamos deixar de agradecer ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e ao Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), pelo fornecimento das informações sobre as mudanças na dinâmica demográfica, escolarização e finanças da educação. Agradecemos ainda – e de forma especial – à equipe da Diretoria de Informações e Estatísticas Educacionais (SEEC), do Inep, que trabalhou atentamente na sistematização dos dados aqui apresentados.

A educação é, hoje, a prioridade número um da sociedade brasileira. Por isso, esperamos que esta publicação venha a se transformar num instrumento efetivo de democratização das informações, ajudando a ampliar a visão sobre o sistema educacional e dando suporte à elaboração de estudos e implantação de programas que possam elevar a qualidade do ensino.

The image features a large, light orange rectangular area on the right side. A horizontal yellow bar extends from the left edge of the image, overlapping the top of the orange area. On the left side of the orange area, there are two overlapping squares: a dark red one on top and an orange one below it. In the bottom right corner of the orange area, there is a yellow square. The word "Introdução" is written in a dark red serif font, centered within the orange area.

Introdução

Os 23 indicadores reunidos nesta primeira edição de **Geografia da Educação Brasileira** oferecem uma visão abrangente sobre a realidade educacional do País. Para facilitar a leitura e a compreensão, eles foram divididos em seis blocos: Contexto Sociodemográfico; Condições de Oferta; Acesso e Participação; Eficiência e Rendimento Escolar; Desempenho Escolar e Financiamento da Educação.

Esta divisão em blocos permite associar os fatores que influenciam direta ou indiretamente a educação. Cada bloco reúne um conjunto de indicadores que procura responder às seguintes indagações sobre a performance da educação brasileira: em que contexto social se desenvolve o processo educacional? O que as escolas oferecem aos seus alunos? Quem tem acesso à educação? Como os alunos evoluem dentro do sistema? O que os alunos são capazes de aprender e qual é o seu desempenho escolar? Quanto se gasta e quem financia a educação?

O primeiro bloco fornece elementos para entender os aspectos sociais, econômicos e demográficos que interagem com as variáveis educacionais. Analisa-se a evolução do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por regiões e unidades da federação. Neste primeiro bloco, mostra-se também a evolução das taxas de analfabetismo, as alterações ocorridas nos níveis de escolarização e as mudanças na estrutura etária da população em idade escolar, que permitem configurar a demanda por vagas em creches, pré-escolas, ensino fundamental, médio e superior.

O segundo bloco reúne indicadores que mostram as condições de atendimento oferecidas pelos sistemas de ensino, abrangendo, entre outros tópicos, a infra-estrutura física das escolas, situação salarial e qualificação dos recursos humanos disponíveis.

No terceiro bloco, apresenta-se uma análise sobre a expansão da cobertura escolar e a ascensão educacional das mulheres. A leitura dos números revela que o Brasil já está perto de universalizar o acesso das crianças entre 7 e 14 anos ao ensino fundamental e que as diferenças de gênero se invertem: são as mulheres que superam os homens em níveis de escolarização.

Os indicadores do quarto bloco enfocam a produtividade dos sistemas de ensino. O objetivo destes indicadores é analisar não apenas a eficiência das redes de ensino, mas as variações de fluxo escolar. O bloco seguinte analisa os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, o Saeb, que afere o desempenho dos alunos e a qualidade e efetividade do ensino ministrado. Para tanto, desenvolveu-se uma metodologia específica para comparar o desempenho dos alunos no Saeb de 1995 e no de 1997 nas disciplinas de língua portuguesa e matemática, por regiões e unidades da federação.

Por fim, no sexto bloco, que trata do financiamento da educação, são explicitados os critérios utilizados para apurar as despesas públicas com educação, analisando gasto público com educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o gasto por aluno/ano e o gasto público com educação comparado ao total de gastos do setor público.

Nas próximas edições de **Geografia da Educação Brasileira**, os indicadores aqui apresentados poderão ser ampliados, inclusive com dados do ensino superior, ou modificados, dependendo da sua aceitação e utilização.

O sistema educacional brasileiro

O ensino público e gratuito é uma das características marcantes do sistema educacional brasileiro. A gratuidade do ensino é uma conquista antiga. Este direito já estava previsto desde a Constituição de 1824, embora a educação estivesse ao alcance de uma pequena parcela da população.

O conceito de educação universal e gratuita, no entanto, só passou a ter um significado mais concreto a partir da Constituição Federal de 1988, que não só preservou como ampliou esta conquista. Diz o artigo 205 do texto constitucional: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A Constituição de 1988 foi o ponto de partida para o reordenamento legal e institucional do sistema educacional brasileiro. Um feito marcante para a educação foi a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, em 1996. Outro marco importante foi a aprovação da Emenda Constitucional nº 14, que criou Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e alterou a Constituição, estabelecendo com clareza as responsabilidades dos governos federal, estaduais e municipais pela manutenção e desenvolvimento do ensino. O regime de colaboração entre os três níveis governamentais é, portanto, outro princípio com o qual a educação brasileira se identifica.

As competências dos três níveis de governo ficaram assim divididas:

- o governo federal é responsável pela manutenção das instituições federais de ensino superior e exerce papel regulatório e complementar nos demais níveis de ensino;
- os governos estaduais compartilham com os municípios a responsabilidade de oferta do ensino fundamental e do ensino médio;
- e os governos municipais oferecem com prioridade o ensino fundamental e a educação infantil, abrangendo o atendimento em creches para crianças de até 3 anos de idade e em pré-escolas, para crianças na faixa etária entre 4 e 6 anos.

Por um princípio histórico e constitucional, portanto, o sistema educacional do País é predominantemente público. O Brasil possuía, em 1998, 51 milhões de alunos matriculados na educação básica, incluindo todos os níveis (infantil, fundamental e médio) e modalidades de ensino (regular, especial e educação de jovens e adultos). As escolas do setor público, mantidas pelas três esferas de governo (estadual, federal e municipal), atendiam a 44,5 milhões de alunos, ou seja, a 87% do total.

A soma de toda a população que frequenta a escola, incluindo a educação profissional e o nível superior, ultrapassa 55 milhões. Este contingente de alunos é o quarto maior do mundo, atrás somente de países mais populosos, como China, Índia e Estados Unidos.

Trata-se de um sistema gigantesco. E complexo. Devido à sua natureza extremamente descentralizada e à ampla autonomia de todos os entes federativos, assegurada pela Constituição Federal de 1988, o Brasil tem hoje 26 sistemas estaduais e 5.507 sistemas municipais de ensino, além do sistema educacional do Distrito Federal. Estas características do sistema educacional estão diretamente relacionadas ao modelo de organização política-administrativa do País.

■ Além disso, qualquer análise da educação brasileira e das políticas educacionais deve considerar três características fundamentais do sistema:

■ o perfil acentuadamente descentralizado da educação básica – constituída pela educação infantil (0 aos 6 anos) ensino fundamental (7 aos 14 anos) e ensino médio (15 aos 17 anos) – que se desenvolveu, historicamente, sob a responsabilidade direta de Estados e municípios;

■ a heterogeneidade das redes estaduais e municipais de ensino, que reflete, de um lado, as desigualdades socioeconômicas regionais e intra-regionais e, de outro, o elevado grau de autonomia que a legislação educacional concede aos Estados e municípios na organização dos seus sistemas de ensino;

e a função do governo federal, na educação básica, que é redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados e municípios.

A democratização do acesso e a garantia da eqüidade

A educação, no Brasil, vem deixando de ser um privilégio da elite para se transformar num instrumento de inclusão social e de redução da pobreza. Mais de 95% das crianças na faixa etária entre 7 e 14 anos e de 81% dos adolescentes de 15 a 17 anos estão na escola.

É cada vez maior o número de alunos que concluem o ensino fundamental e ingressam no ensino médio, dando prosseguimento aos seus estudos. A prioridade dada ao ensino fundamental, na segunda metade da década de 90, vem contribuindo para alavancar a demanda por vagas nas escolas de nível médio, onde a matrícula se expande a uma taxa média superior a 10% ao ano. Este movimento repercute também no ensino superior, que cresce a um ritmo de 7% ao ano.

Prova de que o acesso à educação está se democratizando é que a demanda por vagas no ensino fundamental e médio vem sendo canalizada exclusivamente para o setor público, enquanto diminui, em números absolutos e em termos percentuais, a participação do setor privado na oferta de vagas a esses dois níveis de ensino.

A “massificação” tornou o ensino mais acessível à população de baixa renda e está havendo uma grande mobilidade social no que diz respeito às possibilidades de aprendizagem.

Entretanto, o País precisa avançar em direção à qualidade. A universalização do acesso ao ensino fundamental está praticamente assegurada. Mas a eficiência do sistema deixa muito a desejar. A taxa de repetência é uma das maiores da América Latina. Portanto, a preocupação maior hoje é garantir não só a permanência, mas a progressão dos alunos dentro do sistema.

O Financiamento da educação no Brasil

O financiamento da educação pública no Brasil sempre esteve vinculado à capacidade orçamentária das três esferas de governo. A vinculação se tornou mais rigorosa a partir da Constituição de 1988. Os constituintes definiram que “a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”.

Também foi estabelecido em lei que os programas suplementares de alimentação e de assistência à saúde do educando, no ensino fundamental, seriam financiados com recursos provenientes de contribuições sociais, como o Salário-Educação, e outros recursos suplementares.

Mas, apesar da garantia de fontes de financiamento, nem sempre os recursos chegavam à educação. A capacidade de investimentos de Estados e municípios também sempre foi diferenciada, o que provocou, ao longo do tempo, grandes distorções. Desta forma, os esforços para ampliar o atendimento escolar esbarravam em grandes obstáculos para surtir efeito.

Para corrigir esses problemas e garantir o financiamento do ensino fundamental e obrigatório foi criado o Fundef, em 1996. Trata-se de um fundo redistributivo, que garante maior equidade e transparência na aplicação dos recursos destinados ao ensino fundamental.

A Emenda Constitucional do Fundef determinou que até o ano 2008, os Estados, o Distrito Federal e os municípios destinarão pelo menos 15% dos impostos próprios e das transferências constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino fundamental.

O montante de recursos de cada Estado e seus municípios é dividido proporcionalmente ao número de alunos matriculados em suas respectivas redes de ensino. O governo federal complementa quando o valor ficar abaixo do mínimo estipulado por aluno/ano.

O Fundef valoriza os profissionais que atuam no magistério. A lei fixou que 60% dos recursos do fundo devem ser destinados à remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental público.

A outra parcela, de até 40% dos recursos, deve ser utilizada no pagamento dos demais trabalhadores da educação, não integrantes do magistério, em atuação no ensino fundamental público, como também no custeio de outras despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental.

Os avanços alcançados

Os indicadores educacionais brasileiros vêm melhorando rapidamente na década de 90, sobretudo a partir de 1995. O atraso histórico está sendo superado, com o esforço de todos.

Os avanços alcançados – tanto em termos de ampliação da cobertura quanto da melhoria da qualidade do ensino – traduzem os esforços articulados pelos três níveis de governo e a crescente mobilização e engajamento da sociedade no resgate da escola pública.

■ As políticas educacionais assumiram novo enfoque, centrado na:

busca de um novo padrão de equidade na oferta do ensino fundamental obrigatório, mediante garantia da universalização do acesso, implantação de um novo modelo de financiamento, com a criação do Fundef, e promoção de ações focalizadas para corrigir desigualdades sociais, econômicas e regionais;

■ ênfase na melhoria da qualidade da educação básica, apoiada em políticas de valorização dos professores, na implantação de parâmetros curriculares nacionais e no desenvolvimento de um sistema nacional de avaliação e de indicadores de desempenho.

Pela primeira vez, o ensino fundamental obrigatório foi assumido como a prioridade número um das políticas públicas de educação. O esforço de universalização e melhoria da qualidade apoiou-se na descentralização dos programas e dos recursos públicos destinados ao financiamento deste nível de ensino, mediante adoção de critérios transparentes e universais.

Com a Emenda Constitucional nº 14, que instituiu o Fundef, procedeu-se uma repartição mais clara das responsabilidades educativas dos três níveis de governo, favorecendo assim o desenvolvimento do regime de colaboração. Foram criados mecanismos de incentivo à participação da comunidade na gestão escolar. Além disso, passou-se a estimular a parceria com organizações não-governamentais.

Entre as reformas em curso, a de maior profundidade, sem dúvida, é a que deu origem ao Fundef, que instituiu um novo modelo de financiamento do ensino público fundamental. O Fundef entrou em vigor em 1998, movimentando R\$ 13,3 bilhões e exercendo forte impacto sobre a receita de 2.153 municípios mais pobres do País, principalmente do Norte e Nordeste e das regiões metropolitanas, onde se exibiam os piores indicadores e havia o maior número de crianças fora da escola.

■ A implantação do Fundef articula-se a um conjunto de políticas voltadas à melhoria da escola pública, entre as quais têm maior relevância:

- elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais e dos Referenciais para a Formação de Professores;
- aperfeiçoamento metodológico e a consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB);
- avaliação dos livros didáticos;
- estímulo aos programas de Aceleração de Aprendizagem;
- implantação da TV Escola;
- criação do programa Dinheiro Direto na Escola;
- melhoria das condições físicas das escolas das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte por meio do Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola);
- descentralização do programa Merenda Escolar;
- implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem);
- e a reforma do ensino médio e profissionalizante.

Como principais resultados das políticas implementadas na década de 90, observaram-se as seguintes tendências positivas:

- queda substancial das taxas de analfabetismo, especialmente nas faixas mais jovens da população;
- aumento sistemático das taxas de escolaridade média da população, com maior velocidade na população feminina;
- crescimento acentuado da matrícula em todos os níveis de ensino, de forma particularmente intensa no ensino médio;
- melhoria das taxas de transição no ensino fundamental, com queda das taxas de repetência e evasão e aumento das taxas de promoção;
- melhoria da qualificação dos professores da educação básica;
- redução gradual dos desníveis regionais em relação aos principais indicadores educacionais, principalmente de atendimento escolar.

No ensino superior destacam-se como principais ações a instituição do Exame Nacional de Cursos, o Provão, e a Avaliação das Condições de Oferta, que vêm induzindo a melhoria da qualidade dos cursos de graduação, e a reestruturação do crédito educativo, que passou a se chamar Financiamento Estudantil (Fies) e já atende mais de 100 mil alunos.

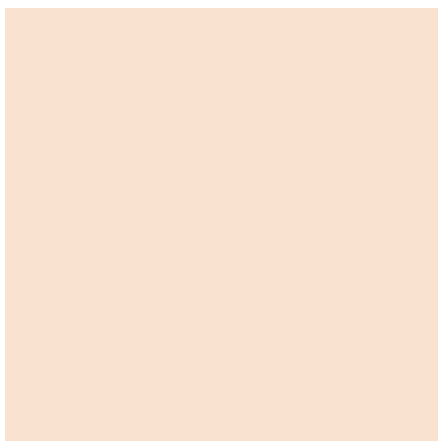
Os desafios mais urgentes

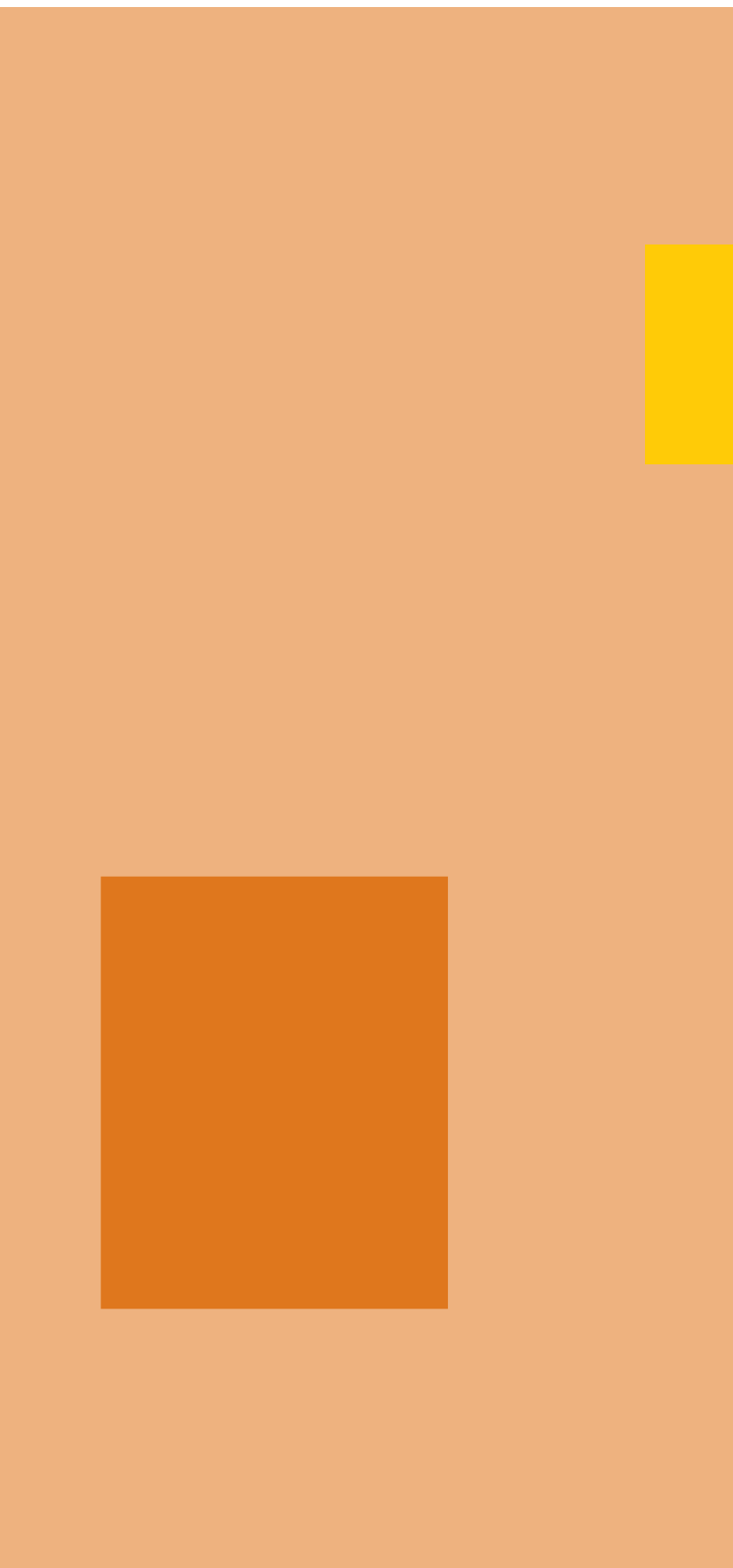
Apesar dos avanços verificados, os desafios educacionais que devem ser enfrentados pelo governo e pela sociedade brasileira, para que o País alcance um novo estágio de desenvolvimento econômico e social, ainda são gigantescos. Os principais desafios são:

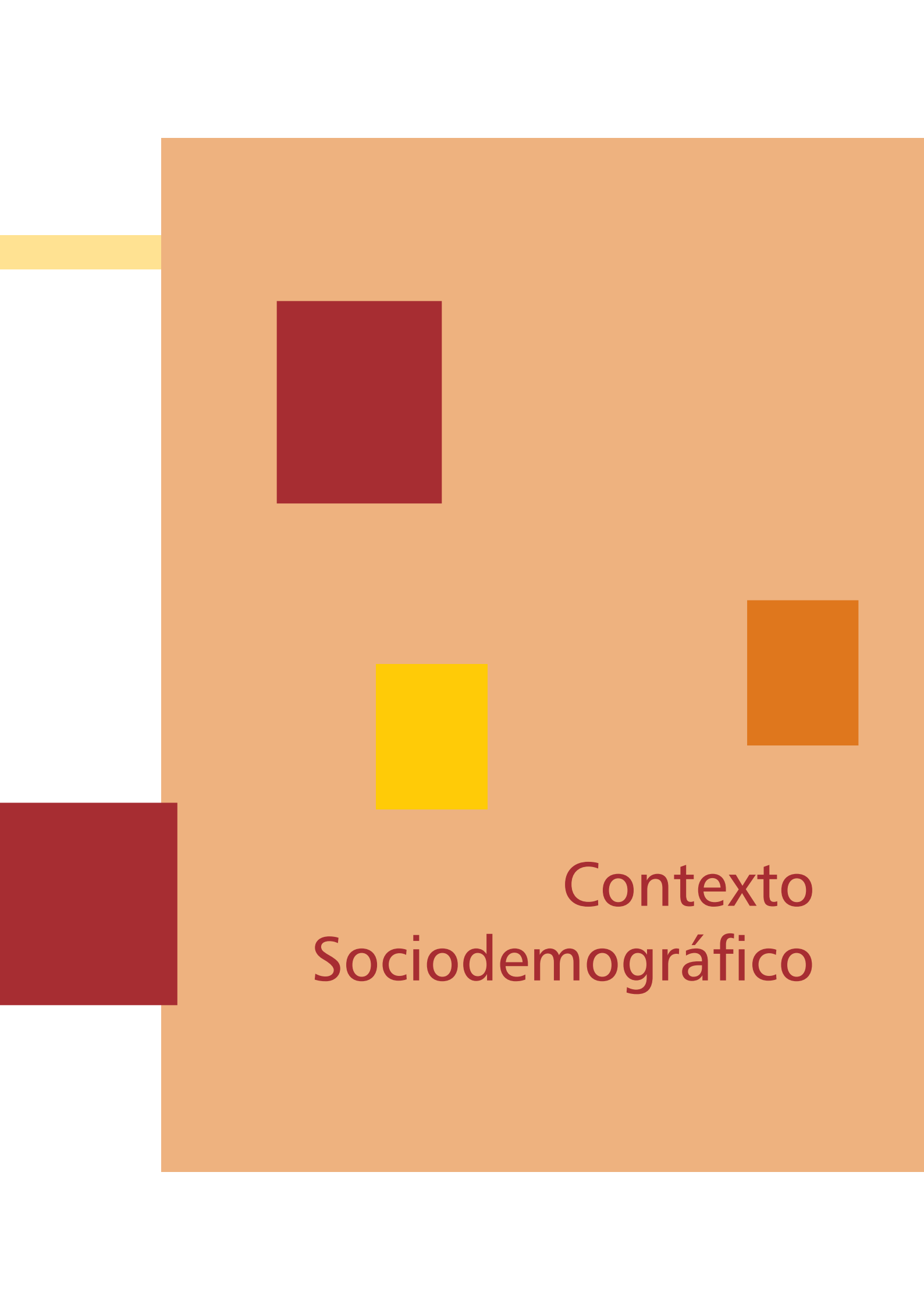
- garantir a universalização do acesso ao ensino obrigatório;
- melhorar as condições físicas das escolas e os indicadores do ensino fundamental, reduzindo as taxas de repetência e evasão;
- expandir a oferta de vagas e melhorar a qualidade do ensino médio;
- erradicar o analfabetismo;
- promover a capacitação e a valorização dos professores;
- aumentar a oferta de vagas na educação profissionalizante e no ensino superior;
- e elevar, na década, os gastos públicos com educação de 5% para, no mínimo, 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

De todos, o mais urgente é a formação de professores. Para cumprir as determinações da Emenda Constitucional nº 14, que criou o Fundef, o País deverá formar, até o final do ano 2001, cerca de 81 mil docentes. E até o final da Década da Educação, que se encerra em dezembro de 2007, deverá capacitar outros 768 mil docentes do ensino fundamental e médio, que já atuam nas redes municipais e estaduais, mas ainda não possuem o nível superior completo.

Esta demanda só será atendida com uma sólida articulação entre o governo federal, estaduais e municipais, e com as instituições de ensino superior, no sentido de definir diretrizes, integrar políticas e programas educacionais, e estruturar sistemas de formação profissional que incorporem diferentes instituições da sociedade.







Contexto Sociodemográfico

Índice de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é hoje um indicador mundialmente aceito e difundido. Ele é capaz de mensurar aspectos do desenvolvimento social, tais como escolaridade e esperança de vida ao nascer, além da renda.

Analisando-se a evolução do IDH brasileiro, constata-se que o aumento relativo foi maior entre 1970 e 1980, quando o índice passou de 0,494 para 0,734, isto é, um crescimento de 48,6%. Nesta década, conhecida como a do “milagre econômico”, o principal responsável pelo aumento foi o índice do PIB *per capita*: 0,411 em 1970 passando para 0,887 em 1980.

Em 1991, o IDH de 0,787 mostrava um aumento relativo menor que no período anterior. Nos anos 80, conhecidos como a “década perdida”, a renda ficou quase estagnada e o aumento acusado no IDH deveu-se aos avanços na educação e da melhoria da taxa de longevidade.

Nota-se, então, que a década de crescimento econômico não gerou ganhos expressivos aos indicadores sociais, e por outro lado, que a década de fraco desempenho econômico possibilitou um salto considerável desses indicadores. No período de 1991 a 1996, a participação dos componentes do IDH foi mais equilibrada, com aumento significativo no índice de educação, seguido por renda e longevidade (aumentos relativos de 8,1%, 4,5% e 3,5%, respectivamente).

Mais recentemente, o Brasil superou o índice de 0,800, situando-se entre os países de alto IDH. Em 1995, a passagem para o nível de alto desenvolvimento humano deveu-se, sobretudo, à melhoria da renda per capita, seguida dos ganhos na educação. O mesmo ocorreu em 1996, quando o índice de PIB passou de 0,923 para 0,954, seguido pelo índice de educação, que evoluiu de 0,815 para 0,825, e de longevidade, que apresentou um ligeiro aumento de 0,705 para 0,710.

Em 1995 e 1996, o Brasil deixou de ter estados com baixo IDH (até 0,500), quando Maranhão e Piauí passaram para o grupo de estados com médio IDH. A evolução na ordem do IDH e do PIB per capita está de acordo com o postulado pelos teóricos do desenvolvimento humano: crescimento econômico e desenvolvimento social não são, necessariamente, fenômenos sincronizados. Pode haver melhorias nas condições sociais mesmo sem ganhos significativos no PIB *per capita*.

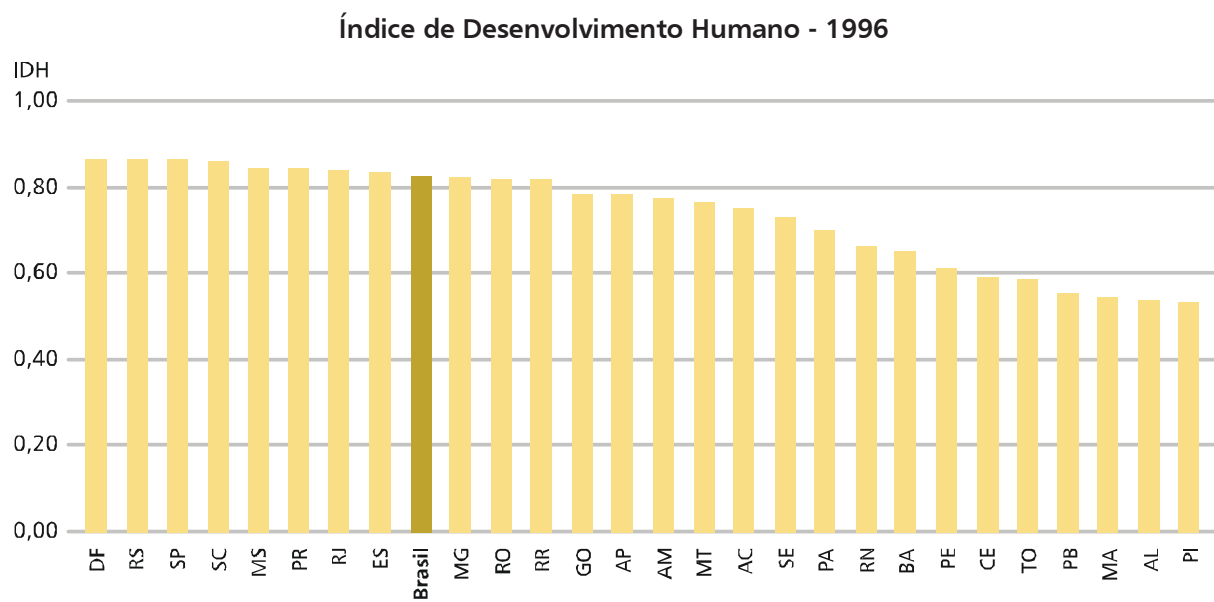
Em 1980, o Brasil possuía quatro unidades da federação na categoria de alto IDH. Em 1991, seis pertenciam a este grupo e, no ano de 1996, mais cinco estados ascenderam à esta categoria.

O Indicador

O Índice de Desenvolvimento Humano, IDH, é uma medida elaborada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, para avaliar o progresso de países e regiões não apenas em termos econômicos, mas também em dimensões como longevidade e educação. Por isso, incorpora indicadores de escolaridade e esperança de vida ao nascer, além do PIB *per capita*.

Esclarecimentos Metodológicos

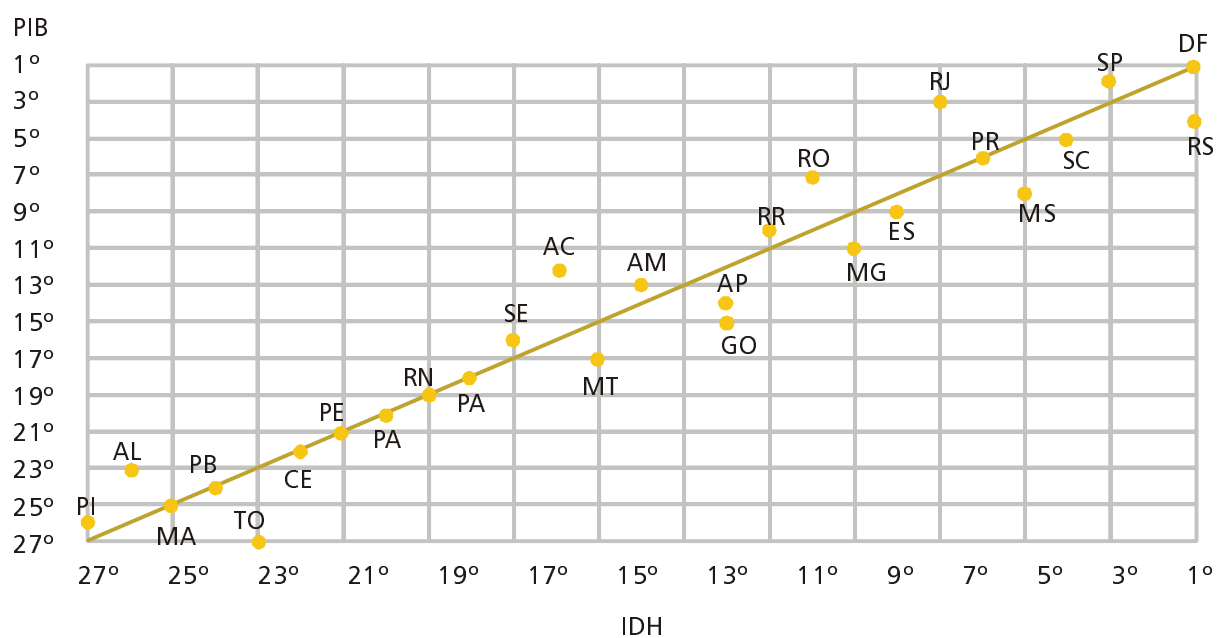
A metodologia de cálculo do IDH transforma os índices de longevidade, educação e renda, que variam entre 0 (pior) e 1 (melhor), em um único indicador síntese. O IDH classifica o desenvolvimento humano de uma localidade em três categorias: baixo desenvolvimento (até 0,50), médio desenvolvimento (0,51 a 0,80) e alto desenvolvimento (0,81 a 1). Vale ressaltar que os resultados apresentados consideraram a metodologia de cálculo anterior às efetivadas a partir de 1999.



Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE – Desenvolvimento Humano no Brasil - 1970-1996

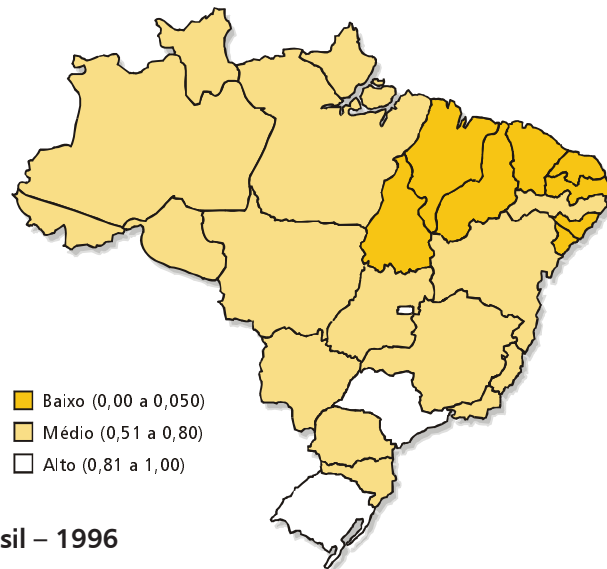
Índice de Desenvolvimento Humano

Hierarquia do Índice de Desenvolvimento Humano e do PIB *per capita* – 1996

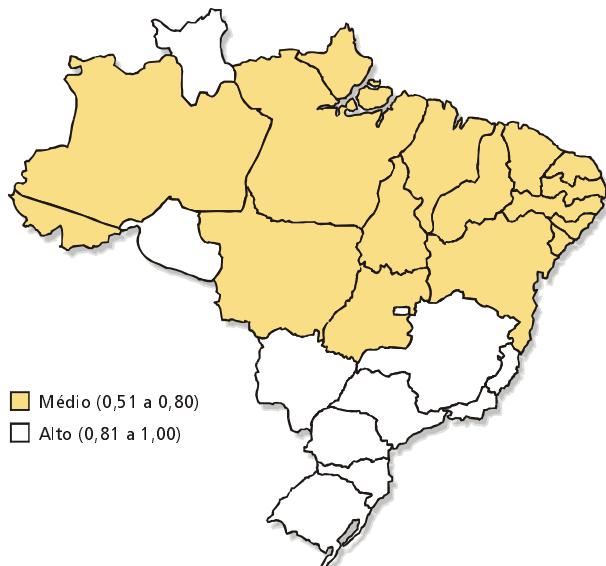


Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE – Desenvolvimento Humano no Brasil - 1970-1996

Índice de Desenvolvimento Humano – Brasil – 1980



Índice de Desenvolvimento Humano – Brasil – 1996



Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE – Desenvolvimento Humano no Brasil 1970-1996

A população brasileira é altamente concentrada em poucas unidades da federação e nos grandes centros urbanos, sobretudo nas capitais, embora esteja ocorrendo uma ligeira modificação, em alguns estados, comparativamente à média nacional.

Entre 1991 e 1996, sete unidades da federação apresentaram aumento proporcional da população residente – Amazonas, Roraima, Pará e Tocantins, na região Norte; São Paulo, no Sudeste; Goiás e Distrito Federal, na região Centro-Oeste.

No mesmo período, diminuiu, em termos proporcionais, a população do país que residia em nove unidades da federação: Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Bahia, na região Nordeste; Minas Gerais e Rio de Janeiro, no Sudeste; Paraná e Rio Grande do Sul, na região Sul.

A partir da segunda metade deste século, o processo de urbanização no Brasil foi intenso, mas são visíveis importantes modificações no que se refere à evolução da população residente nos centros urbanos. Em 1980, mais da metade da população urbana do país (51,7%) morava em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. No entanto, esta proporção declinou para 46,8% em 1996.

Uma parcela significativa da população brasileira reside nas capitais, mas esta proporção vem diminuindo: de 24,1%, em 1991, passou para 23,7%, em 1996. Esta diminuição ocorreu em doze unidades da federação, que juntas detinham 64,2% do total da população residente em todas as capitais.

Portanto, se a proporção da população urbana tem aumentado, ao mesmo tempo em que diminui a proporção da população residente nas capitais, pode-se dizer que a continuação do processo de urbanização tem ocorrido, especialmente, nos outros centros urbanos, como os municípios do entorno das regiões metropolitanas ou as cidades médias do interior dos estados, por exemplo.

De fato, esta se tornou uma importante característica da redistribuição espacial da população brasileira, que certamente provocará impactos nos sistemas de ensino situados nas localidades urbanas mais dinâmicas e/ou receptoras da população procedente das capitais.

O período de 1991 a 1996 tem consolidado uma importante transformação na distribuição espacial da população brasileira: os maiores centros urbanos, especialmente as capitais, estão deixando de ser os principais pólos de atração.

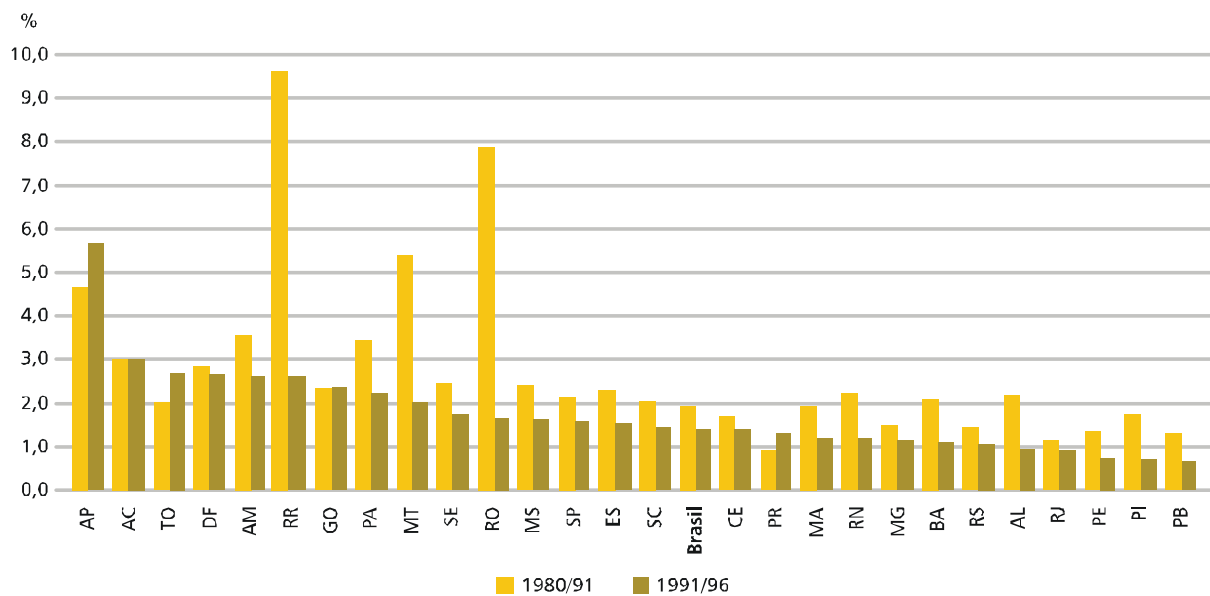
O Indicador

Este indicador permite avaliar a distribuição espacial da população entre estados, regiões geográficas, localização ou qualquer outra subdivisão que possa expressar a dinâmica demográfica. A análise do comportamento da movimentação, concentração e crescimento populacional é fator primordial para o planejamento do atendimento escolar.

Esclarecimentos Metodológicos

Trata-se da distribuição/concentração da população em determinada unidade espacial (estados, regiões geográficas, urbano, rural, regiões metropolitanas, etc) e seu comportamento ao longo do tempo, avaliando componentes como migração, fecundidade etc.

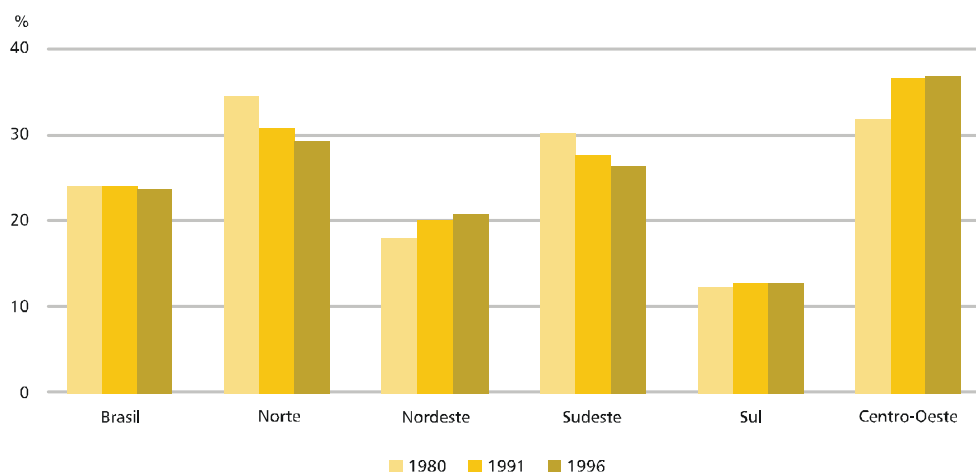
Taxa Média de Crescimento Anual da População Residente - 1980-1996



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1980 e 1991 / Contagem da População – 1996

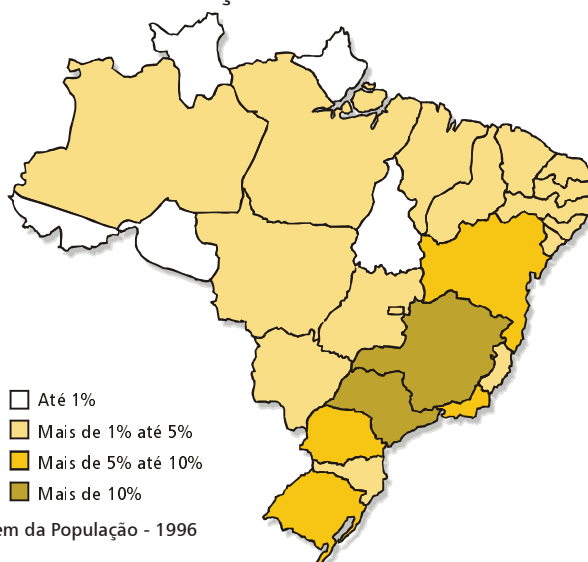
Distribuição Espacial da População

Evolução da Participação da População das Capitais em Relação ao Total da População da Unidade da Federação - 1980-1996



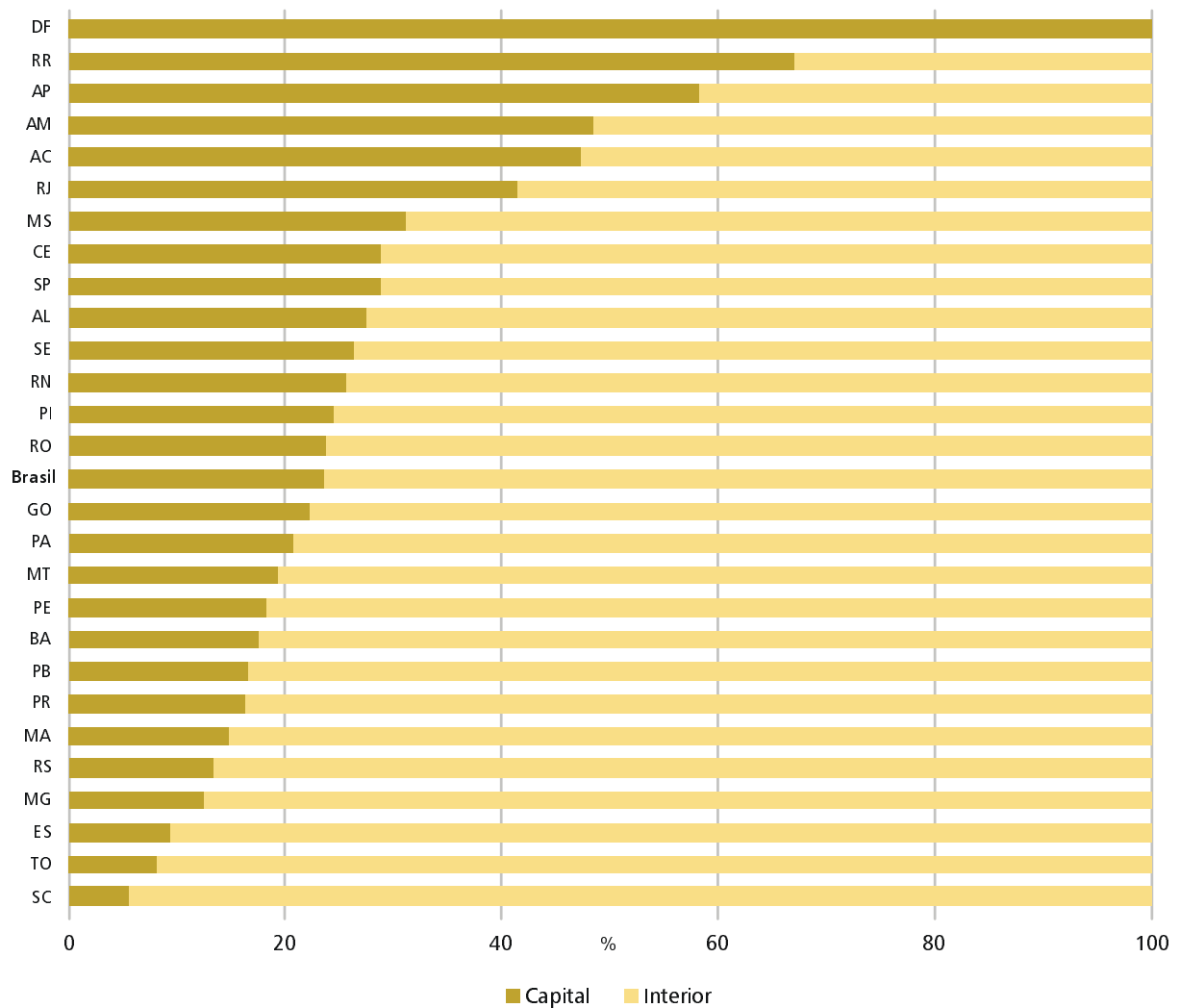
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1980 e 1991
Contagem da População - 1996

Participação Percentual da População Residente em Relação ao Brasil - 1996



Fonte: IBGE - Contagem da População - 1996

Participação da População Residente da Capital em Relação ao Total da População da Unidade da Federação - 1996



Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1980 e 1991 / Contagem da População - 1996

Projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que a população brasileira de 0 a 6 anos (educação infantil) deverá corresponder a 13,9% do total da população no ano 2000 e 12,7% em 2010; 2) a população de 7 a 14 anos (ensino fundamental) ficará em torno de 16,0% em 2000 e 14,1% em 2010; 3) a participação da população de 15 a 17 anos (ensino médio) sobre a população total será aproximadamente 6,2% em 2000 e 5,1% em 2010; 4) a população de 18 a 24 anos deverá ser 14,0% do total em 2000 e 12,2% em 2010.

Nem sempre a diminuição da participação relativa da população nestes grupos etários será acompanhada pela diminuição em números absolutos. Além disso, a evolução das faixas etárias será diferenciada entre as regiões brasileiras e as unidades da federação, pois o processo de queda da fecundidade foi generalizado, mas o nível e o ritmo do declínio se deram de forma diferenciada.

Dos 10 estados que deverão possuir a maior proporção da população com menos de 25 anos de idade, em 2010, cinco estavam classificados entre os dez com menores IDH em 1996: Pará, Ceará, Tocantins, Maranhão e Alagoas. Os estados que terão a população mais idosa serão: Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais.

O crescimento populacional no Brasil teve seu auge nos anos 50, quando a taxa média de expansão atingiu o patamar de 3,0% ao ano. Na década anterior já se observava declínio da mortalidade, enquanto a fecundidade (número de filhos por mulher em idade fértil) permaneceu alta até meados dos anos 60. Consequentemente, a taxa de crescimento populacional, de 2,9% ao ano na década de 60, também continuou alta, pois a queda do nível de fecundidade diminuiu pouco – de 6,3 filhos por mulher, em 1960, para 5,8, em 1970.

Mesmo o posterior declínio da fecundidade não teve impacto imediato sobre a natalidade (número de nascidos vivos dividido pela população), pois esta depende também da estrutura etária da população feminina. De fato, as mulheres que começaram a ter seus filhos nos anos 70 nasceram antes do declínio da fecundidade. Daí o crescimento populacional de 2,4% na década de 70. Em 1980, a taxa de fecundidade total estava em torno de 4,3 filhos por mulher, passando para aproximadamente 2,9 em 1991. No período de 1980 a 1991, a taxa de crescimento populacional continuou seu processo de queda, ficando em 1,9% ao ano.

A população brasileira em idade escolar está encolhendo. Estima-se que no ano 2010, o número de pessoas com menos de 25 anos seja inferior, em termos relativos, que a atual. A taxa de fecundidade está em queda, desacelerando o crescimento populacional.

O Indicador

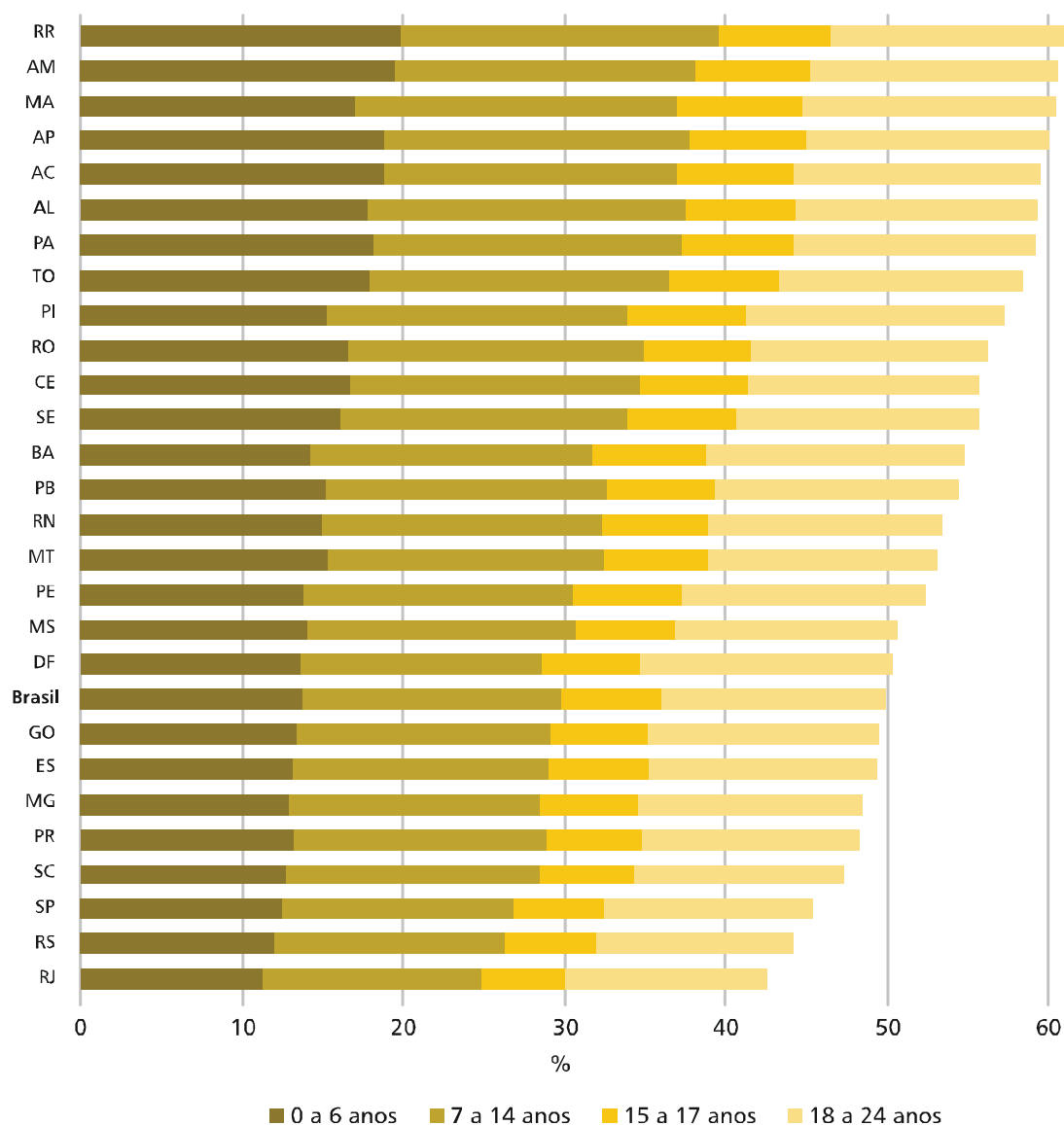
Este indicador permite avaliar o percentual da população em idade escolar. Esta população foi dividida em grupos etários de acordo com a adequação ao nível de ensino: educação infantil, de 0 a 6 anos; ensino fundamental, de 7 a 14 anos; ensino médio, de 15 a 17 anos; e ensino superior de 18 a 24 anos.

Fórmula de Cálculo

$$T_{pop_i} = \left(\frac{Pop_i}{P} \right) \times 100$$

onde T_{pop_i} é a taxa de participação da população na idade i ; Pop_i é o número de pessoas na idade i ; e P é a população total.

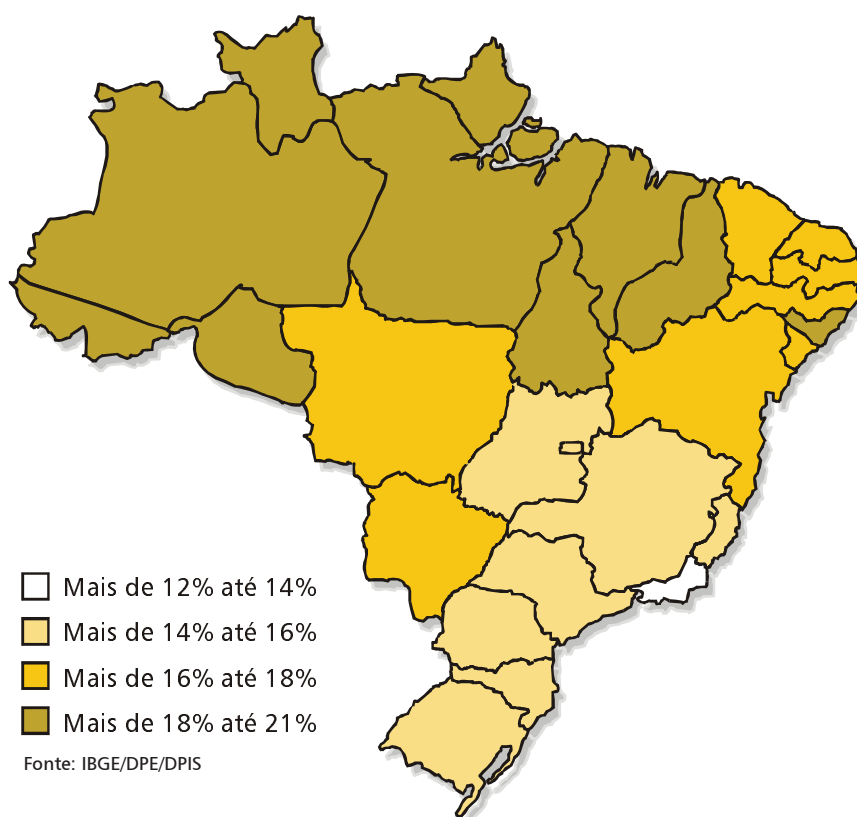
Percentual da População em Idade Escolar por Faixa Etária - 2000



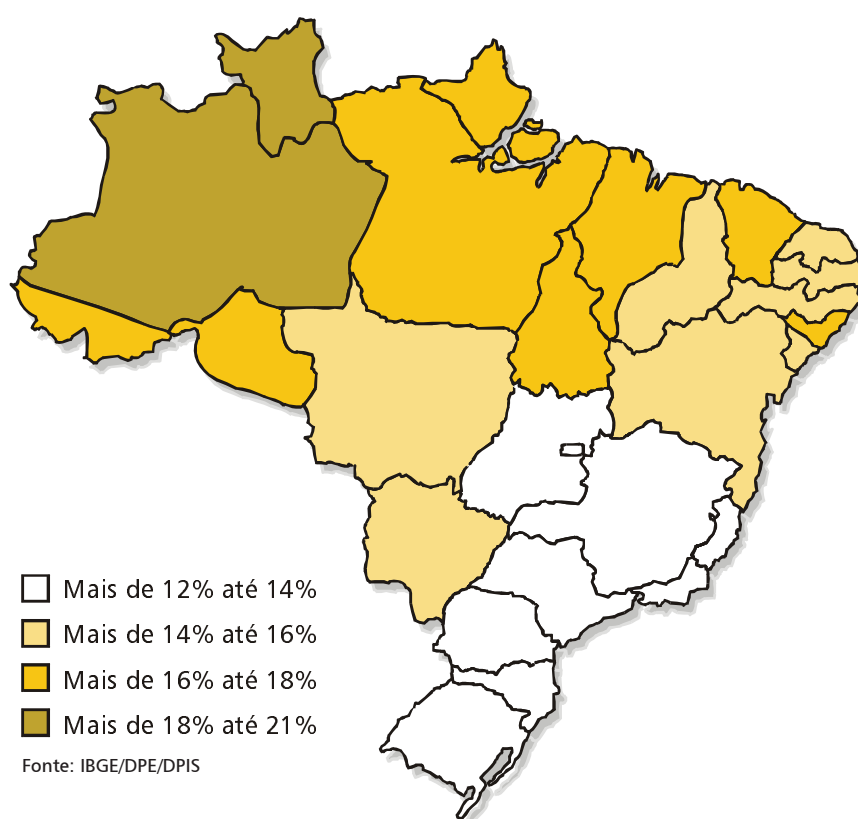
Fonte: IBGE/DPE/DPIIS

População em Idade Escolar

Percentual da População de 7 a 14 anos
em Relação à População Total da Unidade da Federação – 2000



Percentual da População de 7 a 14 anos
em Relação à População Total da Unidade da Federação – 2010



Taxa de Analfabetismo

Nas duas últimas décadas, a taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade vem se reduzindo. De 25,4% em 1980 caiu para 14,9% em 1996. O Distrito Federal, com 6,3%, tem o menor índice de analfabetismo do país, enquanto Alagoas, com 36,2%, tem o maior dentre os estados brasileiros.

O analfabetismo apresenta queda mais rápida na população com até 29 anos de idade. O percentual de analfabetos entre a população de 15 a 19 anos de idade, era de 16,5%, em 1980. Este índice foi diminuindo significativamente, chegando a 6,2%, em 1996.

Uma queda expressiva também é verificada nos grupos etários de 20 a 24 e 25 a 29 anos, onde as taxas passaram, respectivamente, de 15,6% e 18,0% para 7,3% e 8,4%, no mesmo período. A queda é ainda maior entre as mulheres.

Esse panorama está diretamente relacionado ao processo de universalização do acesso ao ensino fundamental, que tem se mostrado a estratégia mais eficaz no esforço empreendido pelo poder público e pelas organizações da sociedade civil para mudar o perfil educacional do país.

Apesar da perspectiva de queda na evolução da taxa de analfabetismo nas últimas décadas, o percentual de 14,9% representa, em termos absolutos, um expressivo contingente de 15,8 milhões de pessoas. A meta de erradicação do analfabetismo no Brasil nos próximos dez anos exigirá políticas públicas focalizadas para um contingente populacional mais difícil de ser atingido, dadas as suas características sócio-econômicas.

Essas políticas já vem sendo implementadas através dos programas Educação de Jovens e Adultos, Alfabetização Solidária e outras iniciativas desenvolvidas pelos governos estaduais e municipais, organizações empresariais, religiosas e não-governamentais, com o apoio do governo federal. A dispersão da população rural, onde o analfabetismo atinge 55,7% das pessoas que compõem o grupo de 50 anos ou mais de idade, representa um desafio à adoção de políticas dirigidas para atender este grupo etário.

Entretanto, é necessário concentrar esforços na erradicação do analfabetismo para grupos jovens, priorizando a faixa etária de 15 a 29 anos. Trata-se de uma diretriz inadiável, com o sentido de promover a inclusão social de segmentos que se encontram totalmente impedidos de participar autonomamente da vida democrática e do mercado de trabalho.

De 1980 a 1996, o analfabetismo na população com 15 anos ou mais de idade caiu 10,5 pontos percentuais. A proporção de analfabetos passou de 25,4% em 1980, para 14,9% em 1996.

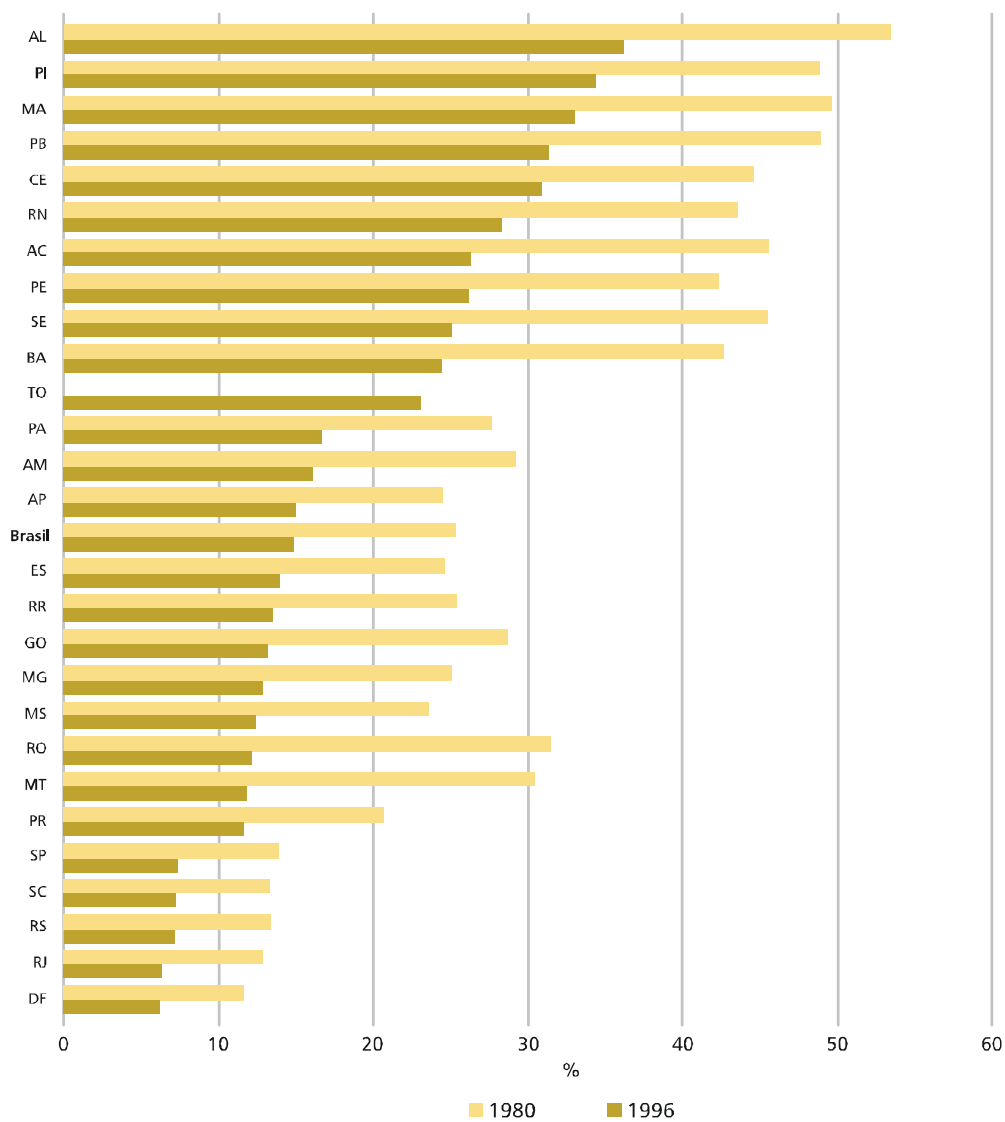
O Indicador

Este indicador permite avaliar o percentual de pessoas analfabetas em determinada faixa etária. Consideramos, aqui, a faixa etária de 15 anos ou mais.

Esclarecimentos Metodológicos

Tanto no Censo Demográfico (periodicidade decenal) quanto na PNAD (periodicidade anual), são consideradas analfabetas as pessoas incapazes de ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem, aquelas que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram e as que apenas assinam o próprio nome.

Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais - 1980-1996

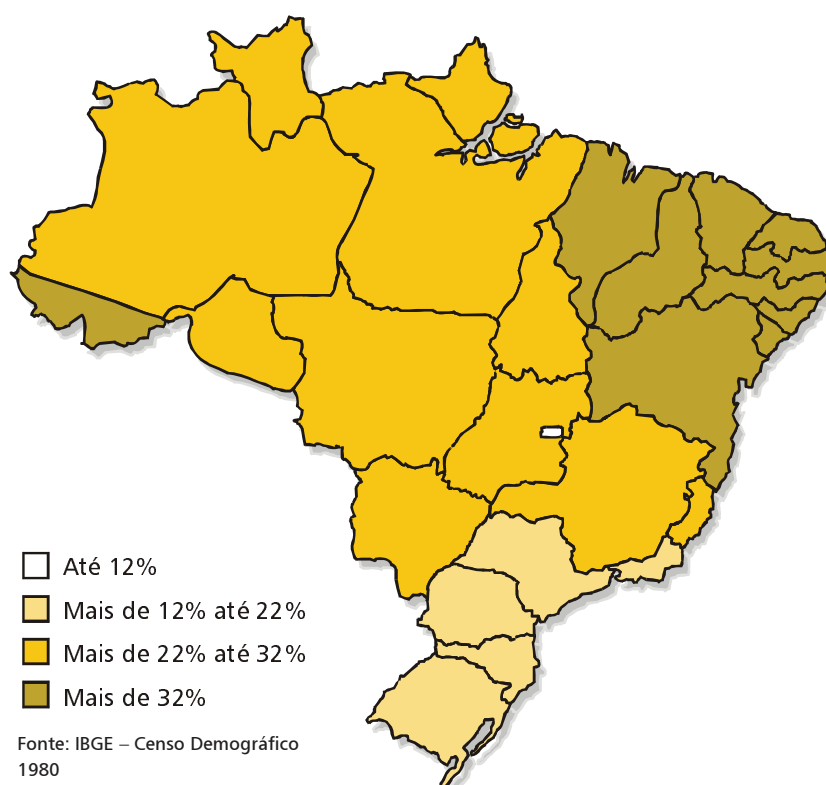


Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1980 / PNAD 1996

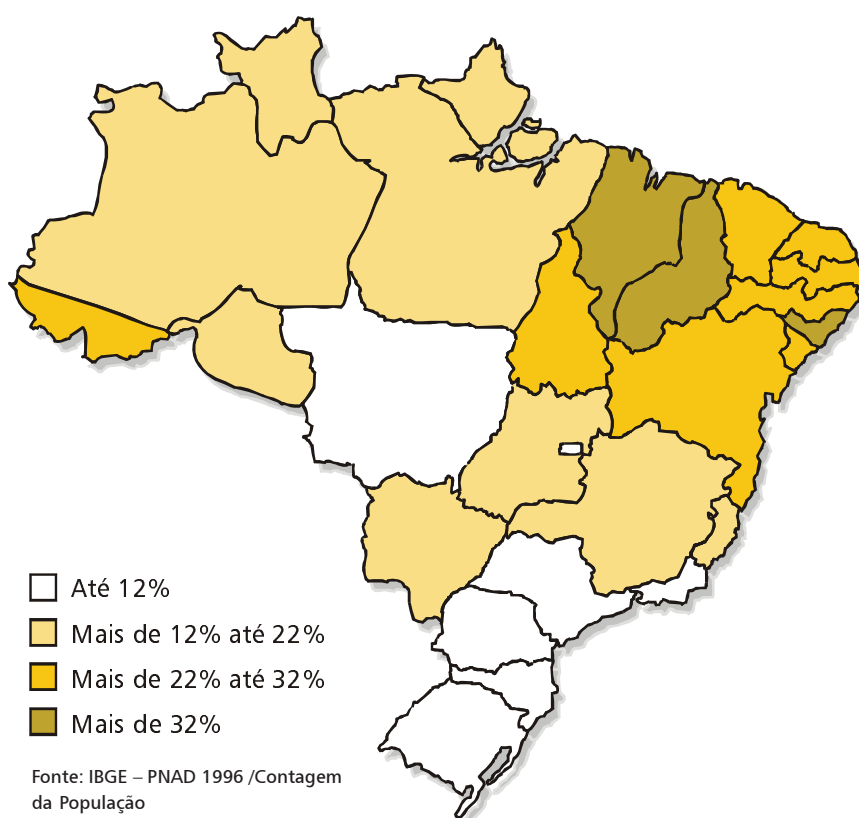
Nota: Dados não disponíveis para o estado de Tocantins, em 1980.

Taxa de Analfabetismo

Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais – 1980



Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais – 1996



Fonte: IBGE – PNAD 1996 /Contagem da População

Nota: População Rural Analfabeta da região Norte estimada pelo INEP.

Nível de Instrução da População

O nível de instrução da população brasileira vem apresentando evolução positiva. Em 1995, do total da população na faixa etária de 25 a 64 anos, apenas 6,9% possuíam nível superior completo, 14,8% tinham formação secundária e 11,6% o fundamental completo, 36,4% haviam cursado da 4ª à 7ª série, 16,9% tinham cursado até a 3ª série e 13,5% eram analfabetos.

Em 1997, o nível de instrução dos brasileiros avançou, o que sinaliza que os as políticas educacionais adotadas recentemente já começam a demonstrar resultados. Os indicadores educacionais do País, entretanto, continuam abaixo da média dos países em desenvolvimento: 7,3% apresentavam nível superior completo, 16,1% possuíam o secundário completo, 12,4% o fundamental completo, 36,2% tinham cursado da 4ª à 7ª série, 15% até a 3ª série e 13% não haviam freqüentado a escola.

Estes índices apresentam uma grande variação entre as unidades da federação. A população adulta do Distrito Federal é a que possui o maior nível de escolaridade: 16% cursaram o ensino superior completo. No estado do Maranhão, apenas 1,7% da população registrava esse mesmo nível de instrução.

As diferenças entre as unidades da federação são alarmantes: no Rio Grande do Sul, a população sem nenhuma escolaridade era de apenas 5,9%, em 1997, contra 33,7% de Alagoas. O quadro que se verifica não difere do encontrado na maioria dos indicadores de contexto social e demográfico aqui apresentados. Isto é, há uma predominância de melhor nível de instrução nas regiões mais desenvolvidas economicamente, o Sudeste e o Sul.

A maioria da população brasileira, mesmo entre os adultos jovens, não tem o ensino fundamental completo. Apesar da tendência de melhoria nos últimos anos, principalmente na faixa etária de 25 a 34 anos, observa-se um quadro bastante insatisfatório.

Para que as gerações futuras alcancem um nível de instrução mais elevado não basta garantir apenas a manutenção do atual nível de acesso à escola mas a progressão dentro do sistema, com qualidade. Trata-se de desafio ambicioso, já que o Brasil conta com apenas 25% da população na faixa etária de 25 a 64 anos com 11 anos ou mais de escolaridade. Na média da OCDE, este índice sobe para 60%, enquanto, nos Estados Unidos, chega a 86%.

O nível de instrução da população brasileira é baixo, mas está aumentando a cada ano. O país possui 7,3% da população de 25 a 64 anos com nível superior completo. Com o nível médio são 16,1% e com oito séries de estudo, 12,4%.

O Indicador

Este indicador permite avaliar a escolaridade média da população. Para a sua construção foi considerada a população de 25 a 64 anos e de 25 a 34 anos; esta última, em tese, sofreu mais fortemente as influências das políticas mais recentes.

Esclarecimentos Metodológicos

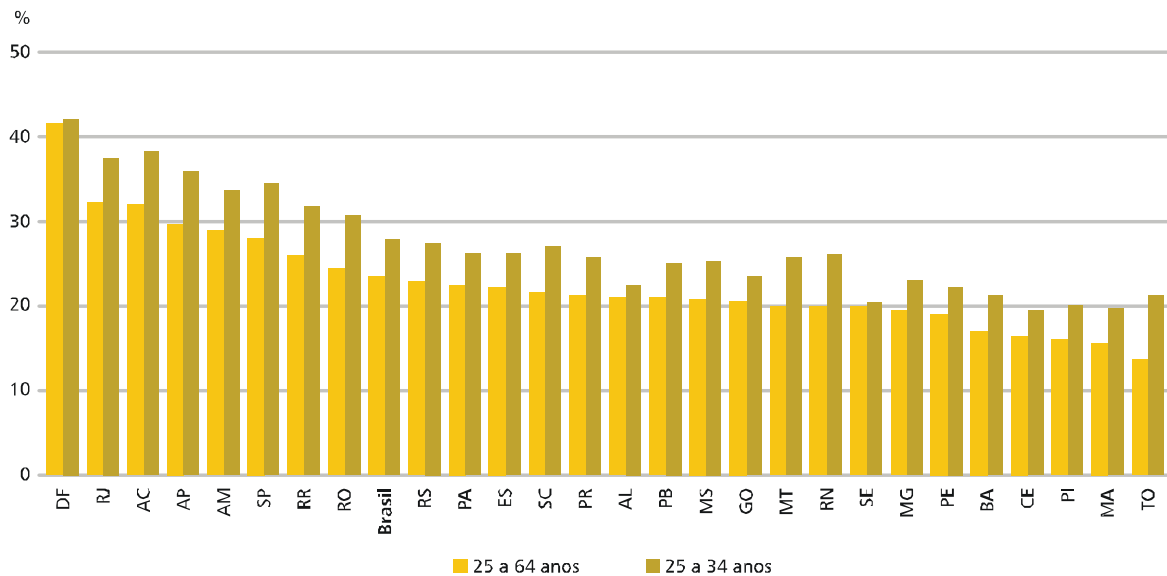
Foram consideradas como tendo instrução menor que a 3ª série do ensino fundamental as pessoas que não informaram a última série concluída com aprovação.

Fórmula de Cálculo

$$TInst_{i,k} = \left(\frac{Inst_{i,k}}{P_i} \right) \times 100$$

onde $TInst_{i,k}$ é o percentual de pessoas da faixa etária i com o nível de instrução k ; $Inst_{i,k}$ é o número de pessoas na faixa etária i com o nível de instrução k e P_i é a população na faixa etária i .

População nas Faixas Etárias de 25 a 64 e de 25 a 34 anos com Instrução de Nível Médio ou Superior - 1997

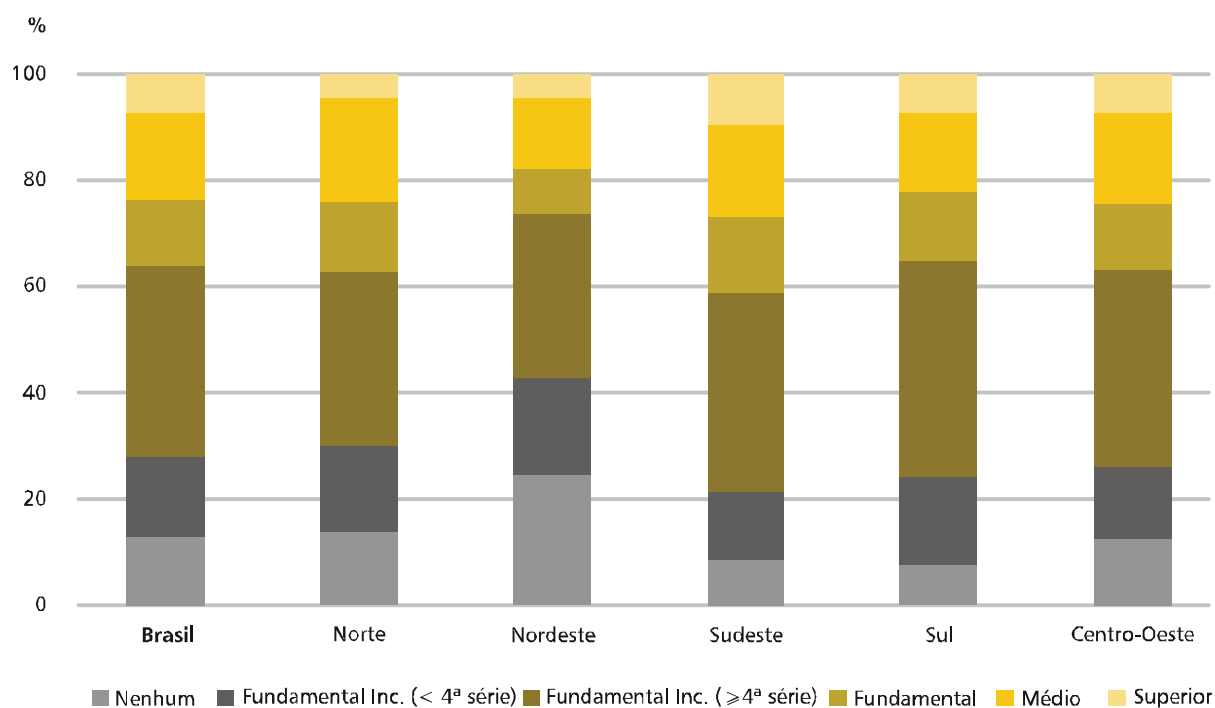


Fonte: IBGE – PNAD 1997

Nota: Excluída a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP

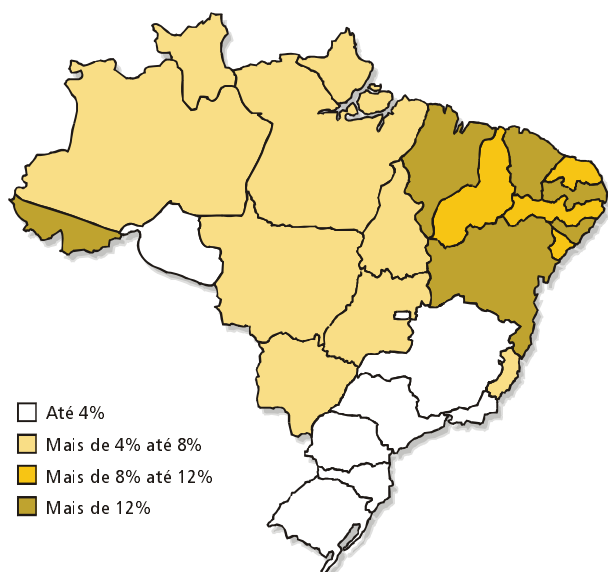
Nível de Instrução da População

Participação da População Residente de 25 a 64 anos, segundo o Nível de Instrução - 1997

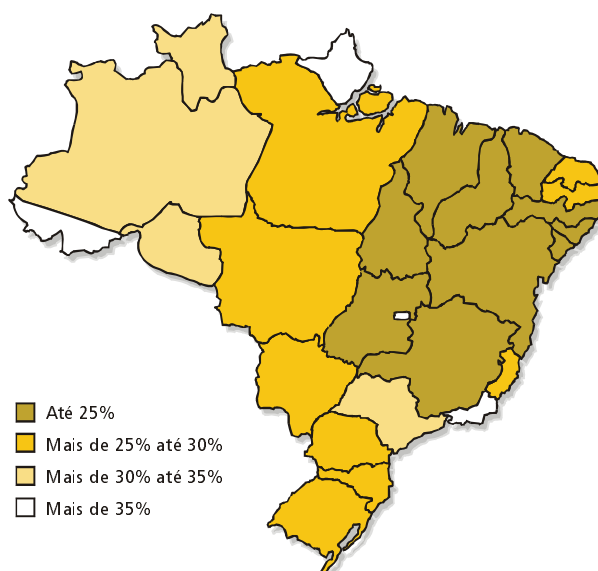


Fonte: IBGE – PNAD 1997

Percentual da População de 25 a 34 anos Sem Instrução – 1997



Percentual da População de 25 a 34 anos com Nível Médio ou Superior – 1997



Fonte: IBGE – PNAD 1997

Nota: Exclui a população rural de RO, AC, AM, RR, PA e AP





Condições de Oferta

Alunos Atendidos por Tamanho da Escola

O Brasil possuía, em 1998, 187.493 escolas públicas e privadas de ensino fundamental, sendo que 70,6% desses estabelecimentos eram considerados de pequeno porte, ou seja, com capacidade de atender até 150 alunos.

Estudavam nessas escolas apenas 16,3% do total de alunos matriculados neste nível de ensino. A grande concentração desses pequenos estabelecimentos, 53,3%, encontrava-se na região Nordeste. Para o ensino médio, 52,8% dos estabelecimentos eram considerados de pequeno porte, tendo no máximo 250 alunos, e atendendo a 15,5% do total das matrículas desse nível de ensino.

A alternativa política de apoio aos pequenos estabelecimentos de ensino fundamental é dirigida ao atendimento de pequenos núcleos populacionais, geralmente dispersos em áreas rurais e com pouca facilidade de transporte. No entanto, a supervisão pedagógica, a alocação de recursos humanos capacitados e a manutenção adequada das condições físicas desses estabelecimentos são de difícil execução. As deficiências, entretanto, podem ser compensadas com o uso da TV Escola e de outras tecnologias.

O número de estabelecimentos de pequeno porte já foi maior, mas vem caindo expressivamente com a criação de escolas-pólo. A “nucleação” de escolas, como também é conhecido este processo, surge como alternativa na superação desse quadro, pois canaliza o investimento em escolas estrategicamente localizadas, promovendo a melhoria de infra-estrutura e de recursos humanos, capacitando-as para o atendimento da clientela dispersa, como também criando condições para o transporte de alunos, com o objetivo de manter o nível de atendimento com maior qualidade.

O impacto dessa política de nucleação pode ser observado ao compararmos os dados de 1998 com os de 1991, quando verifica-se uma queda de aproximadamente 10% no número de escolas do ensino fundamental consideradas de pequeno porte.

Neste mesmo período, entretanto, houve um aumento considerável do número de salas de aula. Ou seja: os estabelecimentos de pequeno porte foram fechados e em seu lugar surgiram estabelecimentos maiores, mais bem equipados e com capacidade para atender um número maior de alunos.

As escolas que oferecem o ensino fundamental e tem menos de 150 alunos correspondem a 70,6% do total e atendem apenas 16,3% das matrículas. No ensino médio, 52,8% das escolas são pequenas e atendem 15,5% das matrículas.

O Indicador

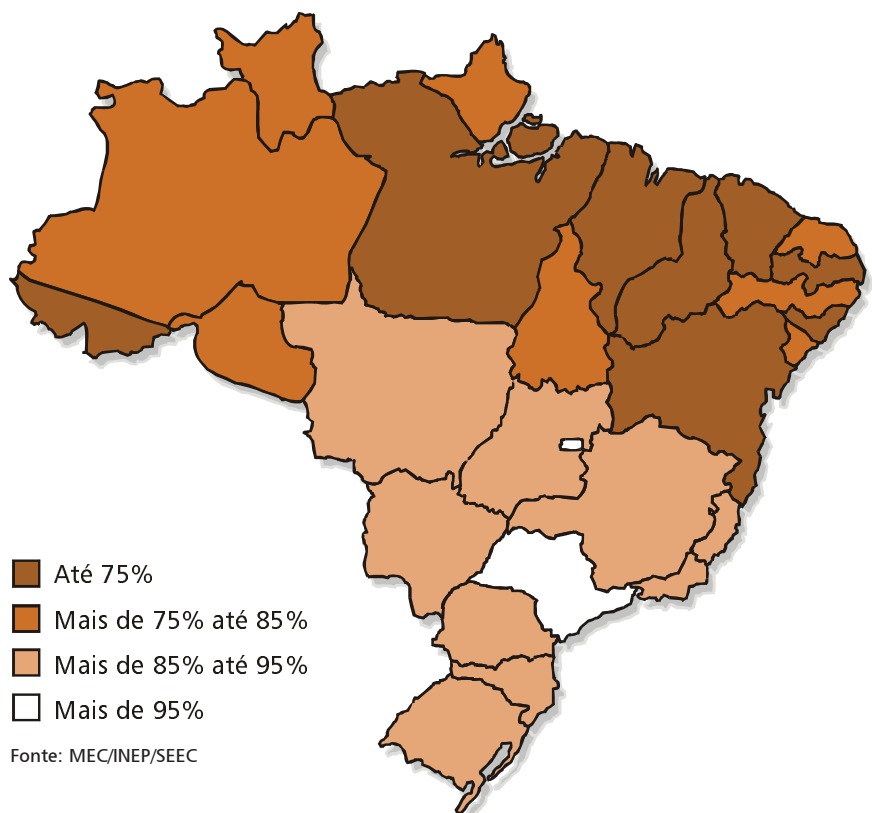
O tamanho dos estabelecimentos pode ser avaliado em função do número de alunos atendidos.

Desta forma, os estabelecimentos de maior porte seriam aqueles com maior concentração de alunos. Sendo assim, este indicador possibilita estabelecer uma tipologia das escolas, admitindo, de uma maneira geral, que os estabelecimentos de pequeno porte apresentam um conjunto de características comuns. Para o caso do ensino fundamental esses estabelecimentos encontram-se, geralmente, localizados na zona rural, apresentam uma precária infraestrutura e oferecem apenas as séries iniciais (1ª a 4ª séries) dispondo, ainda, de somente um docente com pouca qualificação.

**Esclarecimentos
Metodológicos**

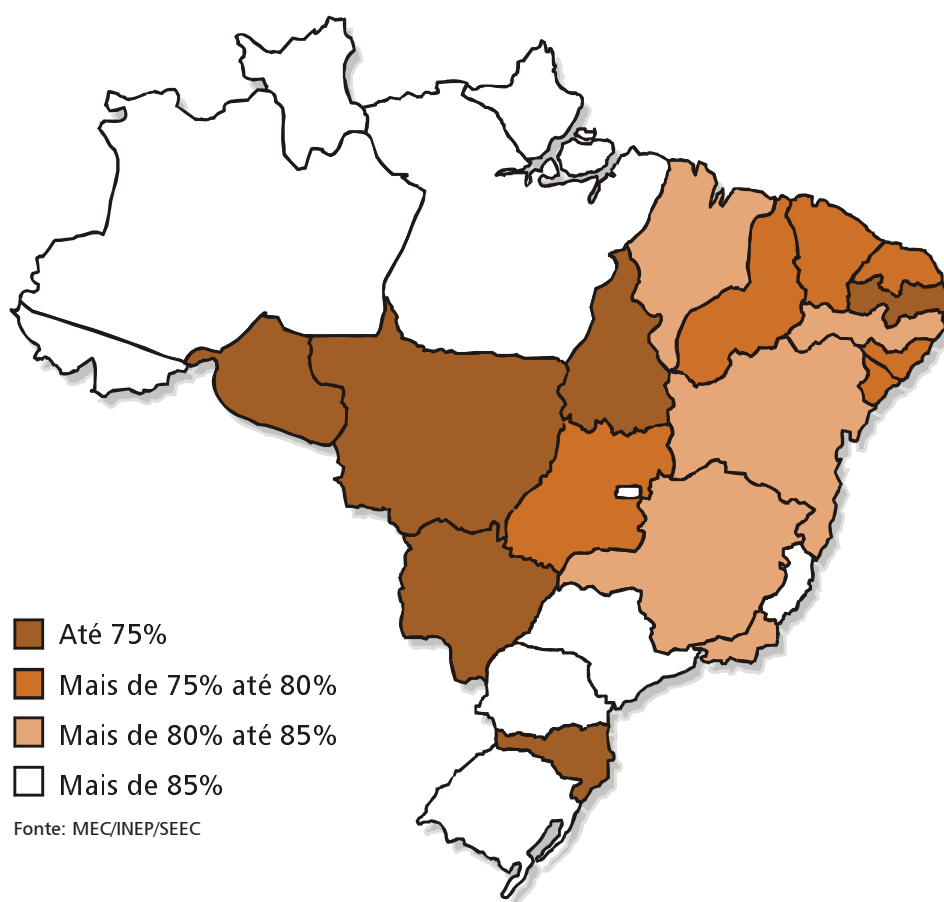
A informação relativa à matrícula inicial e ao número de estabelecimentos que oferece o nível de ensino é extraída do Censo Escolar, sendo considerados somente os estabelecimentos em atividade. Os estabelecimentos contabilizados no nível de ensino podem oferecer também outros níveis/modalidade de ensino. A escolha de 150 matrículas para o ensino fundamental e 250 para o ensino médio, como marco divisorio para o cálculo do indicador pode ser modificado, dependendo do interesse da análise.

Ensino Fundamental – Percentual de Alunos Atendidos em Estabelecimentos de Grande Porte (mais de 150 alunos) – 1998

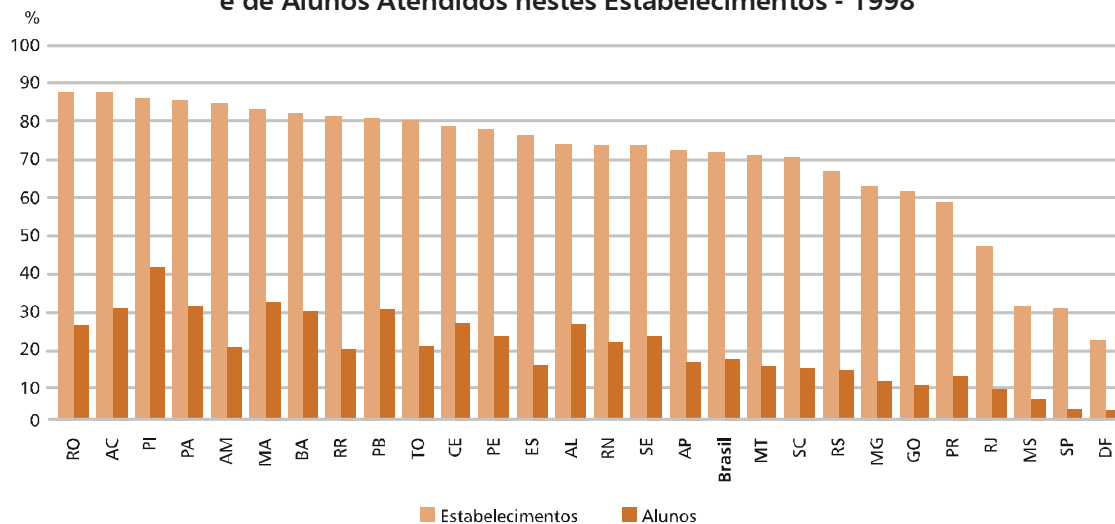


Alunos Atendidos por Tamanho da Escola

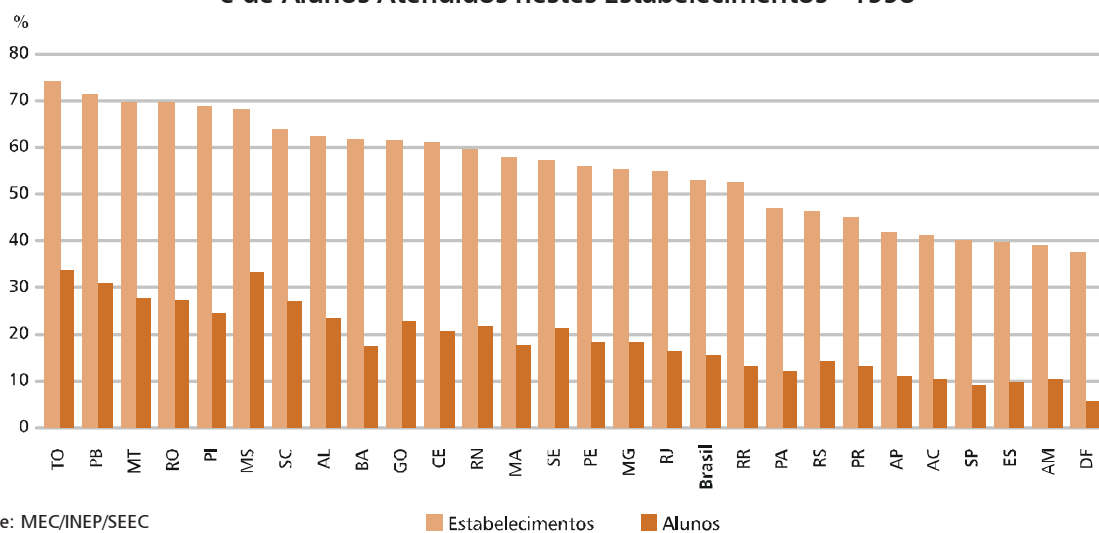
Ensino Médio – Percentual de Alunos Atendidos em Estabelecimentos de Grande Porte (mais de 250 alunos) – 1998



Ensino Fundamental - Percentual de Estabelecimentos de Pequeno Porte (até 150 alunos) e de Alunos Atendidos nestes Estabelecimentos - 1998



Ensino Médio - Percentual de Estabelecimentos de Pequeno Porte (até 250 alunos) e de Alunos Atendidos nestes Estabelecimentos - 1998



Fonte: MEC/INEP/SEEC

Número Médio de Alunos por Turma

Com base nas informações coletadas pelo Censo Escolar de 1998, observa-se que a educação infantil possui, em média, 21,2 alunos por turma; no ensino fundamental essa média é de 29,6 alunos e no ensino médio, 38,3.

Analisando, entretanto, a série histórica de 1996 a 1998, verifica-se uma regularidade na média de alunos por turma nos três níveis de ensino. Isto permite concluir que a expansão do ensino fundamental e, sobretudo, do ensino médio ocorreu sem provocar superlotação das salas de aula.

A existência de uma menor relação alunos por turma na educação infantil existe porque ela não é obrigatória. Mesmo assim, 72,5% das escolas públicas ofertam esse nível de ensino. Já o ensino fundamental, obrigatório, apresenta o problema da retenção, o que contribui para elevar esta relação. Relação que aumenta no ensino médio, que se expande de forma acelerada.

As turmas com mais alunos são as da 1ª e 5ª séries do ensino fundamental. Por darem início ao primeiro e ao segundo ciclo da escolaridade obrigatória, estas séries, historicamente, são as que retêm a maioria dos alunos. Conclui-se que, no ensino médio, além da demanda crescente, existe o problema da retenção, principalmente nas escolas da rede pública estadual.

A região Sul detém a menor relação alunos por turma nos três níveis: 19,8 na educação infantil, 26,3 no ensino fundamental e 35,0 no ensino médio. O Sudeste, possui a maior relação alunos por turma no ensino fundamental (31,6). O Norte tem mais alunos por turma na educação infantil (25,7) e no ensino médio (40,7).

São Paulo é o estado com o número mais elevado de alunos por turma no ensino fundamental (33,9). Na educação infantil e no ensino médio, as salas de aula que comportam, em média, um número maior de alunos são as do estado do Pará, com 26,9 e 43,4, respectivamente.

A primeira série do ensino médio é a que apresenta a maior concentração de alunos por turma, 40,5. Esta média vai decrescendo de acordo com o avanço das séries. Este comportamento é equivalente ao do ensino fundamental em suas séries finais.

O tamanho médio das classes varia entre 25 e 30 alunos na educação infantil e no ensino fundamental, dentro do recomendado pelo Ministério da Educação. No ensino médio, a relação é de 38,3 alunos por turma.

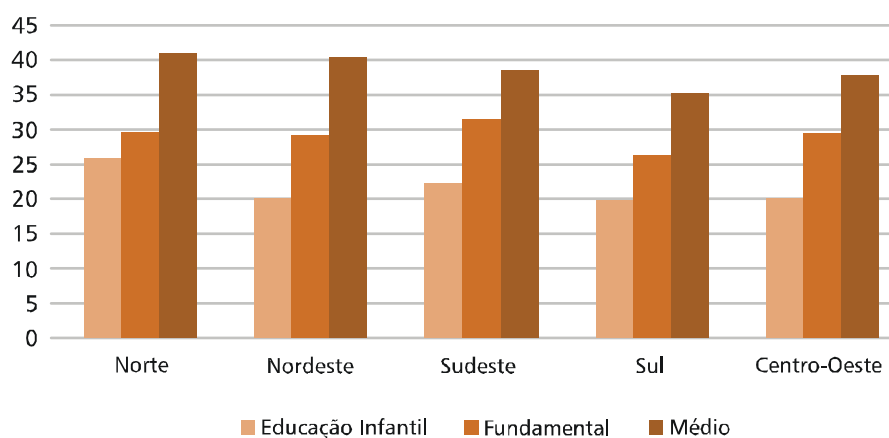
O Indicador

Este indicador permite avaliar o tamanho médio das turmas. Trata-se do quociente entre a matrícula total e o total de turmas informados na data de referência do Censo Escolar, por série, grupo de séries e nível de ensino.

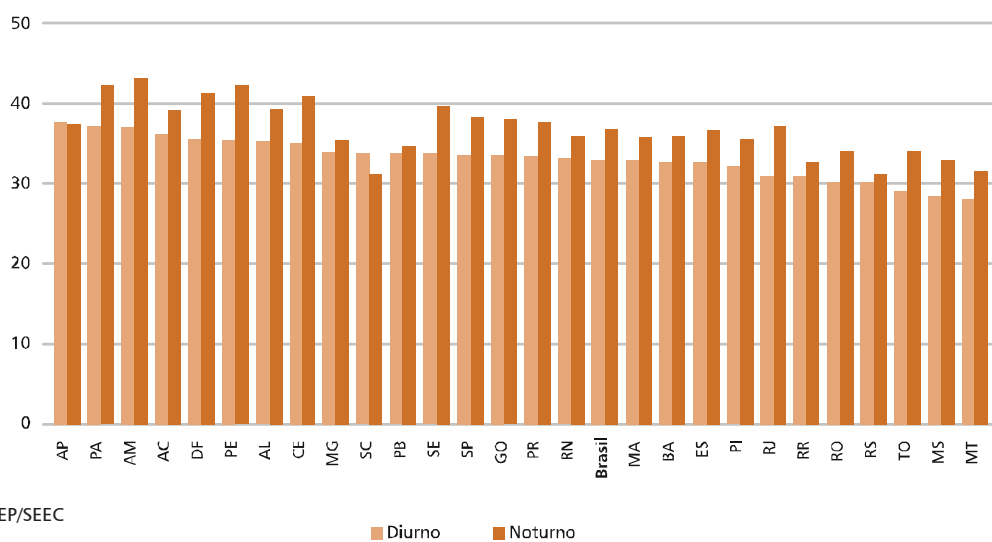
Esclarecimentos Metodológicos

No ensino fundamental existem as turmas multisseriadas, que são aquelas que comportam alunos de mais de uma série. No questionário do Censo Escolar, os alunos pertencentes a estas turmas são distribuídos nas suas séries correspondentes, não sendo possível fazer distinção entre as matrículas de alunos provenientes de turmas multisseriadas das que não pertencem a estas turmas. Por esse motivo o cálculo deste indicador por série e grupo de série pode ser superestimado onde houver turmas multisseriadas.

Número Médio de Alunos por Turma, segundo o Nível de Ensino - 1998



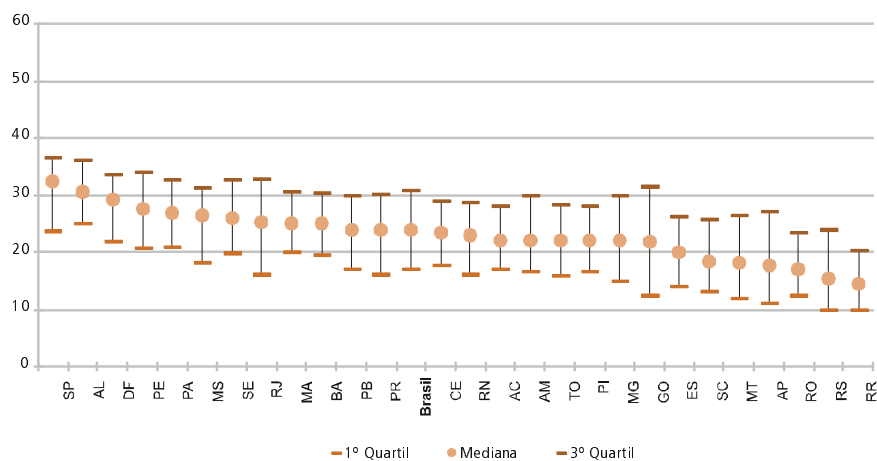
Ensino Médio - Número Médio de Alunos por Turma segundo o Turno (Diurno e Noturno) - 1998



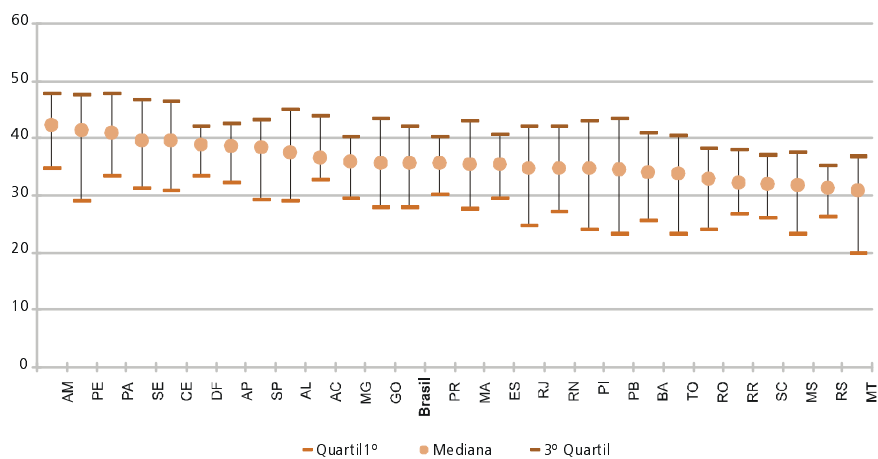
Fonte: MEC/INEP/SEEC

Número Médio de Alunos por Turma

Ensino Fundamental - Número Médio de Alunos por Turma segundo os Quartis - 1998

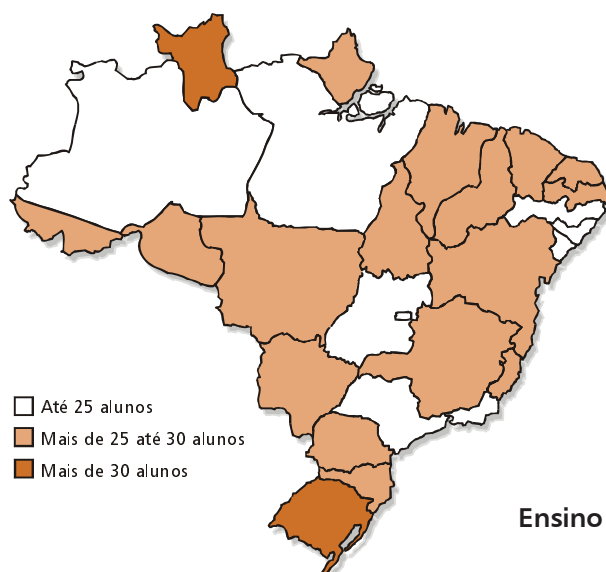


Ensino Médio - Número Médio de Alunos por Turma segundo os Quartis - 1998

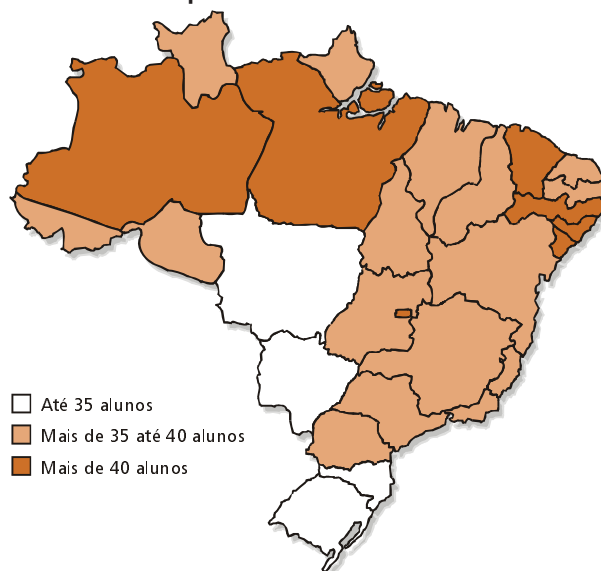


Nota Informativa: Quartis - Dado uma série ordenada de valores, os quartis, medidas estatísticas de posição, são três números que dividem a série em quatro partes de igual tamanho. O primeiro quartil delimita 25% dos primeiros valores ordenados da série. O segundo quartil ou mediana, delimita 50% dos valores ordenados da série. O terceiro quartil delimita 75% dos valores ordenados da série.

Ensino Fundamental – Número Médio de Alunos por Turma – 1998



Ensino Médio – Número Médio de Alunos por Turma – 1998



Fonte: MEC/INEP/SEEC

Número Médio de Horas-aula Diária

Há pouca variação entre as unidades da federação quanto ao tempo de permanência das crianças na escola. Este tempo, em média, é de 4,3 horas diárias na educação infantil, 4,3 horas no ensino fundamental e 4,4 horas no ensino médio. Nos últimos anos, o número médio de horas-aula tem se mantido estável em todos os níveis de ensino.

Estão acima da média nacional na educação infantil os estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

No ensino fundamental, todos os estados do Sudeste, o Distrito Federal, Goiás e Roraima superam a média nacional. Apenas o Ceará tem, na média, menos de quatro horas diárias de permanência de seus alunos no ensino fundamental.

O ensino médio no Rio Grande do Sul tem o maior tempo médio de permanência, de 5,1 horas, enquanto os estados de Roraima e Pernambuco ficam, na média, com 3,8 e 3,9, horas, respectivamente.

Com base nesses dados, nota-se que a maioria dos estados cumpre o artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB. Em vigor desde 1996, a LDB estabelece que, nos níveis fundamental e médio, a carga horária mínima anual deve ser de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais.

A LDB prevê, ainda, no parágrafo segundo do artigo 34, a conversão progressiva das redes de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral. Seria a solução ideal, mas com o esforço de expansão feito por estados e municípios para universalizar o acesso à educação básica, no momento não existem condições para essa transformação.

Segundo especialistas, as escolas de tempo integral e até mesmo as que oferecem algum tipo de atividade extra-curricular são as mais indicadas, por favorecer o desenvolvimento do aprendizado.

A ampliação da carga horária é uma alternativa necessária para oferecer aos alunos com menor desempenho atividades de reforço escolar e recuperação paralela, na tentativa de diminuir as altas taxas de retenção hoje existentes na maioria dos sistemas de ensino.

Os alunos brasileiros passam pouco tempo na escola, em comparação com a média internacional. Nas escolas de ensino fundamental, eles permaneciam, em média, 4,3 horas por dia, em 1998.

O Indicador

O objetivo deste indicador é avaliar o tempo médio de permanência da criança na escola. É a média aritmética ponderada, sendo fator de ponderação a matrícula na data de referência do Censo Escolar, por série, grupo de séries e nível de ensino.

Esclarecimentos Metodológicos

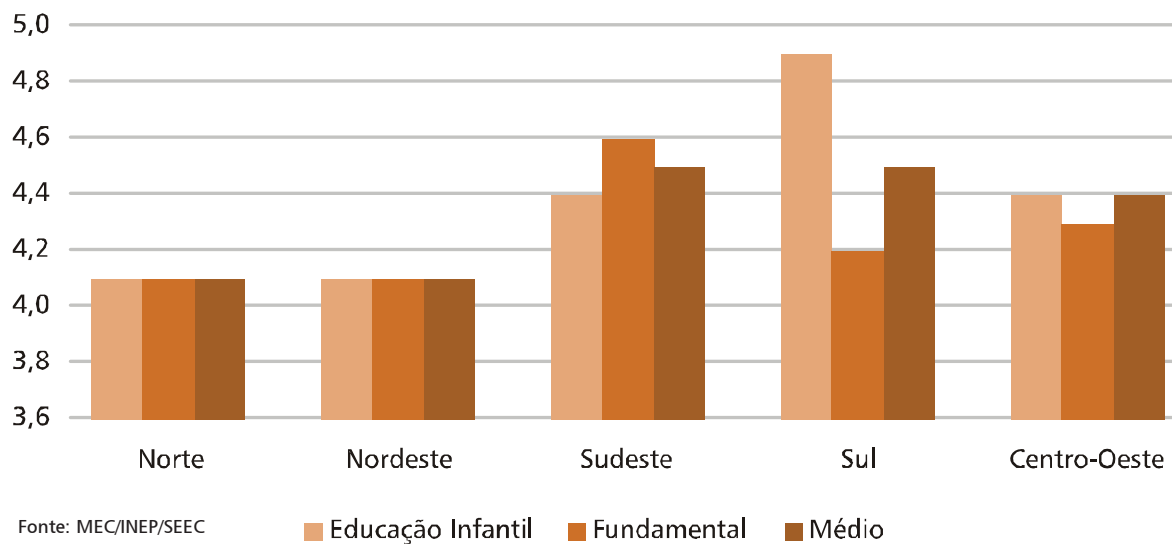
O numerador desta equação é a soma do produto entre a duração do turno k e o número de alunos matriculados na série, grupo de séries e/ou nível de ensino neste turno. O denominador é a matrícula total na mesma série, grupo de séries ou nível de ensino k .

Fórmula de Cálculo

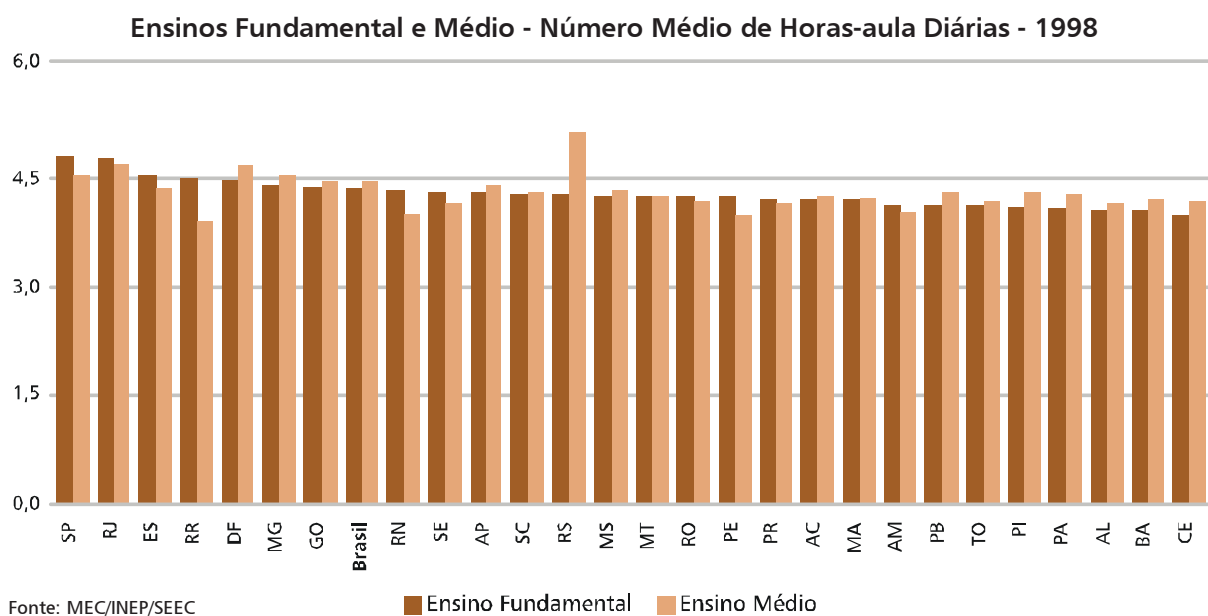
$$\frac{\sum_{k=1}^T (DT_k \times MAT_k)}{MAT_k}$$

onde DT_k é a duração do turno, em horas, na série, grupo de séries e/ou nível de ensino, indexado por k ; e MAT_k é a matrícula total na mesma série, grupo de séries e/ou nível de ensino, k , e T é o total de turnos.

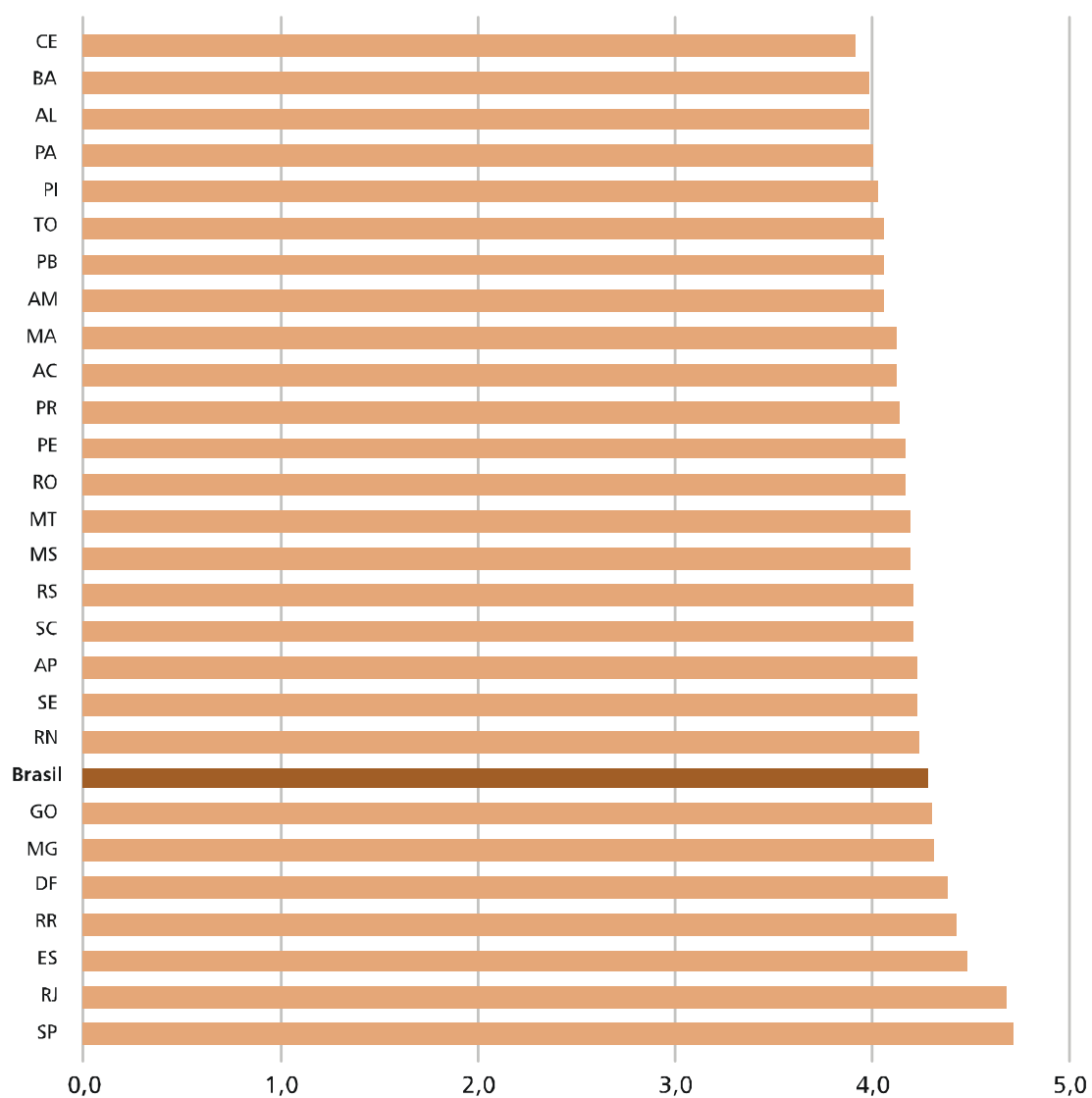
Número Médio de Horas-Aula Diária, segundo o Nível de Ensino - 1998



Número Médio de Horas-aula Diária



Ensino Fundamental - Número Médio de Horas-aula Diárias - 1998



Fonte: MEC/INEP/SEEC

A qualificação dos docentes foi objeto de duas recentes leis. A primeira lei, sob o nº 9.424, de dezembro de 1996, que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), estipulou um prazo de cinco anos para que os professores leigos obtenham a qualificação necessária ao exercício de suas atividades.

A segunda, sob o nº 9.394, de 30 de fevereiro de 1996, estabelecendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), foi mais enfática neste ponto ao definir que, até o ano de 2007, só serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço. Daí a opção de verificar, através deste indicador, o percentual de docentes com esta qualificação, o que nos permite avaliar o esforço que cada região e unidade da federação terá para cumprir este preceito.

No Brasil, em 1998, possuíam nível superior, apenas 18,1% dos professores que atuavam na educação infantil; 21,6% dos professores de 1ª à 4ª série do ensino fundamental; 75,8% dos professores de 5ª à 8ª série; e 89,3% dos docentes do ensino médio. Ao todo são cerca de 1 milhão de funções docentes da educação básica que não possuem formação em nível superior. Para cumprir a meta estabelecida na LDB e na lei que criou o Fundef, o País deverá formar cerca de 125 mil docentes por ano até 2007, quando se encerra a atual Década da Educação.

Este indicador, quando analisado para as regiões e unidades da federação, nos dá a dimensão dos esforços que terão que ser empreendidos para atingir tal objetivo. Tomemos como exemplo os docentes que atuam de 5ª à 8ª série do ensino fundamental. No total do Brasil, fica evidente que tem havido uma progressiva melhoria da qualificação dos docentes que atuam nestas séries. Mas na região Norte, menos da metade dos docentes 44,9% tem formação superior; no Nordeste este percentual é de 53,1%, enquanto a região de melhor desempenho, o Sudeste, têm 89,8% dos seus docentes com formação superior.

A política de expansão do ensino fundamental da década de 80, aliada à carência de profissionais qualificados e aos baixos salários, contribuiu para esse quadro. Por outro lado, leis como a LDB e o Fundef, promovem a valorização do professor, por meio de planos de carreira, melhoria salarial e qualificação profissional, e voltam a estimular o interesse pelo magistério.

Um dos principais desafios educacionais do país na próxima década será aumentar a escolaridade dos professores. Existem cerca de 1 milhão de funções docentes em todos os níveis da educação básica sem formação superior completa.

O Indicador

Este indicador permite avaliar o nível de qualificação dos docentes em exercício na Educação Infantil (Pré-Escola e Classe de Alfabetização), Ensino Fundamental (1ª à 4ª e 5ª à 8ª séries) e Ensino Médio.

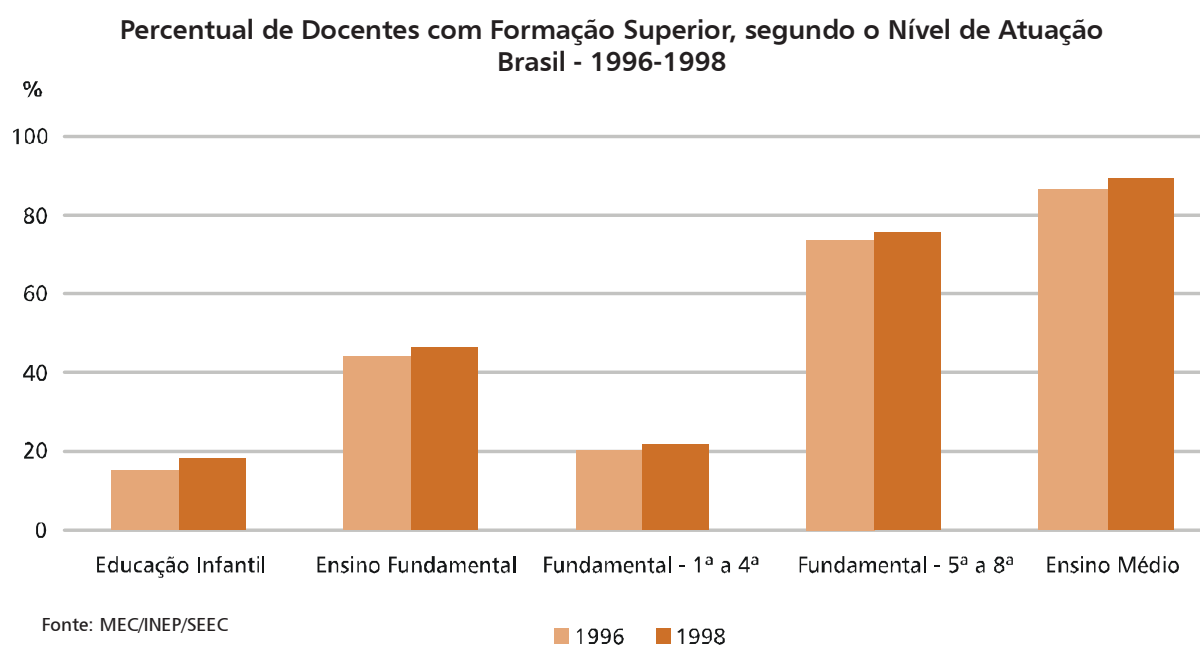
Esclarecimentos Metodológicos

O nível de qualificação refere-se às funções docentes, já que o mesmo professor pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de uma escola.

Fórmula de Cálculo

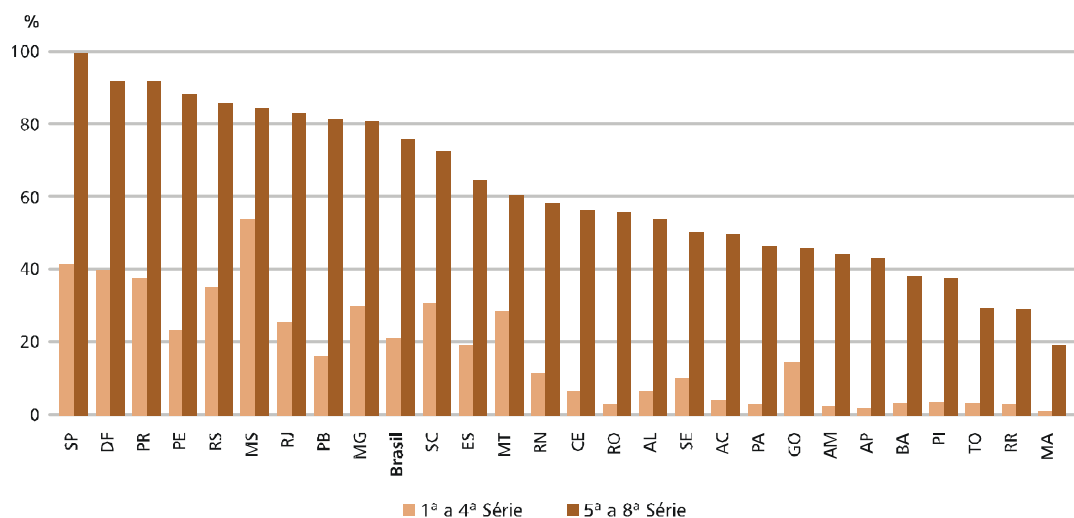
$$\frac{D_{(g,k)}}{D_{(k)}} \times 100$$

onde $D_{(g,k)}$ é o número de docentes com grau de formação g atuando no nível de ensino k e $D_{(k)}$ é o número total de docentes no nível de ensino k .

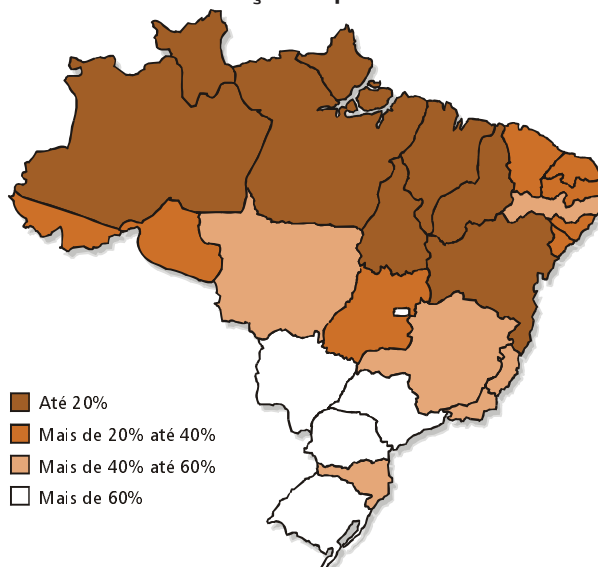


Qualificação dos Docentes

Percentual de Docentes com Formação Superior Atuando no Ensino Fundamental por Grupo de Séries - 1998

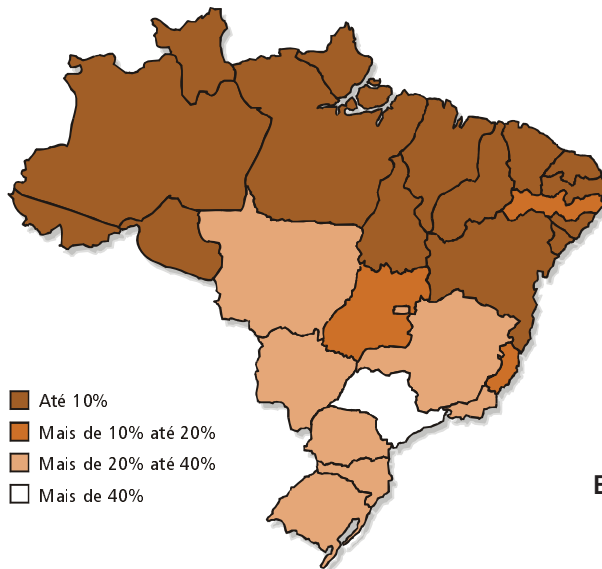


Ensino Fundamental – Percentual de Docentes com Formação Superior – 1998

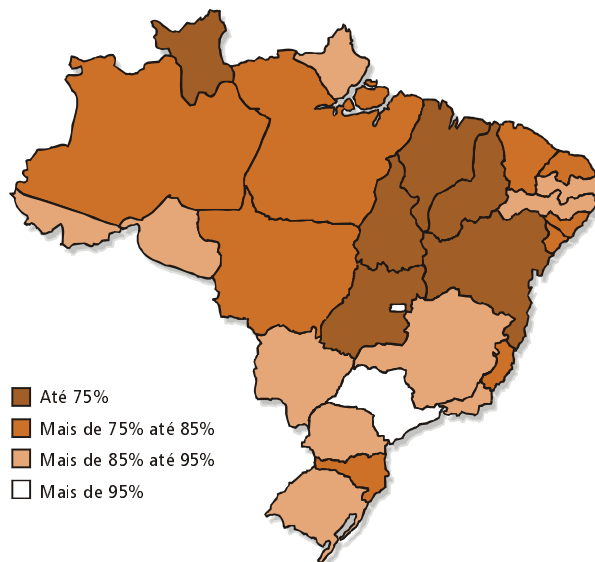


Fonte: MEC/INEP/SEEC

Educação Infantil – Percentual de Docentes com Formação Superior – 1998



Ensino Médio – Percentual de Docentes com Formação Superior – 1998



Fonte: MEC/INEP/SEEC

Em 1997, a média salarial dos docentes da Educação Básica no Brasil foi estimada em R\$ 529,92. De acordo com os dados levantados pelo Censo do Professor, 48,6% recebiam salário superior a R\$ 400,00 mensais. Os menores salários eram pagos aos docentes da rede pública municipal e os mais elevados, aos professores da rede privada.

Os docentes que atuam na educação infantil recebiam um salário médio de R\$ 419,48, dos quais 25% ganhavam menos que R\$ 160,00. A região Sudeste se destacou com o maior salário médio, R\$ 587,00, enquanto a região Nordeste, com R\$ 195,00, apresentou a menor média salarial.

No caso da região Norte, com uma média salarial de R\$ 322,01, observa-se a influência dos estados de Rondônia, Acre, Roraima e Amapá, antigos territórios, que ainda contribuem para a elevação da média salarial da região. Para a região Centro-Oeste, que detém a segunda maior média salarial, R\$ 573,64, também verifica-se o peso do salário dos docentes do Distrito Federal, com a maior média salarial do país, isto é, de R\$ 1.170,35. A região Sul, com um salário médio de R\$ 464,96, também se posiciona acima da média nacional.

A exigência mínima na formação diferencia a média salarial do docente que atua nas séries iniciais (1ª à 4ª) do ensino fundamental, daqueles que atuam nas séries finais (5ª à 8ª). Enquanto nas séries iniciais a média nacional é de R\$ 425,60, para as séries finais o salário médio foi calculado em R\$ 605,41, 42% superior. A região Sudeste desponta com as maiores médias, R\$ 613,97 e R\$ 738,57, respectivamente, superando as médias nacionais. Por outro lado o Nordeste apresenta os mais baixos valores, com R\$ 231,17 para as séries iniciais e R\$ 372,41 para as séries finais. O Distrito Federal apresentou as maiores médias salariais, com R\$ 1.162,32 para os docentes de 1ª à 4ª série e R\$ 1.353,56 para os de 5ª à 8ª séries.

No ensino médio, os salários se aproximam daqueles observados para as séries finais do ensino fundamental, em função da equivalência de formação acadêmica exigida, permitindo que muitos desses docentes atuem nesses dois níveis de ensino. O salário médio do docente do ensino médio era de R\$ 700,19, ficando a região Sudeste com a maior média salarial, R\$ 772,09. O levantamento foi feito um ano antes da implantação do Fundef, que proporcionou um ganho salarial expressivo aos professores, principalmente aos da rede pública municipal das regiões mais pobres do País.

Em 1997, o salário médio dos docentes da educação básica era de R\$ 529,92. Enquanto a Região Sudeste apresenta uma média salarial de R\$ 686,31, os docentes da educação básica da região Nordeste recebem em média R\$ 297,18.

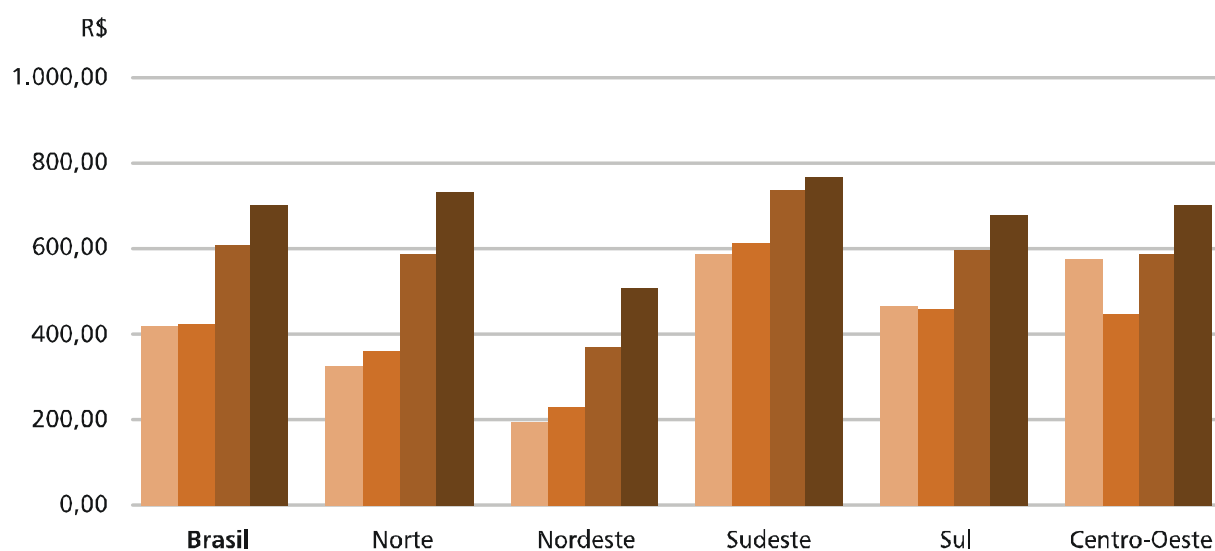
O Indicador

A partir dos dados levantados pelo Censo do Professor de 1997 foi calculada a média do salário bruto recebido pelos docentes da Educação Básica, segundo o seu nível de atuação.

Esclarecimentos Metodológicos

O Censo do Professor de 1997 foi o primeiro levantamento realizado pelo INEP/MEC, em âmbito nacional, que ofereceu elementos para um diagnóstico objetivo da situação dos docentes que atuam na Educação Básica, tendo sido respondido por 1.617.611 professores das redes pública e particular. Para o cálculo do salário médio foi considerada a seguinte desagregação: educação infantil (pré-escola e classe de alfabetização), ensino fundamental (1ª à 4ª e 5ª à 8ª séries) e ensino médio. Uma deficiência dessa pesquisa foi o não levantamento da carga horária de trabalho, vinculando-a ao salário recebido.

Educação Básica - Salário Médio dos Docentes (em R\$) - 1997

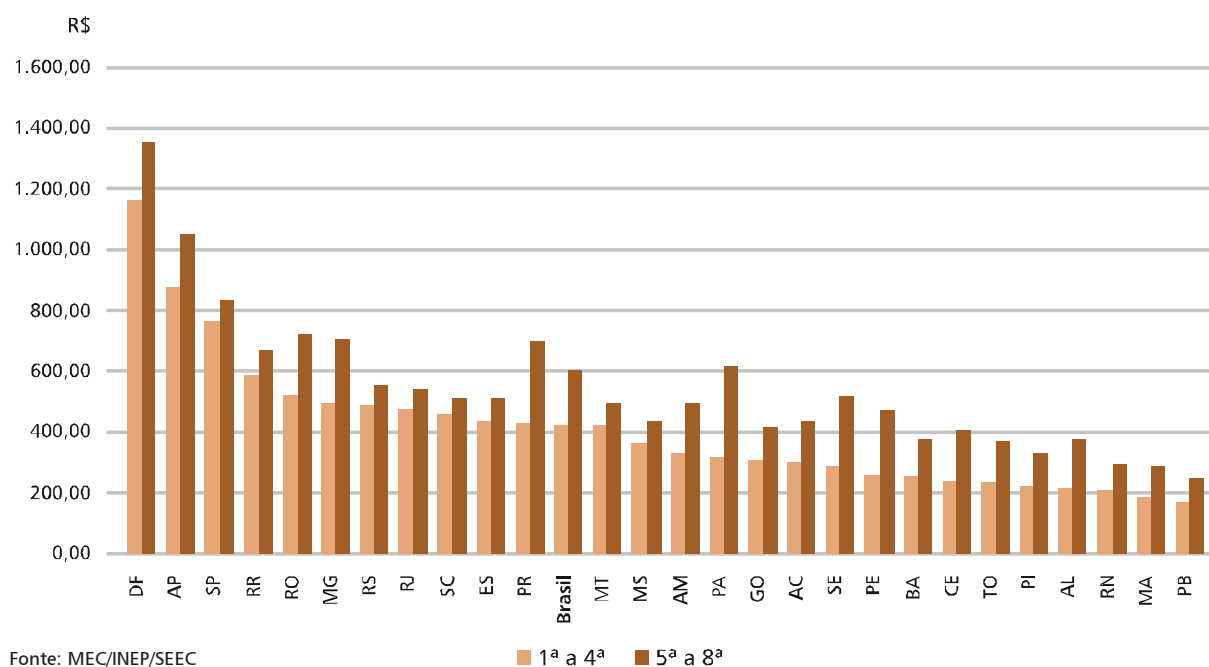


Fonte: MEC/INEP/SEEC

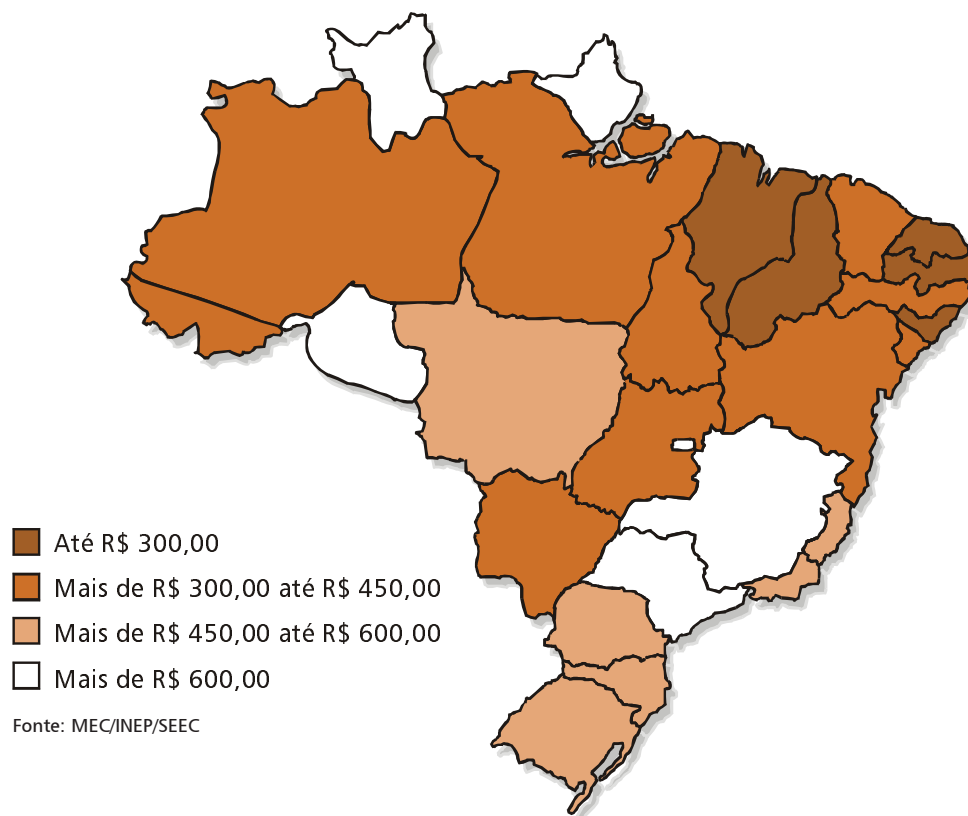
Educação Infantil 1ª a 4ª 5ª a 8ª Ensino Médio

Salário Médio dos Docentes

Ensino Fundamental – Salário Médio dos Docentes (em R\$) de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª Séries - 1997



Educação Básica – Salário Médio dos Docentes – 1997



Recursos Disponíveis na Escola

Em 1998, o Brasil ultrapassou a marca de 35 milhões de alunos matriculados no ensino fundamental, dos quais 97,6% eram atendidos em escolas com algum tipo de abastecimento de água. Da mesma forma, 92,7% desses alunos estudavam em escolas que dispunham de energia elétrica. Observa-se que nestes dois aspectos de infra-estrutura básica, a grande maioria dos estudantes brasileiros têm assegurado um padrão mínimo de oferta.

A partir desses indicadores básicos é possível identificar as disparidades regionais. Nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste quase a totalidade dos alunos é atendida em escolas com água e luz, enquanto as regiões Norte e Nordeste ainda atendem, juntas, 5% de seus alunos em escolas sem água e 15% em escolas sem energia elétrica.

Quando analisamos a presença de infra-estrutura de apoio pedagógico – biblioteca, quadra de esportes e laboratório de ciências – vemos que ainda há muito a ser melhorado. Senão vejamos: 56,6% dos alunos de ensino fundamental estudam em escolas com biblioteca, 49,7% em escolas com quadra de esporte e 22,3% em escolas com laboratório de ciências.

Os equipamentos disponíveis nas escolas, de acordo com as avaliações produzidas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), são um dos fatores que, associados à qualificação dos professores, aos materiais pedagógicos e à metodologia de ensino, entre outros, exercem grande influência na aprendizagem dos alunos.

As oportunidades educacionais estão diretamente relacionadas à região geográfica em que o estudante brasileiro reside. Se este aluno reside no Maranhão, o estado que concentra a maior população rural do País em termos percentuais, ele tem 82,2% de possibilidade de estudar em uma escola sem biblioteca. Por outro lado, se este mesmo aluno está no Distrito Federal, essa chance cai para apenas 5,5%.

As carências se sobressaem nas escolas de 1ª à 4ª série do ensino fundamental mantidas pelos governos municipais. Grande parte dessas escolas está localizada na zona rural. As escolas de 5ª à 8ª série, mantidas majoritariamente pelos governos estaduais, estão melhor equipadas. A situação se modifica de forma substantiva no ensino médio. A maioria dos estabelecimentos está dotada com abastecimento de água, energia elétrica, biblioteca e laboratório de ciências.

As condições físicas das escolas brasileiras de ensino fundamental ainda não são adequadas. A maioria dos alunos estuda em escolas que não possuem biblioteca, laboratório de ciências, quadra de esportes e outros equipamentos básicos. Estas condições mudam consideravelmente no ensino médio.

O Indicador

Este indicador revela a proporção de alunos atendidos em escolas que oferecem alguns recursos básicos, tais como, abastecimento de água, energia elétrica, biblioteca, quadra de esporte e laboratório de ciências.

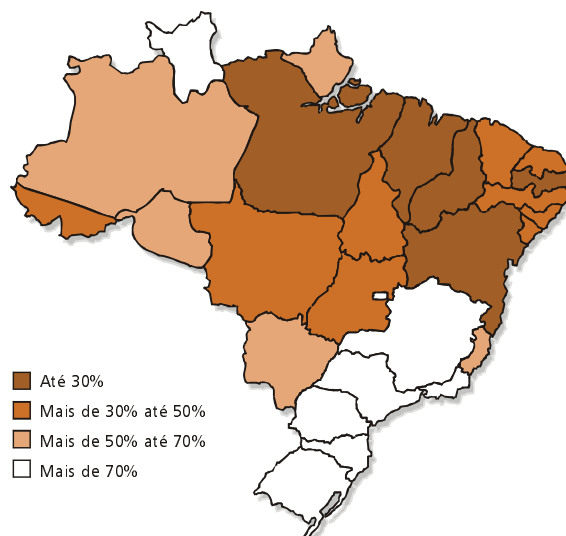
Esclarecimentos Metodológicos

Os recursos aqui selecionados contemplam aspectos de infraestrutura básica e, portanto, apresentam um maior impacto no processo ensino-aprendizagem.

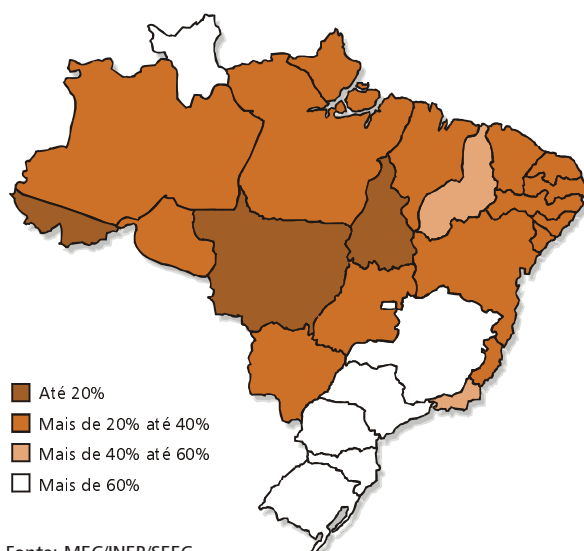
Fórmula de cálculo

Trata-se do percentual de alunos matriculados em escolas que oferecem cada um desses recursos, por grupo de séries e nível de ensino.

Ensino Fundamental – Percentual de Alunos Atendidos em Escolas com Biblioteca – 1998



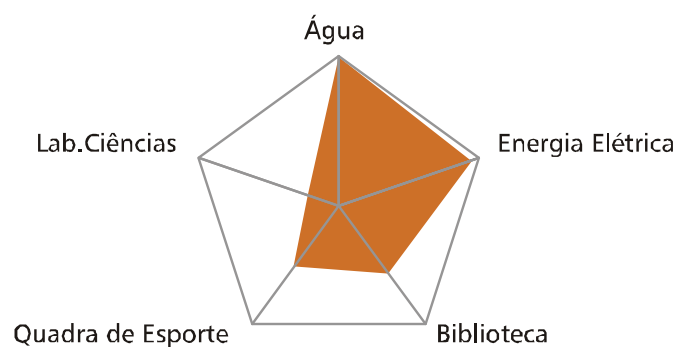
Ensino Médio – Percentual de Alunos Atendidos em Escolas com Laboratório de Ciências – 1998



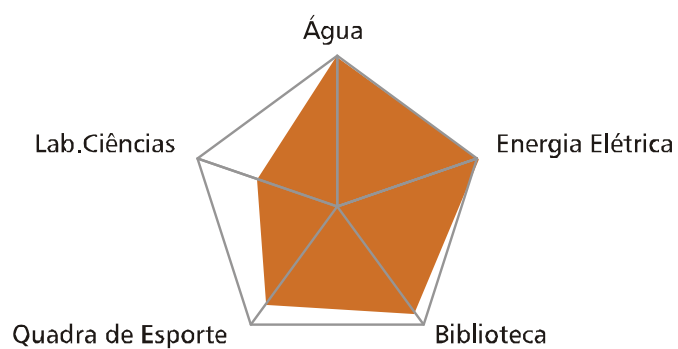
Fonte: MEC/INEP/SEEC

Recursos Disponíveis na Escola

Ensino Fundamental Percentual de Alunos Atendidos segundo Recursos Disponíveis da Escola - Brasil - 1998

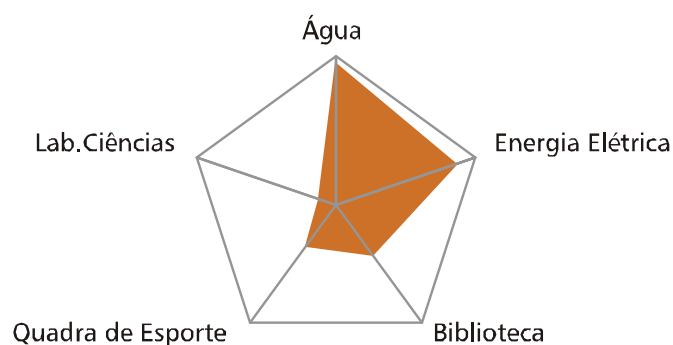


Ensino Médio Percentual de Alunos Atendidos segundo Recursos Disponíveis da Escola - Brasil - 1998

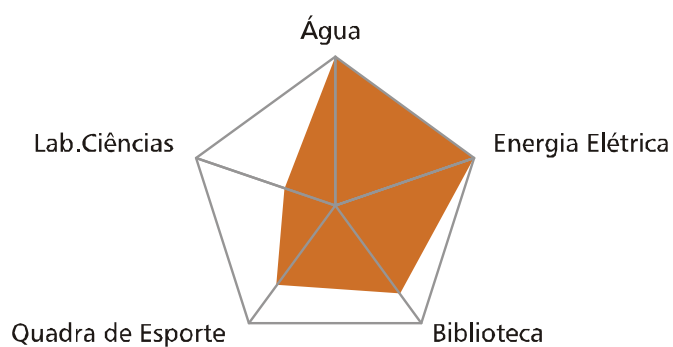


Fonte: MEC/INEP/SEEC

Ensino Fundamental - 1ª a 4ª Série
 Percentual de Alunos Atendidos segundo
 Recursos Disponíveis da Escola - Brasil - 1998



Ensino Fundamental - 5ª a 8ª Série
 Percentual de Alunos Atendidos segundo
 Recursos Disponíveis da Escola - Brasil - 1998



Fonte: MEC/INEP/SEEC



An abstract geometric design featuring a large yellow rectangle in the background. Overlaid on this are several other shapes: a dark red rectangle in the upper left, a brown horizontal bar at the top left, a yellow rectangle on the left side, and two smaller rectangles (one orange and one yellow) in the center-right area.

Acesso e Participação

Nas últimas décadas, o Brasil deu um salto expressivo no atendimento escolar da população de 7 a 14 anos. A taxa de atendimento escolar, que retrata o percentual de crianças na escola, independente do nível de ensino, passou de 67,0% em 1970, para 89,1% em 1994, e para 95,8% em 1998, índice próximo ao de países mais desenvolvidos.

Alagoas, com 88,8%, apresenta o menor índice de atendimento escolar nesta faixa etária. A maior taxa de cobertura é a do DF, com 98,9%. Todos os estados das regiões Sudeste e Sul possuem taxas de atendimento acima da média nacional.

Os dados revelam ainda que o Brasil já está perto de garantir a universalização do acesso ao ensino fundamental e obrigatório: 95,3% das crianças entre 7 e 14 anos estão matriculadas no nível adequado para a sua idade – o ensino fundamental.

Por outro lado, a taxa de escolarização bruta indica que há 28,1% de matrículas a mais nesse nível de ensino, superando a população em idade escolar. A elevada retenção de alunos faz com que a matrícula ultrapasse, em alguns estados, a 60% da *coorte* de 7 a 14 anos, demonstrando o grau de ineficiência dos sistemas de ensino.

Na faixa etária de 15 a 17 anos, 81% dos adolescentes brasileiros estão matriculados na escola, independente do nível de ensino. São Paulo possui o maior percentual de atendimento escolar neste grupo etário: 93,4%. O menor índice de atendimento é o do Piauí, com 67,7%.

As taxas de escolarização líquida e bruta do ensino médio ainda são bastante insatisfatórias. Apesar de 81,1% dos adolescentes entre 15 e 17 anos estarem freqüentando a escola, apenas 30,8% deles cursam o nível de ensino adequado para a sua idade.

Ou seja: cerca de dois terços dos adolescentes possuem um histórico de um ou dois anos de atraso escolar. Por isso, a taxa de escolarização bruta, equivalente à soma de todas as matrículas do ensino médio, em que pese o crescimento anual de 11,5% no número de alunos, ainda corresponde a 68,1% da população de 15 a 17 anos. Elevar ainda mais as taxas de atendimento significa trazer para a escola todas as crianças que vivem em situação de risco e melhorar a eficiência dos sistemas de ensino.

O Brasil está perto de colocar todas as crianças de 7 a 14 anos na escola. A taxa de atendimento escolar da população nesta faixa etária já atinge 95,8%. Da população na faixa etária de 15 a 17 anos, 81,1% estão na escola.

O Indicador

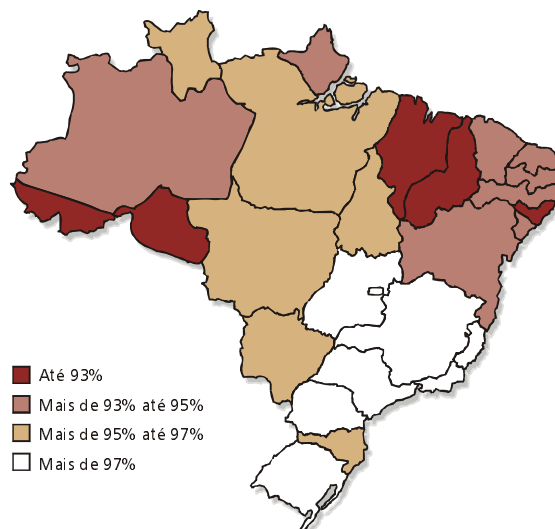
Estes indicadores permitem avaliar questões relativas ao acesso e participação da população na faixa etária recomendada nos diversos níveis de ensino. A taxa de atendimento possibilita identificar o percentual da população em idade escolar que frequenta a escola. A taxa de escolarização líquida identifica o percentual da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado a essa faixa etária. A taxa de escolarização bruta possibilita comparar o total de matrículas de determinado nível de ensino com a população na faixa etária adequada à esse nível de ensino.

Esclarecimentos Metodológicos

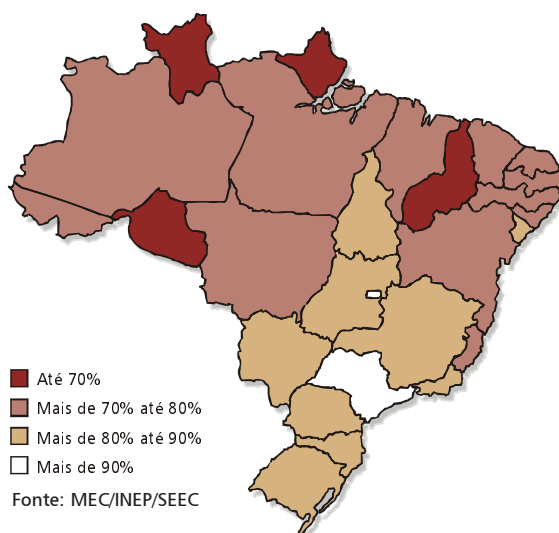
Para o cálculo deste indicador utiliza-se dois bancos de dados diferentes: matrícula e população. A matrícula é obtida através

do Censo Escolar enquanto a população é projetada com base no Censo Demográfico e nas PNADs (IBGE). A utilização de dados oriundos de levantamentos distintos exige a adoção de um tratamento estatístico para a compatibilização dos mesmos.

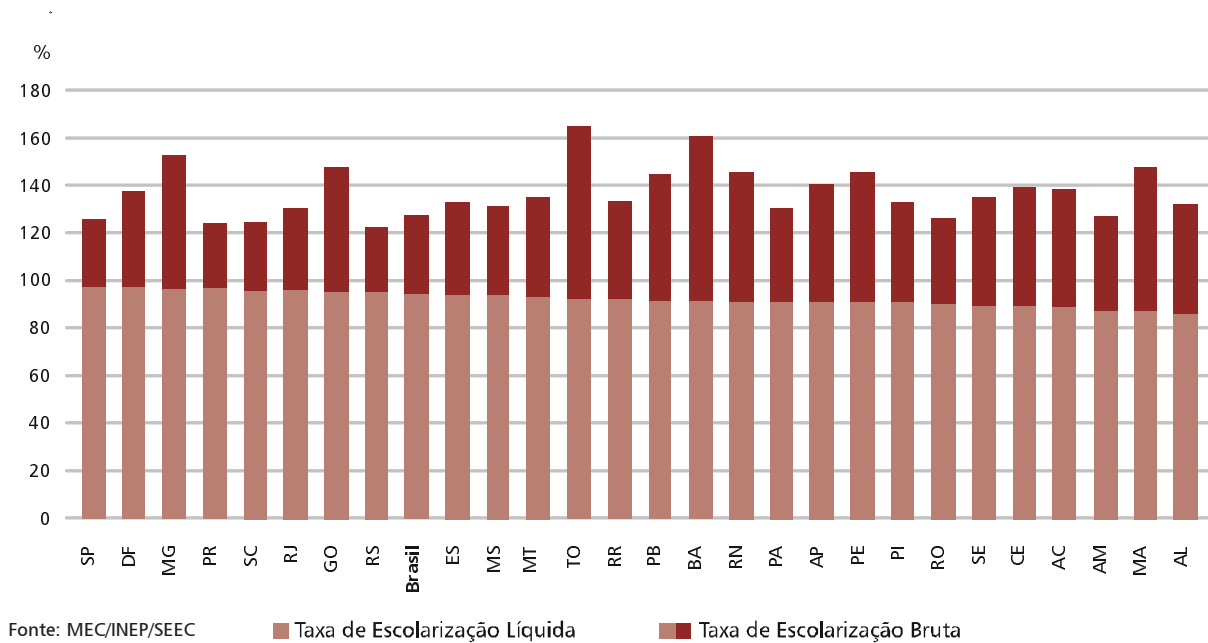
Taxa de Atendimento na Faixa Etária de 7 a 14 anos – 1998



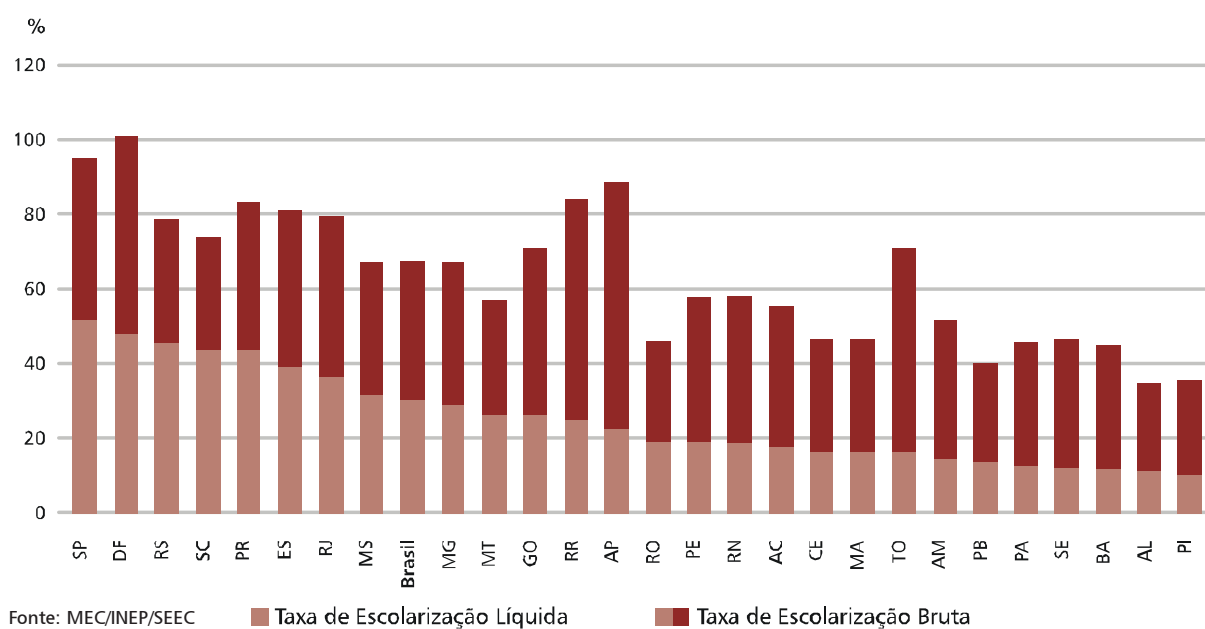
Taxa de Atendimento na Faixa Etária de 15 a 17 anos – 1998



Ensino Fundamental - Taxas de Escolarização Líquida e Bruta - 1998



Ensino Médio - Taxas de Escolarização Líquida e Bruta - 1998



A década de 90 marca a virada das mulheres, que ultrapassaram os homens brasileiros em nível de escolarização. A proporção de pessoas analfabetas já é significativamente menor entre as mulheres do que entre os homens em todos os grupos com até 39 anos de idade.

As mulheres brasileiras também ultrapassaram os homens em número médio de anos de estudo e, nas salas de aula, reinam absolutas: 85% dos professores da educação básica em todo o país são do sexo feminino. As mulheres já são maioria entre os alunos do ensino médio e do ensino superior e entre os alunos da 5ª à 8ª série do ensino fundamental.

Apesar de, nas relações de trabalho, a mulher brasileira ainda receber um salário inferior ao do homem, a sua participação no acesso à educação e, principalmente, a sua permanência e ingresso nos níveis superiores de ensino supera a participação masculina em todas as regiões do país. É uma revolução silenciosa.

Em 1998, o ensino fundamental de 1ª à 4ª série contava com uma participação feminina de 47,7% e no de 5ª à 8ª série as mulheres já superavam os homens com uma participação de 50,9%. Esta tendência se confirma no ensino médio, onde a participação feminina atinge a marca de 55,9%, culminando em uma participação de 55,0% no ensino superior.

A análise deste fenômeno entre as unidades da federação surpreende. Senão vejamos: no Piauí, as mulheres têm uma participação de 61,1% no ensino médio, e em Goiás elas respondem por 61,1% da matrícula no ensino superior.

Dentre os fatores socioeconômicos e culturais que explicam esta virada na escolarização feminina, o de maior influência tem sido o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, estimulando-as a buscar um melhor nível de escolaridade, até mesmo como forma de compensar a discriminação salarial de gênero que continua existindo, conforme comprovam pesquisas recentes.

Por outro lado, e paradoxalmente, a precoce entrada no mercado de trabalho das crianças e adolescentes do sexo masculino, provenientes das famílias de baixa renda, deve estar contribuindo para o avanço mais acelerado das mulheres em termos de escolaridade.

As mulheres brasileiras superam os homens em permanência na escola. Elas são maioria nas quatro séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e no ensino superior. Estudam mais que os homens e possuem os menores índices de analfabetismo.

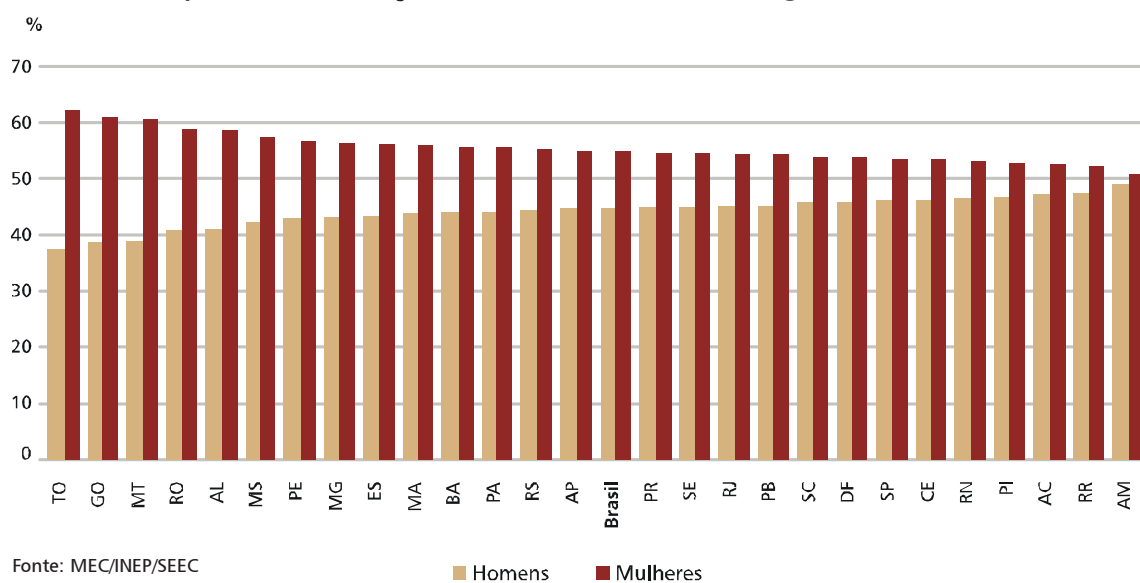
O Indicador

A análise da matrícula nos diversos níveis de ensino, segundo o sexo, permite avaliar a participação dos homens e mulheres na composição da escolarização da população brasileira. Considerando a discriminação em função do sexo uma questão inaceitável em uma sociedade moderna, este indicador mostra a participação de homens e mulheres na matrícula do ensino fundamental, ensino médio e ensino superior.

Esclarecimentos Metodológicos

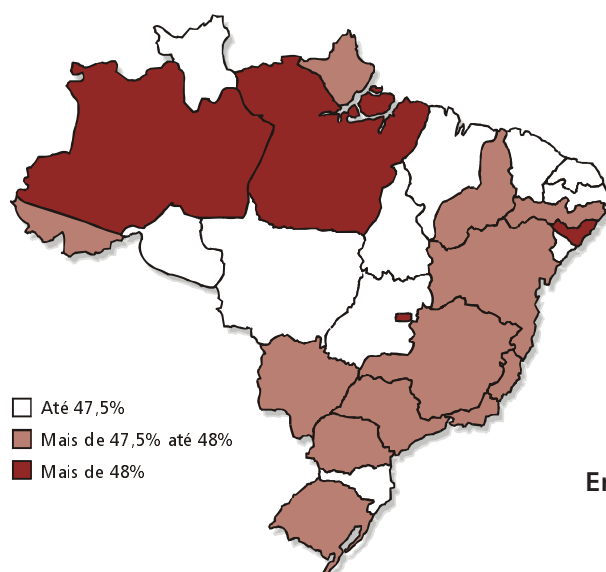
Este indicador poderá ser apresentado tanto para o sexo masculino quanto para o sexo feminino, de tal forma que a soma entre as duas parcelas será 100%.

Ensino Superior - Distribuição Percentual da Matrícula segundo o Sexo - 1998

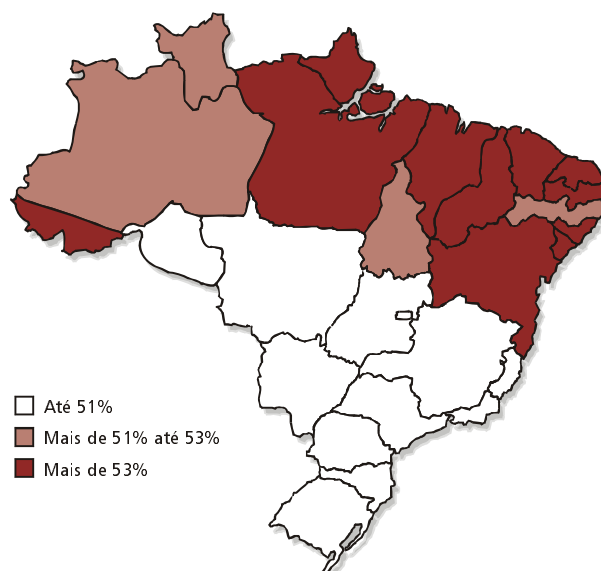


Distribuição da Matrícula por Sexo

Ensino Fundamental – 1ª a 4ª série – Percentual de Matrículas do Sexo Feminino – 1998

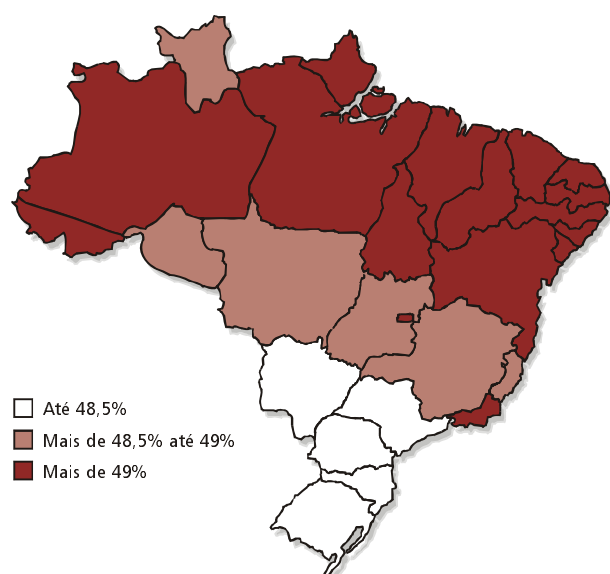


Ensino Fundamental – 5ª a 8ª série – Percentual de Matrículas do Sexo Feminino – 1998

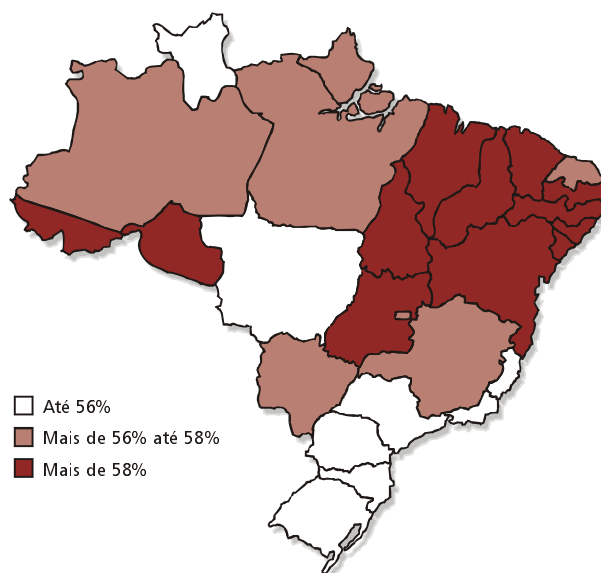


Fonte: MEC/INEP/SEEC

Ensino Fundamental – Percentual de Matrículas do Sexo Feminino – 1998



Ensino Médio – Percentual de Matrículas do Sexo Feminino – 1998



Fonte: MEC/INEP/SEEC





Eficiência e Rendimento Escolar

A taxa de aprovação no Brasil vem apresentando uma tendência de aumento, ao mesmo tempo em que diminuiu a reprovação e o abandono. No ensino fundamental, a taxa de aprovação subiu de 71,8%, em 1996, para 76,0%, em 1997, enquanto a reprovação e o abandono caíram de 13,9% para 11,2% e de 14,3% para 12,8%, respectivamente. No ensino médio, a taxa de aprovação evoluiu de 71,6% para 76,7%, ao mesmo tempo em que a reprovação e o abandono regrediram de 9,5% para 7,3% e de 18,9% para 16,0%.

As taxas apresentam o mesmo comportamento por série nas cinco regiões do país. O Sudeste possui as melhores taxas em comparação com as demais regiões. São Paulo se destaca com os melhores indicadores de rendimento escolar no ensino fundamental e médio, alcançando uma taxa de aprovação em 1997, de 90,3% e 83,5%, respectivamente.

Há, entretanto, alguns estados na contramão dessa tendência nacional, entre eles o Rio de Janeiro, onde a taxa de reprovação no ensino fundamental, entre 1996 e 1997, passou de 12,7% para 14,2%; e Alagoas, onde o abandono passou de 23,4% para 25,1% no mesmo período.

A 1ª série apresenta as mais baixas taxas de aprovação no ensino fundamental e no ensino médio. No primeiro, alguns estados têm conseguido fugir deste padrão, através da implantação dos ciclos e das classes de aceleração de aprendizagem. Os destaques ficam para SP, DF, ES e PR.

Ainda com relação à 1ª série do ensino fundamental, vale ressaltar que a maioria dos estados das regiões Norte e Nordeste têm apresentado aumento nas taxas de aprovação e decréscimo nas taxas de reprovação nos últimos anos, ainda que essas taxas estejam em patamares inferiores à maioria dos estados das outras regiões. Especial destaque é dado para o estado do Ceará, onde a taxa de aprovação evoluiu de 50,3% para 63,7% e a de reprovação, de 16,1% para 14,8%.

A influência dos ciclos e das classes de aceleração de aprendizagem está melhorando os indicadores de rendimento escolar. Em 1997, as taxas de aprovação alcançaram 76,0% no ensino fundamental e 76,7% no ensino médio.

O Indicador

Ao final do ano letivo, o aluno matriculado é avaliado quanto ao preenchimento dos requisitos de aproveitamento e frequência, podendo ser considerado aprovado, reprovado ou afastado por abandono. Desta avaliação podem ser calculadas três taxas: aprovação, reprovação e abandono. Vale esclarecer que as fórmulas de cálculo das taxas de rendimento sofreram ajustes a partir do Censo Escolar 1999, diante da incorporação nos questionários da informação de reclassificados por série.

Esclarecimentos Metodológicos

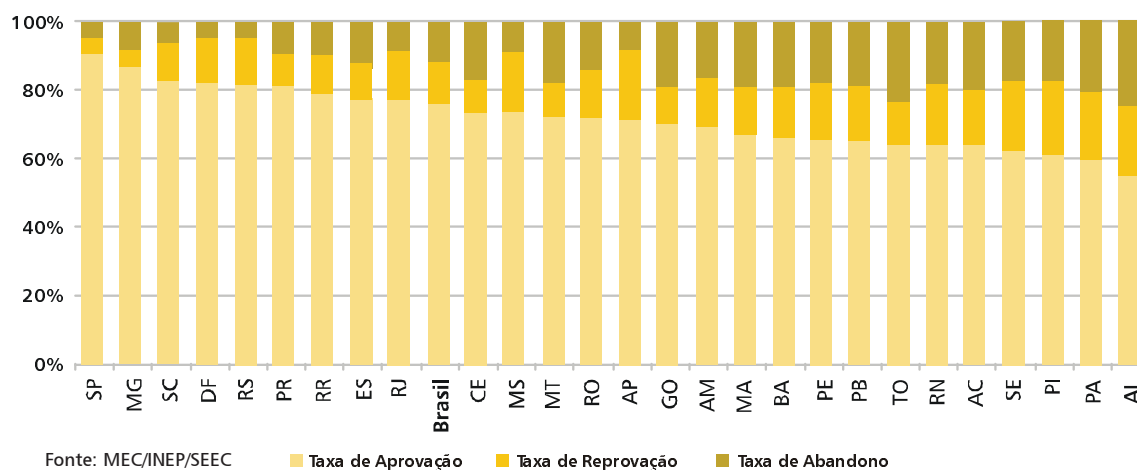
A matrícula inicial é obtida através do Censo Escolar do ano em que foi cursada, enquanto os dados de rendimento só estão disponíveis no censo escolar do ano seguinte.

Fórmula de Cálculo

$$\frac{REND_k}{MAT_k - AFT_k + ADT_k} \times 100$$

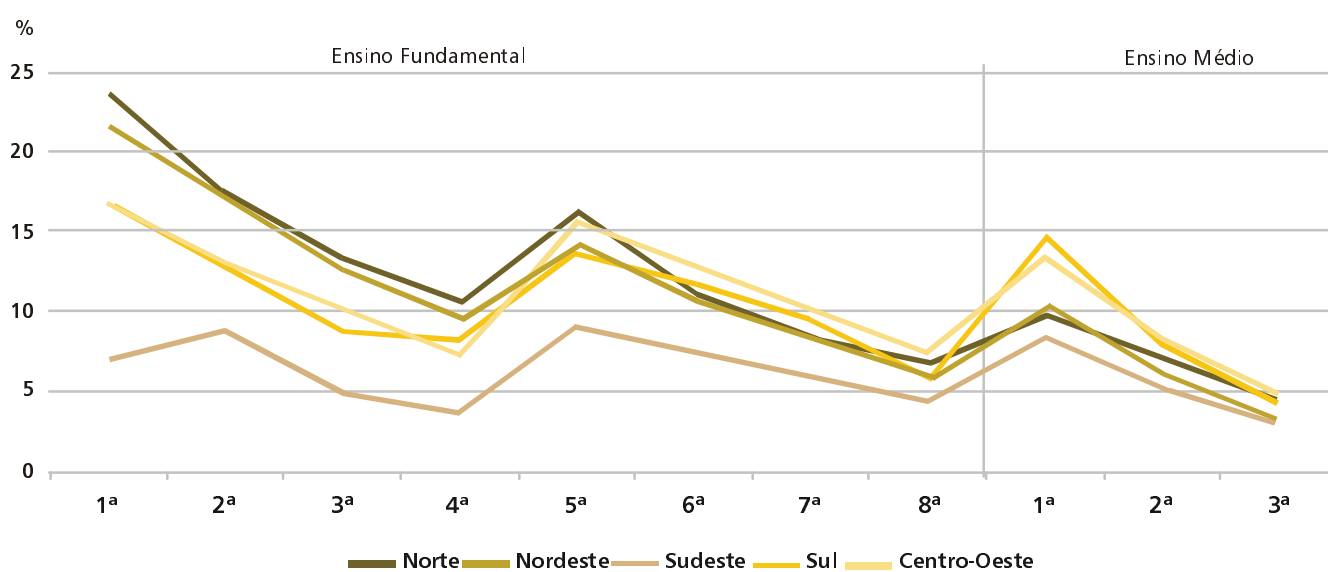
onde $REND_k$ é o número de aprovados, reprovados ou afastados por abandono, na série ou grupo de séries em um nível de ensino, indexado por k . MAT_k é a matrícula inicial na data de referência do Censo Escolar; AFT_k é o número de alunos afastados por transferência e ADT_k é o número de alunos admitidos após a data de referência do Censo Escolar.

Ensino Fundamental - Taxas de Aprovação, Reprovação e Abandono - 1997



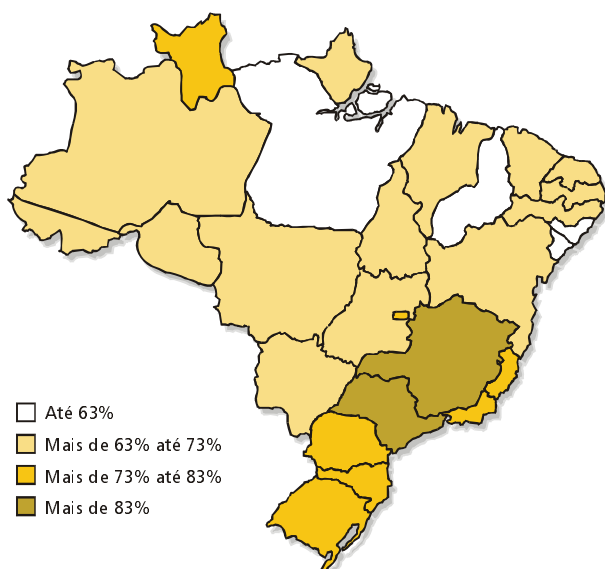
Taxas de Rendimento Escolar

Ensinos Fundamental e Médio - Taxa de Reprovação por Série - Regiões - 1997

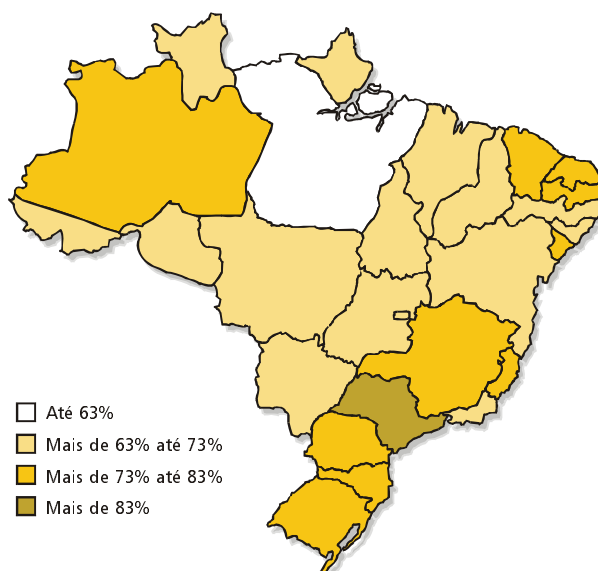


Fonte: MEC/INEP/SEEC

Ensino Fundamental – Taxa de Aprovação – 1997



Ensino Médio – Taxa de Aprovação – 1997



Fonte: MEC/INEP/SEEC

Taxas de Distorção Idade-Série

A pesar da pouca rigidez do critério adotado para medição da distorção idade-série, 46,7% dos 35,7 milhões de alunos do ensino fundamental e 53,9% dos 6,9 milhões de alunos matriculados no ensino médio no País, apresentaram distorção entre a idade e a série que freqüentavam em 1998.

Através deste indicador é possível identificar o fenômeno da retenção de alunos pelos diversos sistemas educacionais. Para se ter uma idéia do tamanho do represamento provocado pela cultura da repetência, há cerca de 8,5 milhões de alunos do ensino fundamental com 15 anos ou mais de idade que já poderiam estar cursando o ensino médio.

Outros 3,7 milhões de alunos do ensino médio possuem 18 anos ou mais de idade que já poderiam estar cursando a universidade.

Neste indicador, as diferenças regionais novamente se sobressaem. Verificam-se na 1ª série do ensino fundamental estados com taxas de distorção variando entre 2% à 60%. As regiões Sul e Sudeste apresentam as menores taxas de distorção, de 10,5% e de 14,7%, respectivamente, destacando-se o Distrito Federal (2,6%) e os estados de São Paulo (5,7%) e Rio Grande do Sul (9,6%). As maiores taxas ficam na região Nordeste, nos estados de Alagoas (58,8%) e Maranhão (58,5%).

O problema da distorção idade-série é um reflexo dos critérios de promoção adotados no âmbito de cada sistema de ensino. Aos poucos, a cultura da repetência vem sendo superada, mas ainda continua muito enraizada na escola e na sociedade brasileira.

Havia uma crença disseminada que a repetência é benéfica e favoreceria a aprendizagem. Mas isso é um equívoco. As reprovações sistemáticas são um desastre para o desenvolvimento cognitivo e emocional dos alunos.

Como uma das políticas para enfrentamento deste problema, a partir de 1997, foram organizadas as primeiras classes de aceleração de aprendizagem. O objetivo deste programa, incentivado pelo Ministério da Educação e desenvolvido pelas secretarias estaduais e municipais, é devolver o sincronismo entre a idade e a série, atenuando o problema da distorção e recuperando a auto-estima dos alunos.

A taxa de distorção idade-série atinge 46,7% dos alunos do ensino fundamental e 53,9% do ensino médio. Cerca de 16,7 milhões de alunos do ensino fundamental e 3,7 milhões do ensino médio estão atrasados em seus estudos.

O Indicador

Em um sistema educacional seriado, existe uma adequação teórica entre a série e a idade do aluno. No caso brasileiro, considera-se a idade de 7 anos como a idade adequada para ingresso no ensino fundamental e a de 14 para a conclusão. A faixa etária correta para o ensino médio vai de 15 a 17 anos. Este indicador permite relacionar o percentual de alunos, em cada série, que se encontra com idade superior à recomendada.

Esclarecimentos Metodológicos

Como o Censo Escolar obtém a informação sobre idade através do ano de nascimento, o indicador é expresso pelo quociente entre o número de alunos que, no ano t , completam $i+2$ anos ou mais (nascimento antes de $t-[i+1]$) e a matrícula total na série k . A justificativa deste cri-

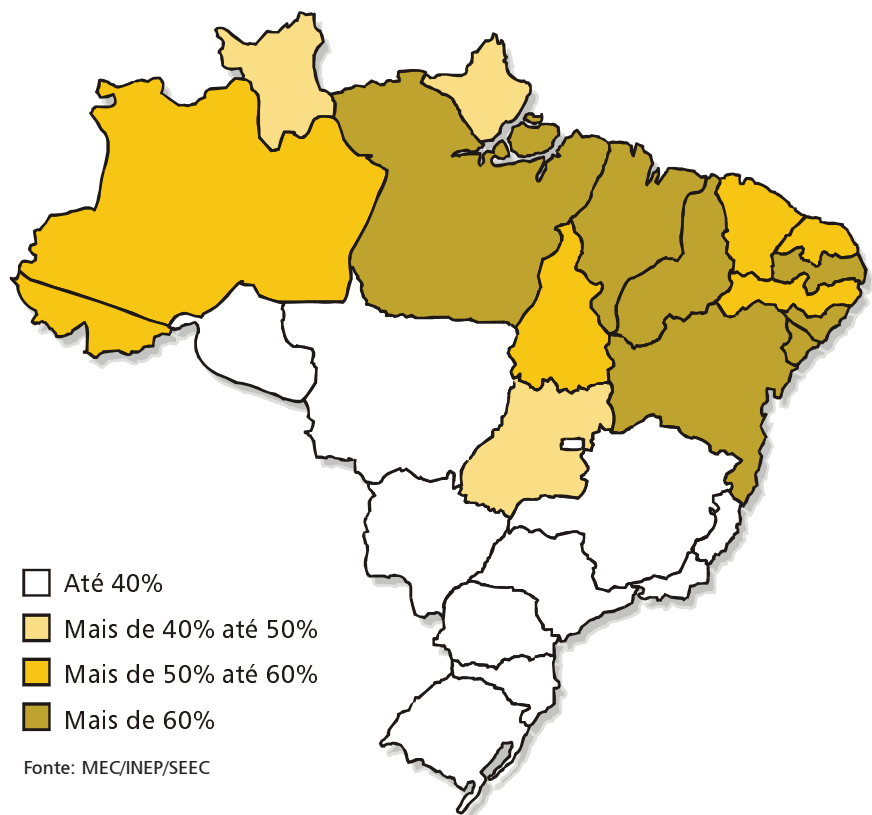
tério é que os alunos que nasceram em $t-[i+1]$, completam $i+1$ anos no ano t e, portanto, em algum momento deste ano (de 1º de janeiro a 31 de dezembro) ainda permaneciam com i anos e, por isso, o critério aqui adotado, considera estes alunos como tendo idade adequada para esta série. Os que nasceram depois de $t-[i+1]$ completam, no ano t , i anos ou menos.

Fórmula de Cálculo

$$\frac{MAT_{(s,i)}}{MAT_s} \times 100$$

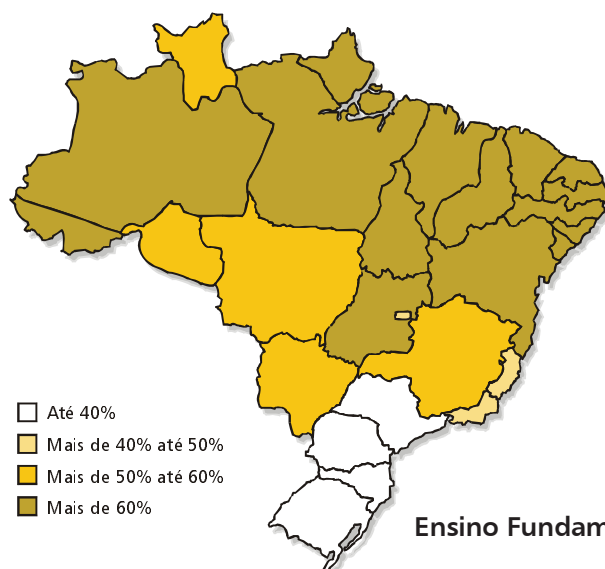
onde $MAT_{(s,i)}$ é a soma das matrículas na série s , acima da idade i ; a idade i é considerada a idade adequada à série s ; e MAT_s é a matrícula inicial na série s .

Ensino Fundamental – 1ª a 4ª – Taxa de Distorção Idade-Série – 1998

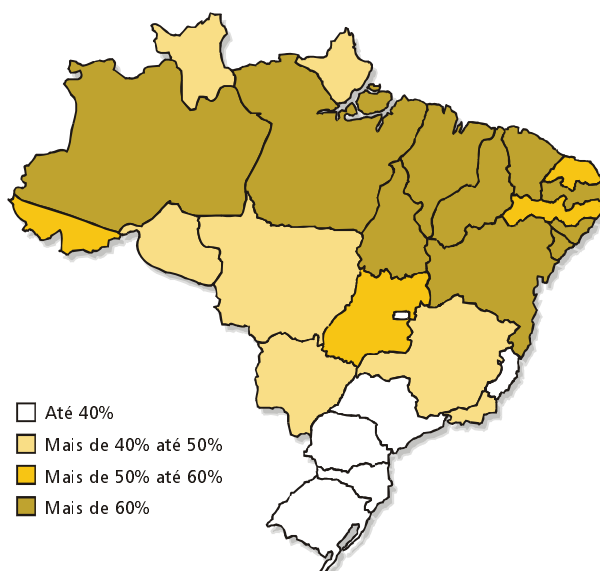


Taxas de Distorção Idade-Série

Ensino Fundamental – 5ª a 8ª – Taxa de Distorção Idade-Série – 1998

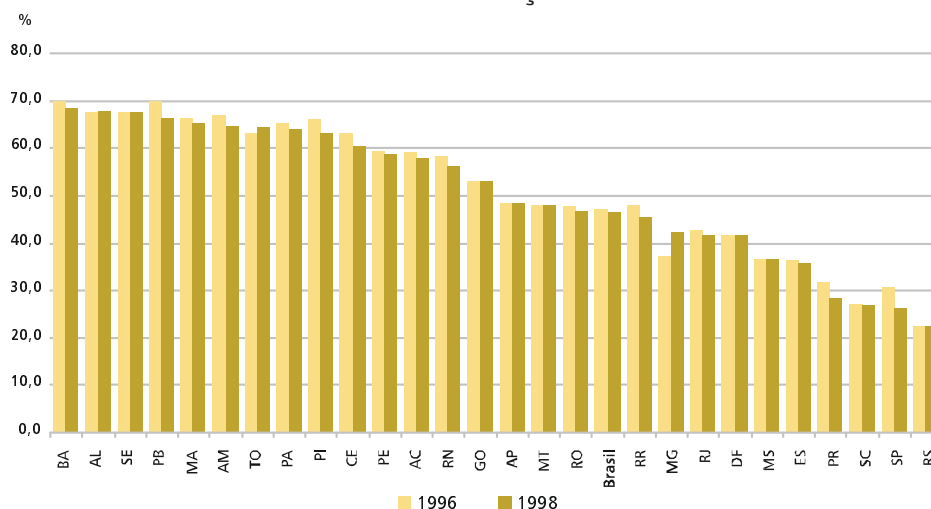


Ensino Fundamental – Taxa de Distorção Idade-Série – 1998

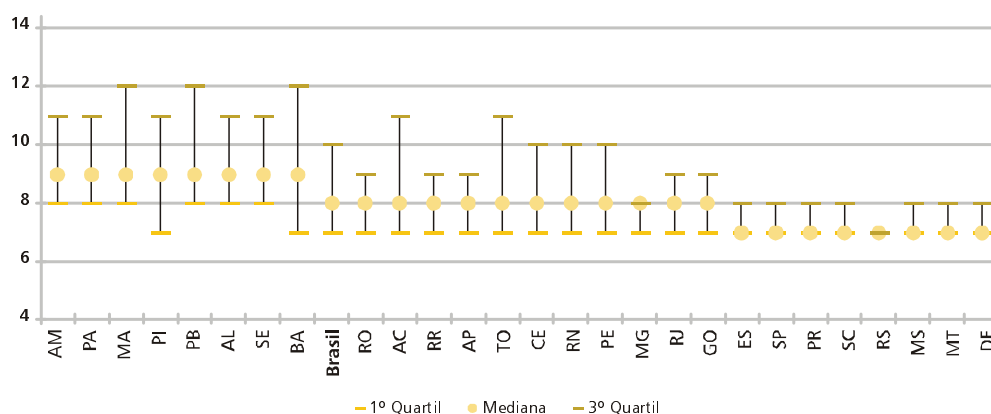


Fonte: MEC/INEP/SEEC

Ensino Fundamental - Taxa de Distorção Idade-Série - 1996 - 1998



Ensino Fundamental - Mediana e Variação das Idades dos Alunos Matriculados na 1ª Série - 1998



Fonte: MEC/INEP/SEEC

O sistema educacional brasileiro vem ganhando eficiência e os indicadores de fluxo escolar têm melhorado em todas as regiões. A promoção está subindo, enquanto a repetência e a evasão apresentam movimento de queda.

A taxa de promoção no ensino fundamental saltou de 64,5%, em 1995, para 72,7%, em 1997. No mesmo período, a taxa de repetência recuou de 30,2% para 23,4% e a de evasão regrediu de 5,3% para 3,9%. No ensino médio, a evolução da promoção foi de 65% para 74,5%, enquanto as taxas de repetência e evasão declinaram, respectivamente, de 26,7% para 18,7% e de 8,3% para 6,8%.

Existem situações críticas nas primeiras séries, onde algumas unidades da federação detêm taxas de repetência acima de 50%, inchando o sistema e o custo de sua manutenção. O problema atinge 61% dos alunos da 1ª série do ensino fundamental do estado do Pará. No Piauí, o índice é de 60,8%, seguido de Alagoas, com taxa de 60,4%, Acre, com 59%, e Maranhão, com 56,9%. Outros estados que se destacam no ranking da repetência são: BA (52,9%), PB (55,5%), SE (57,4%) e TO (54,8%).

Para superar esse desafio, é preciso se basear na racionalização organizacional, promover mudanças nos padrões de gestão, melhorar a qualidade de ensino e, sobretudo, rever os critérios de avaliação do aluno em sala de aula.

A saída pode ser a implantação das classes de aceleração e/ou a organização do sistema em ciclos. Por exemplo, em São Paulo, a matrícula na 1ª série do Ensino Fundamental já é menor que a matrícula na 8ª série, enquanto na Bahia a matrícula na 1ª série é quatro vezes o tamanho da coorte de 7 anos.

Entretanto, a estas alternativas pressupõe, investir pesadamente em formação de professores, reformulação do material didático e em mecanismos permanentes de avaliação.

Estima-se que o país gaste, por ano, cerca de R\$ 5 bilhões com repetência e evasão. Se a taxa for reduzida em 1% ao ano, o país poderá obter os recursos que faltam para assegurar a matrícula nos demais níveis de escolaridade, especialmente no ensino médio e na educação profissionalizante.

A tendência verificada é de aumento das taxas de promoção e diminuição da repetência e da evasão. Mesmo assim, as taxas de repetência continuam elevadas, principalmente na 1ª série do ensino fundamental.

O Indicador

Em um sistema educacional é possível avaliar a progressão dos alunos a partir das taxas de transição entre séries, isto é, para cada série existe um fluxo de entrada e um fluxo de saída:

1. Fluxo de entrada: alunos promovidos (alunos na série k no ano t que estavam matriculados, no ano t-1, na série k-1) e alunos repetentes (alunos na série k no ano t que estavam matriculados, no ano t-1, na série k);

2. Fluxo de saída: alunos promovidos à série seguinte (alunos na série k+1 no ano t+1 que estavam matriculados, no ano t, na série k), alunos repetentes (alunos na série k no ano t+1 que estavam matriculados, no ano t, na série k) e alunos evadidos (alunos matriculados na série k no ano t que, no ano t+1, não se matriculam)

A partir desta configuração é possível o cálculo das taxas de transição entre séries (promoção, repetência e evasão).

Esclarecimentos Metodológicos

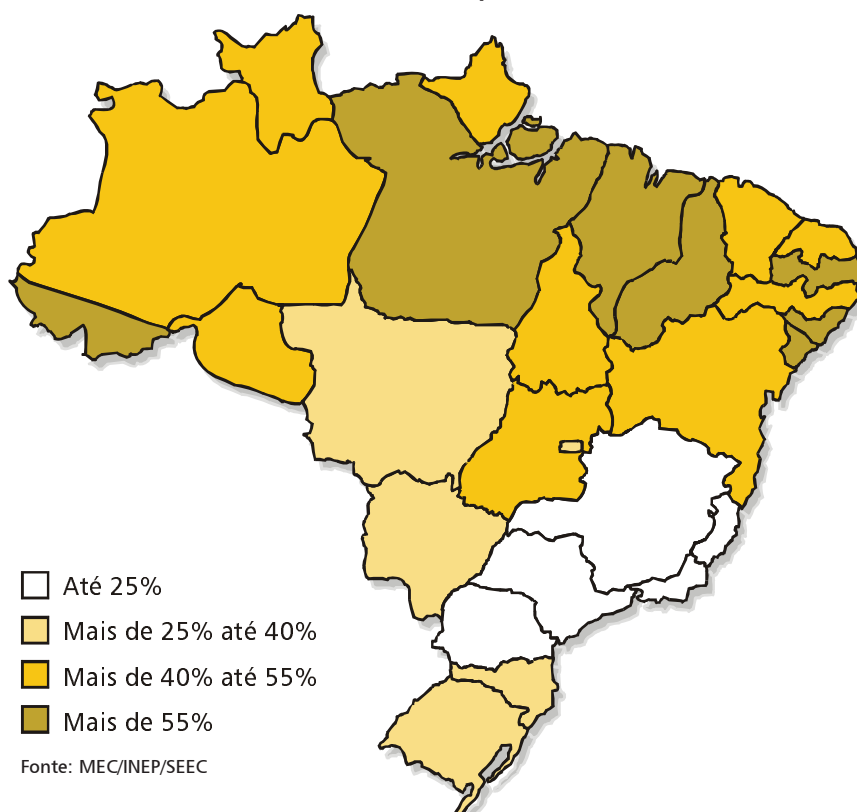
A informação relativa à matrícula inicial é extraída do Censo Escolar. O número de promovidos, repetentes e evadidos é estimado de acordo com o modelo de fluxo escolar proposto pela UNESCO-Análise e Projeções de Matrícula nos Países em Desenvolvimento, Tore Thonstad, Paris 1986 e corrigido para o sistema educacional brasileiro, conforme proposta de Klein, Produção e Utilização de Indicadores Educacionais-LNCC/CNPq, Rio de Janeiro, 1995. Para maiores esclarecimentos sobre o modelo, consulte também A Matrícula no Ensino Fundamental em Perspectiva, SEEC/INEP/MEC, Brasília, 1999.

Fórmula de Cálculo

$$\frac{TRANS_{k,t+1}}{MAT_{k,t}} \times 100$$

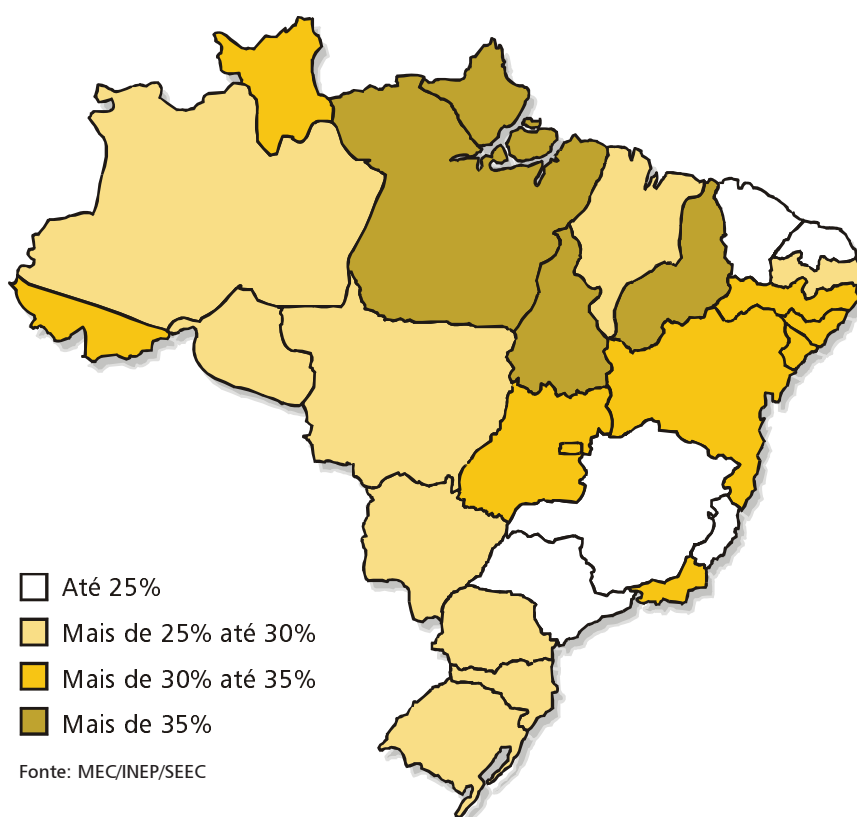
onde $TRANS_{k,t+1}$ é o número de promovidos, evadidos ou repetentes, na série k no ano $t+1$; $MAT_{k,t}$ é a matrícula inicial na série k no ano t .

Ensino Fundamental – Taxa de Repetência na 1ª Série – 1997

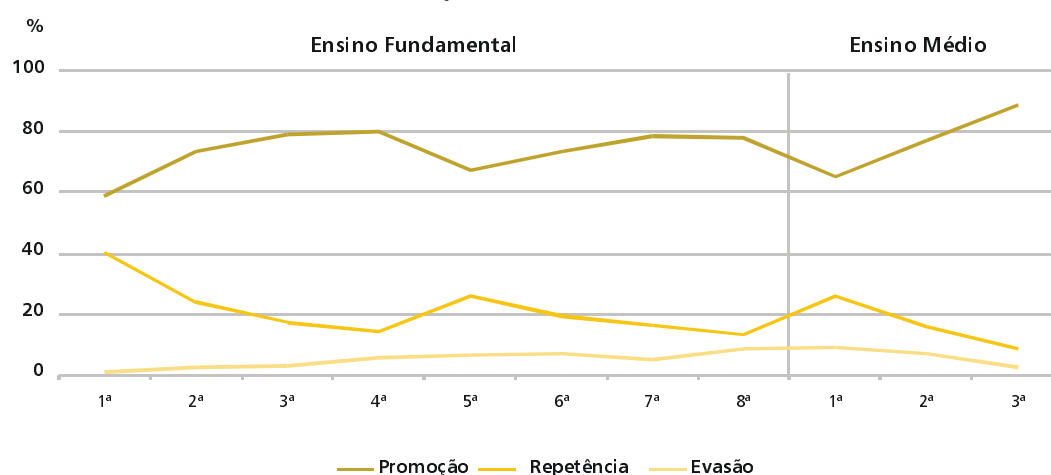


Taxas de Transição de Fluxo Escolar

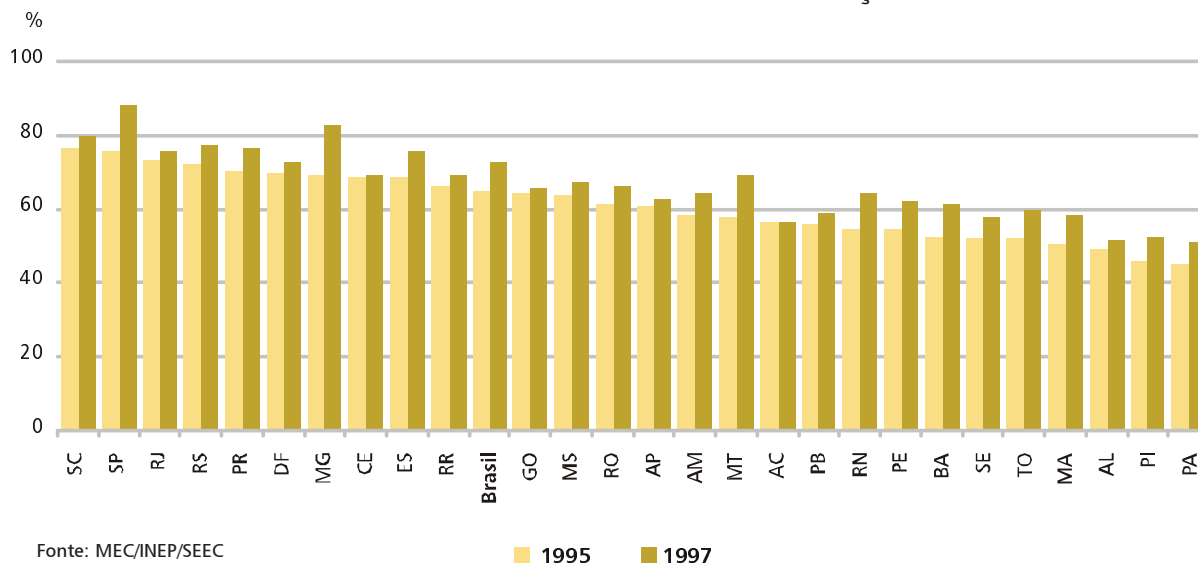
Ensino Médio – Taxa de Repetência na 1ª Série – 1997



Ensinos Fundamental e Médio - Taxas de Promoção, Repetência e Evasão por Série - Brasil - 1997



Ensino Fundamental - Taxa Média Ponderada de Promoção - 1995-1997



Fonte: MEC/INEP/SEEC

O Censo Escolar de 1998 permitiu estimar para o ensino fundamental, em 1997, um tempo médio de permanência dos alunos na escola de 8,9 anos, para uma média de 6,7 séries concluídas. Comparando esses números com os calculados para o ano de 1995, é possível observar uma melhoria no desempenho do sistema no tempo médio de permanência (9,1 anos) e no número médio de séries concluídas (6,2 séries).

Situação análoga pode ser observada no ensino médio, que teve em 1995 uma média de permanência de seus alunos na escola estimada em 3,5 anos para uma média de conclusão de 2,3 séries. Quando comparados com os indicadores estimados a partir dos dados do Censo Escolar de 1998, foi verificada uma redução na média de permanência na escola (3,3 anos) e um aumento no número médio de séries concluídas (2,6 séries).

Essa melhoria na eficiência também é verificada ao considerarmos o ensino fundamental e médio, de forma contínua e consecutiva. Enquanto, em 1995, o tempo médio de permanência foi calculado em 10,7 anos para conclusão de 7,2 séries, a simulação do fluxo escolar apontou, em 1997, para uma permanência média de 10,9 anos e a conseqüente conclusão média de 8,3 séries.

Estes dados demonstram que o tempo médio de permanência na escola seria suficiente para conclusão das oito séries do ensino fundamental e das três séries do ensino médio, o que não vem ocorrendo. Os alunos brasileiros levam, em média, 1,3 anos para cursar cada série do ensino fundamental e médio.

Em São Paulo, o tempo médio esperado de permanência dos alunos no ensino fundamental é de 7,8 anos para 7,1 séries concluídas, e no ensino médio é de 3,3 anos para a conclusão de 2,6 séries. Já no RN, o tempo médio esperado de permanência dos alunos no ensino fundamental sobe para 10 anos, para 6,7 séries que são concluídas. No PI, o tempo de permanência dos alunos do ensino médio é de 4,0 anos, em média, para a conclusão de 2,7 séries. Em AL, para cada série concluída do ensino fundamental, os estudantes gastam 1,8 anos. Já os alunos do TO, para cada série cursada do ensino médio, permanecem 1,5 anos no sistema.

Os alunos brasileiros estão permanecendo na escola mais que o tempo suficiente para concluir os 11 anos de escolaridade básica. Mas, no entanto, não conseguem completar seus estudos. Eles permanecem, em média, 9,1 anos no sistema para concluir, em média, 6,7 séries do ensino fundamental e 3,5 anos para concluir apenas 2,6 séries do ensino médio.

O Indicador

Os indicadores apresentam, de forma sincronizada, o tempo médio que o aluno permanece na escola e, nesse período, o número médio de séries efetivamente concluídas. Estes indicadores são calculados para o ensino fundamental, ensino médio e, também, considerando o ensino fundamental e médio, de forma contínua.

Esclarecimentos Metodológicos

A partir das taxas de transição, é possível simular a progressão de uma coorte que ingressa na série inicial de determinado nível de

ensino. As informações produzidas nessa simulação, referentes às matrículas utilizadas e tempo necessário para o atendimento integral dessa coorte, permitem estimar o tempo médio que essa coorte permaneceu nesse nível de ensino e o número médio de séries efetivamente concluídas, antes da evasão, ou mesmo, da conclusão desse nível de ensino. A simulação considera as taxas de transição, em cada série, constantes no tempo.

Fórmula de Cálculo

$$TMPS_k = \frac{M_k}{N_k}$$

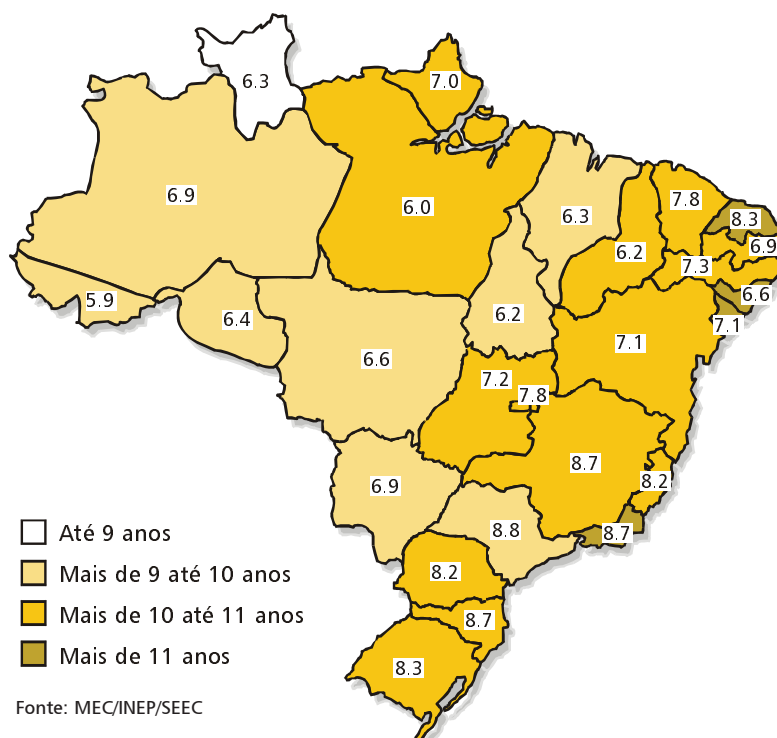
onde $TMPS_k$ é o tempo médio de permanência no sistema no nível de ensino k ; M_k é o total de matrículas despendidas pela coorte no nível de ensino k e N_k o tamanho da coorte que ingressou na série inicial do nível de ensino k .

$$MSC_k = \frac{\sum_{s=1}^{n-1} (Ea_s + Ena_{s+1}) \times s + (C_k \times n)}{N_k}$$

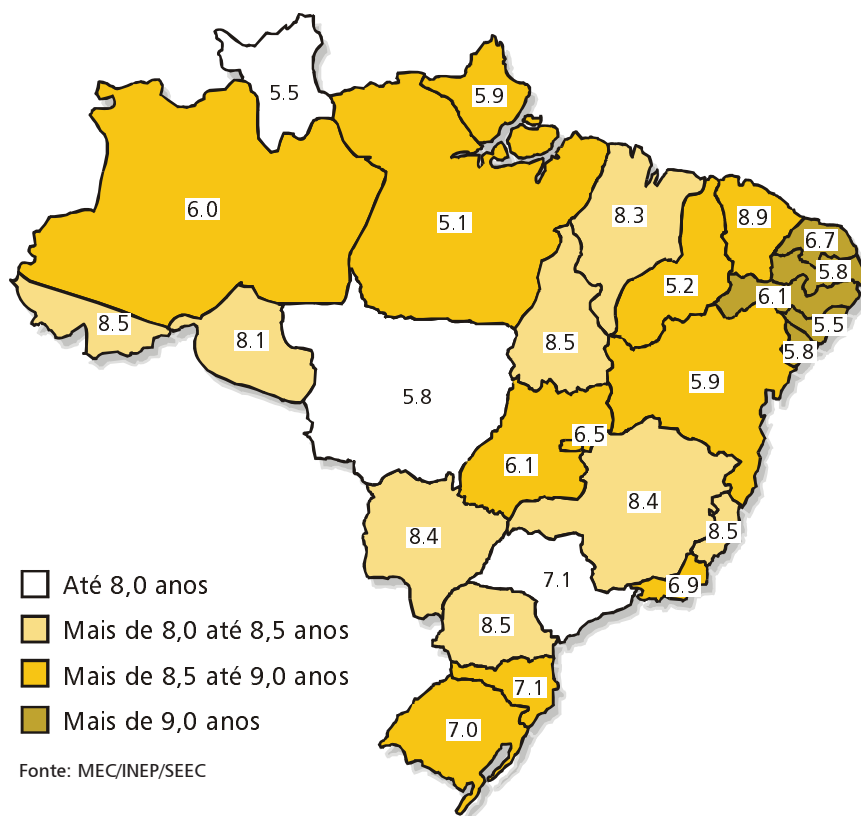
onde MSC_k é a média de séries concluídas no nível de ensino k ; Ea_s é o número de evadidos aprovados na série s ; Ena_{s+1} é o número de evadidos não aprovados na série $s+1$; C_k é o número de concluintes do nível de ensino k ; n é a última série do nível de ensino k e N_k o tamanho da coorte.

Se $k = \begin{cases} \text{Ensino Fundamental, } s = 1, \dots, 8 \\ \text{Ensino Médio, } s = 1, 2, 3 \\ \text{Ensino Fundamental e Médio, } s = 1, \dots, 11 \end{cases}$

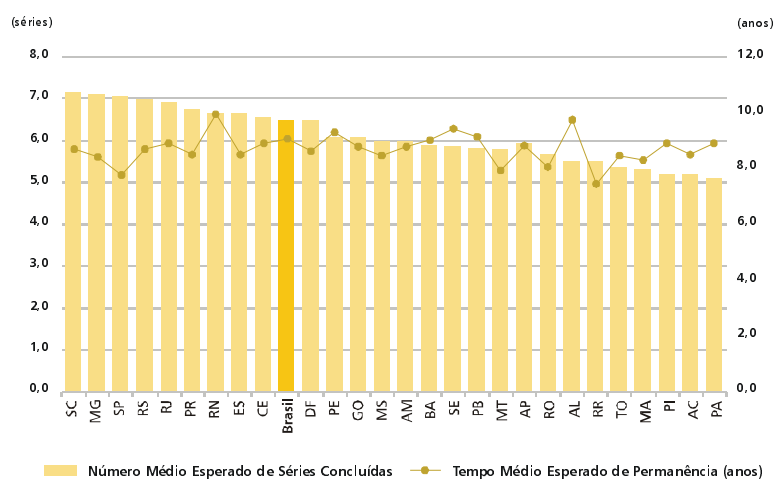
Educação Básica (Fundamental e Médio) Tempo Médio Esperado de Permanência no Sistema (anos) e Número Médio Esperado de Séries Concluídas – 1997



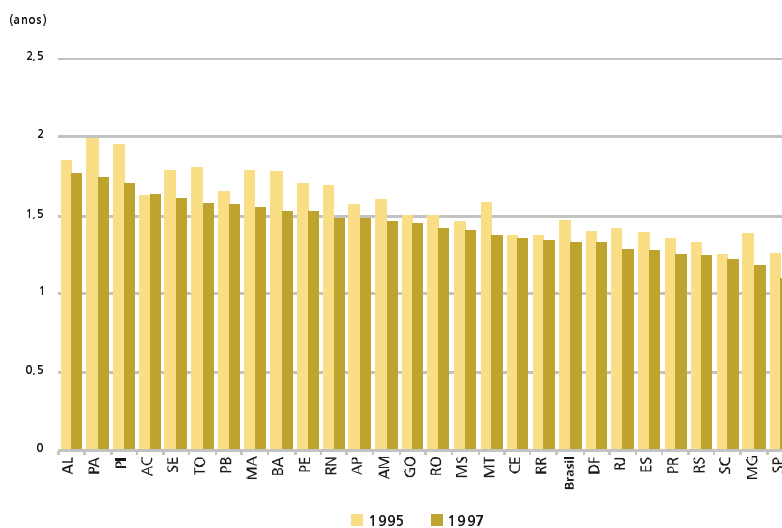
Ensino Fundamental – Tempo Médio Esperado de Permanência no Sistema (anos) e Número Médio Esperado de Séries Concluídas – 1997



Ensino Fundamental - Número Médio Esperado de Séries Concluídas e Tempo Médio Esperado de Permanência no Sistema (anos) - 1997



Ensino Fundamental - Tempo Médio de Permanência em cada Série - 1995-1997



Fonte: MEC/INEP/SEEC

Expectativa de Conclusão

A taxa de conclusão do ensino fundamental foi estimada em 65,8% em 1997. Isto quer dizer que de cada 1.000 alunos que ingressaram na primeira série do ensino fundamental, 658 concluíram a oitava série.

Os alunos que concluíram este nível de ensino gastavam, em média, 11,3 anos, em 1995. Em 1997, este tempo caiu para 10,4 anos, indicando que enfrentaram no trajeto duas repetências ou mais. O ensino médio, compreendendo suas três séries, apresentou uma taxa de conclusão de 78,5%. Os alunos levaram, em média, 4,0 anos para concluir as três séries, em 1995, contra 3,6 anos em 1997.

Considerando um fluxo escolar contínuo, envolvendo o ensino fundamental e médio, com ingresso exclusivo na 1ª série do ensino fundamental, a taxa de conclusão foi estimada em 47,7%, exigindo desses alunos, em média, 14 anos para vencerem as 8 séries (oito do ensino fundamental e as três do ensino médio).

Quer dizer que 477 alunos, daqueles 658 que concluíram o ensino fundamental, completaram os 11 anos de escolaridade básica. A simulação do fluxo escolar estima, em média, três repetências para cada concludente.

A tendência positiva desses indicadores é evidente ao compararmos os valores da taxa de conclusão do ensino fundamental em 1995, 51,9%, e a estimada para 1997, 65,8%. Essa melhoria é acompanhada do recuo no tempo de conclusão, que em 1995 foi de 11,3 anos e passou para 10,4 anos em 1997.

As atuais políticas que vêm sendo implementadas visando a melhoria de desempenho do sistema, como a implantação de classes de aceleração de aprendizagem, já estão repercutindo na melhoria dos indicadores de fluxo escolar. Desta forma, mais alunos estão atingindo as séries superiores e cada vez mais aumenta o número de concluintes.

Espera-se que tais medidas tenham reflexo sobre a matrícula total do ensino fundamental, que deverá, nos próximos anos, se estabilizar e até mesmo cair, sem prejuízo para as taxas de atendimento e escolarização.

A taxa de conclusão do ensino fundamental passou de 51,9% em 1995, para 65,8% em 1997. Os alunos levaram, em média, 10,4 anos para concluir as oito séries do ensino fundamental e 3,6 anos para concluir as três séries do ensino médio.

O Indicador

Estes indicadores permitem avaliar a eficiência do sistema, isto é, o percentual médio de alunos que concluem determinado nível de ensino, o tempo médio, em anos, necessários para essa conclusão, bem como, a produtividade esperada de conclusão. Os indicadores foram calculados para o ensino fundamental e ensino médio, separadamente, como também, de forma contínua, considerando os dois níveis de ensino.

Esclarecimentos Metodológicos

A partir das taxas de transição é possível simular a progressão de uma coorte que ingressa em determinado nível de ensino. As informações produzidas nessa simulação, referentes às matrículas utilizadas e ao tempo necessário para o atendimento

integral dessa coorte, permitem estimar o percentual de alunos que concluem, o tempo médio necessário para essa conclusão e a produtividade esperada de conclusão. No caso da produtividade esperada de conclusão trata-se de uma medida que visa quantificar a eficiência de determinado nível de ensino considerando, de forma combinada, o percentual de alunos que consegue chegar à conclusão e o respectivo tempo médio esperado para essa conclusão.

Fórmula de Cálculo

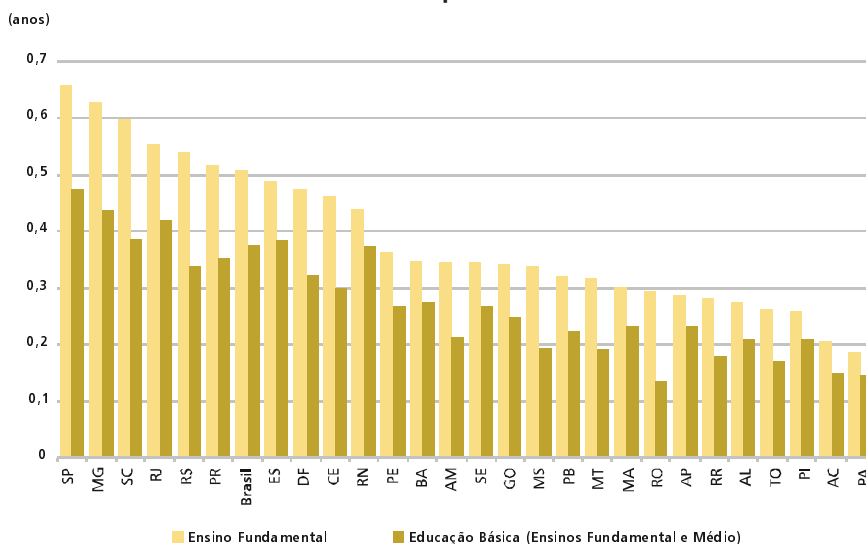
$$TC_k = \left(\frac{C_k}{N} \right) \times 100$$

onde TC_k é o percentual de concluintes no nível de ensino k ; C_k é o total de concluintes de uma coorte hipotética que ingressa no nível de ensino k ; e N é o tamanho da coorte.

$$TMC_k = \frac{MC_k}{C_k}$$

onde TMC_k é o tempo médio para concluir o nível de ensino k ; MC_k é o número de matrículas despendidas pelos concluintes nas várias séries do nível de ensino k .

Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio) e Ensino Fundamental - Produtividade Esperada de Conclusão - 1997

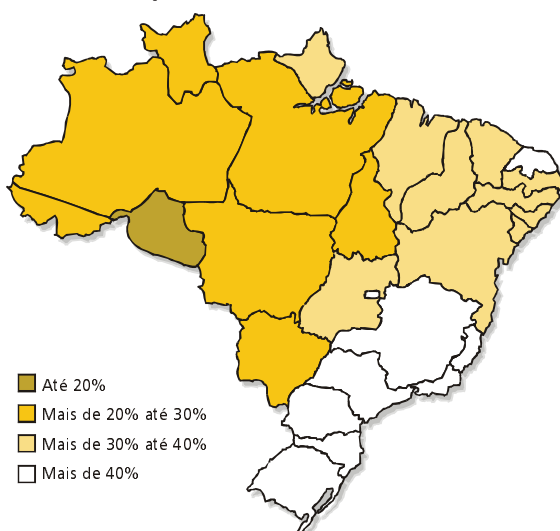


Fonte: MEC/INEP/SEEC

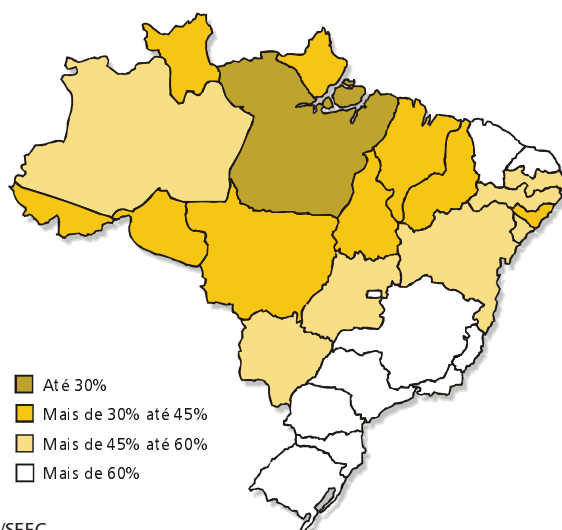
Nota: Para exemplificar a interpretação deste indicador, considera-se os resultados de dois sistemas educacionais distintos com Taxa Esperada de Conclusão de 100%, a maior produtividade será daquele que conseguir esse percentual no menor Tempo Médio Esperado de Conclusão, ou seja, no tempo mais próximo possível do Tempo Teórico para a Conclusão. Por outro lado, se considerarmos dois sistemas educacionais com o mesmo Tempo Médio Esperado de Conclusão, a maior produtividade será daquele que apresentar o maior percentual de concluintes.

Expectativa de Conclusão

Educação Básica (Ensino Fundamental e Médio) Taxa Esperada de Conclusão – 1997



Ensino Fundamental – Taxa Esperada de Conclusão – 1997

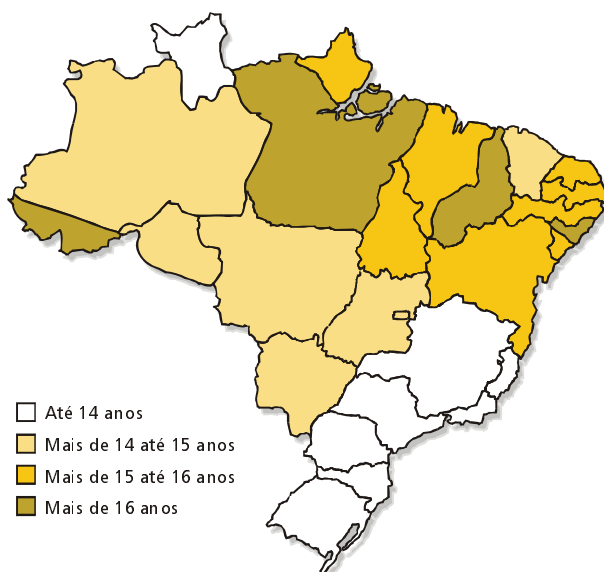


Fonte: MEC/INEP/SEEC

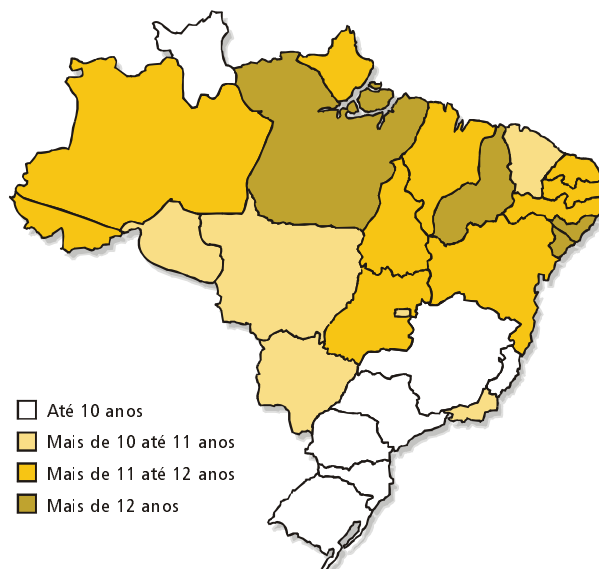
$$PEC_k = TC_k \times \left(\frac{TTC_k}{TMC_k} \right)$$

onde PEC é a Produtividade Esperada de Conclusão no nível de ensino k e TTC é Tempo Teórico de Conclusão (anos) no nível de ensino k. Esta medida assume valores no intervalo de 0 a 1, apresentando seus melhores resultados quando aproxima-se de 1 e os piores resultados quando o valor calculado aproxima-se de 0.

Educação Básica (Fundamental e Médio)
Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos) – 1997

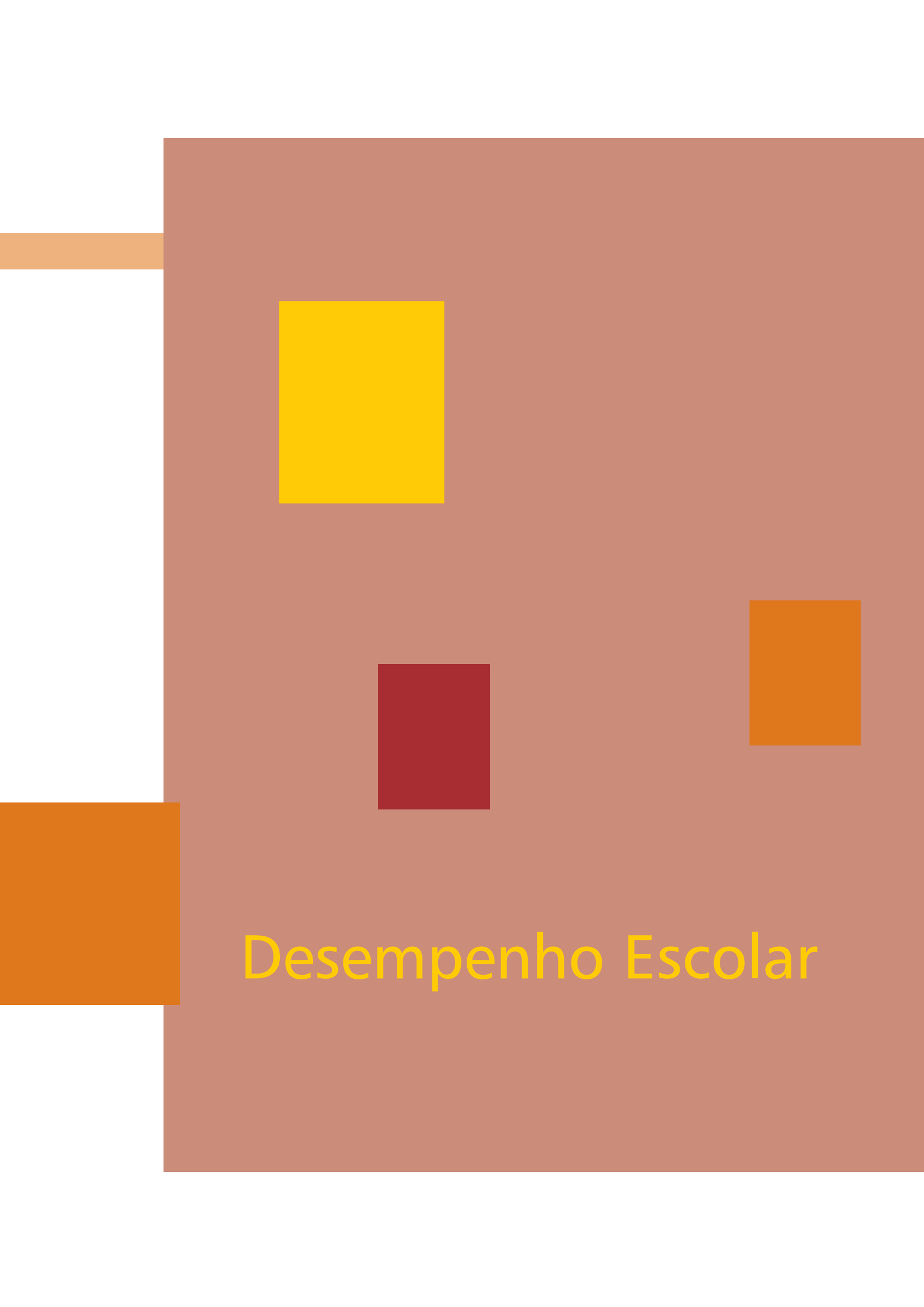


Ensino Fundamental – Tempo Médio para Conclusão (anos) – 1997



Fonte: MEC/INEP/SEEC





Desempenho Escolar

Em língua portuguesa, a escala comparativa de proficiência do SAEB registrou uma pequena diminuição no desempenho médio dos alunos na 8ª série do ensino fundamental e 3ª série do ensino médio, tanto para o Brasil quanto para a região sudeste. Nas regiões norte, centro-oeste (com exceção da 4ª série do ensino fundamental) e sul os resultados permaneceram estáveis. Houve aumento da média apenas na região nordeste.

Observa-se também, no mesmo período, uma diminuição significativa no percentual de alunos acima dos níveis de proficiência selecionados (175, 225 e 300). O SAEB utiliza uma escala única para cada disciplina para representar os resultados da proficiência dos alunos. Variando de 0 a 500, essa escala permite a comparação entre o desempenho dos alunos das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, bem como entre os alunos de 1995 e 1997.

O maior destaque ficou com a região nordeste, que entre 1995 e 1997, apresentou melhoria no desempenho médio dos alunos da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio. A região continua detendo índices abaixo da média nacional, mas o desempenho médio dos alunos nordestinos na 8ª série do ensino fundamental passou de 230 para 241 pontos na escala de proficiência do SAEB. Na 3ª série do ensino médio, o aumento foi de 266 para 276 pontos.

Nota-se ainda que, embora seja menor que em 1995, um número significativo de alunos, de todas as regiões do País, não apenas alcançou como ultrapassou o nível 300 da escala de proficiência em língua portuguesa no SAEB/97. Na média nacional, 39,7% dos alunos ultrapassaram este desempenho. O percentual foi maior na região sul, onde 50,3% dos alunos superaram os 300 pontos da escala de proficiência. Ficaram acima deste nível 45,4% dos alunos da região centro-oeste, 38,0% do sudeste, 35,8% do nordeste e 30,5% do norte.

A análise dos dados do SAEB de 1995 e 1997 permitiu identificar os principais problemas e fatores que condicionam ou interferem na aprendizagem dos estudantes brasileiros: idade do aluno, grau de escolaridade dos pais, descompasso entre currículo proposto e o efetivamente ensinado, formação de professores e as condições de funcionamento da escola.

O desempenho dos alunos na disciplina de língua portuguesa no Sistema de Avaliação da Educação Básica, o SAEB, de 1997, apresentou uma variação negativa em relação ao exame aplicado em 1995, com exceção da região nordeste, que registrou crescimento positivo das médias de proficiência.

O Indicador

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) utiliza como medida de desempenho dos alunos a Proficiência, que corresponde ao conjunto de habilidades cognitivas (o que sabem, compreendem e são capazes de fazer) desenvolvidas no processo de escolarização. Para cada disciplina avaliada é apresentada uma escala de proficiência (Língua Portuguesa e Matemática), onde são posicionados resultados de desempenho dos alunos da 4ª e 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio.

Fórmula de Cálculo

A obtenção da Proficiência esta baseada na Teoria de Resposta ao Item - TRI (Hambleton &

Swaminathan, 1995). Esta teoria supõe que o aluno possui um certo nível de habilidade definido como proficiência e denotado por θ . Este valor é estimado através da análise das respostas dos alunos e do uso de métodos estatísticos de estimação. O SAEB utiliza o modelo completo de 3 parâmetros, denominado Modelo de Lord, para definir a probabilidade de resposta correta ao i -ésimo item dada a habilidade do aluno, e definido por:

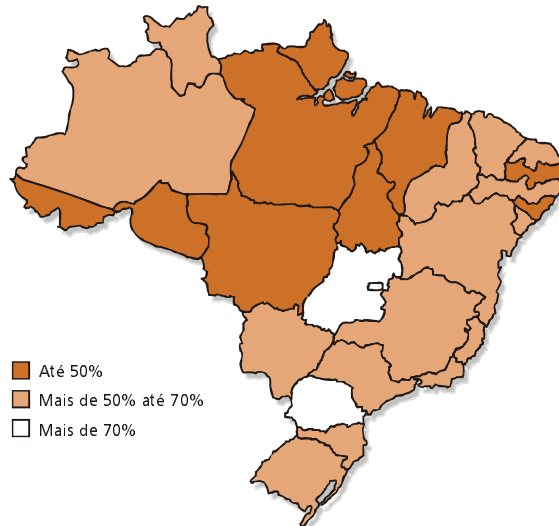
$$P_i(\theta) = c_i + (1 - c_i) \frac{e^{Da_i(\theta - b_i)}}{1 + e^{Da_i(\theta - b_i)}}$$

$i = 1, 2, \dots, n$

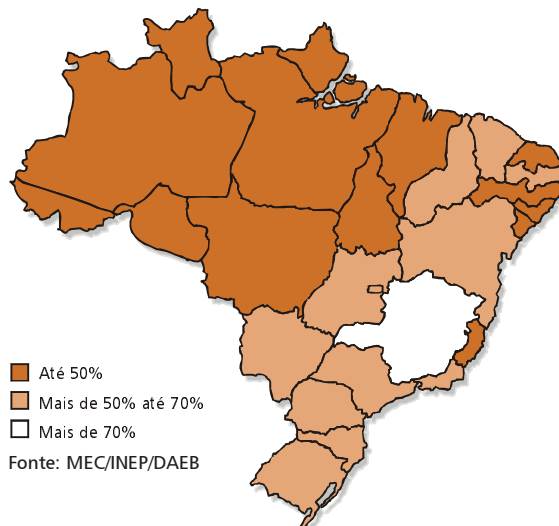
O parâmetro a_i corresponde ao Índice de Discriminação do i -ésimo item, b_i corresponde ao Parâmetro de Dificuldade do i -ésimo item, c_i denota o Parâmetro que determina a probabilidade de alunos de baixa habilidade acertarem a resposta ao item ao acaso. A constante D_i é usualmente definida com valor de 1,7. Os 3 (três) parâmetros que caracterizam os itens (a_i , b_i e c_i) são desconhecidos e devem ser estimados. Uma vez conhecido os parâmetros dos itens é possível obter uma estimativa da proficiência do aluno (parâmetro θ).

θ refere-se às características não diretamente observáveis da habilidade do respondente, medidas através das questões de prova apresentadas.

Ensino Fundamental - 4.ª Série - Percentual de Alunos acima do Nível 175 da Escala de Proficiência em Língua Portuguesa – 1995

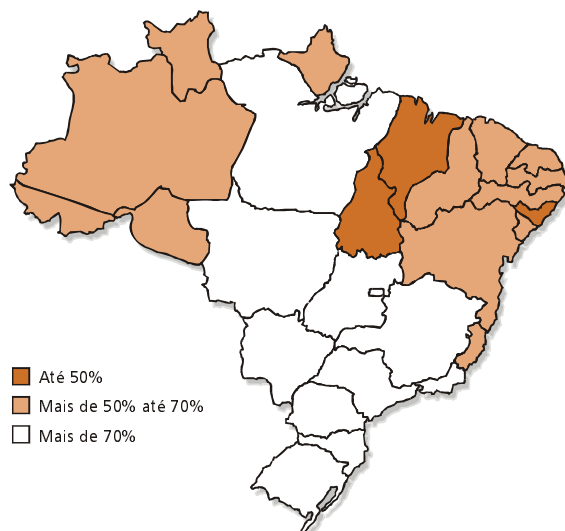


Ensino Fundamental - 4.ª Série - Percentual de Alunos acima do Nível 175 da Escala de Proficiência em Língua Portuguesa – 1997



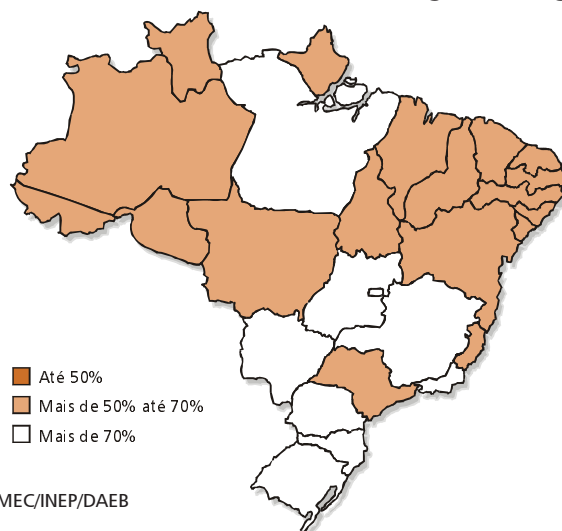
Desempenho em Língua Portuguesa

Ensino Fundamental - 8.^a Série - Percentual de Alunos acima do Nível 225 da Escala de Proficiência em Língua Portuguesa - 1995



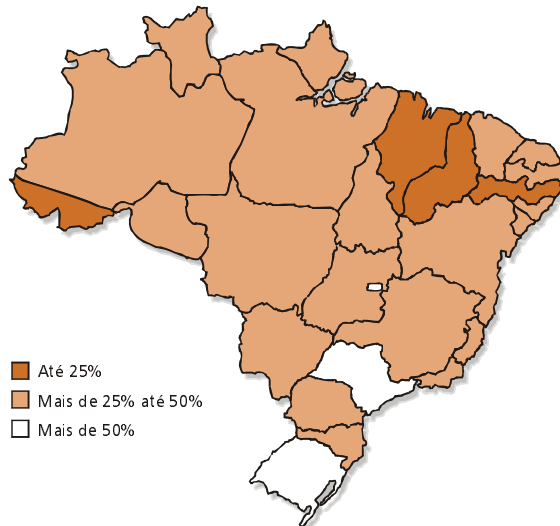
Inicialmente os parâmetros dos itens são estimados usando o procedimento de Máxima Verosimilhança Marginal (especificando uma distribuição inicial para os parâmetros de proficiência). Uma vez estimados os valores de a_i , b_i e c_i , estes são então tratados como conhecidos e assim é estimada a Proficiência do aluno. A Estimação Bayesiana é utilizada na TRI de modo a determinar estimativas válidas da Proficiência nos casos em que o aluno tenha acertado tudo ou errado tudo.

Ensino Fundamental - 8.^a Série - Percentual de Alunos acima do Nível 225 da Escala de Proficiência em Língua Portuguesa - 1997

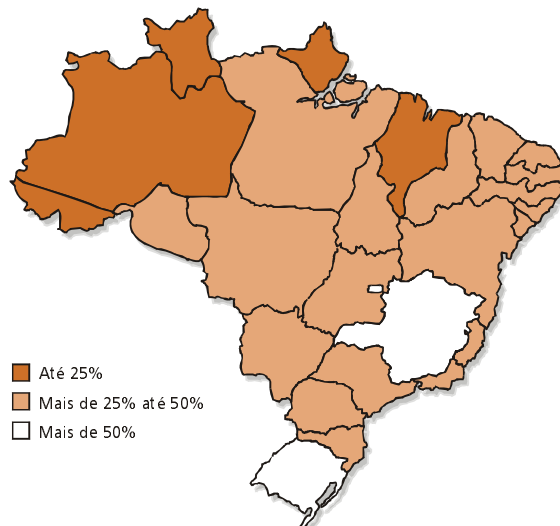


Fonte: MEC/INEP/DAEB

Ensino Médio - 3.ª série - Percentual de Alunos acima do Nível 300 da Escala de Proficiência em Língua Portuguesa - 1995



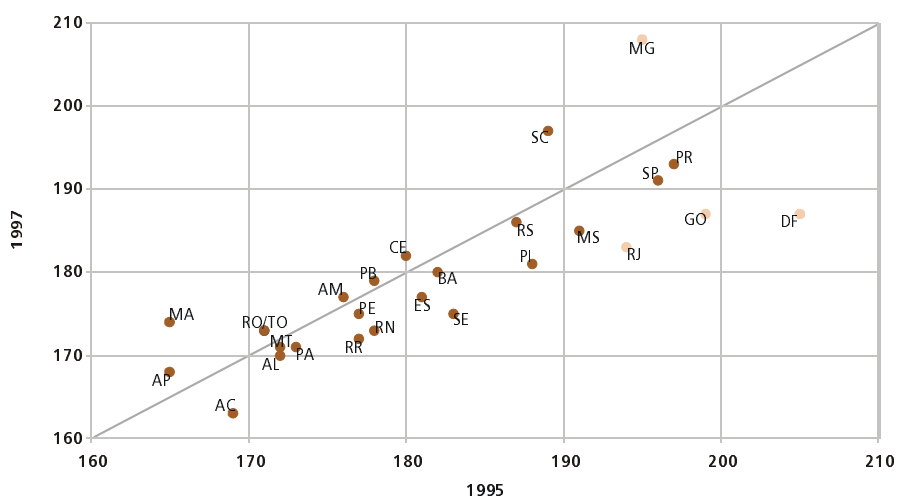
Ensino Médio - 3.ª Série - Percentual de Alunos acima do Nível 300 da Escala de Proficiência em Língua Portuguesa - 1997



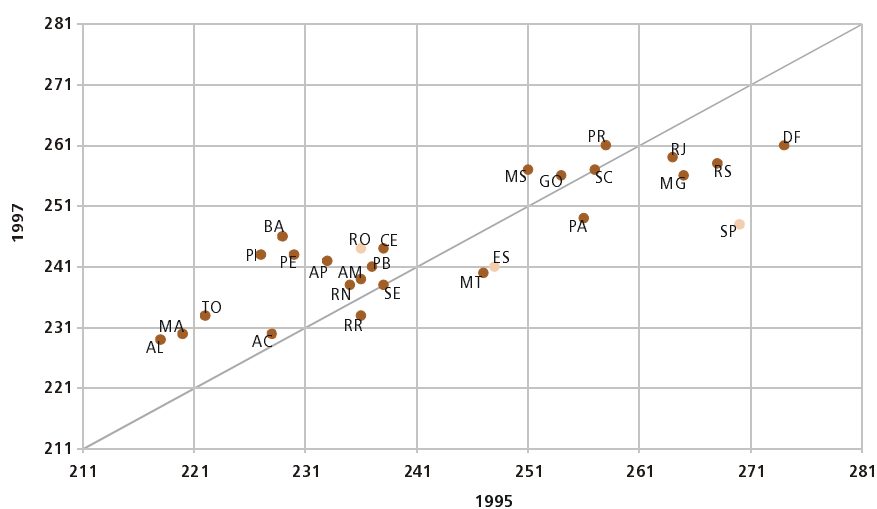
Fonte: MEC/INEP/DAEB

Desempenho em Língua Portuguesa

Comparação entre Proficiência de 1995 e 1997
Língua Portuguesa - Ensino Fundamental - 4ª série

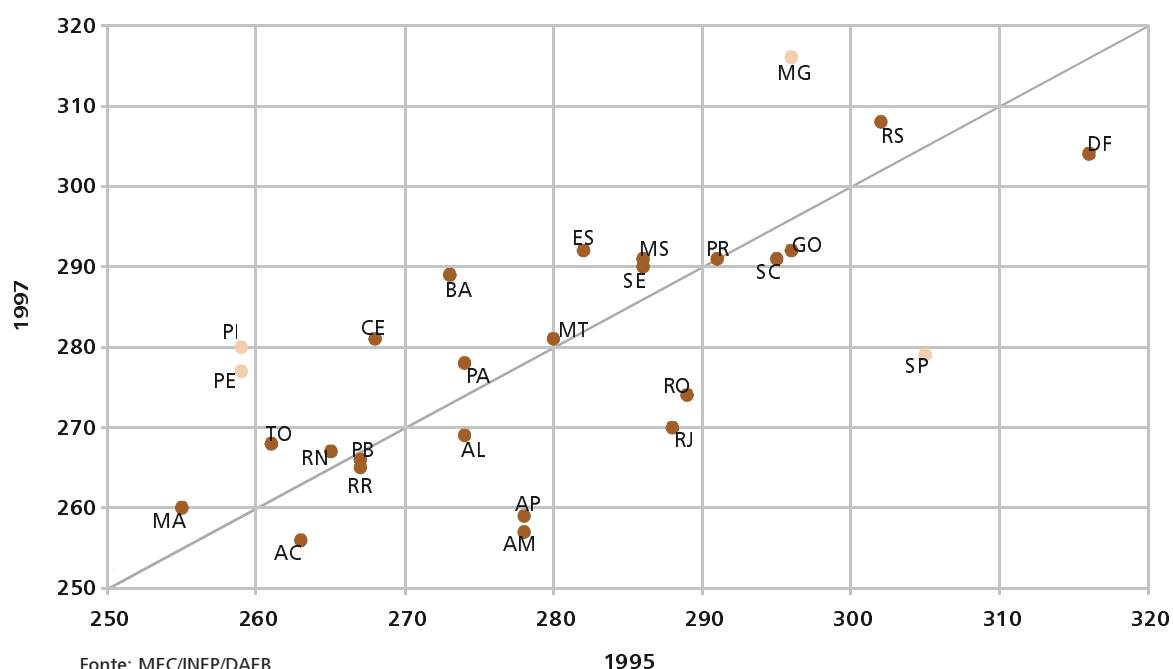


Comparação entre Proficiência de 1995 e 1997
Língua Portuguesa - Ensino Fundamental - 8ª série



Fonte: MEC/INEP/DAEB

Comparação entre Proficiência de 1995 e 1997
Língua Portuguesa - Ensino Médio - 3ª série



Nota para os três gráficos:

UF acima da linha diagonal: aumento na proficiência de 1995 para 1997.

UF abaixo da linha diagonal: queda na proficiência de 1995 para 1997.

● : diferença entre 1995 e 1997 é estatisticamente significativa.

Considerando o percentual de alunos que alcança e ultrapassa os níveis 175, 225 e 300 da escala de proficiência, uma medida do grau de equidade do sistema educacional, verifica-se um pequeno avanço da região nordeste. Além disso, verifica-se uma estabilidade nos resultados das demais regiões, com exceção da 3ª série do ensino médio, onde a região sul apresentou um aumento significativo da média.

O SAEB utiliza uma escala única para cada disciplina para representar os resultados da proficiência dos alunos. Variando de 0 a 500, essa escala permite a comparação entre o desempenho dos alunos das 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, bem como entre os alunos de 1995 e 1997.

Entre 1995 e 1997, a região nordeste destacou-se por apresentar melhoria no desempenho médio dos alunos da 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio, mostrando, também, uma redução das desigualdades dos resultados educacionais, pois observa-se um aumento significativo do número de alunos que alcançam e ultrapassam certos níveis de proficiência.

Os alunos mineiros atingiram o melhor desempenho em matemática na 4ª série do ensino fundamental. Eles alcançaram 211 pontos na escala de proficiência, 20 pontos acima da média nacional, que ficou em 191. Na 8ª série do ensino fundamental, o melhor desempenho foi para os alunos paranaenses, que somaram 263 pontos contra 250 na média nacional.

Na 3ª série do ensino médio, o destaque mais uma vez foi para os alunos de Minas Gerais. Eles atingiram 330, contra 289 na média nacional. Os alunos que apresentaram maior evolução entre o Saeb de 1995 e o de 1997 foram os do Piauí, Bahia e Minas Gerais.

Isto permite concluir que a rápida expansão do sistema educacional brasileiro não vem se dando em detrimento da qualidade do ensino de matemática nas escolas de ensino fundamental e médio.

A análise dos dados do SAEB de 1995 e 1997 permitiu identificar os principais problemas e fatores que condicionam ou interferem na aprendizagem dos estudantes brasileiros: idade do aluno, grau de escolaridade dos pais, descompasso entre currículo proposto e o efetivamente ensinado, formação de professores e as condições de funcionamento da escola.

No Brasil e na média das regiões não se observam diferenças significativas na proficiência média obtida pelos alunos na disciplina de matemática no Sistema de Avaliação da Educação Básica, o SAEB, de 1995 e 1997.

O Indicador

O Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (SAEB) utiliza como medida de desempenho dos alunos a Proficiência, que corresponde ao conjunto de habilidades cognitivas (o que sabem, compreendem e são capazes de fazer) desenvolvidas no processo de escolarização. Para cada disciplina avaliada é apresentada uma escala de proficiência (Língua Portuguesa e Matemática), onde são posicionados resultados de desempenho dos alunos da 4ª e 8ª série do ensino fundamental e da 3ª série do ensino médio.

Fórmula de Cálculo

A obtenção da Proficiência esta baseada na Teoria de Resposta ao Item- TRI (Hambleton & Swaminathan, 1995). Esta teoria supõe que o aluno possui um certo nível de habilidade definido como proficiência e denotado por θ . Este valor é estimado através da análise das respostas dos alunos e do uso de métodos estatísticos de estimação. O SAEB utiliza o modelo completo de 3 parâmetros, denominado Modelo de Lord, para definir a probabilidade de resposta correta ao i -ésimo item dada a habilidade do aluno, e definido por:

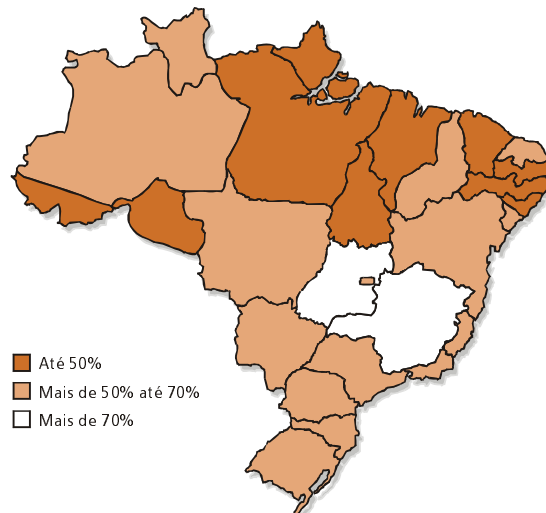
$$P_i(\theta) = c_i + (1 - c_i) \frac{e^{Da_i(\theta - b_i)}}{1 + e^{Da_i(\theta - b_i)}}$$

$i = 1, 2, \dots, n$

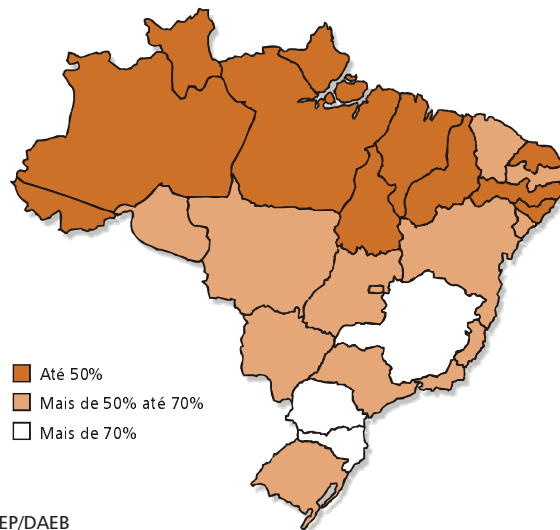
θ refere-se à características não diretamente observáveis da habilidade do respondente, medidas através das questões de prova apresentadas.

Inicialmente os parâmetros dos itens são estimados usando o procedimento de Máxima Verossimilhança Marginal (especificando uma distribuição inicial para os parâmetros de proficiência). Uma vez estimados os valores de a_i , b_i e c_i , estes são então tratados como conhecidos e assim é estimada a Proficiência do aluno. A

Ensino Fundamental - 4ª Série - Percentual de Alunos acima do Nível 175 da Escala de Proficiência em Matemática - 1995



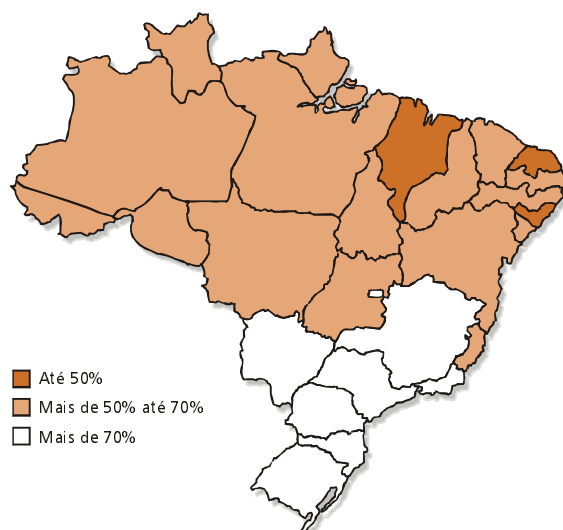
Ensino Fundamental - 4ª Série - Percentual de Alunos acima do Nível 175 da Escala de proficiência em Matemática - 1997



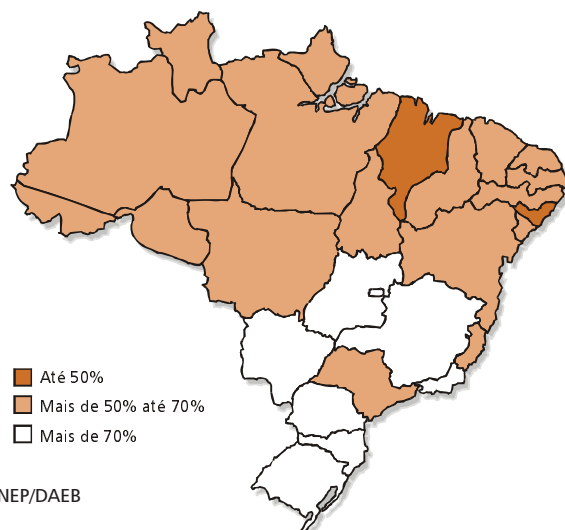
Fonte: MEC/INEP/DAEB

Desempenho em Matemática

Ensino Fundamental - 8ª Série - Percentual de Alunos acima do Nível 225 da Escala de Proficiência em Matemática - 1995



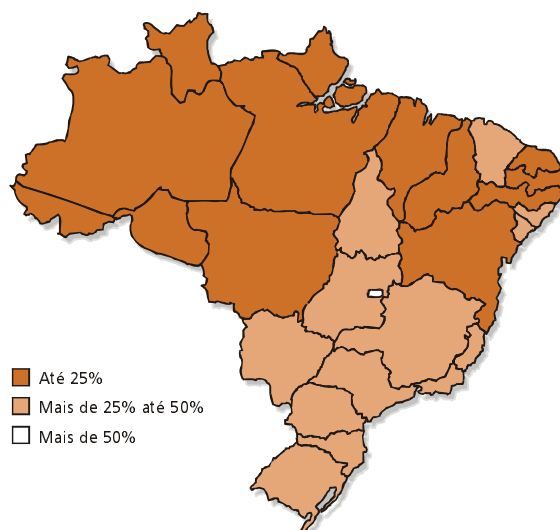
Ensino Fundamental - 8ª Série - Percentual de Alunos acima do Nível 225 da Escala de Proficiência em Matemática - 1997



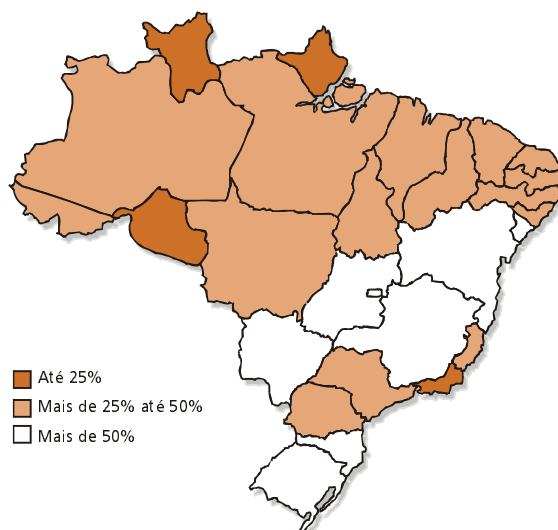
Fonte: MEC/INEP/DAEB

Estimação Bayesiana é utilizada na TRI de modo a determinar estimativas válidas da Proficiência nos casos em que o aluno tenha acertado tudo ou errado tudo.

Ensino Médio - 3ª Série - Percentual de Alunos acima do Nível 300 da Escala de Proficiência em Matemática - 1995



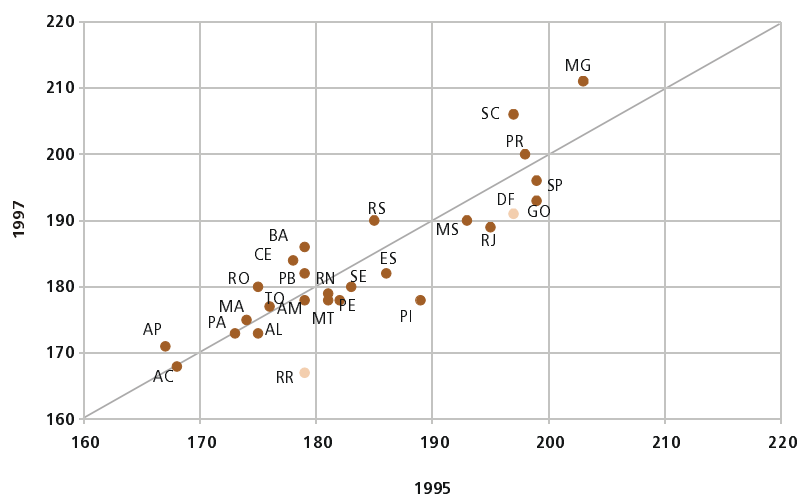
Ensino Médio - 3ª Série - Percentual de Alunos acima do Nível 300 da Escala de Proficiência em Matemática - 1997



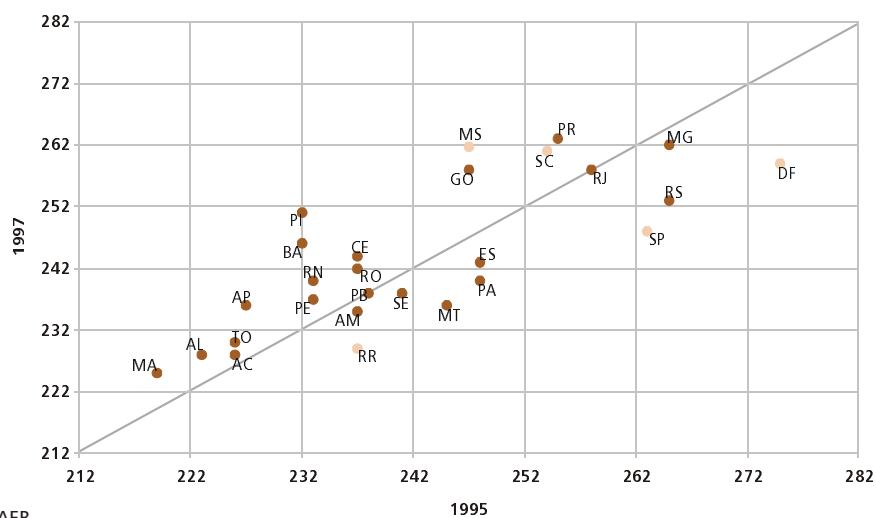
Fonte: MEC/INEP/DAEB

Desempenho em Matemática

**Comparação entre Proficiência de 1995 e 1997
Matemática - Ensino Fundamental - 4ª série**

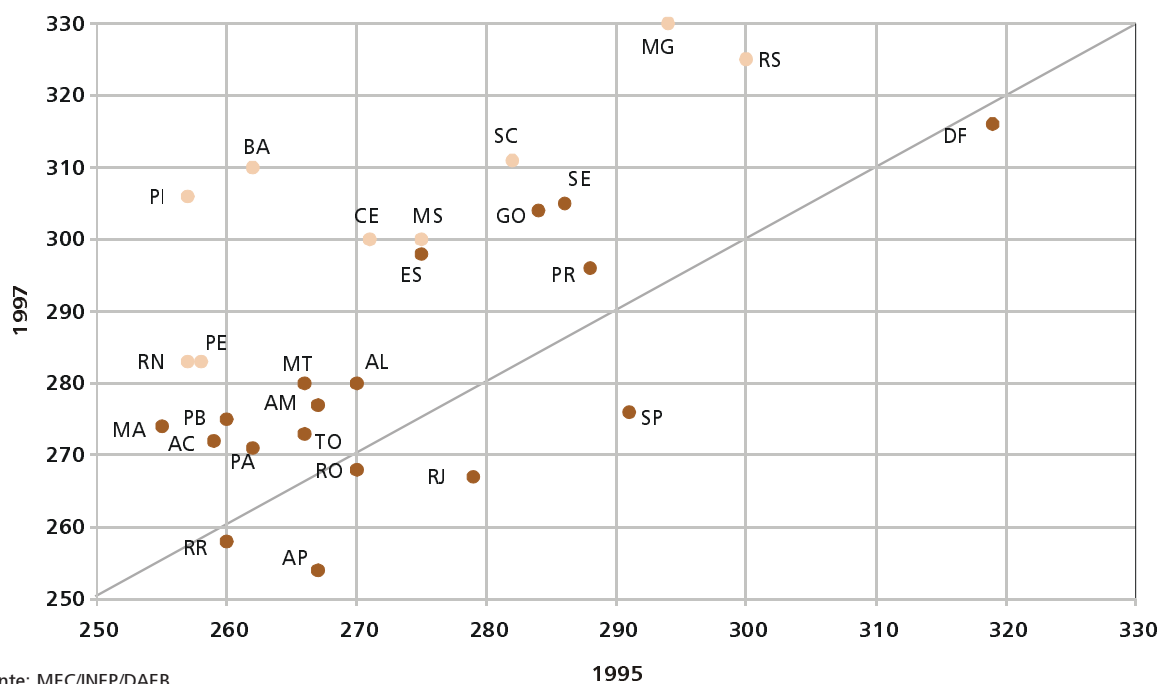


**Comparação entre Proficiência de 1995 e 1997
Matemática - Ensino Fundamental - 8ª série**



Fonte: MEC/INEP/DAEB

Comparação entre Proficiência de 1995 e 1997
Matemática - Ensino Médio - 3ª série



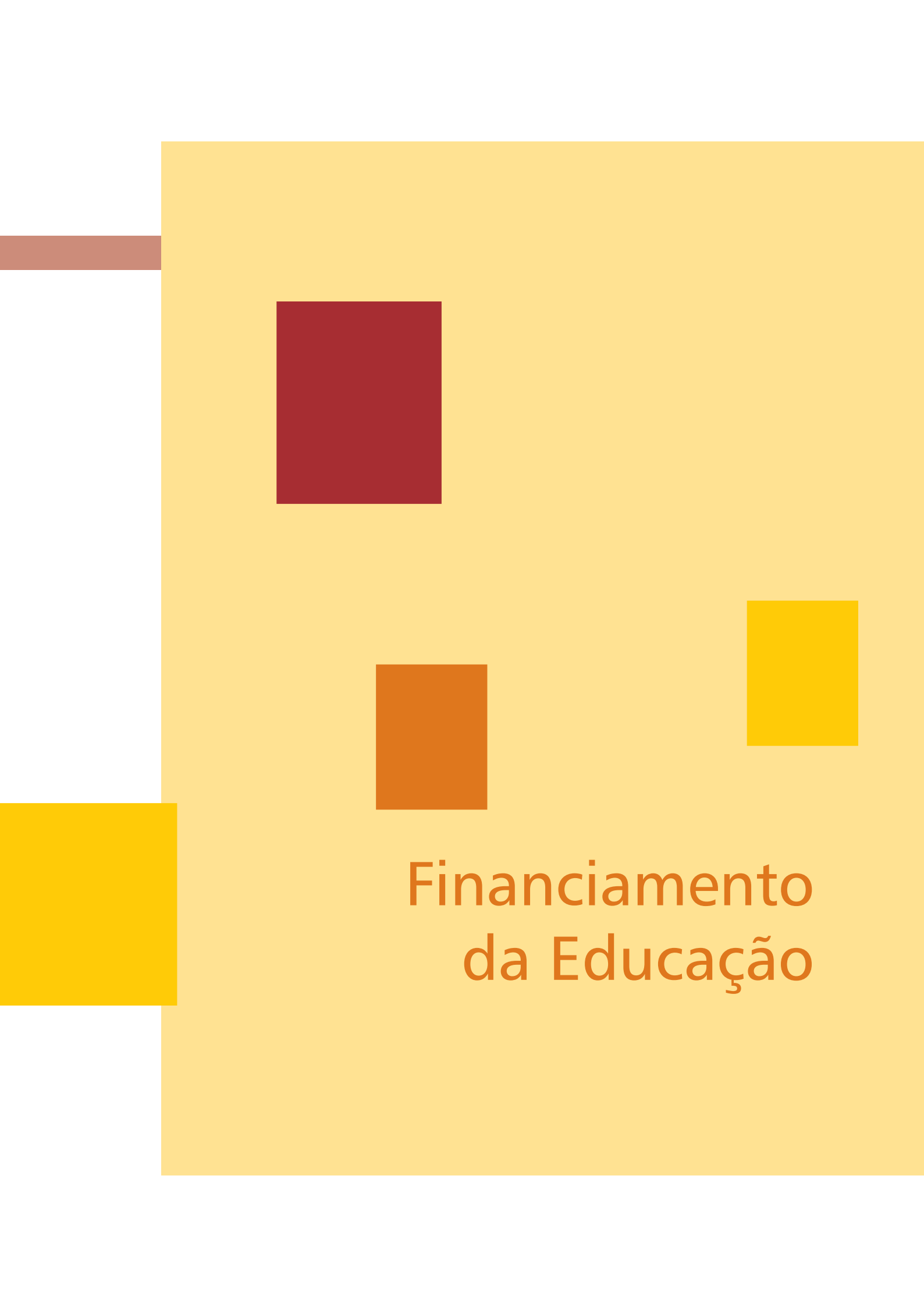
Nota para os três gráficos:

UF acima da linha diagonal: aumento na proficiência de 1995 para 1997.

UF abaixo da linha diagonal: queda na proficiência de 1995 para 1997.

● : diferença entre 1995 e 1997 é estatisticamente significativa.





Financiamento da Educação

Os gastos totais do setor público com educação no Brasil, em 1995, alcançaram R\$ 32,9 milhões, o equivalente a 5,1% do Produto Interno Bruto (PIB). Já os gastos diretos, que excluem os destinados ao pagamento de benefícios aos servidores, como aposentadoria e pensão, representaram aproximadamente R\$ 27,2 bilhões, ou 4,2% do PIB.

Em relação ao PIB, a região nordeste realizou o maior gasto, enquanto que o sudeste, o menor. Considerando todas as regiões, o nordeste apresentou o maior gasto público relativo, 6,6% do PIB, enquanto na região sudeste correspondeu a 4,2% do PIB.

Os estados com menor desenvolvimento econômico apresentam a maior participação dos gastos com educação em relação ao PIB. Nota-se que isso é consequência de um maior esforço de investimento público na educação.

Vários estados pobres das regiões norte e nordeste gastaram mais de 7,5% do PIB com educação: Tocantins (15,3%), Paraíba (11,5%), Piauí (10,7%), Acre (9,6%), Distrito Federal (8,5%), Alagoas (8,0%) e Maranhão (8,0%).

Os gastos do Distrito Federal são comprovados pelo valor aluno/ano investido no ensino fundamental (R\$ 528,00) e no ensino médio (R\$ 1.657,00) e, também, pelo fato de ser o DF quem paga o maior salário médio do País aos professores.

Pode-se destacar, ainda, que este gasto é possível pois a educação infantil, fundamental e média do DF é financiada pelo governo federal, que responde por 75% do gasto direto nesses níveis de ensino.

No estado de São Paulo, que produz sozinho 36% da riqueza nacional, verifica-se uma menor participação do gasto público com educação em relação ao PIB, de apenas 3,3%, embora o gasto por aluno/ano seja considerável.

Os gastos públicos do Brasil na área educacional, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), são equivalentes aos gastos de países ricos e dos principais parceiros no Mercosul. Somando todos os gastos, as três esferas de governo destinam, em média, 5,1% do PIB à educação.

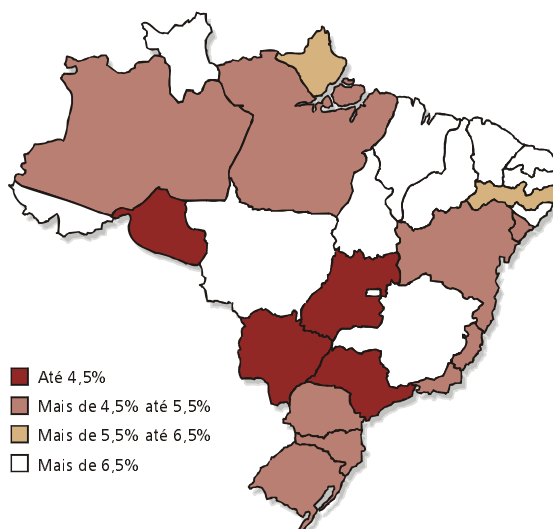
O Indicador

O gasto público em educação refere-se ao total dos gastos realizados pelas três esferas de governo, administrações centralizadas e descentralizadas. Os dados são consolidados, eliminando-se as transferências inter e intra-governamentais e não incluídos os gastos com cultura e desportos. O gasto em relação ao PIB visa medir o gasto realizado em educação em relação aos recursos econômicos disponíveis.

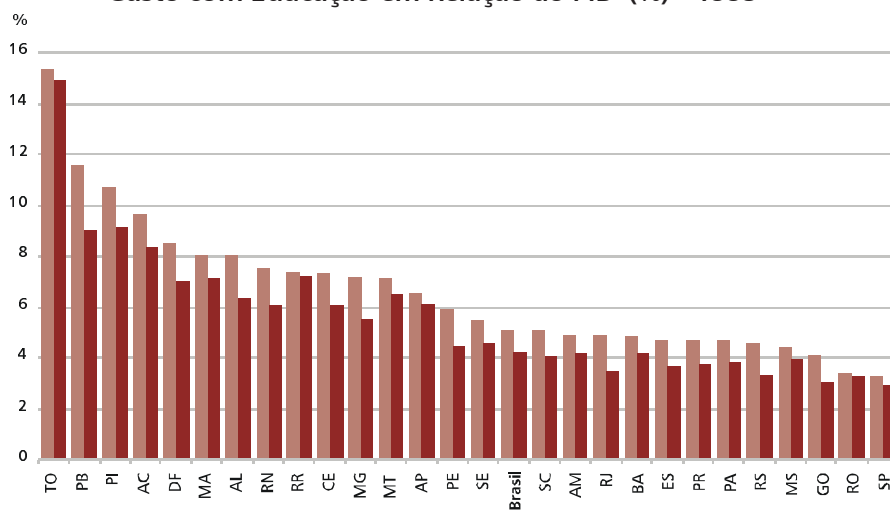
Esclarecimentos Metodológicos

Os dados são levantados a partir dos balanços da União e estados, e por meio de uma amostra de 184 municípios. A expansão para o total de gastos dos municípios é feita por meio de pesos definidos a partir dos indicadores socioeconômicos e demográficos dos mesmos.

Gasto Total com Educação em Relação ao PIB (%) – 1995



Gasto com Educação em Relação ao PIB (%) - 1995



Fonte: IPEA/DISOC

■ Total ■ Direto

Do total de R\$ 222,8 bilhões de gastos realizados pelas três esferas de governo, R\$ 32,9 bilhões foram aplicados na educação. Os gastos diretos, que não incluem o pagamento de aposentadorias e pensões, somaram R\$ 27,2 bilhões, sendo R\$ 6,8 bilhões do governo federal, R\$ 13 bilhões dos governos estaduais e R\$ 7,4 bilhões dos governos municipais.

Os governos estaduais e municipais foram responsáveis por 74,4% dos gastos com educação da região nordeste. Nas demais regiões, os gastos de estados e municípios foram proporcionalmente maiores: centro-oeste (80,2%), sul (78,5%), norte (77,5%). No sudeste, esse percentual atingiu 88,3%.

Isso indica que o papel redistributivo e supletivo exercido pelo governo federal vem garantindo uma distribuição mais equitativa dos recursos públicos, contribuindo para reduzir as disparidades regionais. Cerca de 26% dos recursos investidos em educação no nordeste foram complementados pelo governo federal. No sudeste, os repasses do governo federal foram menores, correspondendo a 11,7% do total.

Tocantins e Minas Gerais são os estados que destinam a maior fatia de seus orçamentos para a educação em relação ao gasto público total: 24,7% e 23,2%, respectivamente. Os menores gastos são praticados pelos estados do Acre e Rio de Janeiro, onde os recursos aplicados na educação equivalem a 11,5% e 12,2% do gasto total do setor público.

Os estados que receberam, em números absolutos, a maior quantia de recursos diretos da União são os que detêm o maior número de instituições federais de ensino superior: Rio de Janeiro (R\$ 663 milhões), Minas Gerais (R\$ 568 milhões) e Rio Grande do Sul (R\$ 496 milhões).

O total do gasto público do DF apresenta distorções provocadas pela impossibilidade de desassociar o gasto público efetuado pelo governo do DF do que é realizado pelo governo federal, que mantém o sistema educacional da capital do país em funcionamento.

Os governos federal, estaduais e municipais gastaram com educação o correspondente a 14,8% do total de gastos realizados pelo setor público no ano de 1995. Os gastos diretos, excluindo os recursos utilizados para o pagamento de aposentados e pensionistas, atingiram 12,2%.

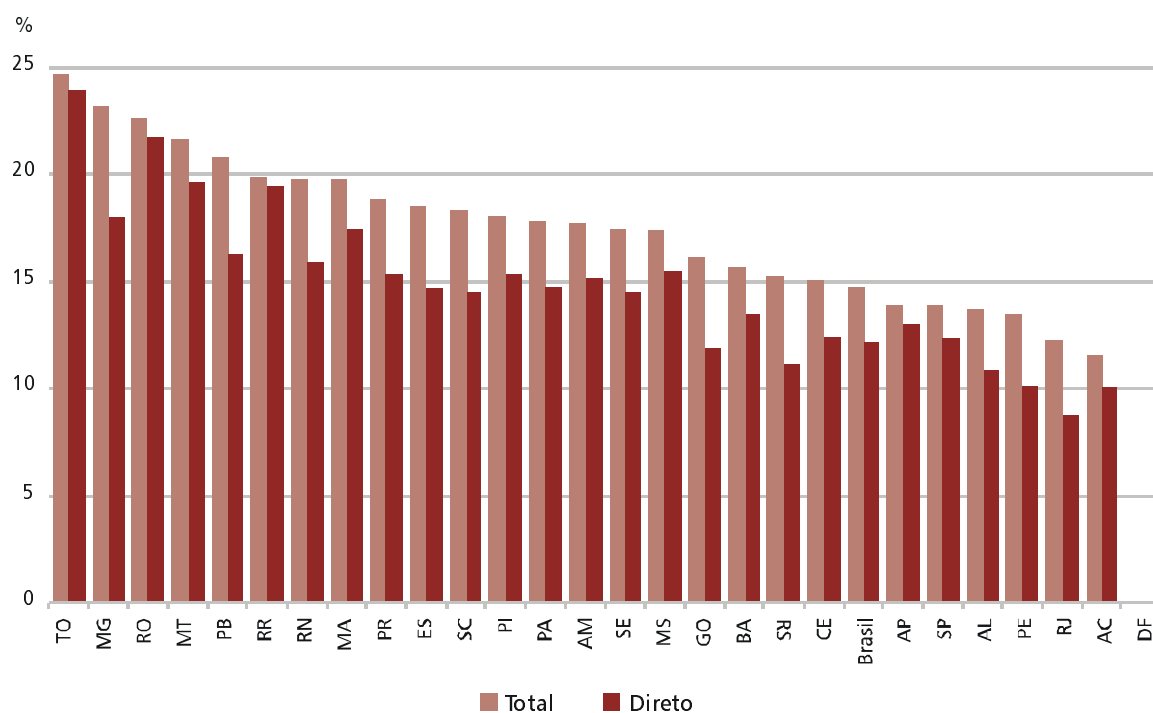
O Indicador

O gasto público em educação refere-se ao total dos gastos realizados pelas três esferas de governo, administrações centralizadas e descentralizadas. Os dados são consolidados, eliminando-se as transferências inter e intra-governamentais e não incluídos os gastos com cultura e desportos. O gasto público total leva em conta todos os gastos dos governos federal, estaduais e municipais.

Esclarecimentos Metodológicos

Os dados são levantados a partir dos balanços da União e estados e por meio de uma amostra de 184 municípios. A expansão para o total de gastos dos municípios é feita por meio de pesos definidos a partir dos indicadores socioeconômicos e demográficos dos mesmos.

Gasto com Educação em Relação ao Total do Gasto Público (%) - 1995



Fonte: IPEA / DISOC

O gasto público médio por aluno que freqüentou o ensino fundamental no ano de 1995 correspondeu a 67% do gasto por aluno no ensino médio. Alguns fatores podem explicar esta diferença, como: especificidade dos recursos físicos e humanos destinados a cada um dos níveis de ensino e a grande retenção existente no ensino fundamental, fazendo com que a matrícula neste nível de ensino supere em torno de 30% o tamanho da coorte de 7 a 14 anos.

Ao compararmos os dois indicadores, em valores absolutos e em relação ao PIB per capita, por unidade da federação e por região, os resultados são bastante diferentes. Enquanto no Sudeste o gasto médio por aluno no ensino fundamental foi de R\$ 608,00, correspondendo a 11% do seu PIB per capita, no Nordeste o gasto por aluno foi bem inferior, R\$ 278,00, correspondendo, entretanto, a 14% do seu PIB per capita, superior ao Sudeste.

Situação semelhante ocorre no ensino médio. Embora o maior gasto por aluno tenha ocorrido na região Sudeste (R\$ 780,00), este valor equivale a 14% do seu per capita – percentual abaixo da média nacional de 16%. Por outro lado, nota-se que a região Nordeste, apesar de investir um valor menor por aluno, R\$ 502,00, aplica por aluno/ano 26% do seu PIB per capita.

A distribuição do gasto médio por aluno no ensino fundamental varia de R\$ 216,00, no Pará, a R\$ 663,00, em São Paulo. Em relação ao PIB per capita, o menor percentual ocorreu no estado do Amazonas, com 7%, e o maior no Tocantins, com 36% do PIB per capita. Para o ensino médio verificou-se o maior investimento por aluno/ano no Distrito Federal R\$ 1.657,00), embora isto represente 20% do seu PIB per capita, abaixo do Nordeste que foi de 26%.

O gasto médio do setor público por aluno/ano matriculado no ensino fundamental, em 1995, foi R\$ 460,00 e no ensino médio R\$ 682,00. Esses valores excluem os destinados ao pagamento de benefícios, como aposentadoria e pensões, e ficam abaixo da média internacional.

O Indicador

O gasto público por aluno/ano é resultado da divisão do total dos gastos realizados pelas três esferas de governo, administrações centralizadas e descentralizadas, eliminando-se as transferências inter e intra-governamentais e não incluídos os gastos com cultura e desportos, pelo número de alunos matriculados nas escolas públicas de ensino fundamental e médio.

Esclarecimentos Metodológicos

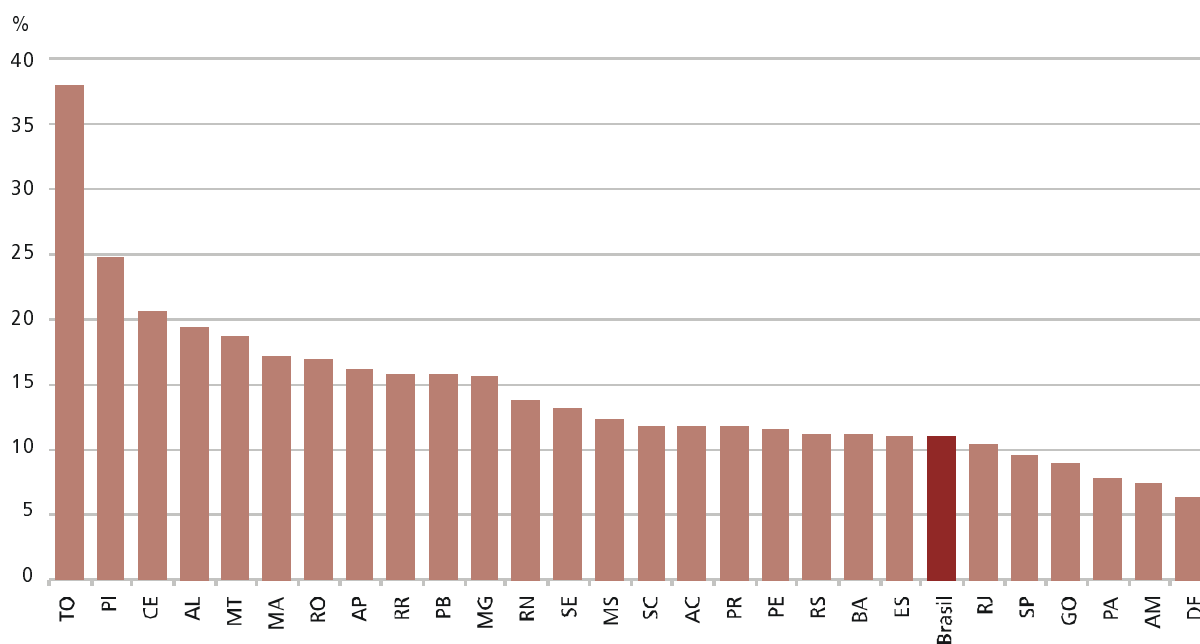
Os dados são levantados a partir dos balanços da União e estados e por meio de uma amostra de 184 municípios. A expansão para o total de gastos dos municípios é feita por meio de pesos definidos a partir dos indicadores socioeconômicos e demográficos dos mesmos.

Fórmula de Cálculo

$$\frac{GT_{i,j}}{MAT_{i,j}} e \frac{GT_{i,j}}{MAT_{i,j} \times PIBpc_j}$$

onde GT_{ij} é o gasto com educação no nível i pela unidade j , Brasil ou unidade da federação, $PIBpc_j$ é o PIB per capita da unidade j e MAT_{ij} é o número de alunos matriculados nas escolas públicas da unidade j , no nível i .

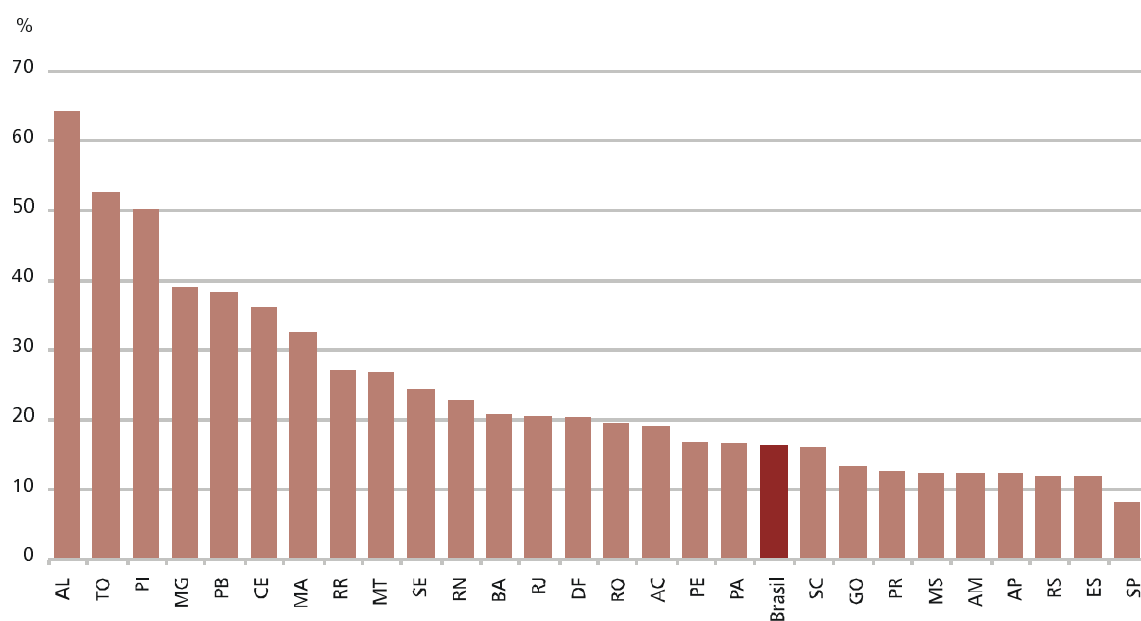
Ensino Fundamental - Gasto por aluno em Relação ao PIB Per Capita (%) – 1995



Fonte: IPEA/DISOC

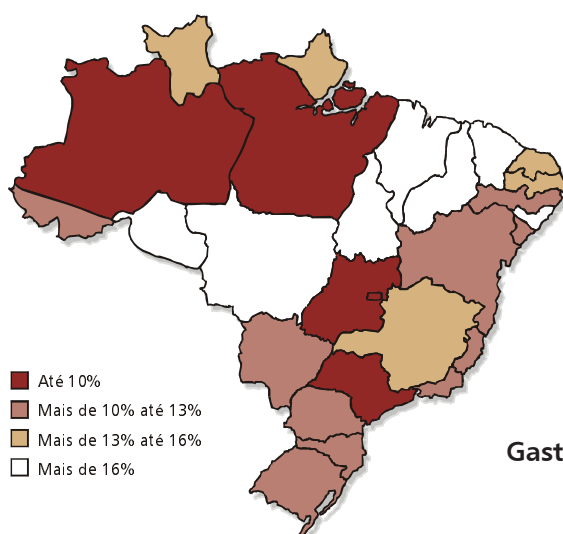
Gasto Público em Relação ao Orçamento Total

Ensino Médio - Gasto Médio por Aluno em relação ao PIB *Per Capita* (%) - 1995

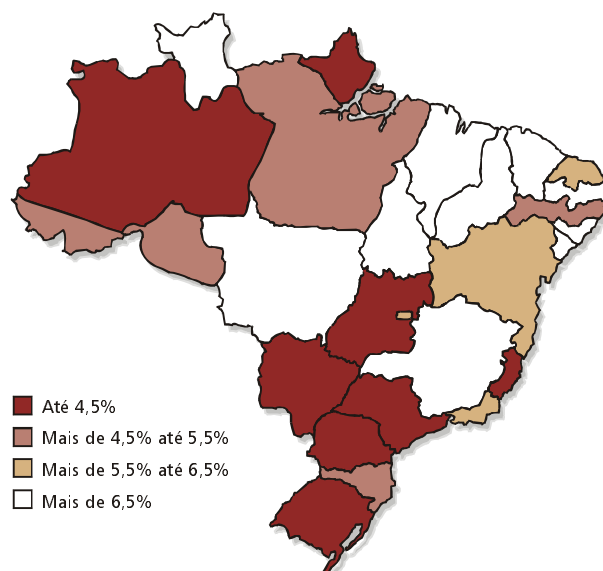


Fonte: IPEA/DISOC

Ensino Fundamental
Gasto médio por aluno em Relação ao PIB *Per Capita*
(%) 1995



Ensino Médio
Gasto médio por aluno em Relação ao PIB *Per Capita*
(%) 1995



Fonte: IPEA/DISOC





A Educação Brasileira no Contexto Internacional

A Educação Brasileira no Contexto Internacional

A inclusão deste capítulo permite situar a posição dos estados brasileiros no contexto nacional e em relação a alguns países que integram o projeto World Education Indicators (WEI), da Unesco, e de países que fazem parte da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Para tanto, foram selecionados indicadores comuns que possibilitam a comparabilidade.

Um aspecto que se sobressai a partir da análise conjunta dos dados é que há, em termos proporcionais, um aumento do gasto público com educação nos estados com baixo IDH e PIB *per capita*. Mesmo dispondo de poucos recursos para gastar na educação, estes estados realizam um esforço maior de investimento para tentar suprir as carências existentes.

O total de gastos do Brasil com educação, comparado com o de outros países, é bastante significativo. Mas, apesar disso, o gasto aluno/ano, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, é baixo.

Isto pode ser explicado, parcialmente, pelo fato de que o número de alunos matriculados nesses níveis de ensino, principalmente no ensino médio, tem crescido a um ritmo acelerado. Por outro lado, nota-se que, apesar de haver este esforço de investimento por parte dos estados mais pobres, o valor do gasto aluno/ano é influenciado diretamente pelo tamanho da população a ser atendida na escola.

Além disso, vale ressaltar que uma taxa de repetência no ensino fundamental (e similarmente, no médio) superior a 20%, influencia fortemente no cálculo desse valor. Sem esse contingente de repetentes, e considerando-se que os recursos permanecessem estáveis, o gasto aluno/ano seria de aproximadamente 1,4 vezes o atual, o que aproximaria o valor ao de Argentina e México.

Os dados financeiros deste estudo comparativo foram convertidos em real pela PPP (*Purchasing Power Parities*), um índice de preços calculado pelo Banco Mundial, que compara o valor monetário pela capacidade de gasto em cada país e não pela taxa de câmbio oficial. Em 1995, cada R\$ 1,00 convertido pelo PPP era equivalente a US\$ 0,64.

Outro aspecto que se sobressai desta análise comparativa é o perfil jovem da população brasileira. Isto faz com que o País tenha, em relação à população total, um percentual elevado de crianças na faixa etária entre 5 e 14 anos, que precisa estudar e vem pressionando a demanda por vagas, sobretudo nas escolas mantidas pelo setor público.

Cabe observar, entretanto, que, com exceção do Chile, cuja escolaridade obrigatória vai dos 7 aos 14 anos, como no Brasil, na maioria dos demais países a escolarização obrigatória começa aos cinco ou seis anos. Por isso, a comparação pode ficar comprometida. A taxa de atendimento do Brasil na faixa etária de 5 a 14 anos é de 86,9%, mas na faixa de 7 a 14 anos, a de escolaridade obrigatória estabelecida na Constituição Federal de 1988, já ultrapassa 95 %.

A análise comparativa revela, ainda, que, embora as disparidades regionais e interestaduais tenham diminuído muito nos últimos anos, a distância que separa os estados mais ricos dos mais pobres ainda é substancial, delimitando a existência de dois brasis: um com alguns estados que possuem indicadores mais desenvolvidos, e outro com estados onde as diferenças continuam sendo gigantescas, apesar dos avanços verificados recentemente.

A taxa de analfabetismo na faixa etária de 15 anos ou mais coloca cinco estados com percentuais abaixo de 8%, índice melhor que o de Portugal e próximo ao da Argentina. Mas traz, no outro extremo, 11 estados com taxas superiores a 20% e em alguns casos, como os de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba e Piauí, acima de 30%.

Os dados sobre o nível de instrução da população indicam que o Brasil tem apenas 22,8% da população na faixa etária entre 25 e 64 anos com pelo menos nível médio completo, muito baixa para a média internacional. Somente cinco estados (Acre, Amazonas, Amapá, Rio de Janeiro e São Paulo) e o Distrito Federal possuem mais de 25% da população nesta faixa etária com pelo menos 11 anos de escolaridade. Nos Estados Unidos, este índice soma 86%.

O nível de instrução melhora substancialmente na população mais jovem, confirmando o acerto das políticas educacionais implementadas pelos governos federal, estaduais e municipais nos últimos anos. O percentual da população com pelo menos o nível médio completo sobe para 27,3% na faixa etária de 25 a 34 anos. Novamente, apenas cinco estados (Acre, Amazonas, Amapá, Rio de Janeiro e São Paulo) e o Distrito Federal ultrapassam a marca de 30%. A taxa de escolarização nesta faixa etária alcança 87% nos Estados Unidos.

Este quadro demonstra o tamanho do desafio que o Brasil deve superar para elevar a escolaridade média da sua população. Garantir o acesso de todos os concluintes do ensino fundamental ao ensino médio é uma meta a ser atingida num prazo de dois anos, a contar da data de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE). Esta meta deverá ser atingida brevemente, pois o ensino médio se expande, em média 11,5% ao ano, a demanda por vagas no ensino superior.

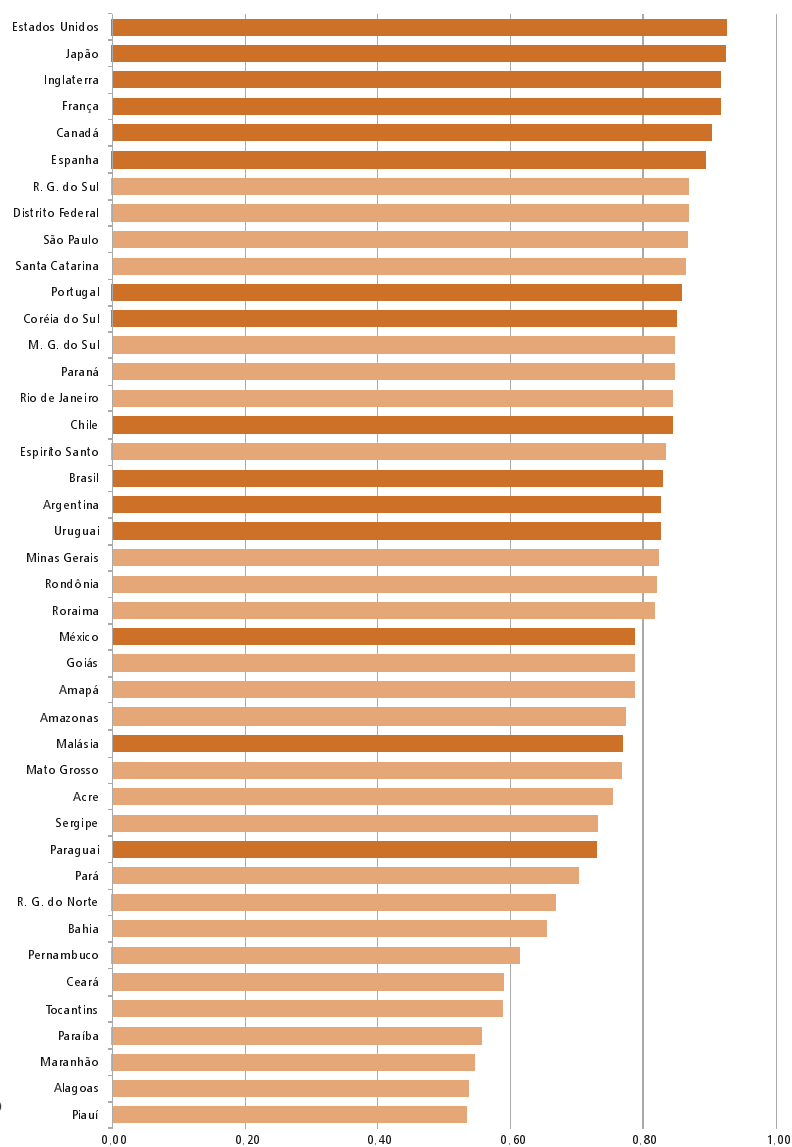
O Brasil fica numa incômoda situação quando se compara o seu percentual de concluintes do ensino médio em relação à idade teórica de conclusão com os países mais desenvolvidos. Mas fica numa posição de destaque perante dois dos maiores países da América Latina: Argentina e México. Devido à cultura da repetência, apenas 35,1% dos estudantes brasileiros concluem o ensino médio na idade correta, ou seja, aos 17 anos. Na Argentina, este percentual é de 34% e no México, 26%. No Japão, este percentual chega a 99%.

Este indicador mostra que quatro estados brasileiros (Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo), mais o Distrito Federal, apresentam um percentual de concluintes semelhante ao do Chile, sendo que São Paulo supera o índice chileno. Na outra ponta, entretanto, há estados como Alagoas e Piauí com índices inexpressivos.

O número de alunos por turma no ensino fundamental, por sua vez, equipara o Brasil à Argentina, Chile e Coréia do Sul, países que esforçaram para universalizar o atendimento à educação básica, principalmente para a população até os 14 anos de idade. Mas há pelo menos seis estados com excesso de alunos por turma de 1ª à 4ª série e outros 10 estados com salas superlotadas para atender alunos de 5ª à 8ª série.

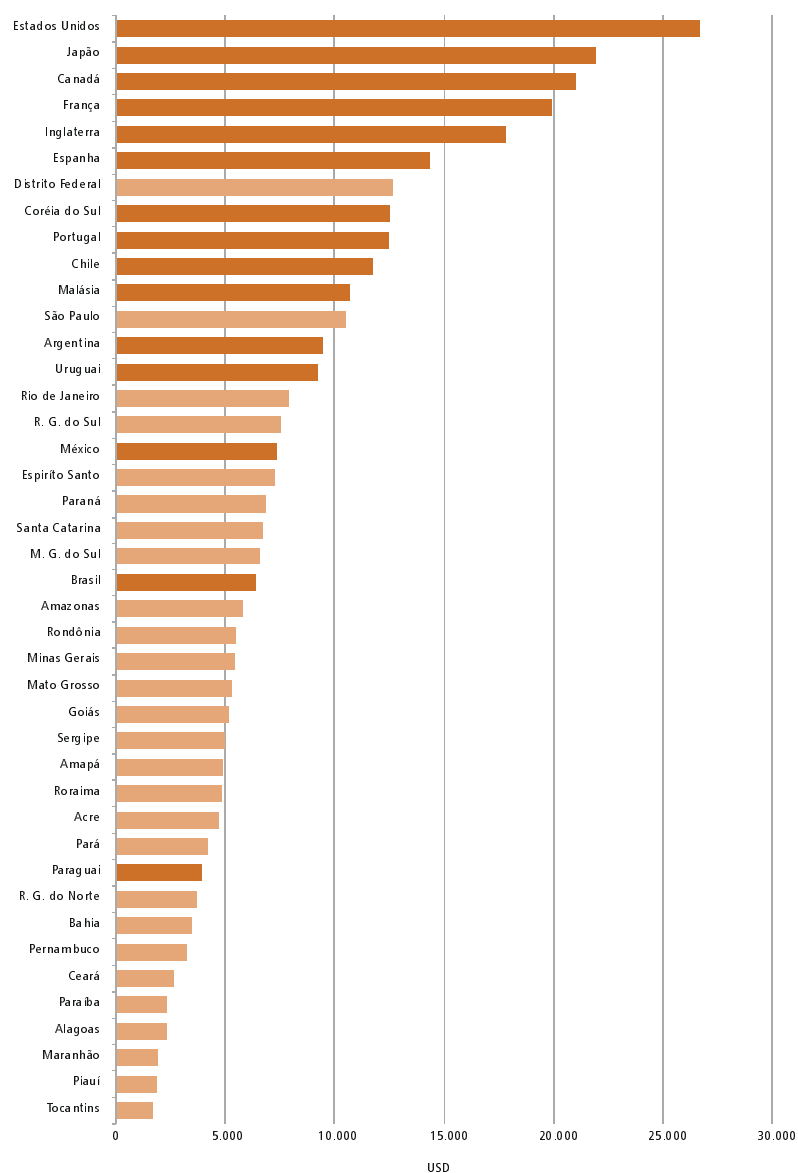
Por fim, é possível concluir que os fatores socioeconômicos são determinantes na formação educacional. O ambiente familiar e social é preponderante para o desenvolvimento da cultura da educação. Os estados brasileiros com menor IDH e com menor PIB *per capita* são os que se defrontam com os maiores desafios. Já os estados com maior IDH e PIB *per capita* estão mais adiantados na mobilização política e da sociedade para resolver seus problemas educacionais.

Gráfico 1A - Índice de Desenvolvimento Humano - 1996



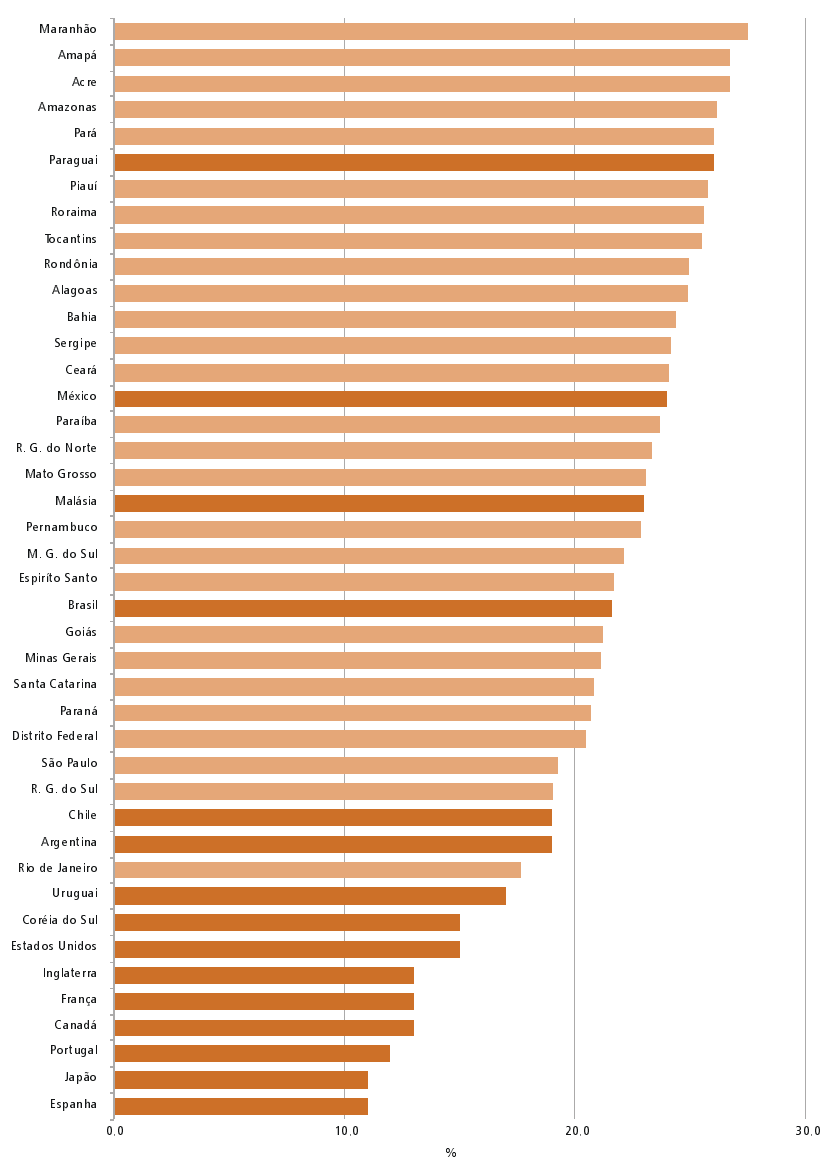
Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, BIRD e OECD

Gráfico 1B - PIB Per Capita - 1995



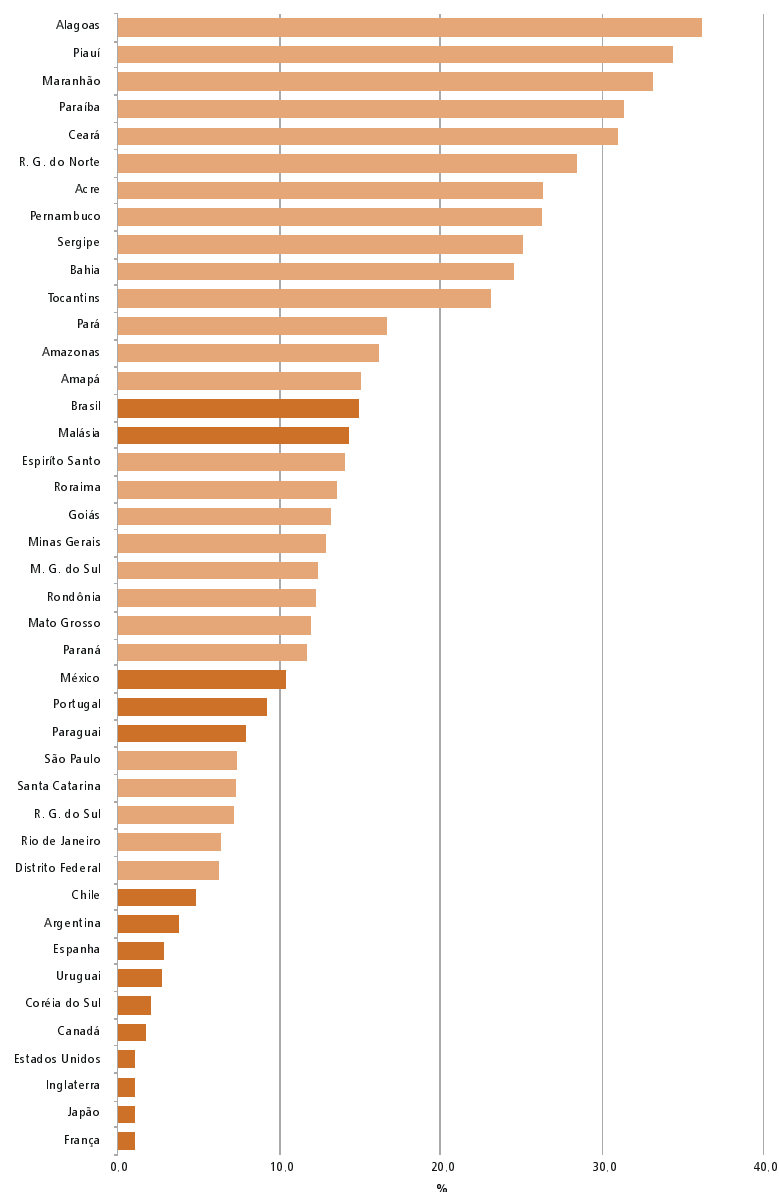
Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE, BIRD e OECD

Gráfico 2 - Percentual da População de 5 a 14 anos em Relação a População Total - 1996



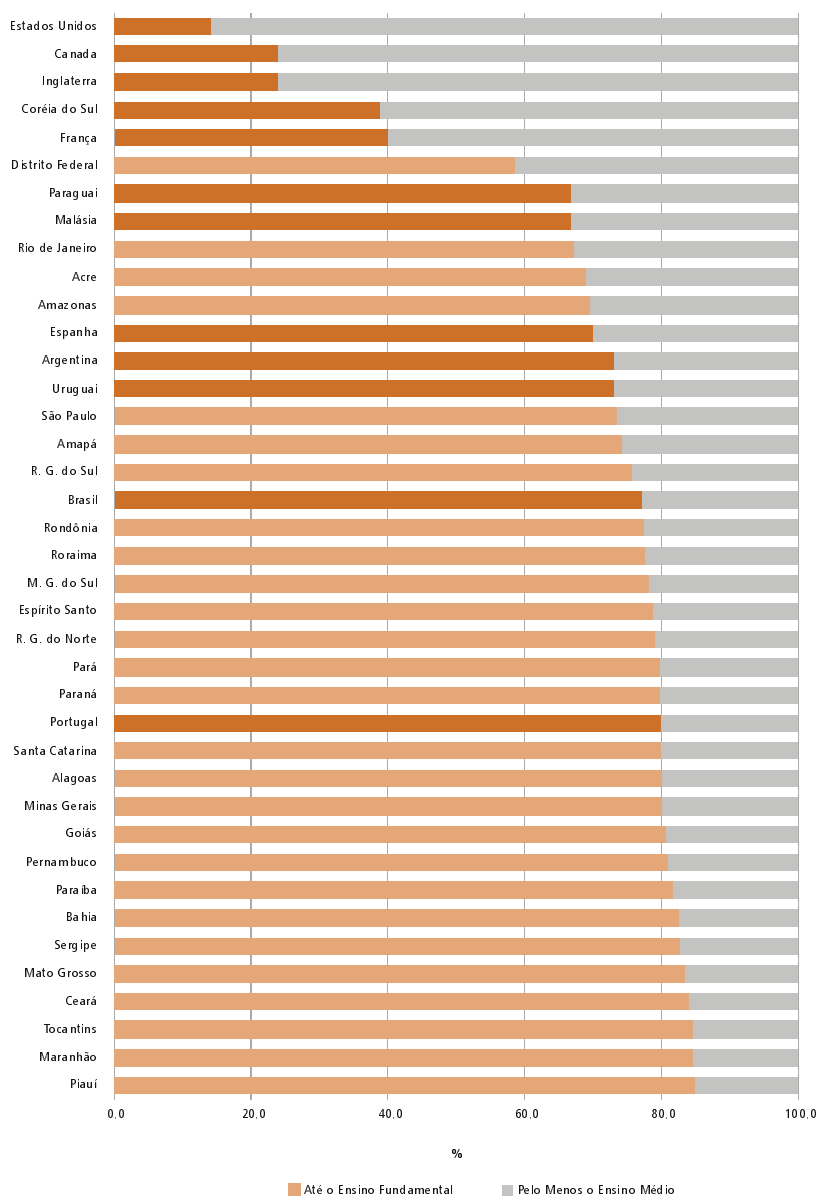
Fonte: MEC/INEP/SEEC, IBGE e OECD

Gráfico 3 - Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais - 1996



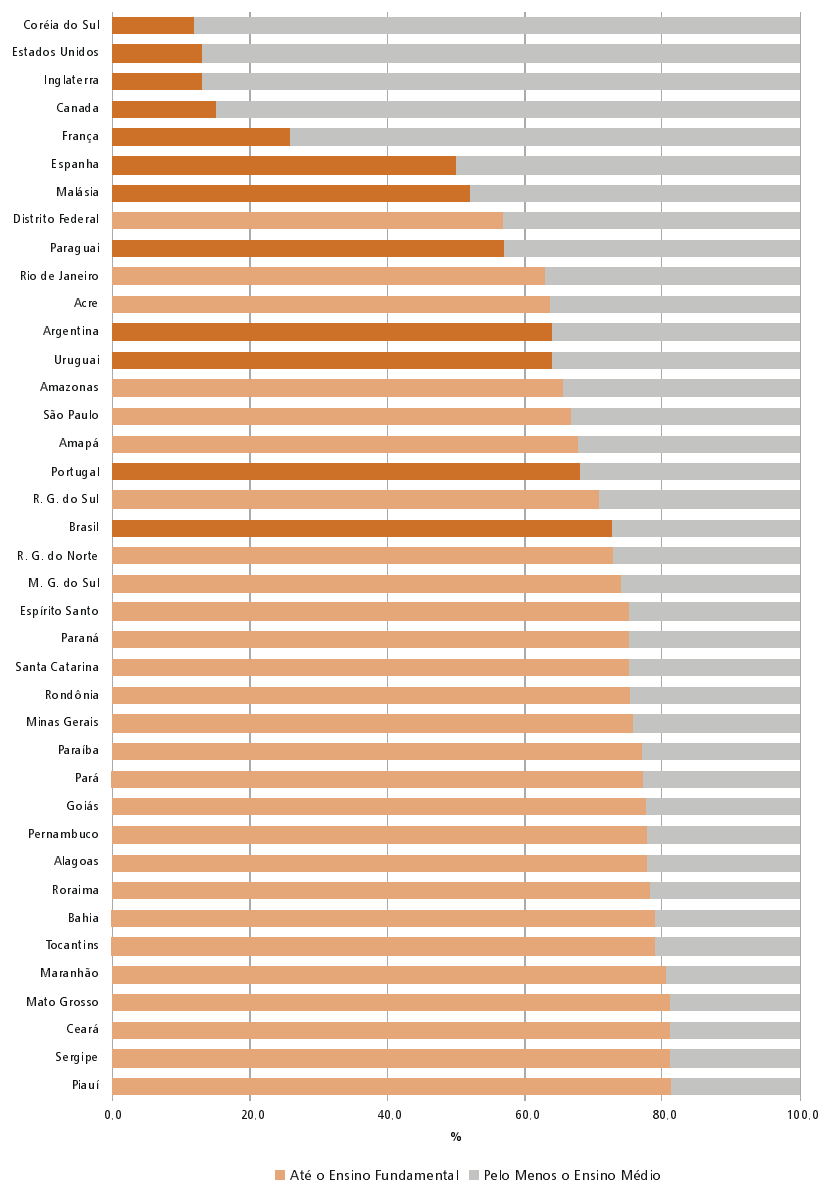
Fonte: IBGE, OECD e BIRD

Gráfico 4A - Percentual da População de 25 a 64 anos, por Nível de Ensino - 1996



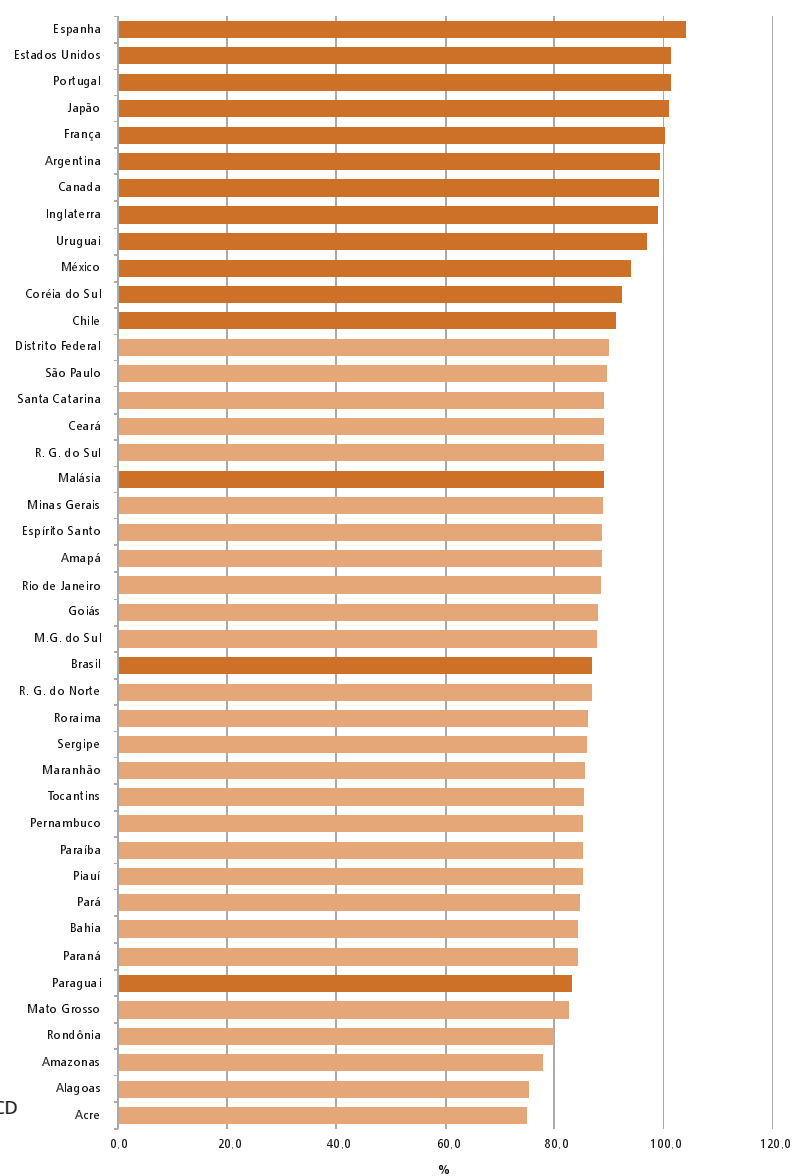
Fonte: MEC/INEP/SEEC, IBGE e OECD

Gráfico 4B - Percentual da População de 25 a 34 anos, por Nível de Ensino - 1996



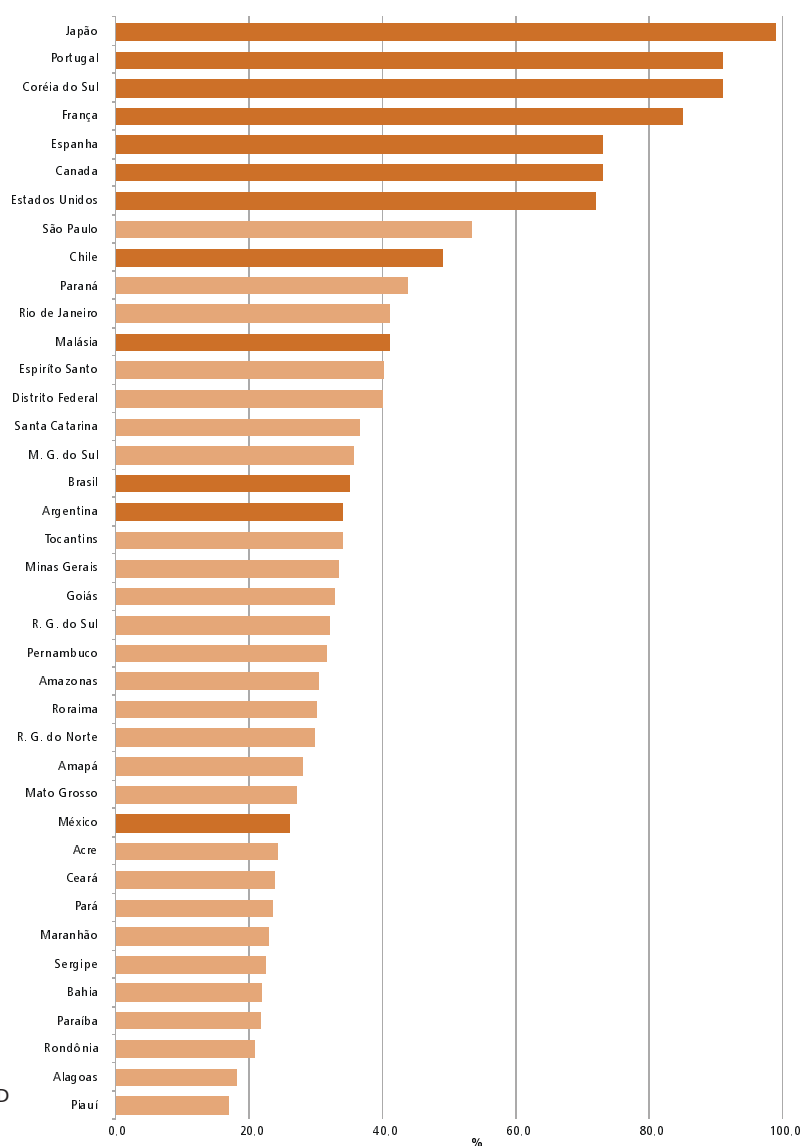
Fonte: MEC/INEP/SEEC, IBGE e OECD

Gráfico 5 - Taxa de Atendimento na Faixa Etária de 5 a 14 anos - 1996



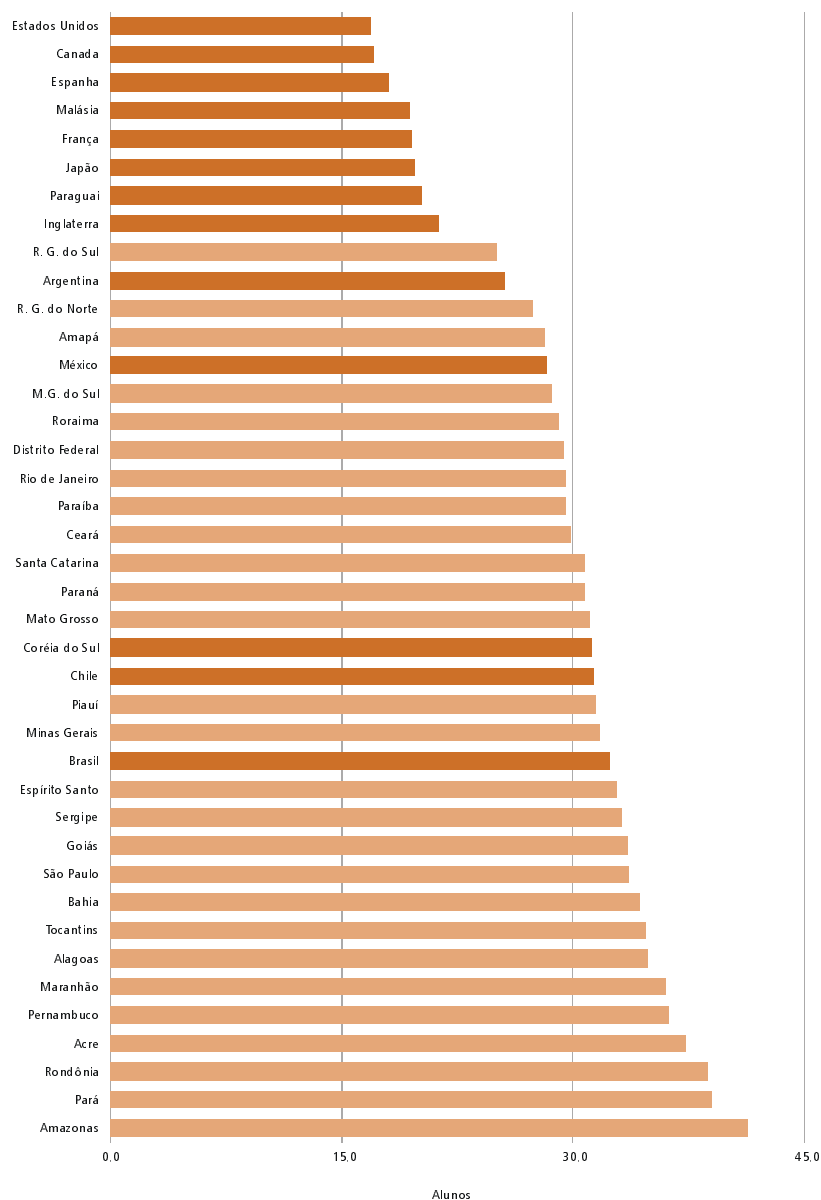
Fonte: MEC/INEP/SEEC, IBGE e OECD

Gráfico 6 - Ensino Médio - Percentual de Concluintes em relação à População na Idade Teórica de Conclusão - 1996



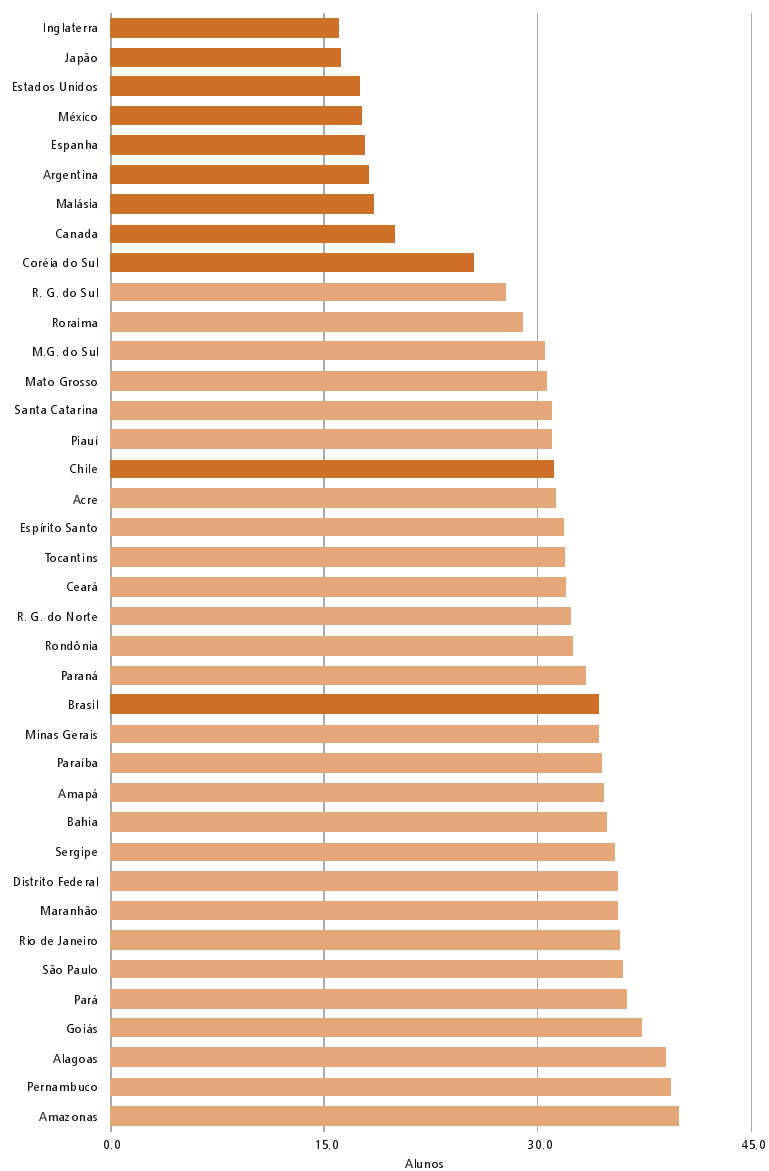
Fonte: MEC/INEP/SEEC, IBGE e OECD

Gráfico 7A - Ensino Fundamental - Número Médio de Alunos por turma de 1ª a 4ª - 1996



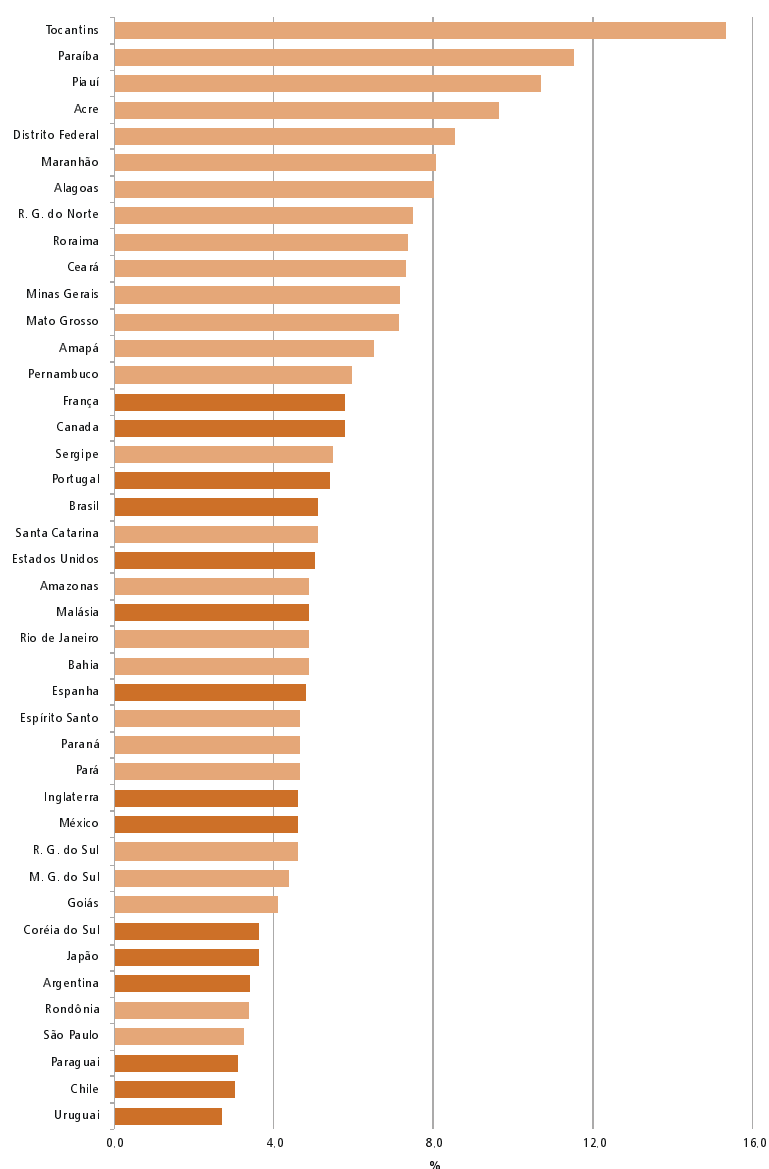
Fonte: MEC/INEP/SEEC e OECD

Gráfico 7B - Ensino Fundamental - Número Médio de Alunos por turma de 5ª a 8ª - 1996



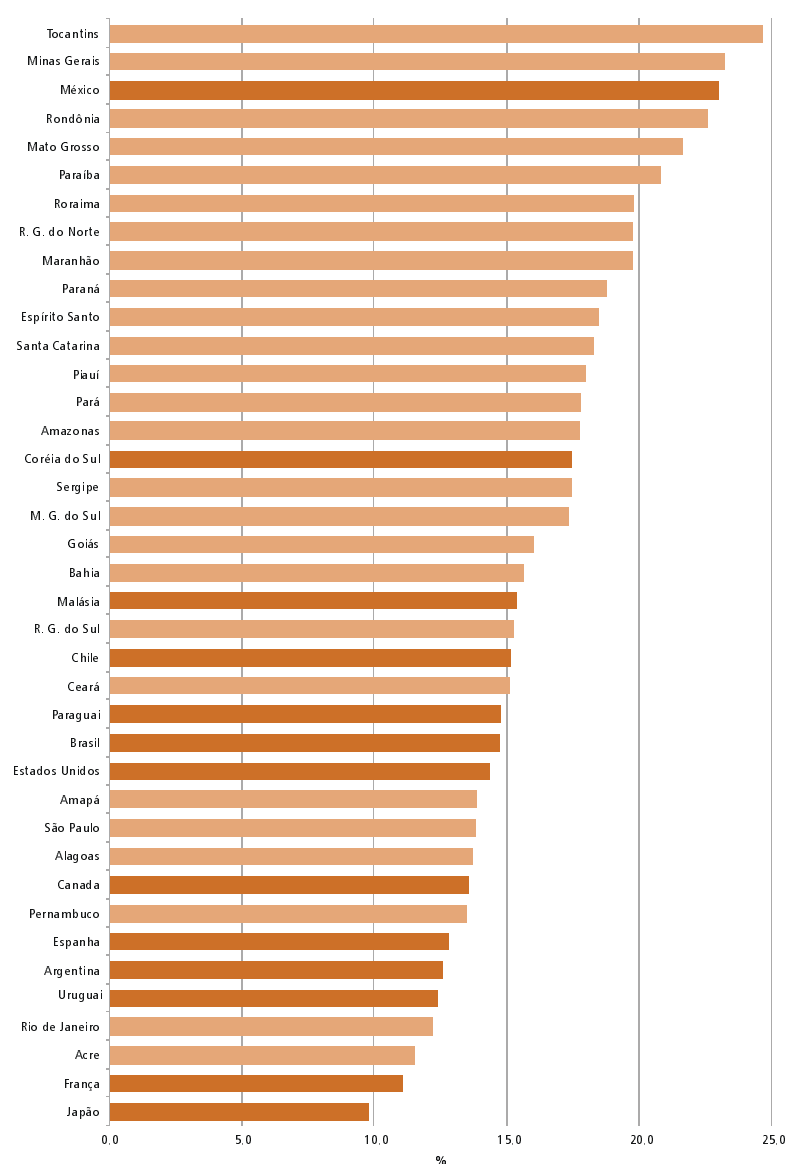
Fonte: MEC/INEP/SEEC e OECD

Gráfico 8 - Percentual do Gasto Público com Educação em Relação ao PIB - 1995



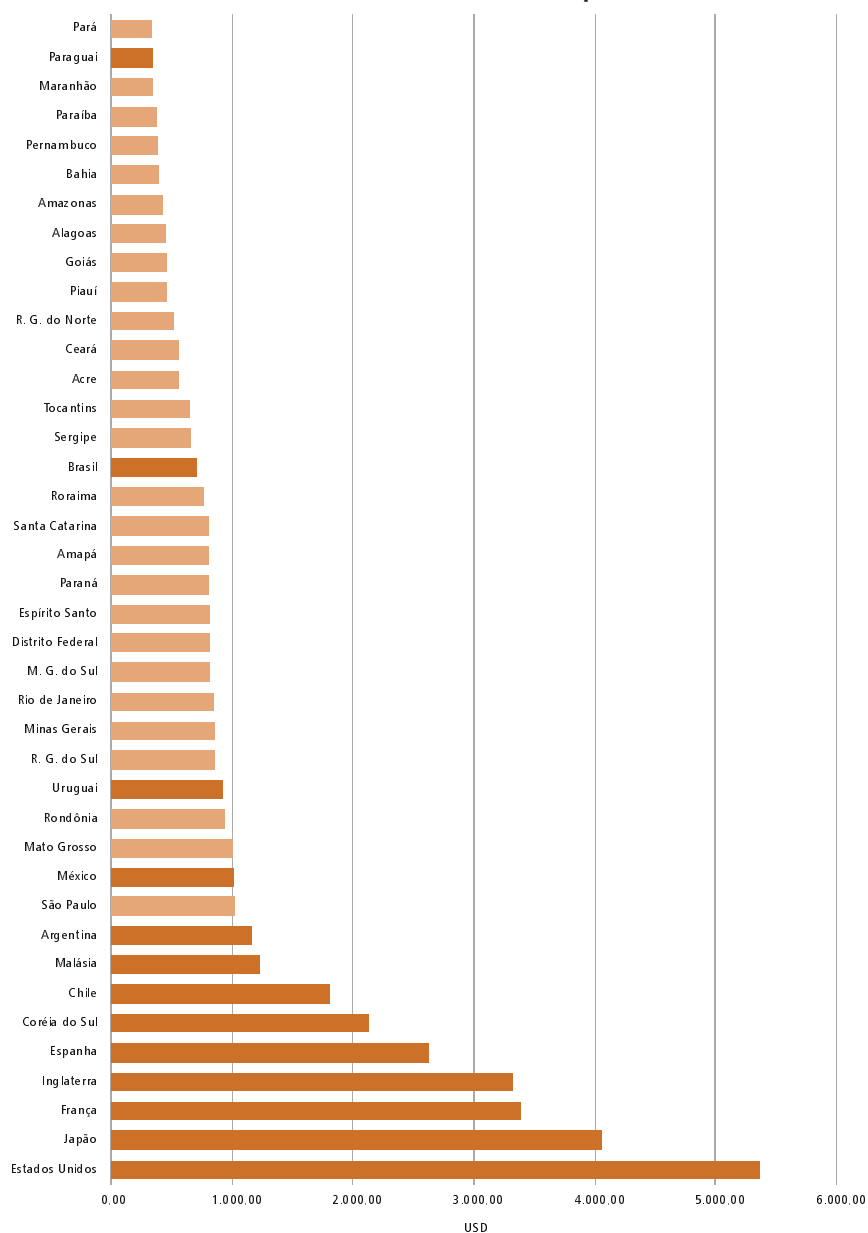
Fonte: IPEA/DISOC e OECD

Gráfico 9 - Percentual do Gasto Público com Educação em Relação ao Total do Gasto Público - 1995



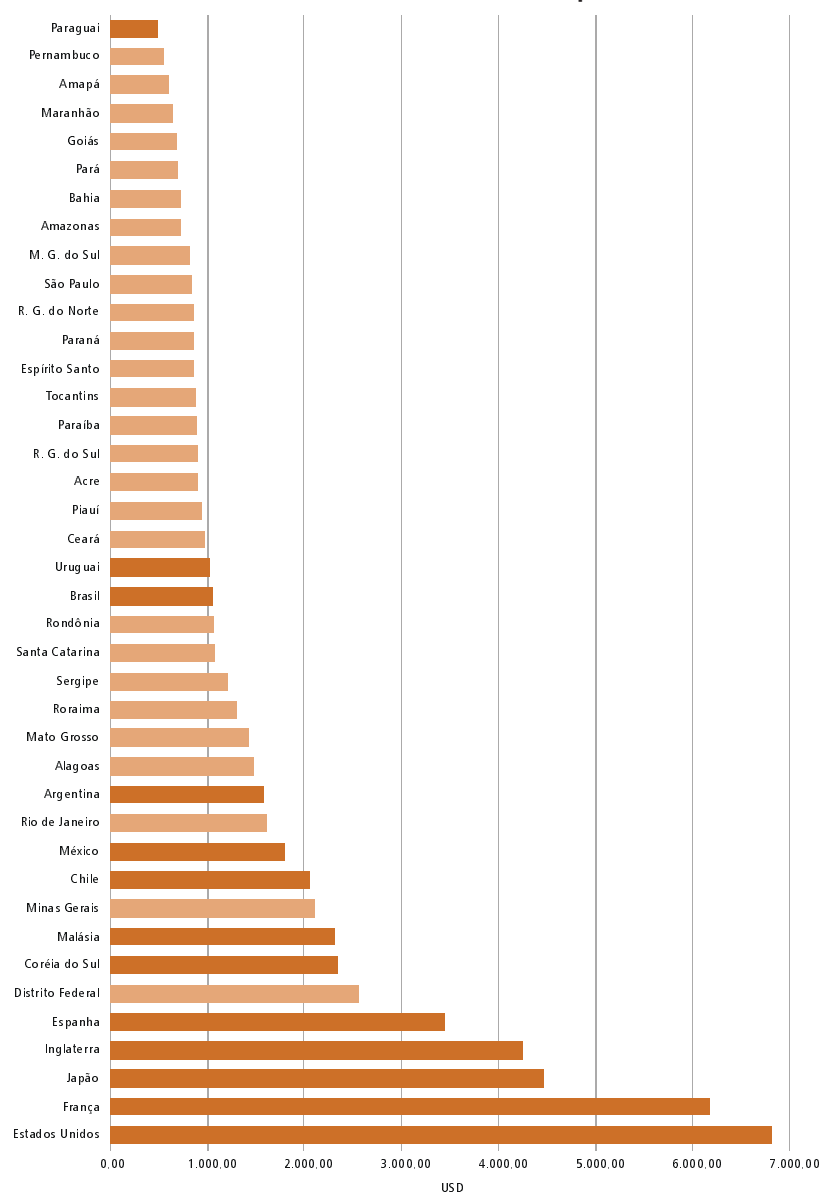
Fonte: IPEA/DISOC e OECD

Gráfico 10A - Ensino Fundamental - Gasto Público Médio por Aluno - 1995



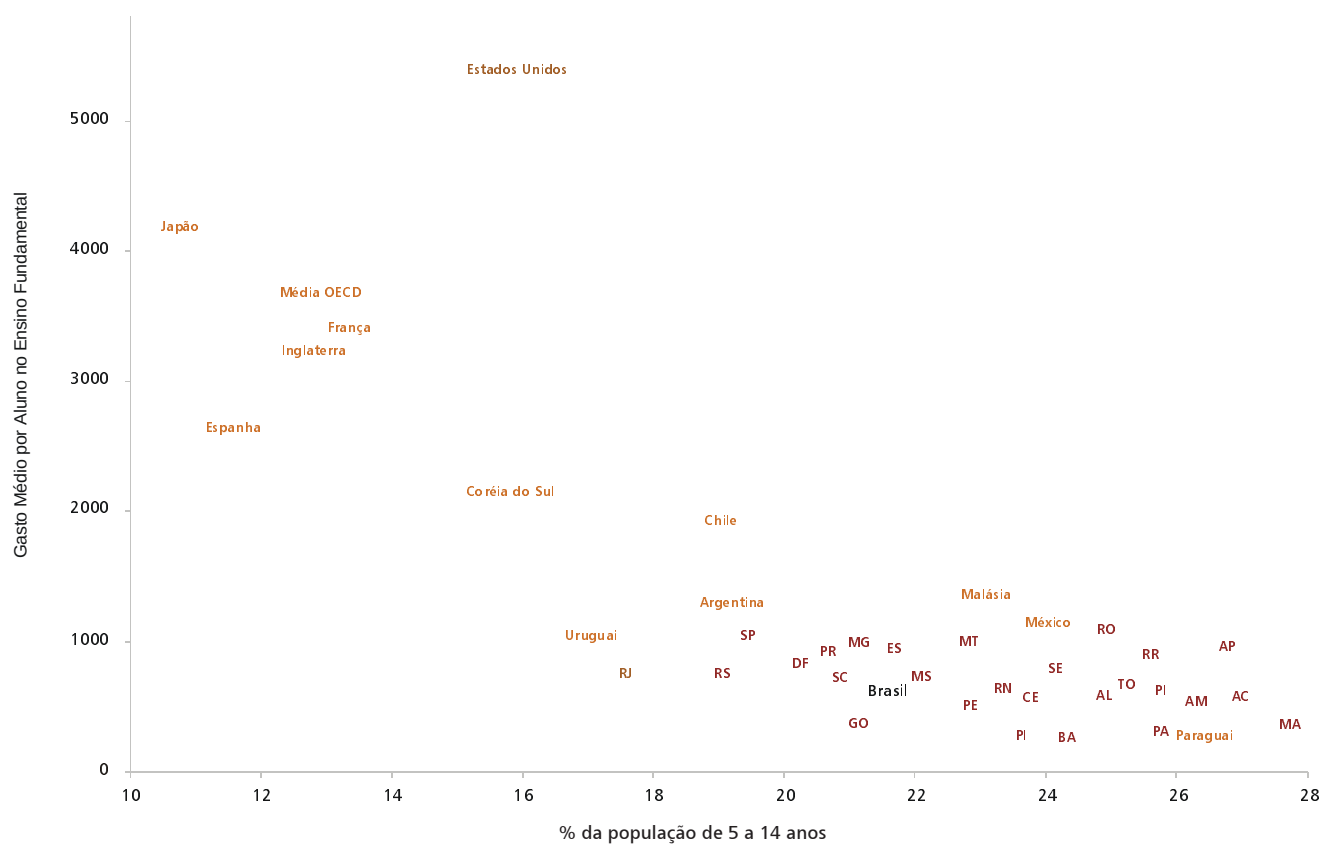
Fonte: IPEA/DISOC e OECD

Gráfico 10B - Ensino Médio - Gasto Público Médio por Aluno - 1995



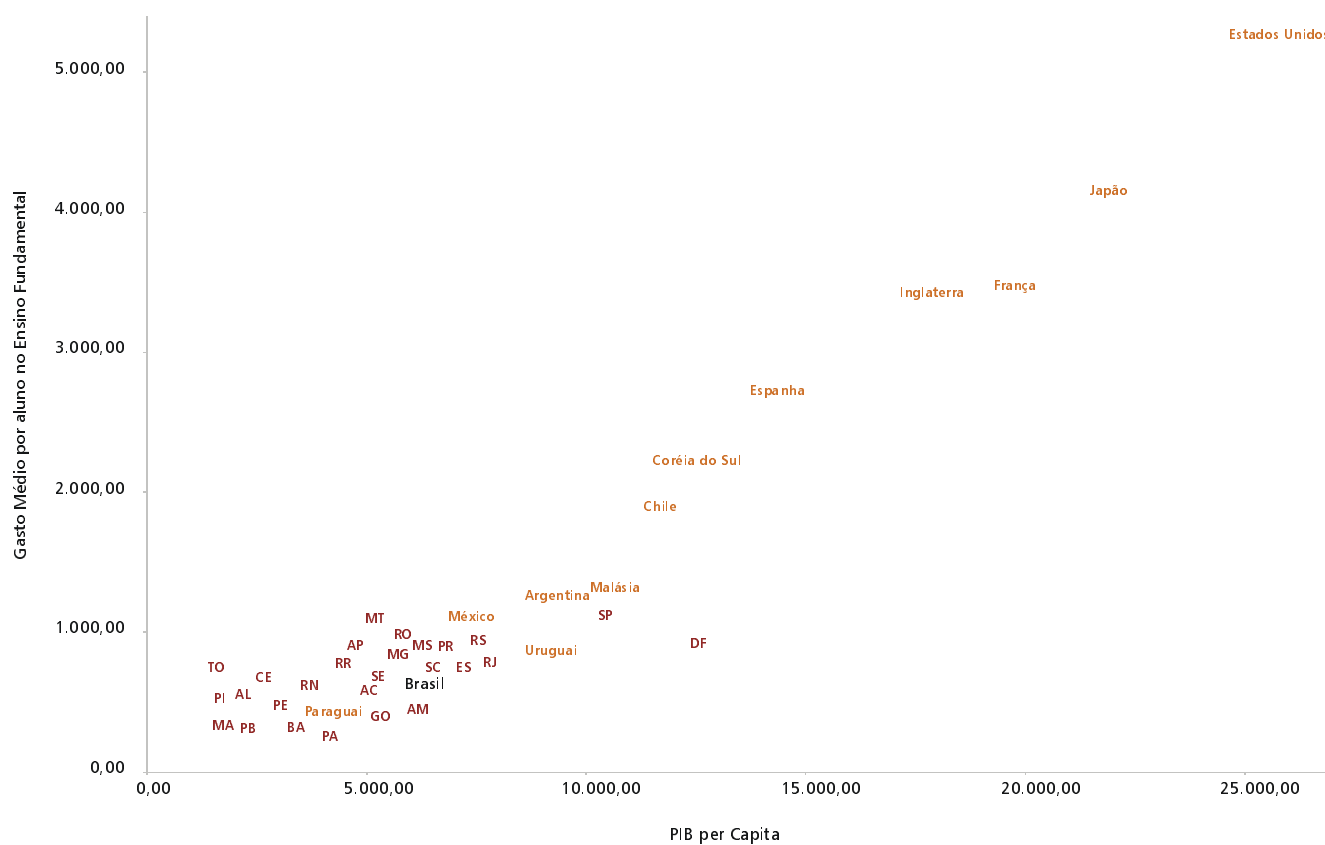
Fonte: IPEA/DISOC e OECD

Gráfico 10E - Gasto Médio por Aluno no Ensino Fundamental e Percentual da População de 5 a 14 anos - 1995



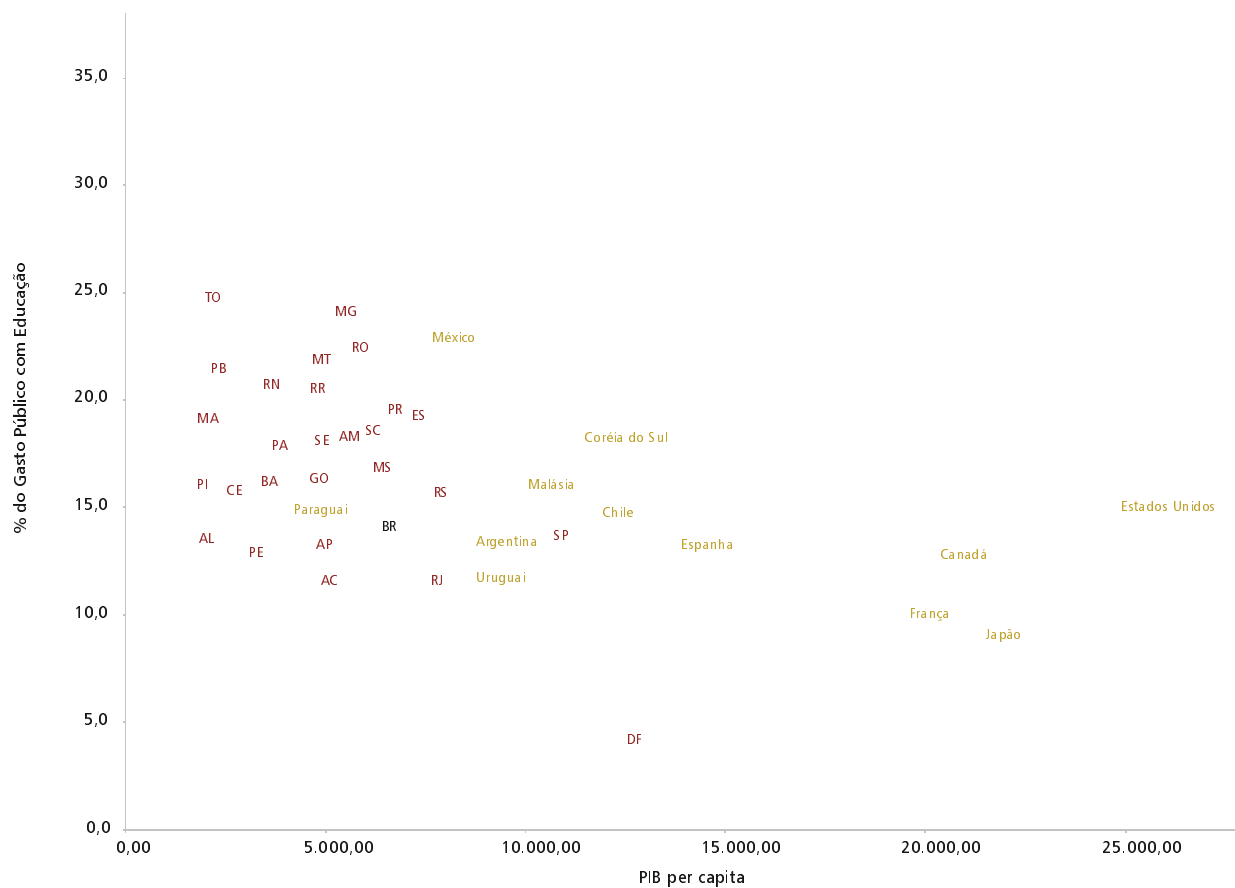
Fonte: IPEA/DISOC e OECD

Gráfico 10C - Gasto Médio por Aluno no Ensino Fundamental e PIB per Capita - 1995



Fonte: IPEA/DISOC e OECD

Gráfico 10D - Percentual do Gasto Público com Educação e PIB per Capita - 1995



Fonte: IPEA/DISOC e OECD - Education at a Glance - 1998

Equipe Técnica do INEP: Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Ivan Castro de Almeida, João Vicente Pereira, José Irineu Rangel Rigotti, Liliane L. N. de Aranha O . Brant, Marcos Ruben de Oliveira, Roxana Maria Rossy Campos e Vanessa Néspoli de Oliveira

Geografia da Educação Brasileira

Anexo TABELAS

1.1 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e *PIB Per Capita*

Unidade da Federação	Índice de Desenvolvimento Humano			PIB <i>Per Capita</i> ajustado		
	1980	1991	1996	1980	1991	1996
Brasil	0,73	0,79	0,83	4.882	5.023	6.403
Norte	0,60	0,68	0,73	3.068	3.516	4.705
Rondônia	0,61	0,73	0,82	3.426	4.185	6.398
Acre	0,51	0,66	0,75	2.343	3.767	5.741
Amazonas	0,70	0,76	0,78	4.680	4.884	5.718
Roraima	0,62	0,69	0,82	3.224	3.767	6.231
Pará	0,59	0,66	0,70	2.783	3.210	4.268
Amapá	0,61	0,77	0,79	2.887	4.605	5.370
Tocantins	-	0,53	0,59	-	1.256	1.575
Nordeste	0,48	0,56	0,61	2.021	2.360	3.085
Maranhão	0,41	0,49	0,55	1.265	1.395	2.158
Piauí	0,42	0,49	0,53	1.037	1.395	2.004
Ceará	0,48	0,54	0,59	1.674	2.094	2.667
R. G. do Norte	0,50	0,62	0,67	1.964	3.070	4.083
Paraíba	0,44	0,50	0,56	1.399	1.813	2.438
Pernambuco	0,51	0,59	0,62	2.405	2.790	3.213
Alagoas	0,44	0,51	0,54	1.964	2.094	2.496
Sergipe	0,49	0,66	0,73	2.011	3.628	5.122
Bahia	0,53	0,59	0,66	2.721	2.790	3.677
Sudeste	0,80	0,83	0,86	5.250	5.248	6.481
Minas Gerais	0,70	0,75	0,82	4.151	4.185	5.968
Espirito Santo	0,72	0,78	0,84	4.297	4.605	6.251
Rio de Janeiro	0,80	0,82	0,84	5.247	5.243	6.477
São Paulo	0,81	0,85	0,87	5.285	5.278	6.511
Sul	0,79	0,83	0,86	5.182	5.182	6.426
Paraná	0,72	0,81	0,85	4.447	5.023	6.402
Santa Catarina	0,80	0,83	0,86	5.200	5.023	6.405
R. G. do Sul	0,81	0,85	0,87	5.222	5.206	6.446
Centro-Oeste	0,70	0,82	0,85	4.271	5.205	6.435
M. G. do Sul	0,73	0,78	0,85	4.747	4.605	6.393
Mato Grosso	0,60	0,76	0,77	3.136	4.466	5.003
Goiás	0,64	0,74	0,79	3.218	4.046	5.238
Distrito Federal	0,96	0,85	0,87	5.263	5.344	6.580

Fonte: PNUD/IPEA/FJP/IBGE - Desenvolvimento Humano no Brasil - 1970-1996

2.1 - População Residente Total, Urbana e Rural - 1980-1996

Unidade da Federação	População Residente								
	Total			Urbana			Rural		
	1980	1991	1996	1980	1991	1996	1980	1991	1996
Brasil	119.002.706	146.825.475	157.079.573	80.436.409	110.990.990	123.076.831	38.566.297	35.834.485	33.993.332
Norte	5.880.268	10.030.556	11.290.093	3.037.150	5.922.574	7.039.085	2.843.118	4.107.982	4.249.174
Rondônia	491.069	1.132.692	1.231.007	228.539	659.327	762.755	262.530	473.365	466.551
Acre	301.303	417.718	483.726	132.169	258.520	315.271	169.134	159.198	168.322
Amazonas	1.430.089	2.103.243	2.389.279	856.617	1.502.754	1.766.166	573.472	600.489	623.113
Roraima	79.159	217.583	247.131	48.734	140.818	174.277	30.425	76.765	72.854
Pará	3.403.391	4.950.060	5.510.849	1.667.356	2.596.388	2.949.017	1.736.035	2.353.672	2.561.832
Amapá	175.257	289.397	379.459	103.735	234.131	330.590	71.522	55.266	48.869
Tocantins	-	919.863	1.048.642	-	530.636	741.009	-	389.227	307.633
Nordeste	34.812.356	42.497.540	44.768.201	17.566.842	25.776.279	29.171.749	17.245.514	16.721.261	15.575.102
Maranhão	3.996.404	4.930.253	5.222.565	1.255.156	1.972.421	2.711.175	2.741.248	2.957.832	2.511.008
Piauí	2.139.021	2.582.137	2.673.176	897.994	1.367.184	1.556.115	1.241.027	1.214.953	1.116.970
Ceará	5.288.253	6.366.647	6.809.794	2.810.351	4.162.007	4.713.049	2.477.902	2.204.640	2.096.241
R. G. do Norte	1.898.172	2.415.567	2.558.660	1.115.158	1.669.267	1.843.486	783.014	746.300	715.174
Paraíba	2.770.176	3.201.114	3.305.616	1.449.004	2.052.066	2.261.986	1.321.172	1.149.048	1.043.630
Pernambuco	6.141.993	7.127.855	7.399.131	3.783.264	5.051.654	5.476.855	2.358.729	2.076.201	1.922.216
Alagoas	1.982.591	2.514.100	2.633.339	976.536	1.482.033	1.661.826	1.006.055	1.032.067	971.425
Sergipe	1.140.121	1.491.876	1.624.175	617.796	1.002.877	1.140.414	522.325	488.999	483.606
Bahia	9.454.346	11.867.991	12.541.745	4.660.304	7.016.770	7.826.843	4.794.042	4.851.221	4.714.832
Sudeste	51.734.125	62.740.401	67.003.069	42.840.081	55.225.983	59.823.964	8.894.044	7.514.418	7.176.774
Minas Gerais	13.378.553	15.743.152	16.673.097	8.982.134	11.786.893	13.073.852	4.396.419	3.956.259	3.598.761
Espírito Santo	2.023.340	2.600.618	2.802.707	1.293.378	1.924.588	2.176.006	729.962	676.030	626.701
Rio de Janeiro	11.291.520	12.807.706	13.406.379	10.368.191	12.199.641	12.806.488	923.329	608.065	599.820
São Paulo	25.040.712	31.588.925	34.120.886	22.196.378	29.314.861	31.767.618	2.844.334	2.274.064	2.351.492
Sul	19.031.162	22.129.377	23.516.730	11.877.739	16.403.032	18.157.097	7.153.423	5.726.345	5.356.639
Paraná	7.629.392	8.448.713	9.003.804	4.472.561	6.197.953	7.011.990	3.156.831	2.250.760	1.991.814
Santa Catarina	3.627.933	4.541.994	4.875.244	2.154.238	3.208.537	3.565.130	1.473.695	1.333.457	1.310.114
R. G. do Sul	7.773.837	9.138.670	9.637.682	5.250.940	6.996.542	7.579.977	2.522.897	2.142.128	2.054.711
Centro-Oeste	7.544.795	9.427.601	10.501.480	5.114.597	7.663.122	8.864.936	2.430.198	1.764.479	1.635.643
M. G. do Sul	1.369.567	1.780.373	1.927.834	919.123	1.414.447	1.604.318	450.444	365.926	323.516
Mato Grosso	1.138.691	2.027.231	2.235.832	654.952	1.485.110	1.695.548	483.739	542.121	540.284
Goiás	3.859.602	4.018.903	4.515.868	2.401.491	3.247.676	3.872.822	1.458.111	771.227	642.145
Distrito Federal	1.176.935	1.601.094	1.821.946	1.139.031	1.515.889	1.692.248	37.904	85.205	129.698

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1980, 1991 e Contagem da População 1996.

2.2 - População Residente e Participação da População por Unidade da Federação em Relação a: Brasil, Zona Rural e Capital - 1980-1996

Unidade da Federação	1980				1991				1996			
	População Total	Participação da População por Unidade da Federação em Relação a:			População Total	Participação da População por Unidade da Federação em Relação a:			População Total	Participação da População por Unidade da Federação em Relação a:		
		Brasil	Zona Urbana	Capital		Brasil	Zona Urbana	Capital		Brasil	Zona Urbana	Capital
Brasil	119.002.706	100,0	67,6	24,0	146.825.475	100,0	75,6	24,1	157.079.573	100,0	78,4	23,7
Norte	5.880.268	4,9	51,6	34,4	10.030.556	5,7	59,0	30,8	11.290.093	7,2	62,3	29,2
Rondônia	491.069	0,4	46,5	27,3	1.132.692	0,6	58,2	25,4	1.231.007	0,8	62,0	23,9
Acre	301.303	0,3	43,9	38,9	417.718	0,3	61,9	47,3	483.726	0,3	65,2	47,3
Amazonas	1.430.089	1,2	59,9	44,3	2.103.243	1,4	71,4	48,1	2.389.279	1,5	73,9	48,4
Roraima	79.159	0,1	61,6	84,7	217.583	0,1	64,7	66,3	247.131	0,2	70,5	67,0
Pará	3.403.391	2,9	49,0	27,4	4.950.060	2,4	52,5	25,1	5.510.849	3,5	53,5	20,8
Amapá	175.257	0,1	59,2	78,4	289.397	0,3	80,9	62,1	379.459	0,2	87,1	58,2
Tocantins	-	-	-	-	919.863	0,6	57,7	2,6	1.048.642	0,7	70,7	8,2
Nordeste	34.812.356	29,3	50,5	18,0	42.497.540	23,7	60,7	20,2	44.768.201	28,5	65,2	20,8
Maranhão	3.996.404	3,4	31,4	11,2	4.930.253	2,2	40,0	14,1	5.222.565	3,3	51,9	15,0
Piauí	2.139.021	1,8	42,0	17,7	2.582.137	1,3	52,9	23,2	2.673.176	1,7	58,2	24,5
Ceará	5.288.253	4,4	53,1	24,7	6.366.647	3,8	65,4	27,8	6.809.794	4,3	69,2	28,9
R. G. do Norte	1.898.172	1,6	58,7	22,0	2.415.567	1,5	69,1	25,1	2.558.660	1,6	72,0	25,6
Paraíba	2.770.176	2,3	52,3	11,9	3.201.114	1,8	64,1	15,5	3.305.616	2,1	68,4	16,6
Pernambuco	6.141.993	5,2	61,6	19,5	7.127.855	4,4	70,9	18,2	7.399.131	4,7	74,0	18,2
Alagoas	1.982.591	1,7	49,3	20,1	2.514.100	1,4	58,9	25,0	2.633.339	1,7	63,1	27,5
Sergipe	1.140.121	1,0	54,2	25,7	1.491.876	0,9	67,2	27,0	1.624.175	1,0	70,2	26,4
Bahia	9.454.346	7,9	49,3	15,9	11.867.991	6,4	59,1	17,5	12.541.745	8,0	62,4	17,6
Sudeste	51.734.125	43,5	82,8	30,1	62.740.401	48,6	88,0	27,7	67.003.069	42,7	89,3	26,5
Minas Gerais	13.378.553	11,2	67,1	13,3	15.743.152	10,6	74,9	12,8	16.673.097	10,6	78,4	12,5
Espírito Santo	2.023.340	1,7	63,9	10,3	2.600.618	1,8	74,0	10,0	2.802.707	1,8	77,6	9,5
Rio de Janeiro	11.291.520	9,5	91,8	45,1	12.807.706	10,4	95,3	42,8	13.406.379	8,5	95,5	41,4
São Paulo	25.040.712	21,0	88,6	33,9	31.588.925	25,8	92,8	30,5	34.120.886	21,7	93,1	28,8
Sul	19.031.162	16,0	62,4	12,3	22.129.377	14,8	74,1	12,8	23.516.730	15,0	77,2	12,9
Paraná	7.629.392	6,4	58,6	13,4	8.448.713	5,7	73,4	15,6	9.003.804	5,7	77,9	16,4
Santa Catarina	3.627.933	3,0	59,4	5,2	4.541.994	2,9	70,6	5,6	4.875.244	3,1	73,1	5,6
R. G. do Sul	7.773.837	6,5	67,5	14,5	9.138.670	6,2	76,6	13,8	9.637.682	6,1	78,6	13,4
Centro-Oeste	7.544.795	6,3	67,8	31,8	9.427.601	7,2	81,3	36,6	10.501.480	6,7	84,4	36,8
M. G. do Sul	1.369.567	1,2	67,1	21,3	1.780.373	1,3	79,4	29,6	1.927.834	1,2	83,2	31,1
Mato Grosso	1.138.691	1,0	57,5	18,7	2.027.231	1,4	73,3	19,9	2.235.832	1,4	75,8	19,4
Goiás	3.859.602	3,2	62,2	18,6	4.018.903	3,1	80,8	22,9	4.515.868	2,9	85,8	22,2
Distrito Federal	1.176.935	1,0	96,8	100,0	1.601.094	1,4	94,7	100,0	1.821.946	1,2	92,9	100,0

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1980, 1991 e Contagem da População 1996.

2.3 - Taxa Média de Crescimento Anual da População Residente - 1970-1996

Unidade da Federação	Taxa Média de Crescimento								
	Total			Urbana			Rural		
	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96	1970/80	1980/91	1991/96
Brasil	2,5	1,9	1,4	4,4	3,0	2,1	0,6	-0,7	-1,1
Norte	5,0	3,9	2,4	6,4	5,4	3,6	3,7	2,0	0,7
Rondônia	16,0	7,9	1,7	14,4	10,1	3,0	17,7	5,5	-0,3
Acre	3,4	3,0	3,0	8,3	6,3	4,1	0,8	-0,6	1,1
Amazonas	4,1	3,6	2,6	7,8	5,2	3,3	0,4	0,4	0,8
Roraima	6,8	9,6	2,6	10,8	10,1	4,4	2,7	8,8	-1,1
Pará	4,6	3,5	2,2	5,0	4,1	2,6	4,3	2,8	1,7
Amapá	4,4	4,7	5,7	5,2	7,7	7,3	3,3	-2,3	-2,5
Tocantins	-	2,0	2,7	-	5,5	7,0	-	-1,2	-4,7
Nordeste	2,2	1,8	1,1	4,1	3,6	2,6	0,5	-0,3	-1,4
Maranhão	2,9	1,9	1,2	5,3	4,2	6,7	2,0	0,7	-3,3
Piauí	2,4	1,7	0,7	5,3	3,9	2,7	0,8	-0,2	-1,7
Ceará	2,0	1,7	1,4	4,7	3,6	2,6	0,4	-1,1	-1,0
R. G. do Norte	2,1	2,2	1,2	4,2	3,7	2,0	0,4	-0,4	-0,9
Paraíba	1,5	1,3	0,7	3,8	3,2	2,0	0,4	-1,3	-1,9
Pernambuco	1,8	1,4	0,8	3,0	2,7	1,7	0,0	-1,2	-1,6
Alagoas	2,2	2,2	1,0	4,5	3,9	2,4	0,5	0,2	-1,2
Sergipe	2,4	2,5	1,7	4,1	4,5	2,7	0,7	-0,6	-0,2
Bahia	2,4	2,1	1,1	4,2	3,8	2,3	0,8	0,1	-0,6
Sudeste	2,6	1,8	1,4	4,0	2,3	1,6	2,0	-1,5	-0,9
Minas Gerais	1,5	1,5	1,2	4,0	2,5	2,1	2,1	-1,0	-1,9
Espírito Santo	2,4	2,3	1,5	6,0	3,7	2,5	1,8	-0,7	-1,5
Rio de Janeiro	2,3	1,2	0,9	2,8	1,5	1,0	1,6	-3,7	-0,3
São Paulo	3,5	2,1	1,6	4,5	2,6	1,7	2,0	-2,0	0,7
Sul	1,4	1,4	1,2	5,0	3,0	2,1	2,5	-2,0	-1,4
Paraná	1,0	0,9	1,3	6,0	3,0	2,5	3,3	-3,0	-2,5
Santa Catarina	2,3	2,1	1,5	5,6	3,7	2,2	1,2	-0,9	-0,4
R. G. do Sul	1,6	1,5	1,1	4,0	2,6	1,6	2,1	-1,5	-0,8
Centro-Oeste	4,1	3,0	2,2	7,7	4,3	3,0	0,8	-1,1	-1,5
M. G. do Sul	3,2	2,4	1,6	6,1	4,0	2,6	1,9	-1,9	-2,5
Mato Grosso	6,6	5,4	2,0	14,0	7,7	2,7	2,8	1,0	-0,1
Goiás	2,8	2,3	2,4	6,9	4,0	3,7	1,5	-2,5	-3,7
Distrito Federal	8,2	2,8	2,7	8,2	2,6	2,3	5,9	7,6	8,9

Fonte: IBGE - Anuário Estatístico 1997

3.1 - Percentual da População em Idade Escolar por Faixa Etária - 2000-2010

Unidade da Federação	Projeção da População											
	2000				2005				2010			
	0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	0 a 6 anos	7 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos
Brasil	13,9	16,0	6,2	13,9	13,4	14,5	5,7	13,4	12,7	14,1	5,1	12,2
Norte	18,3	18,9	7,0	15,1	17,6	17,8	6,3	14,4	16,7	17,4	6,0	13,1
Rondônia	16,7	18,2	6,7	14,7	15,9	16,7	6,2	14,0	10,4	12,0	4,5	11,0
Acre	18,8	18,2	7,2	15,1	17,6	18,7	6,5	14,7	11,1	12,4	4,7	11,4
Amazonas	19,4	18,7	7,1	15,4	19,2	18,0	6,0	14,4	11,9	13,0	4,7	11,4
Roraima	19,9	19,7	6,9	14,5	18,1	19,6	6,2	14,2	11,2	12,9	5,0	12,2
Pará	18,2	19,1	7,0	15,0	17,2	17,8	6,4	14,5	11,9	13,3	4,9	12,0
Amapá	18,9	19,0	7,1	15,1	17,6	17,8	6,3	14,7	11,8	13,5	5,0	12,0
Tocantins	17,9	18,6	6,9	15,1	17,9	17,5	6,1	14,1	11,4	13,6	5,3	12,4
Nordeste	15,4	17,8	7,0	15,3	14,8	15,9	6,3	14,8	14,0	15,4	5,5	13,1
Maranhão	17,0	20,0	7,7	15,8	15,8	17,5	7,0	16,1	12,1	13,5	5,0	12,3
Piauí	15,4	18,5	7,4	16,0	14,8	16,0	6,6	15,5	12,7	14,1	5,2	12,4
Ceará	16,7	18,0	6,7	14,3	16,8	16,6	6,2	13,8	12,8	13,8	5,0	13,0
R. G. do Norte	14,9	17,4	6,7	14,4	14,4	15,6	6,2	14,2	12,7	14,2	5,1	12,9
Paraíba	15,2	17,4	6,8	15,1	14,4	15,9	6,2	14,4	12,8	14,4	5,3	12,9
Pernambuco	13,8	16,8	6,7	15,1	13,4	14,6	6,1	14,3	13,1	15,0	5,6	12,7
Alagoas	17,8	19,7	6,9	15,0	16,9	17,5	6,1	14,3	13,7	14,9	5,4	13,1
Sergipe	16,1	17,8	6,8	15,0	15,9	16,3	6,1	14,2	13,4	15,3	5,6	13,0
Bahia	14,3	17,3	7,2	16,0	13,7	15,0	6,1	15,2	13,8	15,5	5,5	13,7
Sudeste	12,4	14,5	5,7	13,1	12,1	13,3	5,2	12,6	11,6	12,9	4,7	11,5
Minas Gerais	12,9	15,6	6,1	13,9	12,5	13,8	5,6	13,2	15,2	16,0	5,5	12,9
Espírito Santo	13,2	15,8	6,2	14,2	12,7	14,0	5,7	13,6	15,2	16,1	5,7	13,0
Rio de Janeiro	11,4	13,5	5,2	12,5	10,9	12,5	4,9	11,8	16,3	16,6	5,6	12,8
São Paulo	12,5	14,3	5,6	12,9	12,3	13,2	5,1	12,5	14,6	16,4	6,0	14,6
Sul	12,6	15,1	5,7	5,7	12,0	13,7	5,4	12,6	11,4	12,9	4,9	11,8
Paraná	13,3	15,6	5,8	13,4	12,5	14,3	5,5	12,7	15,7	17,2	6,0	12,9
Santa Catarina	12,8	15,6	5,9	13,1	11,9	14,0	5,6	12,8	16,1	17,3	6,0	13,3
R. G. do Sul	11,9	14,4	5,6	12,3	11,5	13,0	5,2	12,3	16,6	17,1	6,1	13,4
Centro-Oeste	14,0	16,1	6,1	6,1	13,1	14,8	5,7	13,5	12,2	14,0	5,3	12,6
M. G. do Sul	14,1	16,6	6,2	13,8	14,1	15,0	5,8	13,3	17,4	17,3	5,9	12,7
Mato Grosso	15,4	17,2	6,4	14,2	13,4	16,0	5,9	13,6	16,4	18,0	6,4	13,5
Goiás	13,4	15,8	6,0	14,2	12,3	14,6	5,6	13,3	18,2	18,3	5,9	12,5
Distrito Federal	13,7	14,9	6,1	15,6	13,5	13,9	5,5	14,4	17,0	18,2	6,7	13,3

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais.

4.1 - Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais - 1980

Unidade da Federação	Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária (%)						
	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	25,4	16,5	15,6	18,0	24,0	30,8	43,9
Norte	29,2	21,5	21,1	23,4	29,0	35,7	47,7
Rondônia	31,5	21,0	21,2	24,9	33,4	43,7	53,6
Acre	45,6	41,4	40,9	40,6	45,5	51,2	56,4
Amazonas	29,3	22,9	22,0	23,9	29,4	36,4	45,1
Roraima	25,4	14,2	16,5	19,3	26,1	35,8	47,5
Pará	27,8	19,7	19,5	22,0	27,2	33,2	47,0
Amapá	24,6	13,5	14,7	16,6	22,8	32,4	54,0
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	45,4	34,3	33,4	37,6	45,2	51,7	65,1
Maranhão	49,6	36,7	38,6	43,5	50,8	57,2	70,5
Piauí	48,9	34,7	36,5	42,9	51,7	57,8	70,2
Ceará	44,7	33,4	33,0	37,7	45,4	50,5	63,5
R. G. do Norte	43,7	30,4	30,4	35,4	42,9	48,9	65,9
Paraíba	49,0	37,0	34,9	39,4	47,6	53,7	69,5
Pernambuco	42,4	32,7	30,1	33,4	40,8	48,3	61,8
Alagoas	53,5	43,6	42,9	47,1	54,0	59,5	71,0
Sergipe	45,5	32,9	33,2	38,6	46,0	51,7	65,6
Bahia	42,8	33,1	31,1	34,5	42,1	49,4	62,3
Sudeste	16,8	7,6	8,3	10,3	15,1	21,8	33,6
Minas Gerais	25,2	12,5	13,4	17,1	25,0	33,9	46,2
Espírito Santo	24,7	11,9	13,4	17,4	24,8	34,2	47,0
Rio de Janeiro	12,9	6,6	6,9	8,0	11,4	15,5	24,3
São Paulo	13,9	4,7	6,0	7,8	11,7	18,1	31,3
Sul	16,2	6,7	7,7	10,1	14,8	21,5	34,1
Paraná	20,8	9,1	11,0	14,2	20,4	28,2	42,0
Santa Catarina	13,4	5,5	5,8	7,5	11,1	17,1	33,0
R. G. do Sul	13,5	4,8	5,5	7,6	11,4	17,5	28,8
Centro-Oeste	25,2	14,2	14,8	17,8	24,8	34,3	50,2
M. G. do Sul	23,7	14,1	14,2	16,5	22,5	31,6	45,4
Mato Grosso	30,5	20,3	20,9	24,0	30,6	39,7	53,7
Goiás	28,7	15,3	16,0	20,0	28,5	39,2	55,9
Distrito Federal	11,7	4,8	6,8	8,4	12,3	16,6	28,6

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 1980

4.2 - Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais - 1991

Unidade da Federação	Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária (%)						
	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	20,1	12,1	12,2	12,7	15,3	23,8	38,3
Norte	24,6	15,0	16,0	17,7	22,5	32,4	47,6
Rondônia	20,3	7,2	9,9	12,9	18,4	32,0	49,7
Acre	34,8	26,1	27,9	28,4	32,6	42,6	54,2
Amazonas	23,8	16,6	16,4	17,9	22,6	30,1	43,7
Roraima	20,6	9,7	10,8	13,1	20,1	32,3	50,8
Pará	24,4	15,5	16,4	18,1	22,3	31,1	44,9
Amapá	19,2	9,7	10,8	12,8	17,0	25,8	47,0
Tocantins	31,4	15,1	18,2	20,5	27,5	42,1	62,3
Nordeste	37,6	25,6	26,5	28,2	33,2	45,2	60,4
Maranhão	41,4	26,3	28,8	31,9	38,7	51,7	67,0
Piauí	41,7	27,2	27,7	30,8	38,3	53,6	67,1
Ceará	37,4	25,3	25,8	27,6	33,5	45,2	58,5
R. G. do Norte	36,3	23,6	24,5	26,6	31,2	43,4	59,8
Paraíba	41,7	30,4	30,3	31,6	35,4	47,1	63,3
Pernambuco	34,3	23,1	24,5	26,1	29,1	39,5	55,8
Alagoas	45,3	34,5	35,7	37,4	42,0	53,6	66,7
Sergipe	36,0	24,5	25,1	26,7	32,6	44,9	59,4
Bahia	35,3	23,9	24,6	25,7	30,5	42,9	58,9
Sudeste	12,3	4,6	5,5	6,2	8,3	14,6	27,6
Minas Gerais	18,2	7,4	7,9	9,3	13,1	23,6	39,5
Espírito Santo	18,0	6,3	8,2	9,8	13,7	24,0	40,9
Rio de Janeiro	9,7	4,5	5,1	5,3	6,6	10,8	19,4
São Paulo	10,2	3,0	4,3	4,9	6,4	11,5	24,9
Sul	11,8	3,7	4,6	5,4	7,9	14,4	28,0
Paraná	14,9	4,2	5,6	7,1	11,0	19,8	35,6
Santa Catarina	9,9	3,6	4,4	4,8	6,4	11,6	25,3
R. G. do Sul	10,1	3,3	3,9	4,1	6,0	11,3	23,4
Centro-Oeste	16,7	6,5	8,0	9,6	13,2	22,8	40,9
M. G. do Sul	16,8	6,6	8,5	10,1	13,1	21,4	38,8
Mato Grosso	19,5	8,0	10,2	12,6	16,9	27,9	46,0
Goiás	18,4	6,8	8,0	9,6	13,7	25,2	45,3
Distrito Federal	9,2	3,7	4,9	5,7	7,8	12,6	23,5

Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 1991

4.3 - Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais - 1996

Unidade da Federação	Taxa de Analfabetismo por Faixa Etária (%)						
	15 anos ou mais	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 anos ou mais
Brasil	14,9	6,2	7,3	8,4	10,5	15,9	31,9
Norte	17,1	7,1	8,4	11,1	14,1	21,7	40,2
Rondônia	12,2	2,9	4,5	6,0	8,6	18,8	36,3
Acre	26,4	13,2	17,8	23,3	24,6	37,2	46,8
Amazonas	16,1	7,6	9,1	12,2	13,4	18,9	37,4
Roraima	13,6	4,3	7,1	7,6	10,6	16,6	41,8
Pará	16,7	7,4	8,2	10,9	14,3	21,0	38,4
Amapá	15,1	5,5	6,7	10,2	9,9	18,4	38,7
Tocantins	23,1	7,0	9,8	12,3	19,7	29,9	51,6
Nordeste	28,7	14,1	16,9	19,1	24,0	33,8	52,7
Maranhão	33,1	17,0	21,6	21,6	29,5	40,3	57,9
Piauí	34,4	22,1	20,1	24,3	26,5	40,0	61,5
Ceará	31,0	16,3	18,0	20,8	27,7	38,4	51,6
R. G. do Norte	28,4	10,8	17,2	21,9	23,4	30,7	54,6
Paraíba	31,3	15,7	19,7	19,8	25,9	38,2	53,0
Pernambuco	26,2	11,8	13,5	17,0	21,3	30,3	49,9
Alagoas	36,2	25,2	25,0	28,2	29,6	41,0	62,8
Sergipe	25,1	13,1	15,3	15,0	22,2	32,0	46,7
Bahia	24,5	9,5	13,4	15,5	19,9	27,9	49,5
Sudeste	8,7	1,8	2,6	3,3	4,9	8,7	21,9
Minas Gerais	12,9	2,7	3,5	5,3	7,6	14,8	31,6
Espírito Santo	14,1	3,4	3,9	4,3	9,4	17,3	36,0
Rio de Janeiro	6,3	1,6	2,6	3,2	3,9	6,1	13,5
São Paulo	7,4	1,3	2,0	2,4	3,7	6,6	20,3
Sul	8,9	2,0	2,8	3,8	5,2	8,5	22,0
Paraná	11,7	2,4	2,8	4,3	7,4	12,4	30,1
Santa Catarina	7,3	1,3	2,4	3,7	3,9	5,7	20,9
R. G. do Sul	7,2	2,0	2,9	3,4	4,0	6,7	16,3
Centro-Oeste	11,6	2,5	3,9	4,8	8,1	14,1	32,6
M. G. do Sul	12,4	3,4	4,1	6,3	9,4	12,8	32,8
Mato Grosso	11,9	2,5	4,3	4,2	9,7	15,1	33,2
Goiás	13,2	2,7	4,1	4,6	8,0	16,7	36,6
Distrito Federal	6,3	1,0	2,9	4,3	5,0	7,3	18,6

Fonte: PNAD 1996 e Contagem da População 1996

Nota: população analfabeta da região Norte rural estimada pelo SEEC/INEP.

5.1 - Percentual da População por Nível de Instrução segundo Faixa Etária - 1995-1997

(Continua)

Unidade da Federação/Faixa Etária/Ano			Nível de Instrução					
			Nenhum	Ensino Fundamental Incompleto		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior
				< 4ª Série	≥ 4ª Série			
Brasil								
	25 - 64	1995	13,5	16,9	36,4	11,6	14,8	6,9
		1997	13,0	15,0	36,2	12,4	16,1	7,3
	25 - 34	1995	6,7	6,2	44,7	16,1	19,9	6,3
		1997	6,5	4,4	44,6	16,6	21,2	6,7
Norte								
	25 - 64	1995	13,4	18,7	33,3	12,9	17,5	4,1
		1997	13,8	16,3	32,8	13,2	19,4	4,3
	25 - 34	1995	6,1	6,9	42,9	18,1	22,4	3,6
		1997	5,7	5,6	41,9	17,7	24,9	4,2
Rondônia	25 - 64	1995	12,1	14,5	36,6	14,1	17,1	5,6
		1997	11,9	17,0	34,0	12,8	18,8	5,6
	25 - 34	1995	4,5	6,6	41,9	18,7	23,5	4,8
		1997	3,1	8,9	40,9	16,3	26,2	4,6
Acre	25 - 64	1995	14,4	13,5	30,8	12,3	21,4	7,6
		1997	22,3	6,2	26,1	13,3	24,9	7,2
	25 - 34	1995	5,6	6,3	36,8	17,4	25,7	8,3
		1997	12,8	2,4	30,5	15,9	32,3	6,1
Amazonas	25 - 64	1995	12,4	14,1	31,2	15,1	23,3	4,0
		1997	12,9	11,0	32,2	14,9	25,3	3,8
	25 - 34	1995	5,7	5,3	37,9	19,0	28,4	3,7
		1997	5,8	4,2	37,1	19,1	29,9	3,8
Roraima	25 - 64	1995	13,1	20,2	30,5	13,6	19,7	2,8
		1997	16,4	8,2	24,2	25,4	22,5	3,3
	25 - 34	1995	7,8	4,4	38,9	16,7	30,0	2,2
		1997	6,7	2,9	27,9	30,8	28,8	2,9
Pará	25 - 64	1995	11,4	22,4	33,4	12,6	16,0	4,2
		1997	12,2	18,7	33,2	13,5	18,0	4,5
	25 - 34	1995	5,9	6,6	45,9	18,0	20,4	3,1
		1997	5,0	5,3	45,3	18,1	22,3	4,0
Amapá	25 - 64	1995	19,5	16,2	27,3	14,8	16,8	5,4
		1997	11,2	15,8	30,6	12,6	23,8	6,0
	25 - 34	1995	9,1	7,6	31,8	25,0	21,2	5,3
		1997	5,8	5,1	38,5	14,7	28,8	7,1
Tocantins	25 - 64	1995	20,5	21,7	36,3	8,9	10,7	1,8
		1997	19,3	22,5	36,4	8,2	10,9	2,7
	25 - 34	1995	8,1	11,3	50,0	14,4	14,6	1,6
		1997	7,3	7,6	49,8	14,0	17,5	3,8

5.1 - Percentual da População por Nível de Instrução segundo Faixa Etária - 1995-1997

(Continuação)

Unidade da Federação/Faixa Etária/Ano			Nível de Instrução						
			Nenhum	Ensino Fundamental Incompleto		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
				< 4ª Série	≥ 4ª Série				
Nordeste									
	25 - 64	1995	25,1	20,1	30,5	7,7	12,8	3,7	
		1997	24,5	18,1	31,4	8,1	13,7	4,2	
	25 - 34	1995	15,0	9,7	43,9	11,2	17,2	3,0	
		1997	14,9	7,6	44,6	11,4	18,2	3,3	
	Maranhão	25 - 64	1995	30,1	22,3	26,1	7,4	12,6	1,5
			1997	29,4	19,8	28,3	6,9	13,9	1,7
25 - 34		1995	18,3	11,7	39,7	12,1	17,5	0,7	
		1997	16,6	10,2	43,5	10,0	18,9	0,8	
Piauí	25 - 64	1995	23,5	25,7	28,7	7,8	12,0	2,3	
		1997	26,0	20,8	30,1	7,0	13,5	2,6	
	25 - 34	1995	12,0	14,0	43,9	12,6	15,9	1,7	
		1997	12,0	10,7	46,7	10,4	18,8	1,4	
Ceará	25 - 64	1995	27,5	18,3	31,2	7,9	11,3	3,7	
		1997	24,8	17,6	32,9	8,3	12,5	4,0	
	25 - 34	1995	18,0	8,8	43,7	12,0	14,4	3,0	
		1997	15,9	6,7	45,8	12,2	15,9	3,6	
R. G. do Norte	25 - 64	1995	16,5	24,5	32,0	8,2	14,0	4,7	
		1997	16,7	23,3	31,9	8,3	14,9	4,9	
	25 - 34	1995	9,0	10,2	46,5	11,5	18,1	4,7	
		1997	9,0	8,1	45,0	11,9	21,8	4,3	
Paraíba	25 - 64	1995	19,9	21,9	31,9	7,2	11,8	7,3	
		1997	19,7	19,5	31,1	8,5	13,4	7,8	
	25 - 34	1995	10,7	12,9	41,4	11,4	17,8	5,9	
		1997	12,3	9,4	41,9	11,2	19,2	5,9	
Pernambuco	25 - 64	1995	21,1	18,5	33,4	8,8	13,6	4,6	
		1997	20,1	16,5	35,1	9,2	13,5	5,6	
	25 - 34	1995	13,0	9,3	44,2	12,2	17,8	3,5	
		1997	11,8	7,4	46,0	12,4	17,4	4,9	
Alagoas	25 - 64	1995	32,6	14,1	27,4	7,6	13,6	4,8	
		1997	33,7	10,3	26,2	8,7	14,8	6,3	
	25 - 34	1995	19,3	9,1	39,1	8,9	19,0	4,6	
		1997	24,6	5,2	36,1	11,6	17,6	5,0	
Sergipe	25 - 64	1995	20,1	18,3	35,2	9,1	13,9	3,5	
		1997	20,3	13,4	35,7	10,8	14,4	5,4	
	25 - 34	1995	11,1	6,4	46,8	13,5	19,1	3,0	
		1997	11,1	5,7	48,0	14,6	17,0	3,6	
Bahia	25 - 64	1995	27,0	20,3	29,8	7,0	13,1	2,8	
		1997	26,4	19,0	30,2	7,2	14,0	3,1	
	25 - 34	1995	16,4	8,4	46,1	9,6	17,5	2,2	
		1997	16,3	6,8	45,1	10,6	19,0	2,2	

5.1 - Percentual da População por Nível de Instrução segundo Faixa Etária - 1995-1997

(Continuação)

Unidade da Federação/Faixa Etária/Ano			Nível de Instrução						
			Nenhum	Ensino Fundamental Incompleto		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
				< 4ª Série	≥ 4ª Série				
Sudeste									
Minas Gerais	25 - 64	1995	9,0	14,7	38,3	13,3	15,8	8,9	
		1997	8,6	12,8	37,3	14,5	17,4	9,3	
	25 - 34	1995	3,4	4,7	44,2	18,2	21,1	8,4	
		1997	3,3	3,0	42,5	19,2	23,1	8,9	
	25 - 64	1995	11,6	17,9	42,4	9,8	12,4	6,0	
		1997	10,9	16,1	42,5	11,0	13,8	5,6	
	25 - 34	1995	4,0	5,8	54,1	14,2	16,6	5,3	
		1997	3,8	3,9	52,9	16,4	18,0	5,0	
	Espírito Santo	25 - 64	1995	10,9	19,3	38,1	11,1	15,9	4,7
			1997	11,6	14,3	40,2	11,6	17,3	4,9
		25 - 34	1995	4,9	7,1	47,9	14,2	21,2	4,8
			1997	5,8	4,2	48,5	15,4	22,3	3,9
Rio de Janeiro	25 - 64	1995	7,3	15,4	30,7	15,6	20,7	10,3	
		1997	7,4	13,6	30,1	16,5	22,2	10,2	
	25 - 34	1995	3,5	4,5	34,9	20,1	27,7	9,3	
		1997	3,3	2,9	34,9	21,3	29,2	8,3	
São Paulo	25 - 64	1995	8,4	12,5	39,5	14,1	15,4	10,0	
		1997	7,8	10,9	37,7	15,5	17,2	11,0	
	25 - 34	1995	2,9	4,1	42,7	19,7	20,8	9,9	
		1997	2,9	2,5	40,0	20,0	23,3	11,3	
Sul									
Paraná	25 - 64	1995	8,1	18,4	40,4	12,1	13,9	7,1	
		1997	7,6	16,6	40,8	12,9	15,0	7,1	
	25 - 34	1995	3,1	4,8	47,5	17,8	19,5	7,3	
		1997	2,6	3,1	49,7	17,8	19,9	6,9	
	25 - 64	1995	11,3	18,8	38,0	11,1	13,3	7,5	
		1997	10,8	16,0	40,1	11,9	14,2	7,0	
	25 - 34	1995	4,3	6,5	45,4	17,1	18,6	8,1	
		1997	3,4	4,5	49,3	17,0	18,3	7,5	
	Santa Catarina	25 - 64	1995	5,7	16,0	45,8	13,0	13,2	6,2
			1997	5,5	13,9	44,8	14,0	15,6	6,2
		25 - 34	1995	2,3	4,4	47,2	20,7	18,0	7,4
			1997	2,2	1,9	49,0	19,9	20,5	6,5
R. G. do Sul	25 - 64	1995	6,7	19,2	39,7	12,5	14,7	7,2	
		1997	5,9	18,3	39,5	13,3	15,3	7,6	
	25 - 34	1995	2,5	3,4	49,4	17,0	21,1	6,5	
		1997	2,0	2,4	50,6	17,4	21,1	6,4	

5.1 - Percentual da População por Nível de Instrução segundo Faixa Etária - 1995-1997

(Conclusão)

Unidade da Federação/Faixa Etária/Ano			Nível de Instrução						
			Nenhum	Ensino Fundamental Incompleto		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	
				< 4ª Série	3 4ª Série				
Centro-Oeste									
M. G. do Sul	25 - 64	1995	13,0	15,2	38,0	12,2	15,4	6,2	
		1997	12,6	13,4	37,5	12,4	16,8	7,4	
	25 - 34	1995	5,6	4,9	46,2	16,7	21,0	5,6	
		1997	5,0	3,6	47,7	16,1	21,3	6,4	
	25 - 64	1995	13,8	15,7	40,9	11,0	12,6	6,0	
		1997	13,5	14,9	40,1	10,8	13,4	7,4	
	25 - 34	1995	6,4	5,0	50,4	14,7	17,6	5,8	
		1997	5,3	4,2	51,7	13,5	17,7	7,6	
	Mato Grosso	25 - 64	1995	17,2	14,3	39,8	11,6	12,3	4,9
			1997	15,9	13,4	39,4	11,4	14,9	5,0
		25 - 34	1995	8,4	3,8	50,3	15,8	17,3	4,4
			1997	6,8	3,0	50,9	13,6	21,0	4,8
Goiás	25 - 64	1995	12,9	17,6	39,6	12,4	13,8	3,7	
		1997	13,1	14,0	40,3	12,0	15,6	5,0	
	25 - 34	1995	4,9	6,0	49,1	17,6	18,8	3,6	
		1997	5,2	3,8	51,2	16,4	19,2	4,4	
Distrito Federal	25 - 64	1995	7,0	10,0	28,6	13,6	26,4	14,5	
		1997	6,4	10,3	25,8	16,0	25,4	16,0	
	25 - 34	1995	3,0	3,7	30,2	17,6	34,0	11,5	
		1997	2,2	3,2	31,9	20,5	30,3	11,8	

Fonte: MEC/INEP/SEEC e IBGE

Notas: Foi também considerada como tendo instrução menor que a 4ª série do ensino fundamental as pessoas que não informaram a última série concluída.

Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

**6.1 - Ensino Fundamental - Número de Estabelecimentos e de Alunos
por Tamanho dos Estabelecimentos - 1996-1998**

(Continua)

Unidade da Federação/Ano		Tamanho dos Estabelecimentos (Número de Alunos no Ensino Fundamental)									
		Total		Até 150 Alunos				Mais de 150 alunos			
		Estabelec.	Alunos	Estabelec.		Alunos		Estabelec.		Alunos	
				Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Brasil											
	1996	195.767	33.131.270	145.784	74,5	5.368.706	16,2	49.983	25,5	27.762.564	83,8
	1997	196.479	34.229.388	144.312	73,4	5.691.351	16,6	52.167	26,6	28.538.037	83,4
	1998	187.493	35.792.554	132.386	70,6	5.822.290	16,3	55.107	29,4	29.970.264	83,7
Norte											
	1996	25.379	2.820.531	21.527	84,8	676.331	24,0	3.852	15,2	2.144.200	76,0
	1997	26.536	3.011.865	22.468	84,7	735.870	24,4	4.068	15,3	2.275.995	75,6
	1998	26.280	3.207.880	21.895	83,3	814.148	25,4	4.385	16,7	2.393.732	74,6
Rondônia	1996	3.172	285.746	2.800	88,3	73.059	25,6	372	11,7	212.687	74,4
	1997	3.224	296.274	2.836	88,0	74.580	25,2	388	12,0	221.694	74,8
	1998	2.989	308.992	2.576	86,2	76.225	24,7	413	13,8	232.767	75,3
Acre	1996	1.394	123.620	1.206	86,5	34.070	27,6	188	13,5	89.550	72,4
	1997	1.482	136.126	1.279	86,3	39.581	29,1	203	13,7	96.545	70,9
	1998	1.508	140.176	1.299	86,1	41.538	29,6	209	13,9	98.638	70,4
Amazonas	1996	4.729	547.035	4.062	85,9	104.372	19,1	667	14,1	442.663	80,9
	1997	4.758	587.041	4.062	85,4	105.334	17,9	696	14,6	481.707	82,1
	1998	4.581	638.303	3.822	83,4	121.923	19,1	759	16,6	516.380	80,9
Roraima	1996	471	60.274	381	80,9	10.977	18,2	90	19,1	49.297	81,8
	1997	505	64.293	405	80,2	11.751	18,3	100	19,8	52.542	81,7
	1998	537	66.609	430	80,1	12.540	18,8	107	19,9	54.069	81,2
Pará	1996	12.329	1.369.430	10.495	85,1	376.945	27,5	1.834	14,9	992.485	72,5
	1997	13.229	1.475.856	11.268	85,2	423.760	28,7	1.961	14,8	1.052.096	71,3
	1998	13.332	1.585.239	11.197	84,0	474.603	29,9	2.135	16,0	1.110.636	70,1
Amapá	1996	483	107.117	341	70,6	12.747	11,9	142	29,4	94.370	88,1
	1997	515	114.466	363	70,5	14.167	12,4	152	29,5	100.299	87,6
	1998	581	122.392	411	70,7	18.578	15,2	170	29,3	103.814	84,8
Tocantins	1996	2.801	327.309	2.242	80,0	64.161	19,6	559	20,0	263.148	80,4
	1997	2.823	337.809	2.255	79,9	66.697	19,7	568	20,1	271.112	80,3
	1998	2.752	346.169	2.160	78,5	68.741	19,9	592	21,5	277.428	80,1
Nordeste											
	1996	91.105	10.475.469	75.069	82,4	2.990.669	28,5	16.036	17,6	7.484.800	71,5
	1997	92.322	11.184.186	75.242	81,5	3.252.121	29,1	17.080	18,5	7.932.065	70,9
	1998	89.158	12.210.131	70.585	79,2	3.349.248	27,4	18.573	20,8	8.860.883	72,6
Maranhão	1996	13.014	1.361.269	10.992	84,5	446.434	32,8	2.022	15,5	914.835	67,2
	1997	13.406	1.480.256	11.164	83,3	481.866	32,6	2.242	16,7	998.390	67,4
	1998	13.581	1.606.227	11.114	81,8	500.184	31,1	2.467	18,2	1.106.043	68,9
Piauí	1996	8.259	616.075	7.239	87,6	245.742	39,9	1.020	12,4	370.333	60,1
	1997	8.234	679.590	7.131	86,6	283.523	41,7	1.103	13,4	396.067	58,3
	1998	7.964	731.247	6.746	84,7	293.319	40,1	1.218	15,3	437.928	59,9
Ceará	1996	14.058	1.641.289	11.658	82,9	458.349	27,9	2.400	17,1	1.182.940	72,1
	1997	13.664	1.746.108	11.095	81,2	504.936	28,9	2.569	18,8	1.241.172	71,1
	1998	12.064	1.842.237	9.314	77,2	475.891	25,8	2.750	22,8	1.366.346	74,2

**6.1 - Ensino Fundamental - Número de Estabelecimentos e de Alunos
por Tamanho dos Estabelecimentos - 1996-1998**

(Continuação)

Unidade da Federação/Ano		Tamanho dos Estabelecimentos (Número de Alunos no Ensino Fundamental)									
		Total		Até 150 Alunos				Mais de 150 alunos			
		Estabelec.	Alunos	Estabelec.		Alunos		Estabelec.		Alunos	
				Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
R. G. do Norte	1996	4.312	590.416	3.297	76,5	130.157	22,0	1.015	23,5	460.259	78,0
	1997	4.229	613.503	3.179	75,2	132.956	21,7	1.050	24,8	480.547	78,3
	1998	4.129	650.711	2.987	72,3	132.662	20,4	1.142	27,7	518.049	79,6
Paraíba	1996	7.622	689.556	6.442	84,5	207.754	30,1	1.180	15,5	481.802	69,9
	1997	7.765	791.079	6.456	83,1	237.397	30,0	1.309	16,9	553.682	70,0
	1998	7.074	882.868	5.623	79,5	254.978	28,9	1.451	20,5	627.890	71,1
Pernambuco	1996	10.990	1.720.019	8.601	78,3	390.394	22,7	2.389	21,7	1.329.625	77,3
	1997	11.126	1.754.828	8.716	78,3	403.283	23,0	2.410	21,7	1.351.545	77,0
	1998	10.848	1.818.479	8.298	76,5	404.054	22,2	2.550	23,5	1.414.425	77,8
Alagoas	1996	3.836	567.418	2.946	76,8	150.772	26,6	890	23,2	416.646	73,4
	1997	3.909	627.597	2.917	74,6	164.760	26,3	992	25,4	462.837	73,7
	1998	3.823	688.285	2.781	72,7	173.546	25,2	1.042	27,3	514.739	74,8
Sergipe	1996	2.160	401.487	1.585	73,4	88.146	22,0	575	26,6	313.341	78,0
	1997	2.211	414.424	1.617	73,1	93.829	22,6	594	26,9	320.595	77,4
	1998	2.277	436.631	1.643	72,2	97.118	22,2	634	27,8	339.513	77,8
Bahia	1996	26.854	2.887.940	22.309	83,1	872.921	30,2	4.545	16,9	2.015.019	69,8
	1997	27.778	3.076.801	22.967	82,7	949.571	30,9	4.811	17,3	2.127.230	69,1
	1998	27.398	3.553.446	22.079	80,6	1.017.496	28,6	5.319	19,4	2.535.950	71,4
Sudeste											
	1996	39.623	12.958.674	21.556	54,4	829.225	6,4	18.067	45,6	12.129.449	93,6
	1997	39.905	13.020.903	21.279	53,3	861.620	6,6	18.626	46,7	12.159.283	93,4
	1998	38.478	13.249.814	19.188	49,9	865.782	6,5	19.290	50,1	12.384.032	93,5
Minas Gerais	1996	17.013	3.609.085	11.644	68,4	413.332	11,5	5.369	31,6	3.195.753	88,5
	1997	16.453	3.672.407	11.029	67,0	399.815	10,9	5.424	33,0	3.272.592	89,1
	1998	14.973	3.857.553	9.209	61,5	387.643	10,0	5.764	38,5	3.469.910	90,0
Espírito Santo	1996	4.295	612.595	3.351	78,0	95.829	15,6	944	22,0	516.766	84,4
	1997	4.221	614.265	3.239	76,7	94.100	15,3	982	23,3	520.165	84,7
	1998	3.945	619.559	2.945	74,7	90.731	14,6	1.000	25,3	528.828	85,4
Rio de Janeiro	1996	6.736	2.164.672	3.038	45,1	150.925	7,0	3.698	54,9	2.013.747	93,0
	1997	7.548	2.250.296	3.562	47,2	181.125	8,0	3.986	52,8	2.069.171	92,0
	1998	7.672	2.377.864	3.518	45,9	191.227	8,0	4.154	54,1	2.186.637	92,0
São Paulo	1996	11.579	6.572.322	3.523	30,4	169.139	2,6	8.056	69,6	6.403.183	97,4
	1997	11.683	6.483.935	3.449	29,5	186.580	2,9	8.234	70,5	6.297.355	97,1
	1998	11.888	6.394.838	3.516	29,6	196.181	3,1	8.372	70,4	6.198.657	96,9
Sul											
	1996	28.650	4.475.774	20.565	71,8	644.040	14,4	8.085	28,2	3.831.734	85,6
	1997	27.009	4.512.267	18.733	69,4	618.167	13,7	8.276	30,6	3.894.100	86,3
	1998	23.536	4.558.892	14.962	63,6	573.613	12,6	8.574	36,4	3.985.279	87,4
Paraná	1996	9.822	1.781.853	6.556	66,7	232.988	13,1	3.266	33,3	1.548.865	86,9
	1997	9.203	1.792.685	5.854	63,6	224.143	12,5	3.349	36,4	1.568.542	87,5
	1998	8.087	1.808.149	4.628	57,2	207.444	11,5	3.459	42,8	1.600.705	88,5

**6.1 - Ensino Fundamental - Número de Estabelecimentos e de Alunos
por Tamanho dos Estabelecimentos - 1996-1998**

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano		Tamanho dos Estabelecimentos (Número de Alunos no Ensino Fundamental)									
		Total		Até 150 Alunos				Mais de 150 alunos			
		Estabelec.	Alunos	Estabelec.		Alunos		Estabelec.		Alunos	
				Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Santa Catarina	1996	7.681	955.907	6.127	79,8	163.307	17,1	1.554	20,2	792.600	82,9
	1997	7.141	971.333	5.539	77,6	153.881	15,8	1.602	22,4	817.452	84,2
	1998	5.534	983.880	3.840	69,4	133.284	13,5	1.694	30,6	850.596	86,5
R. G. do Sul	1996	11.147	1.738.014	7.882	70,7	247.745	14,3	3.265	29,3	1.490.269	85,7
	1997	10.665	1.748.249	7.340	68,8	240.143	13,7	3.325	31,2	1.508.106	86,3
	1998	9.915	1.766.863	6.494	65,5	232.885	13,2	3.421	34,5	1.533.978	86,8
Centro-Oeste											
	1996	11.010	2.400.822	7.067	64,2	228.441	9,5	3.943	35,8	2.172.381	90,5
	1997	10.707	2.500.167	6.590	61,5	223.573	8,9	4.117	38,5	2.276.594	91,1
	1998	10.041	2.565.837	5.756	57,3	219.499	8,6	4.285	42,7	2.346.338	91,4
M. G. do Sul	1996	1.193	433.221	470	39,4	25.752	5,9	723	60,6	407.469	94,1
	1997	1.132	440.754	372	32,9	24.428	5,5	760	67,1	416.326	94,5
	1998	1.087	459.876	324	29,8	25.183	5,5	763	70,2	434.693	94,5
Mato Grosso	1996	3.626	513.443	2.761	76,1	82.949	16,2	865	23,9	430.494	83,8
	1997	3.549	545.638	2.636	74,3	79.950	14,7	913	25,7	465.688	85,3
	1998	3.263	557.961	2.277	69,8	78.258	14,0	986	30,2	479.703	86,0
Goiás	1996	5.549	1.056.875	3.701	66,7	111.344	10,5	1.848	33,3	945.531	89,5
	1997	5.363	1.106.151	3.442	64,2	109.585	9,9	1.921	35,8	996.566	90,1
	1998	5.004	1.135.948	3.012	60,2	105.999	9,3	1.992	39,8	1.029.949	90,7
Distrito Federal	1996	642	397.283	135	21,0	8.396	2,1	507	79,0	388.887	97,9
	1997	663	407.624	140	21,1	9.610	2,4	523	78,9	398.014	97,6
	1998	687	412.052	143	20,8	10.059	2,4	544	79,2	401.993	97,6

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: o mesmo estabelecimento pode oferecer mais de um nível/modalidade de ensino.

**6.2 - Ensino Médio - Número de Estabelecimentos e de Alunos
por Tamanho dos Estabelecimentos - 1996-1998**

(Continua)

Unidade da Federação/Ano		Tamanho dos Estabelecimentos (Número de Alunos no Ensino Médio)									
		Total		Até 250 Alunos				Mais de 250 alunos			
		Estabelec.	Alunos	Estabelec.		Alunos		Estabelec.		Alunos	
				Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Brasil											
	1996	17.228	5.739.077	10.247	59,5	987.254	17,2	6.981	40,5	4.751.823	82,8
	1997	16.633	6.405.057	8.834	53,1	1.039.896	16,2	7.799	46,9	5.365.161	83,8
	1998	17.602	6.968.531	9.295	52,8	1.079.510	15,5	8.307	47,2	5.889.021	84,5
Norte											
	1996	1.262	371.454	835	66,2	56.360	15,2	427	33,8	315.094	84,8
	1997	1.077	435.160	584	54,2	64.034	14,7	493	45,8	371.126	85,3
	1998	1.168	450.787	637	54,5	71.364	15,8	531	45,5	379.423	84,2
Rondônia	1996	127	32.557	89	70,1	9.033	27,7	38	29,9	23.524	72,3
	1997	153	38.589	101	66,0	8.755	22,7	52	34,0	29.834	77,3
	1998	171	40.766	119	69,6	11.159	27,4	52	30,4	29.607	72,6
Acre	1996	36	15.247	14	38,9	1.561	10,2	22	61,1	13.686	89,8
	1997	38	17.551	14	36,8	1.704	9,7	24	63,2	15.847	90,3
	1998	39	20.186	16	41,0	2.083	10,3	23	59,0	18.103	89,7
Amazonas	1996	175	85.599	76	43,4	9.334	10,9	99	56,6	76.265	89,1
	1997	189	93.193	79	41,8	9.674	10,4	110	58,2	83.519	89,6
	1998	197	96.391	77	39,1	10.082	10,5	120	60,9	86.309	89,5
Roraima	1996	29	11.471	17	58,6	1.780	15,5	12	41,4	9.691	84,5
	1997	39	13.781	24	61,5	2.250	16,3	15	38,5	11.531	83,7
	1998	40	15.995	21	52,5	2.108	13,2	19	47,5	13.887	86,8
Pará	1996	680	163.367	495	72,8	17.378	10,6	185	27,2	145.989	89,4
	1997	397	199.759	186	46,9	22.070	11,0	211	53,1	177.689	89,0
	1998	415	192.815	195	47,0	23.538	12,2	220	53,0	169.277	87,8
Amapá	1996	41	19.604	19	46,3	2.628	13,4	22	53,7	16.976	86,6
	1997	44	22.849	19	43,2	2.476	10,8	25	56,8	20.373	89,2
	1998	55	27.232	23	41,8	3.003	11,0	32	58,2	24.229	89,0
Tocantins	1996	174	43.609	125	71,8	14.646	33,6	49	28,2	28.963	66,4
	1997	217	49.438	161	74,2	17.105	34,6	56	25,8	32.333	65,4
	1998	251	57.402	186	74,1	19.391	33,8	65	25,9	38.011	66,2
Nordeste											
	1996	5.343	1.202.573	4.013	75,1	269.868	22,4	1.330	24,9	932.705	77,6
	1997	4.063	1.353.691	2.543	62,6	290.464	21,5	1.520	37,4	1.063.227	78,5
	1998	4.317	1.515.169	2.635	61,0	301.773	19,9	1.682	39,0	1.213.396	80,1
Maranhão	1996	596	127.460	453	76,0	25.086	19,7	143	24,0	102.374	80,3
	1997	376	144.667	217	57,7	26.571	18,4	159	42,3	118.096	81,6
	1998	413	164.221	239	57,9	29.060	17,7	174	42,1	135.161	82,3
Piauí	1996	469	57.736	406	86,6	15.597	27,0	63	13,4	42.139	73,0
	1997	237	63.518	163	68,8	16.458	25,9	74	31,2	47.060	74,1
	1998	267	74.466	183	68,5	18.328	24,6	84	31,5	56.138	75,4
Ceará	1996	484	174.704	301	62,2	38.372	22,0	183	37,8	136.332	78,0
	1997	547	201.820	325	59,4	40.467	20,1	222	40,6	161.353	79,9
	1998	613	222.638	374	61,0	45.665	20,5	239	39,0	176.973	79,5

**6.2 - Ensino Médio - Número de Estabelecimentos e de Alunos
por Tamanho dos Estabelecimentos - 1996-1998**

(Continuação)

Unidade da Federação/Ano		Tamanho dos Estabelecimentos (Número de Alunos no Ensino Médio)									
		Total		Até 250 Alunos				Mais de 250 alunos			
		Estabelec.	Alunos	Estabelec.		Alunos		Estabelec.		Alunos	
				Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
R. G. do Norte	1996	273	83.043	185	67,8	22.620	27,2	88	32,2	60.423	72,8
	1997	292	89.655	188	64,4	22.344	24,9	104	35,6	67.311	75,1
	1998	306	103.259	183	59,8	22.564	21,9	123	40,2	80.695	78,1
Paraíba	1996	638	81.941	542	85,0	27.268	33,3	96	15,0	54.673	66,7
	1997	387	89.262	280	72,4	28.200	31,6	107	27,6	61.062	68,4
	1998	389	95.928	278	71,5	29.494	30,7	111	28,5	66.434	69,3
Pernambuco	1996	1.579	259.081	1.256	79,5	51.726	20,0	323	20,5	207.355	80,0
	1997	819	282.542	465	56,8	53.727	19,0	354	43,2	228.815	81,0
	1998	893	302.537	499	55,9	54.852	18,1	394	44,1	247.685	81,9
Alagoas	1996	198	55.828	132	66,7	14.601	26,2	66	33,3	41.227	73,8
	1997	215	61.169	142	66,0	17.225	28,2	73	34,0	43.944	71,8
	1998	223	67.733	139	62,3	15.863	23,4	84	37,7	51.870	76,6
Sergipe	1996	124	43.735	62	50,0	7.641	17,5	62	50,0	36.094	82,5
	1997	160	50.802	93	58,1	10.135	20,0	67	41,9	40.667	80,0
	1998	162	55.093	93	57,4	11.811	21,4	69	42,6	43.282	78,6
Bahia	1996	982	319.045	676	68,8	66.957	21,0	306	31,2	252.088	79,0
	1997	1.030	370.256	670	65,0	75.337	20,3	360	35,0	294.919	79,7
	1998	1.051	429.294	647	61,6	74.136	17,3	404	38,4	355.158	82,7
Sudeste											
	1996	6.742	2.815.026	3.165	46,9	392.844	14,0	3.577	53,1	2.422.182	86,0
	1997	7.332	3.140.823	3.362	45,9	403.260	12,8	3.970	54,1	2.737.563	87,2
	1998	7.666	3.385.659	3.582	46,7	416.689	12,3	4.084	53,3	2.968.970	87,7
Minas Gerais	1996	1.852	577.079	1.079	58,3	131.794	22,8	773	41,7	445.285	77,2
	1997	1.920	660.575	1.026	53,4	128.227	19,4	894	46,6	532.348	80,6
	1998	1.941	728.451	1.069	55,1	132.365	18,2	872	44,9	596.086	81,8
Espírito Santo	1996	306	127.120	140	45,8	17.306	13,6	166	54,2	109.814	86,4
	1997	319	136.166	139	43,6	17.677	13,0	180	56,4	118.489	87,0
	1998	324	151.795	129	39,8	14.786	9,7	195	60,2	137.009	90,3
Rio de Janeiro	1996	1.096	437.841	568	51,8	68.313	15,6	528	48,2	369.528	84,4
	1997	1.414	525.794	779	55,1	90.309	17,2	635	44,9	435.485	82,8
	1998	1.553	583.521	850	54,7	95.316	16,3	703	45,3	488.205	83,7
São Paulo	1996	3.488	1.672.986	1.378	39,5	175.431	10,5	2.110	60,5	1.497.555	89,5
	1997	3.679	1.818.288	1.418	38,5	167.047	9,2	2.261	61,5	1.651.241	90,8
	1998	3.848	1.921.892	1.534	39,9	174.222	9,1	2.314	60,1	1.747.670	90,9
Sul											
	1996	2.511	937.937	1.341	53,4	170.221	18,1	1.170	46,6	767.716	81,9
	1997	2.654	1.018.324	1.379	52,0	178.149	17,5	1.275	48,0	840.175	82,5
	1998	2.872	1.115.919	1.450	50,5	181.921	16,3	1.422	49,5	933.998	83,7
Paraná	1996	934	400.568	440	47,1	58.730	14,7	494	52,9	341.838	85,3
	1997	1.005	426.306	472	47,0	62.290	14,6	533	53,0	364.016	85,4
	1998	1.105	463.160	497	45,0	61.044	13,2	608	55,0	402.116	86,8

**6.2 - Ensino Médio - Número de Estabelecimentos e de Alunos
por Tamanho dos Estabelecimentos - 1996-1998**

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano		Tamanho dos Estabelecimentos (Número de Alunos no Ensino Médio)									
		Total		Até 250 Alunos				Mais de 250 alunos			
		Estabelec.	Alunos	Estabelec.		Alunos		Estabelec.		Alunos	
				Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Santa Catarina	1996	691	179.765	470	68,0	55.276	30,7	221	32,0	124.489	69,3
	1997	720	204.535	466	64,7	58.027	28,4	254	35,3	146.508	71,6
	1998	780	221.977	497	63,7	59.558	26,8	283	36,3	162.419	73,2
R. G. do Sul	1996	886	357.604	431	48,6	56.215	15,7	455	51,4	301.389	84,3
	1997	929	387.483	441	47,5	57.832	14,9	488	52,5	329.651	85,1
	1998	987	430.782	456	46,2	61.319	14,2	531	53,8	369.463	85,8
Centro-Oeste											
	1996	1.370	412.087	893	65,2	97.961	23,8	477	34,8	314.126	76,2
	1997	1.507	457.059	966	64,1	103.989	22,8	541	35,9	353.070	77,2
	1998	1.579	500.997	991	62,8	107.763	21,5	588	37,2	393.234	78,5
M. G. do Sul	1996	341	74.966	243	71,3	27.939	37,3	98	28,7	47.027	62,7
	1997	354	79.756	247	69,8	28.326	35,5	107	30,2	51.430	64,5
	1998	360	84.364	245	68,1	27.804	33,0	115	31,9	56.560	67,0
Mato Grosso	1996	319	72.061	237	74,3	23.502	32,6	82	25,7	48.559	67,4
	1997	360	80.920	266	73,9	24.703	30,5	94	26,1	56.217	69,5
	1998	364	87.113	254	69,8	24.019	27,6	110	30,2	63.094	72,4
Goiás	1996	588	172.524	369	62,8	40.825	23,7	219	37,2	131.699	76,3
	1997	662	193.980	409	61,8	45.445	23,4	253	38,2	148.535	76,6
	1998	714	217.318	439	61,5	49.717	22,9	275	38,5	167.601	77,1
Distrito Federal	1996	122	92.536	44	36,1	5.695	6,2	78	63,9	86.841	93,8
	1997	131	102.403	44	33,6	5.515	5,4	87	66,4	96.888	94,6
	1998	141	112.202	53	37,6	6.223	5,5	88	62,4	105.979	94,5

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: o mesmo estabelecimento pode oferecer mais de um nível/modalidade de ensino.

7.1 - Educação Básica - Número Médio de Alunos por Turma - 1996-1998

Unidade da Federação	Educação Básica								
	Educação Infantil ⁽¹⁾			Fundamental			Médio		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Brasil	20,4	21,0	21,2	28,1	29,2	29,6	37,8	38,0	38,3
Norte	20,9	21,8	25,7	28,5	29,1	29,6	40,3	40,8	40,7
Rondônia	20,9	21,8	22,5	25,0	25,2	25,8	35,5	35,0	35,4
Acre	25,2	25,5	25,1	26,2	27,1	26,9	38,0	38,0	37,6
Amazonas	21,5	19,3	26,1	31,1	31,4	32,0	43,9	43,4	42,9
Roraima	18,1	21,1	26,1	24,3	24,9	23,0	36,5	35,4	35,2
Pará	20,8	23,0	26,9	29,5	30,0	30,6	41,8	43,1	43,4
Amapá	23,7	23,4	23,2	27,5	27,6	26,9	40,5	39,5	39,4
Tocantins	19,1	18,7	23,2	26,4	28,2	28,4	35,4	36,4	37,1
Nordeste	19,1	20,1	19,9	26,8	28,3	29,0	38,9	39,4	40,4
Maranhão	20,8	23,7	24,8	28,8	29,0	28,7	37,0	38,9	39,4
Piauí	17,5	20,1	22,4	24,1	25,4	25,4	36,7	36,9	39,1
Ceará	18,9	19,4	21,6	26,3	26,1	27,5	43,1	42,6	43,0
R. G. do Norte	21,4	22,4	22,4	26,2	26,9	27,5	34,9	36,3	38,3
Paraíba	17,5	15,3	15,1	25,2	27,1	28,5	34,9	37,4	39,0
Pernambuco	19,4	21,7	21,3	30,2	31,4	32,0	43,1	41,8	43,0
Alagoas	20,6	23,1	24,0	31,5	33,3	33,7	39,9	41,1	40,5
Sergipe	23,6	24,0	23,8	30,5	30,2	30,6	37,5	38,7	40,6
Bahia	18,3	18,8	15,2	24,7	28,0	29,0	37,2	37,9	39,0
Sudeste	22,2	22,2	22,1	31,6	31,4	31,6	37,7	37,8	38,4
Minas Gerais	23,0	22,3	22,1	29,0	29,1	29,6	36,4	37,2	37,5
Espírito Santo	20,9	20,7	20,9	27,2	27,2	27,4	36,8	37,0	38,0
Rio de Janeiro	19,0	19,2	19,2	30,9	30,4	30,4	39,5	36,6	37,5
São Paulo	23,7	24,2	23,8	34,0	33,9	33,9	37,8	38,5	39,1
Sul	19,6	19,8	19,8	22,6	25,9	26,3	35,9	36,0	35,0
Paraná	20,0	20,3	20,4	20,8	28,7	28,9	37,5	37,3	37,8
Santa Catarina	19,4	19,6	19,5	25,5	25,8	26,8	33,0	33,9	34,6
R. G. do Sul ⁽²⁾	19,5	19,4	19,3	23,3	23,5	23,8	35,8	35,8	32,4
Centro-Oeste	20,3	20,2	20,1	29,5	29,4	29,4	37,4	37,4	37,7
M. G. do Sul	18,7	18,4	18,3	26,9	26,9	27,7	32,8	32,8	34,0
Mato Grosso	21,0	21,1	20,6	26,5	26,6	26,2	34,1	34,4	34,3
Goiás	20,3	20,4	20,6	31,6	31,6	31,3	40,1	39,8	39,7
Distrito Federal	21,1	20,6	20,1	31,9	31,4	31,2	40,2	40,0	40,4

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: (1) Inclui a pré-escola e classe de alfabetização.

(2) Para o Rio Grande do Sul, a informação de matrícula e número de turmas não-seriadas não são consideradas.

**7.2 - Ensino Fundamental - Número Médio de Alunos
por Turma de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª Série - 1998**

Unidade da Federação	Número Médio de Alunos por Turma		
	Total	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série
Brasil	29,6	33,3	34,5
Norte	29,6	38,6	35,1
Rondônia	25,8	37,0	32,4
Acre	26,9	38,5	31,1
Amazonas	32,0	40,2	39,0
Roraima	23,0	28,0	27,1
Pará	30,6	40,5	36,3
Amapá	26,9	27,0	33,6
Tocantins	28,4	36,1	32,0
Nordeste	29,0	34,3	35,1
Maranhão	28,7	35,4	34,0
Piauí	25,4	32,3	31,7
Ceará	27,5	30,6	31,9
R. G. do Norte	27,5	29,0	33,1
Paraíba	28,5	33,2	36,6
Pernambuco	32,0	36,3	39,1
Alagoas	33,7	37,5	39,6
Sergipe	30,6	33,2	35,7
Bahia	29,0	36,7	35,3
Sudeste	31,6	33,6	35,5
Minas Gerais	29,6	40,3	34,7
Espírito Santo	27,4	31,9	31,7
Rio de Janeiro	30,4	28,8	35,0
São Paulo	33,9	32,6	36,4
Sul	26,3	27,8	31,1
Paraná	28,9	30,2	34,8
Santa Catarina	26,8	28,5	31,5
R. G. do Sul	23,8	25,3	27,9
Centro-Oeste	29,4	30,0	33,4
M.G. do Sul	27,7	28,2	30,8
Mato Grosso	26,2	29,0	29,6
Goiás	31,3	31,9	36,0
Distrito Federal	31,2	28,5	34,9

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: Para o cálculo da média do número de alunos por turma para 1ª a 4ª e 5ª a 8ª, séries, são consideradas as matrículas existentes em turmas multisseriadas.

8.1 - Educação Básica - Número Médio de Horas-Aula Diária por Nível de Ensino - 1996-1998

Unidade da Federação	Educação Básica								
	Educação Infantil ⁽¹⁾			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Brasil	4,2	4,2	4,3	4,2	4,3	4,3	4,3	4,3	4,4
Norte	4,0	4,0	4,1	4,0	4,0	4,1	4,1	4,1	4,1
Rondônia	4,3	4,3	4,4	4,1	4,0	4,2	4,1	4,1	4,1
Acre	3,9	4,0	4,1	4,0	4,0	4,1	4,2	4,1	4,2
Amazonas	4,1	4,2	4,3	4,0	4,0	4,1	4,1	3,9	4,0
Roraima	4,0	4,0	4,1	4,5	4,5	4,4	3,9	4,0	3,8
Pará	4,0	4,0	4,0	3,9	4,0	4,0	4,1	4,2	4,2
Amapá	3,8	3,8	4,0	4,1	4,1	4,2	4,2	4,2	4,3
Tocantins	4,0	4,0	4,2	4,0	4,1	4,1	4,2	4,2	4,1
Nordeste	4,0	4,0	4,1	4,0	4,0	4,1	4,0	4,0	4,1
Maranhão	3,8	3,9	4,0	4,0	4,1	4,1	4,1	4,1	4,2
Piauí	3,9	3,9	4,0	4,0	4,0	4,0	4,1	4,3	4,2
Ceará	3,9	4,0	4,0	3,9	3,9	3,9	4,0	4,0	4,1
R. G. do Norte	4,4	4,3	4,3	4,2	4,2	4,2	3,9	3,9	4,0
Paraíba	4,0	4,1	4,4	3,9	4,0	4,1	4,2	4,2	4,2
Pernambuco	4,0	4,1	4,2	4,0	4,1	4,2	3,8	3,9	3,9
Alagoas	4,0	3,9	4,0	3,9	3,9	4,0	3,7	4,0	4,1
Sergipe	4,0	4,1	4,2	4,1	4,1	4,2	4,1	4,0	4,1
Bahia	4,0	4,0	4,1	3,9	4,0	4,0	4,1	4,1	4,1
Sudeste	4,3	4,3	4,4	4,5	4,6	4,6	4,3	4,4	4,5
Minas Gerais	4,3	4,2	4,4	4,2	4,2	4,3	4,2	4,2	4,5
Espírito Santo	4,5	4,7	5,0	4,4	4,4	4,5	4,2	4,3	4,3
Rio de Janeiro	4,6	4,6	4,6	4,6	4,6	4,7	4,5	4,7	4,6
São Paulo	4,2	4,2	4,2	4,7	4,8	4,7	4,4	4,4	4,5
Sul	4,7	4,6	4,9	4,1	4,1	4,2	4,6	4,4	4,5
Paraná	4,3	4,6	4,8	4,1	4,1	4,1	4,2	4,1	4,1
Santa Catarina	5,4	4,8	5,2	4,0	4,0	4,2	3,8	3,9	4,2
R. G. do Sul	4,4	4,5	4,6	4,2	4,2	4,2	5,6	5,0	5,1
Centro-Oeste	4,3	4,3	4,4	4,2	4,2	4,3	4,3	4,4	4,4
M. G. do Sul	5,0	4,5	4,7	4,1	4,1	4,2	4,1	4,1	4,3
Mato Grosso	4,0	4,1	4,2	4,1	4,1	4,2	4,0	4,1	4,2
Goiás	4,3	4,3	4,4	4,3	4,3	4,3	4,4	4,4	4,4
Distrito Federal	4,2	4,4	4,4	4,2	4,4	4,4	4,6	4,6	4,6

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: (1) Inclui a pré-escola e classe de alfabetização.

9.1 - Educação Básica - Percentual de Docentes por Grau de Formação segundo o Nível de Atuação - 1996-1998

(Continua)

Unidade da Federação/ Nível de Atuação do Docente	Grau de Formação do Docente (%)									
	Fundamental				Médio				Superior	
	Incompleto		Completo		Magistério		Outra Formação			
	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998
Brasil										
Educação Infantil ⁽¹⁾	12,2	7,7	10,3	8,3	58,3	61,7	4,1	4,1	15,1	18,1
Ensino Fundamental										
Total	4,6	3,1	4,4	3,9	42,4	42,5	4,7	4,4	43,8	46,2
1ª a 4ª	8,1	5,5	7,1	6,3	61,1	63,2	3,3	3,3	20,3	21,6
5ª a 8ª	0,1	0,1	0,9	0,9	18,7	17,5	6,6	5,7	73,7	75,8
Ensino Médio	0,0	0,0	0,3	0,2	6,9	5,1	6,4	5,3	86,4	89,3
Norte										
Educação Infantil ⁽¹⁾	19,3	15,4	21,6	17,0	54,4	62,4	3,0	2,8	1,7	2,4
Ensino Fundamental										
Total	10,2	8,2	12,5	11,0	54,5	57,9	6,4	5,5	16,4	17,3
1ª a 4ª	15,3	12,3	18,0	15,7	60,1	65,7	3,9	3,2	2,7	3,0
5ª a 8ª	0,2	0,2	1,9	2,0	43,4	42,9	11,2	10,0	43,2	44,9
Ensino Médio	0,1	0,0	0,3	0,2	13,0	10,9	7,2	8,5	79,4	80,3
Rondônia										
Educação Infantil ⁽¹⁾	7,7	6,7	10,5	9,2	73,4	76,1	5,7	3,9	2,7	4,1
Ensino Fundamental										
Total	10,4	7,4	10,7	11,8	50,6	50,3	5,3	6,4	23,0	24,1
1ª a 4ª	16,5	12,1	16,3	18,9	61,0	62,0	3,4	4,1	2,9	2,9
5ª a 8ª	0,1	0,4	1,1	1,3	32,8	32,8	8,6	9,9	57,5	55,7
Ensino Médio	-	0,0	0,1	0,0	6,7	5,1	7,3	6,4	85,9	88,4
Acre										
Educação Infantil ⁽¹⁾	3,0	4,7	13,6	12,0	73,7	74,3	3,4	2,8	6,3	6,2
Ensino Fundamental										
Total	9,0	5,3	14,2	19,2	48,5	49,5	4,6	5,6	23,6	20,5
1ª a 4ª	14,6	8,2	21,8	28,8	56,1	56,3	2,8	2,5	4,8	4,3
5ª a 8ª	0,0	0,0	2,2	1,7	36,4	37,2	7,4	11,2	54,0	49,8
Ensino Médio	-	-	-	-	7,6	6,2	6,2	6,6	86,2	87,2
Amazonas										
Educação Infantil ⁽¹⁾	21,7	22,5	9,0	10,7	63,9	62,4	4,2	3,1	1,2	1,3
Ensino Fundamental										
Total	13,9	10,2	5,0	5,3	54,6	59,4	7,7	5,5	18,8	19,5
1ª a 4ª	23,4	17,0	8,2	8,7	61,8	68,3	4,7	3,4	2,0	2,5
5ª a 8ª	0,0	0,1	0,2	0,4	44,1	46,3	12,2	8,6	43,4	44,7
Ensino Médio	-	0,1	-	-	12,7	12,0	9,2	6,6	78,1	81,3
Roraima										
Educação Infantil ⁽¹⁾	2,6	7,3	21,5	23,8	67,0	60,4	4,0	6,9	4,8	1,7
Ensino Fundamental										
Total	0,9	1,2	14,6	13,0	66,2	64,4	6,8	8,8	11,5	12,6
1ª a 4ª	1,3	1,7	21,2	17,2	70,8	71,3	3,9	6,6	2,8	3,2
5ª a 8ª	0,1	0,4	3,1	5,5	58,5	52,0	11,7	12,7	26,6	29,4
Ensino Médio	-	-	-	1,0	18,1	14,5	11,0	15,7	70,9	68,8
Pará										
Educação Infantil ⁽¹⁾	20,7	15,0	30,0	22,8	45,9	57,8	1,9	2,0	1,5	2,4
Ensino Fundamental										
Total	9,5	8,4	17,3	13,5	52,4	57,8	5,9	4,7	14,9	15,6
1ª a 4ª	13,2	11,7	23,1	17,8	56,9	64,7	3,8	2,7	3,0	3,1
5ª a 8ª	0,1	0,2	2,5	2,7	41,0	40,7	11,5	9,7	44,9	46,7
Ensino Médio	-	-	0,2	0,2	9,0	6,3	5,0	9,4	85,7	84,1

9.1 - Educação Básica - Percentual de Docentes por Grau de Formação segundo o Nível de Atuação - 1996-1998

(Continuação)

Unidade da Federação/ Nível de Atuação do Docente	Grau de Formação do Docente (%)									
	Fundamental				Médio				Superior	
	Incompleto		Completo		Magistério		Outra Formação			
	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998
Amapá										
Educação Infantil ⁽¹⁾	4,2	6,2	6,1	2,5	85,3	88,4	3,7	1,8	0,7	1,0
Ensino Fundamental										
Total	0,1	0,3	2,4	0,5	75,3	75,3	5,6	6,6	16,6	17,4
1ª a 4ª	0,2	0,5	3,7	0,5	92,3	95,2	2,4	1,7	1,3	2,1
5ª a 8ª	-	-	0,3	0,3	48,2	41,2	10,6	15,0	40,9	43,5
Ensino Médio	-	-	-	-	5,1	2,0	0,5	5,3	94,4	92,7
Tocantins										
Educação Infantil ⁽¹⁾	28,4	16,9	19,2	16,5	45,9	58,6	4,5	4,6	2,0	3,4
Ensino Fundamental										
Total	13,1	11,3	11,7	10,1	57,3	59,4	7,8	6,4	10,3	12,9
1ª a 4ª	19,8	17,3	15,6	13,9	58,0	61,6	4,7	3,9	2,0	3,4
5ª a 8ª	0,8	0,6	4,5	3,4	56,0	55,5	13,4	10,8	25,3	29,6
Ensino Médio	0,9	0,0	1,1	0,4	33,5	32,1	12,7	10,9	51,8	56,5
Nordeste										
Educação Infantil ⁽¹⁾	22,4	15,8	15,3	14,6	54,8	61,8	3,1	3,1	4,4	4,8
Ensino Fundamental										
Total	10,8	6,9	7,7	7,4	53,4	56,9	4,7	4,7	23,5	24,1
1ª a 4ª	16,4	10,6	11,2	10,3	61,5	67,9	3,0	2,9	7,8	8,4
5ª a 8ª	0,1	0,2	1,2	2,0	38,1	36,7	7,7	8,0	52,8	53,1
Ensino Médio	0,0	0,1	0,6	0,4	16,6	13,5	7,8	9,2	74,9	76,8
Maranhão										
Educação Infantil ⁽¹⁾	28,9	23,7	17,1	12,8	51,4	60,7	2,2	2,0	0,4	0,8
Ensino Fundamental										
Total	18,8	12,6	9,8	8,1	61,9	67,9	4,0	4,3	5,5	7,1
1ª a 4ª	28,0	18,5	13,7	11,3	55,4	66,5	2,2	2,5	0,7	1,2
5ª a 8ª	0,1	0,1	1,8	1,3	75,2	71,0	7,6	8,0	15,3	19,5
Ensino Médio	-	0,1	0,6	0,5	33,4	31,0	10,5	11,0	55,5	57,4
Piauí										
Educação Infantil ⁽¹⁾	31,1	17,2	13,3	11,7	52,8	66,2	1,7	2,3	1,1	2,7
Ensino Fundamental										
Total	19,4	11,4	8,0	7,5	55,7	61,7	4,3	4,7	12,6	14,7
1ª a 4ª	27,1	16,6	10,9	10,5	57,3	65,8	2,2	3,0	2,4	4,1
5ª a 8ª	0,0	0,1	0,9	0,9	51,6	52,6	9,5	8,6	38,0	37,8
Ensino Médio	-	0,0	0,1	-	13,8	12,0	8,2	13,9	78,0	74,1
Ceará										
Educação Infantil ⁽¹⁾	27,2	16,7	22,7	21,9	43,6	54,4	3,9	4,4	2,6	2,6
Ensino Fundamental										
Total	13,5	7,3	12,8	10,0	47,3	53,5	6,2	5,3	20,2	23,9
1ª a 4ª	19,7	10,8	17,5	13,8	52,0	64,4	4,2	3,8	6,6	7,2
5ª a 8ª	0,2	0,3	2,6	2,7	37,3	32,1	10,4	8,3	49,6	56,6
Ensino Médio	0,1	0,0	0,7	0,2	9,3	7,8	8,7	8,9	81,3	83,1
R. G. do Norte										
Educação Infantil ⁽¹⁾	14,1	11,6	12,4	12,9	62,5	63,6	5,2	5,2	5,9	6,8
Ensino Fundamental										
Total	5,4	2,9	6,2	4,7	54,5	56,3	6,3	6,7	27,5	29,4
1ª a 4ª	8,3	4,4	8,8	6,7	68,9	72,8	4,7	4,2	9,3	11,8
5ª a 8ª	0,3	0,2	1,5	1,3	28,5	28,9	9,3	10,9	60,4	58,6
Ensino Médio	-	-	0,1	0,7	11,1	9,4	7,2	9,2	81,6	80,8

9.1 - Educação Básica - Percentual de Docentes por Grau de Formação segundo o Nível de Atuação - 1996-1998

(Continuação)

Unidade da Federação/ Nível de Atuação do Docente	Grau de Formação do Docente (%)									
	Fundamental				Médio				Superior	
	Incompleto		Completo		Magistério		Outra Formação			
	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998
Paraíba										
Educação Infantil ⁽¹⁾	25,0	19,1	19,3	16,0	41,8	50,8	6,8	6,6	7,1	7,5
Ensino Fundamental										
Total	9,4	6,5	8,6	6,7	36,2	42,1	7,3	6,1	38,4	38,5
1ª a 4ª	14,7	9,8	13,2	9,8	51,2	58,8	6,7	5,1	14,2	16,4
5ª a 8ª	0,0	0,2	0,5	0,5	9,3	9,6	8,3	8,2	81,8	81,5
Ensino Médio	0,0	-	0,2	0,0	4,1	3,8	8,0	8,9	87,6	87,3
Pernambuco										
Educação Infantil ⁽¹⁾	3,6	4,0	6,1	7,4	72,7	73,4	1,8	1,7	15,9	13,5
Ensino Fundamental										
Total	3,6	2,3	3,2	3,0	42,2	41,9	2,5	3,0	48,5	49,8
1ª a 4ª	5,9	3,8	5,1	4,8	64,6	66,2	1,6	1,8	22,9	23,4
5ª a 8ª	0,0	0,0	0,3	0,3	7,5	6,1	3,9	4,7	88,2	88,8
Ensino Médio	-	-	0,0	0,2	3,2	1,9	4,8	4,0	91,9	93,9
Alagoas										
Educação Infantil ⁽¹⁾	19,6	14,2	20,0	23,6	53,3	54,0	2,4	3,3	4,7	4,8
Ensino Fundamental										
Total	10,6	5,8	9,9	11,7	50,2	53,6	5,0	5,6	24,2	23,3
1ª a 4ª	16,3	8,7	14,7	17,2	58,7	64,2	2,8	2,7	7,5	7,2
5ª a 8ª	0,2	0,3	1,1	1,1	34,4	33,1	9,2	11,3	55,1	54,2
Ensino Médio	-	-	0,1	0,1	11,3	10,8	8,6	14,0	80,1	75,1
Sergipe										
Educação Infantil ⁽¹⁾	15,8	18,2	16,8	17,6	56,2	54,2	3,7	3,2	7,4	6,8
Ensino Fundamental										
Total	6,4	5,2	7,4	7,8	52,2	56,3	5,1	5,0	29,0	25,8
1ª a 4ª	10,5	8,2	11,6	11,6	62,0	66,7	4,0	3,1	11,9	10,4
5ª a 8ª	0,0	0,3	1,0	1,6	37,0	39,5	6,6	8,2	55,3	50,5
Ensino Médio	-	0,0	0,4	-	10,1	8,7	8,3	7,0	81,2	84,2
Bahia										
Educação Infantil ⁽¹⁾	23,2	16,8	11,6	12,6	61,2	66,7	2,0	1,7	2,0	2,3
Ensino Fundamental										
Total	8,9	6,7	6,0	7,7	63,6	65,5	4,1	4,4	17,5	15,7
1ª a 4ª	13,7	10,1	8,6	9,8	72,1	74,6	2,1	2,2	3,5	3,3
5ª a 8ª	0,1	0,4	1,2	3,9	48,2	48,7	7,7	8,4	42,8	38,5
Ensino Médio	-	0,3	1,5	1,0	29,4	23,7	7,9	11,0	61,2	64,0
Sudeste										
Educação Infantil ⁽¹⁾	0,5	0,3	2,0	1,4	63,7	62,7	4,4	4,2	29,5	31,3
Ensino Fundamental										
Total	0,7	0,3	1,2	0,7	35,7	33,2	3,7	2,8	58,8	63,1
1ª a 4ª	1,3	0,6	1,7	1,0	63,5	62,2	2,2	2,6	31,3	33,6
5ª a 8ª	0,0	0,0	0,6	0,3	8,1	7,0	5,2	2,9	86,0	89,8
Ensino Médio	0,0	0,0	0,2	0,1	2,8	1,3	5,4	2,4	91,7	96,2
Minas Gerais										
Educação Infantil ⁽¹⁾	1,1	0,9	1,9	1,3	71,1	71,4	1,8	2,7	24,0	23,7
Ensino Fundamental										
Total	2,0	1,0	1,5	0,9	44,3	42,0	2,4	2,1	49,8	53,9
1ª a 4ª	3,5	1,8	2,5	1,6	65,2	65,5	1,1	1,0	27,6	30,1
5ª a 8ª	0,0	0,0	0,1	0,1	16,5	15,0	4,0	3,5	79,4	81,4
Ensino Médio	0,0	0,0	0,0	0,1	4,1	3,1	6,4	5,1	89,4	91,8

**9.1 - Educação Básica - Percentual de Docentes por Grau de Formação
segundo o Nível de Atuação - 1996-1998**

(Continuação)

Unidade da Federação/ Nível de Atuação do Docente	Grau de Formação do Docente (%)									
	Fundamental				Médio				Superior	
	Incompleto		Completo		Magistério		Outra Formação			
	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998
Espírito Santo										
Educação Infantil ⁽¹⁾	0,3	0,2	1,0	3,1	75,3	75,4	6,8	4,4	16,5	16,9
Ensino Fundamental										
Total	0,1	0,1	0,7	1,3	52,5	49,7	8,5	7,5	38,2	41,3
1ª a 4ª	0,2	0,2	1,2	1,7	78,4	74,3	4,3	4,2	15,9	19,6
5ª a 8ª	0,0	0,0	0,3	0,9	23,5	22,8	13,1	11,2	63,1	65,1
Ensino Médio	-	0,2	0,1	0,1	8,3	7,7	12,8	14,9	78,8	77,1
Rio de Janeiro										
Educação Infantil ⁽¹⁾	0,7	0,5	3,2	3,8	71,3	67,0	8,6	7,6	16,2	21,1
Ensino Fundamental										
Total	0,2	0,1	1,9	1,5	36,7	35,2	5,2	5,9	56,0	57,3
1ª a 4ª	0,3	0,1	2,2	2,1	67,4	67,2	4,9	4,9	25,3	25,6
5ª a 8ª	0,1	0,1	1,7	1,1	9,9	8,8	5,4	6,7	82,8	83,4
Ensino Médio	-	0,0	0,6	0,5	6,2	1,8	2,9	3,1	90,4	94,6
São Paulo										
Educação Infantil ⁽¹⁾	0,0	0,0	1,2	0,1	53,3	55,2	2,7	3,2	42,7	41,5
Ensino Fundamental										
Total	0,0	0,0	0,7	0,0	27,6	24,4	3,4	1,2	68,3	74,4
1ª a 4ª	0,0	0,0	0,8	-	58,5	55,4	1,7	2,5	39,0	42,1
5ª a 8ª	0,0	-	0,5	-	1,4	-	4,9	0,1	93,2	99,8
Ensino Médio	-	-	0,2	-	0,7	-	5,2	0,1	93,9	99,9
Sul										
Educação Infantil ⁽¹⁾	2,2	3,0	6,7	5,5	58,2	56,3	7,8	8,1	25,1	27,2
Ensino Fundamental										
Total	1,0	0,5	2,2	1,9	33,4	30,6	5,7	5,7	57,7	61,2
1ª a 4ª	1,9	1,0	3,6	3,3	56,7	54,6	5,7	5,5	32,1	35,6
5ª a 8ª	0,1	0,1	0,7	0,6	9,4	7,5	5,8	5,9	84,1	85,9
Ensino Médio	0,0	0,1	0,2	0,1	2,6	2,3	6,1	5,9	91,0	91,7
Paraná										
Educação Infantil ⁽¹⁾	1,8	3,1	5,1	5,9	58,5	57,3	5,7	5,3	28,9	28,5
Ensino Fundamental										
Total	1,8	0,8	3,0	3,2	30,8	28,0	3,4	3,8	61,0	64,1
1ª a 4ª	3,1	1,4	4,7	5,4	52,9	51,9	3,5	3,5	35,8	37,9
5ª a 8ª	0,1	0,1	0,7	0,9	2,8	2,7	3,4	4,3	93,0	92,0
Ensino Médio	0,0	0,1	0,2	0,1	1,3	1,5	3,4	3,8	95,2	94,5
Santa Catarina										
Educação Infantil ⁽¹⁾	3,3	3,3	10,5	6,0	61,0	61,9	9,2	8,8	16,0	20,1
Ensino Fundamental										
Total	0,7	0,5	2,9	1,7	42,0	37,8	8,0	8,1	46,3	51,9
1ª a 4ª	1,2	0,9	4,4	2,9	66,0	60,5	4,1	4,5	24,2	31,1
5ª a 8ª	0,1	0,1	1,4	0,5	16,9	14,7	12,2	11,7	69,4	72,9
Ensino Médio	0,0	0,0	0,5	0,2	7,1	6,4	15,2	13,6	77,2	79,9
R. G. do Sul										
Educação Infantil ⁽¹⁾	1,2	2,4	3,2	4,4	53,9	48,9	8,3	10,6	33,5	33,7
Ensino Fundamental										
Total	0,6	0,3	1,3	0,9	31,9	30,0	6,5	6,3	59,7	62,5
1ª a 4ª	1,1	0,6	2,3	1,5	56,0	54,7	8,4	7,8	32,2	35,5
5ª a 8ª	0,1	0,1	0,5	0,3	10,7	8,5	4,9	5,0	83,8	86,1
Ensino Médio	-	-	0,2	0,1	1,5	1,0	3,7	4,0	94,7	95,0

9.1 - Educação Básica - Percentual de Docentes por Grau de Formação segundo o Nível de Atuação - 1996-1998

(Conclusão)

Unidade da Federação/ Nível de Atuação do Docente	Grau de Formação do Docente (%)									
	Fundamental				Médio				Superior	
	Incompleto		Completo		Magistério		Outra Formação			
	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998	1996	1998
Centro-Oeste										
Educação Infantil ⁽¹⁾	4,2	3,2	7,8	6,7	62,0	64,4	5,0	4,7	21,0	21,1
Ensino Fundamental										
Total	2,4	1,7	4,2	2,9	41,5	40,7	6,7	7,2	45,2	47,6
1ª a 4ª	4,5	3,3	6,9	4,8	58,2	58,0	4,2	4,2	26,2	29,7
5ª a 8ª	0,2	0,1	1,3	0,9	23,8	23,2	9,3	10,1	65,3	65,6
Ensino Médio	0,1	0,0	0,2	0,2	10,9	9,8	9,4	10,4	79,3	79,5
M. G. do Sul										
Educação Infantil ⁽¹⁾	2,2	0,5	3,6	2,7	54,7	56,2	0,7	2,7	38,8	38,0
Ensino Fundamental										
Total	1,0	0,7	2,3	1,2	27,4	24,9	3,8	4,7	65,5	68,6
1ª a 4ª	1,8	1,3	4,0	2,1	44,6	39,7	1,9	2,8	47,6	54,1
5ª a 8ª	0,1	-	0,5	0,2	9,5	8,5	5,8	6,8	84,1	84,5
Ensino Médio	-	-	0,0	0,1	4,5	3,8	7,1	7,9	88,4	88,2
Mato Grosso										
Educação Infantil ⁽¹⁾	3,3	3,4	8,8	6,4	55,9	59,2	8,4	9,3	23,6	21,7
Ensino Fundamental										
Total	4,0	2,9	6,1	3,8	39,4	39,2	9,9	10,7	40,6	43,4
1ª a 4ª	7,0	5,1	9,4	5,8	52,1	53,2	6,6	6,8	24,9	29,0
5ª a 8ª	0,3	0,3	2,1	1,5	23,4	22,5	14,0	15,2	60,2	60,5
Ensino Médio	-	0,0	0,2	0,7	6,9	7,1	9,9	10,4	83,0	81,8
Goiás										
Educação Infantil ⁽¹⁾	6,7	5,2	11,6	10,3	64,6	67,1	6,3	5,1	10,8	12,3
Ensino Fundamental										
Total	3,1	2,3	5,8	4,3	54,3	55,0	7,9	8,0	28,8	30,4
1ª a 4ª	5,8	4,3	9,3	7,1	67,9	69,9	4,8	4,1	12,1	14,7
5ª a 8ª	0,2	0,2	2,0	1,4	39,7	39,9	11,2	12,0	46,8	46,5
Ensino Médio	0,2	0,1	0,5	0,2	20,4	18,2	13,5	15,2	65,4	66,3
Distrito Federal										
Educação Infantil ⁽¹⁾	-	0,4	0,6	1,0	67,8	69,0	2,4	1,2	29,2	28,3
Ensino Fundamental										
Total	-	-	0,0	0,0	28,9	26,1	2,7	3,3	68,4	70,5
1ª a 4ª	-	-	0,0	0,1	57,5	57,6	1,4	2,1	41,1	40,2
5ª a 8ª	-	-	-	-	4,7	3,7	3,8	4,2	91,4	92,1
Ensino Médio	-	-	-	-	1,9	0,3	3,1	3,1	95,0	96,6

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: (1) Inclui a educação pré-escolar e classe de alfabetização.

O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

As taxas inferiores à 0,05% foram arredondadas para 0,0%.

O mesmo docente de ensino fundamental pode atuar de 1ª à 4ª e de 5ª à 8ª séries.

10.1 - Educação Básica - Salário Médio dos Docentes - 1997

Unidade da Federação	Salário Médio dos Docentes (em R\$)				
	Total	Educação Básica			
		Educação Infantil ⁽¹⁾	Ensino Fundamental		Ensino Médio
			1ª a 4ª	5ª a 8ª	
Brasil	529,92	419,48	425,60	605,41	700,19
Norte	456,52	322,01	360,77	586,37	735,46
Rondônia	622,40	468,83	526,18	721,99	804,99
Acre	375,04	341,36	299,73	435,88	584,47
Amazonas	421,05	281,37	328,99	495,08	670,65
Roraima	658,87	418,64	588,25	668,63	819,50
Pará	404,73	272,83	321,88	618,71	813,66
Amapá	980,90	814,52	879,93	1.054,45	1.179,50
Tocantins	331,09	233,60	235,44	374,61	463,05
Nordeste	297,18	195,00	231,17	372,41	507,82
Maranhão	243,11	172,04	184,91	289,14	480,13
Piauí	269,06	195,49	220,20	330,41	480,29
Ceará	320,46	165,87	238,16	409,08	583,40
R. G. do Norte	261,95	176,17	210,12	295,80	483,76
Paraíba	221,22	149,49	171,27	251,82	399,12
Pernambuco	350,94	251,97	261,47	472,18	540,63
Alagoas	293,00	181,52	215,52	380,27	619,11
Sergipe	400,50	247,03	289,14	518,92	731,63
Bahia	309,51	210,15	256,43	378,57	454,09
Sudeste	686,31	587,00	613,97	738,57	772,09
Minas Gerais	603,07	429,48	493,53	706,45	786,22
Espírito Santo	499,78	459,04	435,61	511,20	618,99
Rio de Janeiro	514,67	478,88	475,30	542,89	591,27
São Paulo	821,37	748,03	769,66	840,38	825,14
Sul	558,98	464,96	460,12	594,44	683,03
Paraná	577,97	427,78	432,58	700,17	756,97
Santa Catarina	524,93	437,24	457,27	512,40	566,89
R. G. do Sul	559,71	532,33	490,42	554,36	672,09
Centro-Oeste	573,76	573,64	447,55	584,20	701,79
M. G. do Sul	426,29	374,82	367,67	436,48	496,80
Mato Grosso	491,78	451,87	422,02	492,14	619,03
Goiás	376,06	346,69	308,66	420,93	460,68
Distrito Federal	1.364,30	1.170,35	1.162,32	1.353,56	1.533,97

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Notas: (1) Inclui a pré-escola e classe de alfabetização.

O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

O mesmo docente de ensino fundamental pode atuar de 1ª à 4ª e de 5ª à 8ª séries.

11.1 - Ensino Fundamental - Matrícula e Percentual de Alunos Atendidos em Escolas com Abastecimento de Água, Energia Elétrica, Quadra de Esporte e Laboratório de Ciências - 1997-1998

(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Matrícula Inicial do Ensino Fundamental											
	Total	Abastecimento de Água		Abastecimento de Energia Elétrica		Biblioteca		Quadra de Esporte		Laboratório de Ciências		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
Brasil												
1997	34.229.388	33.151.949	96,9	31.661.283	92,5	19.475.328	56,9	17.458.887	51,0	8.266.411	24,2	
1998	35.792.554	34.923.242	97,6	33.182.420	92,7	20.274.743	56,6	17.802.096	49,7	7.971.415	22,3	
Norte												
Rondônia	1997	3.011.865	2.759.165	91,6	2.420.266	80,4	1.240.694	41,2	1.014.388	33,7	198.451	6,6
	1998	3.207.880	3.023.116	94,2	2.571.996	80,2	1.314.342	41,0	1.071.462	33,4	160.287	5,0
Acre	1997	296.274	291.646	98,4	233.513	78,8	190.193	64,2	122.642	41,4	35.035	11,8
	1998	308.992	306.800	99,3	246.777	79,9	208.385	67,4	132.774	43,0	27.225	8,8
Amazonas	1997	136.126	118.561	87,1	101.252	74,4	57.433	42,2	33.667	24,7	5.939	4,4
	1998	140.176	124.892	89,1	105.514	75,3	57.205	40,8	35.052	25,0	5.124	3,7
Roraima	1997	587.041	541.303	92,2	519.200	88,4	276.977	47,2	230.356	39,2	33.739	5,7
	1998	638.303	603.587	94,6	562.874	88,2	325.884	51,1	244.269	38,3	22.060	3,5
Pará	1997	64.293	62.766	97,6	57.032	88,7	46.161	71,8	30.656	47,7	25.885	40,3
	1998	66.609	65.158	97,8	58.909	88,4	47.997	72,1	30.282	45,5	27.480	41,3
Amapá	1997	1.475.856	1.303.310	88,3	1.110.817	75,3	437.129	29,6	461.761	31,3	72.369	4,9
	1998	1.585.239	1.460.076	92,1	1.184.533	74,7	422.397	26,6	486.267	30,7	56.008	3,5
Tocantins	1997	114.466	108.020	94,4	105.961	92,6	84.631	73,9	55.135	48,2	12.684	11,1
	1998	122.392	118.991	97,2	112.665	92,1	81.823	66,9	53.681	43,9	11.516	9,4
	1997	337.809	333.559	98,7	292.491	86,6	148.170	43,9	80.171	23,7	12.800	3,8
	1998	346.169	343.612	99,3	300.724	86,9	170.651	49,3	89.137	25,7	10.874	3,1
Nordeste												
Maranhão	1997	11.184.186	10.497.280	93,9	9.551.804	85,4	3.579.531	32,0	2.945.955	26,3	758.770	6,8
	1998	12.210.131	11.628.597	95,2	10.527.113	86,2	3.933.240	32,2	3.107.997	25,5	721.444	5,9
Piauí	1997	1.480.256	1.358.717	91,8	1.169.017	79,0	238.245	16,1	268.895	18,2	37.507	2,5
	1998	1.606.227	1.525.359	95,0	1.266.709	78,9	285.690	17,8	274.106	17,1	39.193	2,4
Ceará	1997	679.590	603.381	88,8	493.463	72,6	147.408	21,7	117.858	17,3	58.922	8,7
	1998	731.247	697.337	95,4	537.991	73,6	157.947	21,6	131.047	17,9	51.769	7,1
R. G. do Norte	1997	1.746.108	1.597.513	91,5	1.496.807	85,7	705.350	40,4	610.020	34,9	117.562	6,7
	1998	1.842.237	1.682.753	91,3	1.608.074	87,3	782.410	42,5	660.335	35,8	109.029	5,9
Paraíba	1997	613.503	592.012	96,5	573.418	93,5	286.013	46,6	163.494	26,6	55.768	9,1
	1998	650.711	640.037	98,4	615.195	94,5	317.039	48,7	174.062	26,7	46.774	7,2
Pernambuco	1997	791.079	770.545	97,4	720.194	91,0	246.442	31,2	201.421	25,5	73.707	9,3
	1998	882.868	860.580	97,5	812.844	92,1	264.052	29,9	204.789	23,2	71.704	8,1
Alagoas	1997	1.754.828	1.712.995	97,6	1.601.011	91,2	828.377	47,2	603.456	34,4	143.871	8,2
	1998	1.818.479	1.779.882	97,9	1.670.767	91,9	842.369	46,3	617.521	34,0	152.457	8,4
	1997	627.597	603.081	96,1	568.394	90,6	185.824	29,6	124.829	19,9	34.466	5,5
	1998	688.285	669.400	97,3	628.851	91,4	216.320	31,4	112.583	16,4	29.916	4,3

11.1 - Ensino Fundamental - Matrícula e Percentual de Alunos Atendidos em Escolas com Abastecimento de Água, Energia Elétrica, Quadra de Esporte e Laboratório de Ciências - 1997-1998 *(Conclusão)*

Unidade da Federação/Ano	Matrícula Inicial do Ensino Fundamental											
	Total	Abastecimento de Água		Abastecimento de Energia Elétrica		Biblioteca		Quadra de Esporte		Laboratório de Ciências		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
Sergipe												
1997	414.424	401.664	96,9	386.651	93,3	149.536	36,1	121.384	29,3	41.294	10,0	
1998	436.631	427.202	97,8	407.799	93,4	152.252	34,9	124.724	28,6	40.698	9,3	
Bahia												
1997	3.076.801	2.857.372	92,9	2.542.849	82,6	792.336	25,8	734.598	23,9	195.673	6,4	
1998	3.553.446	3.346.047	94,2	2.978.883	83,8	915.161	25,8	808.830	22,8	179.904	5,1	
Sudeste												
1997	13.020.903	12.914.419	99,2	12.794.464	98,3	9.763.981	75,0	9.176.828	70,5	5.140.540	39,5	
1998	13.249.814	13.165.249	99,4	13.056.668	98,5	9.901.692	74,7	9.190.136	69,4	4.922.501	37,2	
Minas Gerais												
1997	3.672.407	3.597.485	98,0	3.485.088	94,9	2.853.370	77,7	1.841.360	50,1	1.412.733	38,5	
1998	3.857.553	3.807.747	98,7	3.696.105	95,8	3.009.268	78,0	1.970.124	51,1	1.437.016	37,3	
Espírito Santo												
1997	614.265	607.854	99,0	588.663	95,8	357.143	58,1	290.977	47,4	99.276	16,2	
1998	619.559	615.864	99,4	600.358	96,9	367.946	59,4	286.937	46,3	92.146	14,9	
Rio de Janeiro												
1997	2.250.296	2.237.733	99,4	2.242.124	99,6	1.643.852	73,1	1.332.730	59,2	601.072	26,7	
1998	2.377.864	2.360.593	99,3	2.369.689	99,7	1.734.029	72,9	1.404.856	59,1	587.819	24,7	
São Paulo												
1997	6.483.935	6.471.347	99,8	6.478.589	99,9	4.909.616	75,7	5.711.761	88,1	3.027.459	46,7	
1998	6.394.838	6.381.045	99,8	6.390.516	99,9	4.790.449	74,9	5.528.219	86,4	2.805.520	43,9	
Sul												
1997	4.512.267	4.498.898	99,7	4.472.250	99,1	3.454.071	76,5	2.884.431	63,9	1.811.752	40,2	
1998	4.558.892	4.549.910	99,8	4.529.379	99,4	3.682.345	80,8	2.988.320	65,5	1.821.404	40,0	
Paraná												
1997	1.792.685	1.785.991	99,6	1.772.150	98,9	1.269.713	70,8	1.163.590	64,9	630.894	35,2	
1998	1.808.149	1.805.388	99,8	1.794.843	99,3	1.382.021	76,4	1.196.254	66,2	631.840	34,9	
Santa Catarina												
1997	971.333	968.856	99,7	964.745	99,3	694.095	71,5	685.860	70,6	322.450	33,2	
1998	983.880	982.109	99,8	979.333	99,5	751.600	76,4	705.424	71,7	355.682	36,2	
R. G. do Sul												
1997	1.748.249	1.744.051	99,8	1.735.355	99,3	1.490.263	85,2	1.034.981	59,2	858.408	49,1	
1998	1.766.863	1.762.413	99,7	1.755.203	99,3	1.548.724	87,7	1.086.642	61,5	833.882	47,2	
Centro-Oeste												
1997	2.500.167	2.482.187	99,3	2.422.499	96,9	1.437.051	57,5	1.437.285	57,5	356.898	14,3	
1998	2.565.837	2.556.370	99,6	2.497.264	97,3	1.443.124	56,2	1.444.181	56,3	345.779	13,5	
M. G. do Sul												
1997	440.754	440.531	99,9	439.486	99,7	242.392	55,0	351.103	79,7	67.925	15,4	
1998	459.876	459.815	100,0	458.683	99,7	236.843	51,5	368.137	80,1	59.474	12,9	
Mato Grosso												
1997	545.638	535.694	98,2	505.460	92,6	234.413	43,0	342.186	62,7	49.781	9,1	
1998	557.961	552.948	99,1	520.731	93,3	257.692	46,2	346.186	62,0	44.236	7,9	
Goiás												
1997	1.106.151	1.100.556	99,5	1.070.060	96,7	577.049	52,2	497.732	45,0	102.905	9,3	
1998	1.135.948	1.133.362	99,8	1.105.805	97,3	559.248	49,2	460.855	40,6	106.836	9,4	
Distrito Federal												
1997	407.624	405.406	99,5	407.493	100,0	383.197	94,0	246.264	60,4	136.287	33,4	
1998	412.052	410.245	99,6	412.045	100,0	389.341	94,5	269.003	65,3	135.233	32,8	

Fonte: MEC/INEP/SEEC

11.2 - Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série - Matrícula e Percentual de Alunos Atendidos em Escolas com Abastecimento de Água, Energia Elétrica, Quadra de Esporte e Laboratório de Ciências - 1997-98

(Continua)

Unidade da Federação/Ano		Matrícula Inicial do Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série										
		Total	Abastecimento de Água		Abastecimento de Energia Elétrica		Biblioteca		Quadra de Esporte		Laboratório de Ciências	
			Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Brasil												
	1997	20.568.128	19.568.920	95,1	18.056.018	87,8	9.180.544	44,6	7.897.421	38,4	2.945.387	14,3
	1998	21.333.330	20.532.758	96,2	18.772.633	88,0	9.373.217	43,9	7.861.760	36,9	2.710.743	12,7
Norte												
	1997	2.087.265	1.846.571	88,5	1.514.836	72,6	630.244	30,2	491.236	23,5	76.635	3,7
	1998	2.234.952	2.055.795	92,0	1.618.989	72,4	650.415	29,1	518.726	23,2	60.247	2,7
Rondônia	1997	185.616	181.462	97,8	128.104	69,0	95.451	51,4	55.359	29,8	13.911	7,5
	1998	186.339	184.410	99,0	132.285	71,0	103.850	55,7	58.151	31,2	10.787	5,8
Acre	1997	93.167	77.705	83,4	59.701	64,1	27.764	29,8	14.783	15,9	1.886	2,0
	1998	98.058	83.904	85,6	64.272	65,5	30.564	31,2	15.607	15,9	1.721	1,8
Amazonas	1997	360.164	316.139	87,8	293.947	81,6	129.102	35,8	104.724	29,1	11.526	3,2
	1998	401.481	367.951	91,6	327.495	81,6	154.888	38,6	114.603	28,5	7.699	1,9
Roraima	1997	41.212	39.688	96,3	34.253	83,1	26.616	64,6	15.596	37,8	13.270	32,2
	1998	42.437	41.211	97,1	35.188	82,9	26.717	63,0	14.752	34,8	12.955	30,5
Pará	1997	1.110.887	944.976	85,1	755.557	68,0	228.995	20,6	234.443	21,1	24.900	2,2
	1998	1.203.171	1.080.506	89,8	810.480	67,4	206.717	17,2	248.227	20,6	18.757	1,6
Amapá	1997	74.978	68.620	91,5	66.686	88,9	48.552	64,8	27.937	37,3	4.985	6,6
	1998	81.072	77.869	96,0	71.531	88,2	45.697	56,4	26.506	32,7	3.763	4,6
Tocantins	1997	221.241	217.981	98,5	176.588	79,8	73.764	33,3	38.394	17,4	6.157	2,8
	1998	222.394	219.944	98,9	177.738	79,9	81.982	36,9	40.880	18,4	4.565	2,1
Nordeste												
	1997	7.707.699	7.053.987	91,5	6.093.551	79,1	1.578.933	20,5	1.215.211	15,8	270.945	3,5
	1998	8.351.977	7.806.568	93,5	6.685.998	80,1	1.694.231	20,3	1.245.844	14,9	256.166	3,1
Maranhão	1997	1.087.062	970.797	89,3	777.432	71,5	111.435	10,3	116.583	10,7	17.852	1,6
	1998	1.176.347	1.099.250	93,4	839.068	71,3	128.227	10,9	117.637	10,0	16.998	1,4
Piauí	1997	530.663	456.410	86,0	346.167	65,2	75.959	14,3	60.071	11,3	23.918	4,5
	1998	560.705	528.216	94,2	369.428	65,9	75.594	13,5	61.451	11,0	20.764	3,7
Ceará	1997	1.209.260	1.072.015	88,7	967.271	80,0	366.876	30,3	313.010	25,9	53.014	4,4
	1998	1.254.256	1.109.280	88,4	1.026.008	81,8	398.695	31,8	338.144	27,0	48.790	3,9
R. G. do Norte	1997	395.052	375.902	95,2	355.218	89,9	140.118	35,5	69.378	17,6	21.765	5,5
	1998	412.234	402.418	97,6	376.881	91,4	150.387	36,5	71.641	17,4	17.608	4,3
Paraíba	1997	549.261	528.966	96,3	478.376	87,1	105.825	19,3	76.687	14,0	22.792	4,1
	1998	622.140	601.870	96,7	552.116	88,7	109.930	17,7	78.740	12,7	22.507	3,6
Pernambuco	1997	1.094.437	1.053.731	96,3	940.851	86,0	354.828	32,4	240.891	22,0	54.459	5,0
	1998	1.123.724	1.085.498	96,6	976.233	86,9	348.415	31,0	237.802	21,2	56.407	5,0
Alagoas	1997	452.854	429.317	94,8	393.651	86,9	87.225	19,3	54.638	12,1	12.148	2,7
	1998	499.330	480.719	96,3	439.896	88,1	109.527	21,9	49.622	9,9	10.780	2,2

11.2 - Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série - Matrícula e Percentual de Alunos atendidos em Escolas com Abastecimento de Água, Energia Elétrica, Quadra de Esporte e Laboratório de Ciências - 1997/98

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano		Matrícula Inicial do Ensino Fundamental - 1ª a 4ª série										
		Total	Abastecimento de Água		Abastecimento de Energia Elétrica		Biblioteca		Quadra de Esporte		Laboratório de Ciências	
			Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Sergipe												
	1997	282.536	269.776	95,5	254.763	90,2	74.645	26,4	57.063	20,2	14.480	5,1
	1998	294.131	284.702	96,8	265.308	90,2	76.870	26,1	57.163	19,4	15.357	5,2
Bahia												
	1997	2.106.574	1.897.073	90,1	1.579.822	75,0	262.022	12,4	226.890	10,8	50.517	2,4
	1998	2.409.110	2.214.615	91,9	1.841.060	76,4	296.586	12,3	233.644	9,7	46.955	1,9
Sudeste												
	1997	6.933.486	6.854.511	98,9	6.721.832	96,9	4.664.002	67,3	4.261.580	61,5	1.791.438	25,8
	1998	6.910.056	6.846.968	99,1	6.724.064	97,3	4.608.343	66,7	4.135.187	59,8	1.610.801	23,3
Minas Gerais												
	1997	2.022.912	1.965.451	97,2	1.850.057	91,5	1.392.525	68,8	772.297	38,2	475.506	23,5
	1998	2.059.779	2.016.950	97,9	1.905.189	92,5	1.403.712	68,1	805.101	39,1	459.970	22,3
Espírito Santo												
	1997	344.433	338.022	98,1	319.092	92,6	155.032	45,0	118.648	34,4	35.010	10,2
	1998	341.044	337.349	98,9	321.891	94,4	157.233	46,1	116.138	34,1	29.148	8,5
Rio de Janeiro												
	1997	1.235.445	1.228.629	99,4	1.227.311	99,3	820.973	66,5	606.891	49,1	209.965	17,0
	1998	1.314.721	1.305.531	99,3	1.306.780	99,4	863.117	65,7	638.125	48,5	202.521	15,4
São Paulo												
	1997	3.330.696	3.322.409	99,8	3.325.372	99,8	2.295.472	68,9	2.763.744	83,0	1.070.957	32,2
	1998	3.194.512	3.187.138	99,8	3.190.204	99,9	2.184.281	68,4	2.575.823	80,6	919.162	28,8
Sul												
	1997	2.446.789	2.434.886	99,5	2.407.861	98,4	1.620.599	66,2	1.294.450	52,9	684.210	28,0
	1998	2.432.863	2.426.032	99,7	2.404.982	98,9	1.749.480	71,9	1.324.872	54,5	670.308	27,6
Paraná												
	1997	977.687	971.642	99,4	957.152	97,9	554.725	56,7	488.765	50,0	177.773	18,2
	1998	972.458	970.201	99,8	959.152	98,6	635.675	65,4	493.503	50,7	164.136	16,9
Santa Catarina												
	1997	549.219	547.017	99,6	542.631	98,8	341.558	62,2	332.980	60,6	145.427	26,5
	1998	543.897	542.621	99,8	539.350	99,2	365.321	67,2	338.060	62,2	158.506	29,1
R. G. do Sul												
	1997	919.883	916.227	99,6	908.078	98,7	724.316	78,7	472.705	51,4	361.010	39,2
	1998	916.508	913.210	99,6	906.480	98,9	748.484	81,7	493.309	53,8	347.666	37,9
Centro-Oeste												
	1997	1.392.889	1.378.965	99,0	1.317.938	94,6	686.766	49,3	634.944	45,6	122.159	8,8
	1998	1.403.482	1.397.395	99,6	1.338.600	95,4	670.748	47,8	637.131	45,4	113.221	8,1
M. G. do Sul												
	1997	250.204	249.981	99,9	248.955	99,5	121.068	48,4	181.160	72,4	28.475	11,4
	1998	260.995	260.934	100,0	259.818	99,5	118.470	45,4	191.273	73,3	24.607	9,4
Mato Grosso												
	1997	315.195	306.838	97,3	277.327	88,0	111.002	35,2	164.407	52,2	20.326	6,4
	1998	318.778	315.002	98,8	284.795	89,3	118.063	37,0	164.605	51,6	18.431	5,8
Goiás												
	1997	618.447	613.771	99,2	582.744	94,2	263.029	42,5	197.743	32,0	35.393	5,7
	1998	625.226	623.424	99,7	595.511	95,2	248.195	39,7	177.390	28,4	32.434	5,2
Distrito Federal												
	1997	209.043	208.375	99,7	208.912	99,9	191.667	91,7	91.634	43,8	37.965	18,2
	1998	198.483	198.035	99,8	198.476	100,0	186.020	93,7	103.863	52,3	37.749	19,0

Fonte: MEC/INEP/SEEC

11.3 - Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série - Matrícula e Percentual de Alunos atendidos em Escolas com Abastecimento de Água, Energia Elétrica, Quadra de Esporte e Laboratório de Ciências - 1997-98

(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Matrícula Inicial do Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série											
	Total	Abastecimento de Água		Abastecimento de Energia Elétrica		Biblioteca		Quadra de Esporte		Laboratório de Ciências		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
Brasil												
	1997	13.661.260	13.583.029	99,4	13.605.265	99,6	10.294.784	75,1	9.561.466	70,0	5.321.024	38,9
	1998	14.459.224	14.390.484	99,5	14.409.787	99,7	10.901.525	75,4	9.940.336	68,7	5.260.672	36,4
Norte												
	1997	924.800	912.594	98,7	905.430	97,9	610.450	66,0	523.152	56,6	121.816	13,2
	1998	972.928	967.321	99,4	953.007	98,0	660.927	68,2	552.706	56,8	100.040	10,3
Rorodônia	1997	110.858	110.184	99,6	105.408	95,3	94.742	85,6	67.283	60,8	21.124	19,1
	1998	122.853	122.390	99,8	114.492	93,3	104.535	85,2	74.623	60,8	16.438	13,4
Acre	1997	42.359	40.856	95,1	41.551	96,7	29.669	69,1	18.884	44,0	4.053	9,4
	1998	42.118	40.988	97,3	41.242	97,9	26.641	63,3	19.445	46,2	3.403	8,1
Amazonas	1997	226.877	225.164	99,2	225.253	99,3	147.875	65,2	125.632	55,4	22.213	9,8
	1998	236.822	235.636	99,5	235.378	99,4	170.996	72,2	129.666	54,8	14.361	6,1
Roraima	1997	23.081	23.078	100,0	22.778	98,7	19.545	84,7	15.060	65,2	12.615	54,7
	1998	24.172	23.947	99,1	23.721	98,1	21.280	88,0	15.530	64,2	14.525	60,1
Pará	1997	364.969	358.334	98,2	355.260	97,3	208.134	57,0	227.318	62,3	47.469	13,0
	1998	382.068	379.570	99,3	374.053	97,9	215.680	56,5	238.040	62,3	37.251	9,7
Amapá	1997	39.488	39.400	99,8	39.275	99,5	36.079	91,4	27.198	68,9	7.699	19,5
	1998	41.320	41.122	99,5	41.134	99,5	36.126	87,4	27.175	65,8	7.753	18,8
Tocantins	1997	116.568	115.578	99,2	115.903	99,4	74.405	63,8	41.777	35,8	6.673	5,7
	1998	123.775	123.658	99,9	122.986	99,4	88.669	71,6	48.257	39,0	6.309	5,1
Nordeste												
	1997	3.476.487	3.443.293	99,0	3.458.253	99,5	2.000.598	57,5	1.730.744	49,8	487.825	14,0
	1998	3.858.154	3.822.029	99,1	3.841.115	99,6	2.239.009	58,0	1.862.153	48,3	465.278	12,1
Maranhão	1997	393.194	387.920	98,7	391.585	99,6	126.810	32,3	152.312	38,7	19.655	5,0
	1998	429.880	426.109	99,1	427.641	99,5	157.463	36,6	156.469	36,4	22.195	5,2
Piauí	1997	148.927	146.971	98,7	147.296	98,9	71.449	48,0	57.787	38,8	35.004	23,5
	1998	170.542	169.121	99,2	168.563	98,8	82.353	48,3	69.596	40,8	31.005	18,2
Ceará	1997	536.848	525.498	97,9	529.536	98,6	338.474	63,0	297.010	55,3	64.548	12,0
	1998	587.981	573.473	97,5	582.066	99,0	383.715	65,3	322.191	54,8	60.239	10,2
R. G. do Norte	1997	218.451	216.110	98,9	218.200	99,9	145.895	66,8	94.116	43,1	34.003	15,6
	1998	238.477	237.619	99,6	238.314	99,9	166.652	69,9	102.421	42,9	29.166	12,2
Paraíba	1997	241.818	241.579	99,9	241.818	100,0	140.617	58,1	124.734	51,6	50.915	21,1
	1998	260.728	258.710	99,2	260.728	100,0	154.122	59,1	126.049	48,3	49.197	18,9
Pernambuco	1997	660.391	659.264	99,8	660.160	100,0	473.549	71,7	362.565	54,9	89.412	13,5
	1998	694.755	694.384	99,9	694.534	100,0	493.954	71,1	379.719	54,7	96.050	13,8
Alagoas	1997	174.743	173.764	99,4	174.743	100,0	98.599	56,4	70.191	40,2	22.318	12,8
	1998	188.355	188.681	99,9	188.955	100,0	106.793	56,5	62.961	33,3	19.136	10,1

11.3 - Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série - Matrícula e Percentual de Alunos atendidos em Escolas com Abastecimento de Água, Energia Elétrica, Quadra de Esporte e Laboratório de Ciências - 1997-98

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano	Matrícula Inicial do Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série										
	Total	Abastecimento de Água		Abastecimento de Energia Elétrica		Biblioteca		Quadra de Esporte		Laboratório de Ciências	
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Sergipe											
1997	131.888	131.888	100,0	131.888	100,0	74.891	56,8	64.321	48,8	26.814	20,3
1998	142.500	142.500	100,0	142.491	100,0	75.382	52,9	67.561	47,4	25.341	17,8
Bahia											
1997	970.227	960.299	99,0	963.027	99,3	530.314	54,7	507.708	52,3	145.156	15,0
1998	1.144.336	1.131.432	98,9	1.137.823	99,7	618.575	54,1	575.186	50,3	132.979	11,6
Sudeste											
1997	6.087.417	6.059.908	99,5	6.072.632	99,8	5.099.979	83,8	4.915.248	80,7	3.349.102	55,0
1998	6.339.758	6.318.281	99,7	6.332.604	99,9	5.293.349	83,5	5.054.949	79,7	3.311.700	52,2
Minas Gerais											
1997	1.649.495	1.632.034	98,9	1.635.031	99,1	1.460.845	88,6	1.069.063	64,8	937.227	56,8
1998	1.797.774	1.790.797	99,6	1.790.916	99,6	1.605.556	89,3	1.165.023	64,8	977.046	54,3
Espírito Santo											
1997	269.832	269.832	100,0	269.571	99,9	202.111	74,9	172.329	63,9	64.266	23,8
1998	278.515	278.515	100,0	278.467	100,0	210.713	75,7	170.799	61,3	62.998	22,6
Rio de Janeiro											
1997	1.014.851	1.009.104	99,4	1.014.813	100,0	822.879	81,1	725.839	71,5	391.107	38,5
1998	1.063.143	1.055.082	99,2	1.062.909	100,0	870.912	81,9	766.731	72,1	385.298	36,2
São Paulo											
1997	3.153.239	3.148.938	99,9	3.153.217	100,0	2.614.144	82,9	2.948.017	93,5	1.956.502	62,0
1998	3.200.326	3.193.907	99,8	3.200.312	100,0	2.606.168	81,4	2.952.396	92,3	1.886.358	58,9
Sul											
1997	2.065.478	2.064.012	99,9	2.064.389	99,9	1.833.472	88,8	1.589.981	77,0	1.127.542	54,6
1998	2.126.029	2.123.878	99,9	2.124.397	99,9	1.932.865	90,9	1.663.448	78,2	1.151.096	54,1
Paraná											
1997	814.998	814.349	99,9	814.998	100,0	714.988	87,7	674.825	82,8	453.121	55,6
1998	835.891	835.187	99,9	835.691	100,0	746.346	89,3	702.751	84,1	467.704	56,0
Santa Catarina											
1997	422.114	421.839	99,9	422.114	100,0	352.537	83,5	352.880	83,6	177.023	41,9
1998	439.383	439.488	99,9	439.983	100,0	386.279	87,8	367.364	83,5	197.176	44,8
R. G. do Sul											
1997	828.366	827.824	99,9	827.277	99,9	765.947	92,5	562.276	67,9	497.398	60,0
1998	850.355	849.203	99,9	848.723	99,8	800.240	94,1	593.333	69,8	486.216	57,2
Centro-Oeste											
1997	1.107.278	1.103.222	99,6	1.104.561	99,8	750.285	67,8	802.341	72,5	234.739	21,2
1998	1.162.355	1.158.975	99,7	1.158.664	99,7	772.376	66,4	807.050	69,4	232.558	20,0
M. G. do Sul											
1997	190.550	190.550	100,0	190.531	100,0	121.324	63,7	169.943	89,2	39.450	20,7
1998	198.881	198.881	100,0	198.865	100,0	118.373	59,5	176.864	88,9	34.067	17,5
Mato Grosso											
1997	230.473	228.856	99,3	228.133	99,0	123.411	53,6	177.779	77,1	29.455	12,8
1998	239.183	237.946	99,5	235.936	98,6	139.629	58,1	181.581	75,9	25.805	10,8
Goiás											
1997	487.704	486.785	99,8	487.316	99,9	314.020	64,4	299.989	61,5	67.512	13,8
1998	510.722	509.938	99,8	510.294	99,9	311.053	60,9	283.465	55,5	74.402	14,6
Distrito Federal											
1997	198.581	197.031	99,2	198.581	100,0	191.530	96,4	154.630	77,9	98.322	49,5
1998	213.569	212.210	99,4	213.569	100,0	203.321	95,2	165.140	77,3	97.484	45,6

Fonte: MEC/INEP/SEEC

11.4 - Ensino Médio - Matrícula e Percentual de Alunos atendidos em Escolas com Abastecimento de Água, Energia Elétrica, Quadra de Esportes ou Laboratório de Ciências - 1997-98

(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Matrícula Inicial do Ensino Médio											
	Total	Abastecimento de Água		Abastecimento de Energia Elétrica		Biblioteca		Quadra de Esporte		Laboratório de Ciências		
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
Bras. I												
	1997	6.405.057	6.387.055	99,7	6.393.598	99,8	5.608.834	87,6	5.207.346	81,3	3.907.798	61,0
	1998	6.968.531	6.956.303	99,8	6.966.066	100,0	6.098.513	87,5	5.641.497	81,0	3.945.358	56,6
Norte												
Rorôônia	1997	435.160	432.317	99,3	433.416	99,6	342.696	78,8	310.016	71,2	147.415	33,9
	1998	450.787	449.823	99,8	450.365	99,9	368.403	81,7	315.632	70,0	107.357	23,8
Acre	1997	38.589	38.589	100,0	38.295	99,2	36.430	94,4	30.596	79,3	14.822	38,4
	1998	40.766	40.766	100,0	40.434	99,2	39.796	97,6	32.555	79,9	11.267	27,6
Amazonas	1997	17.551	17.261	98,3	17.551	100,0	15.181	86,5	6.965	39,7	6.012	34,3
	1998	20.186	19.716	97,7	20.186	100,0	16.503	81,8	8.131	40,3	1.619	8,0
Roraima	1997	93.193	93.057	99,9	92.974	99,8	73.010	78,3	60.548	65,0	35.973	38,6
	1998	96.391	96.044	99,6	96.391	100,0	80.554	83,6	60.087	62,3	21.353	22,2
Pará	1997	13.781	13.781	100,0	13.781	100,0	13.290	96,4	12.050	87,4	11.334	82,2
	1998	15.995	15.945	99,7	15.995	100,0	15.782	98,7	13.409	83,8	13.473	84,2
Amapá	1997	199.759	197.528	98,9	198.528	99,4	140.343	70,3	152.904	76,5	58.614	29,3
	1998	192.815	192.718	99,9	192.725	100,0	138.187	71,7	143.494	74,4	38.769	20,1
Tocantins	1997	22.849	22.849	100,0	22.849	100,0	21.795	95,4	18.739	82,0	11.826	51,8
	1998	27.232	27.232	100,0	27.232	100,0	26.209	96,2	22.486	82,6	10.812	39,7
	1997	49.438	49.252	99,6	49.438	100,0	42.645	86,3	28.214	57,1	8.834	17,9
	1998	57.402	57.402	100,0	57.402	100,0	51.364	89,5	35.470	61,8	10.064	17,5
Nordeste												
Maranhão	1997	1.353.691	1.349.831	99,7	1.352.330	99,9	1.063.978	78,6	911.208	67,3	453.821	33,5
	1998	1.515.169	1.510.501	99,7	1.513.627	99,9	1.187.173	78,4	1.025.648	67,7	442.867	29,2
Piauí	1997	144.667	144.499	99,9	144.567	99,9	81.553	56,4	72.333	50,0	35.743	24,7
	1998	164.221	163.765	99,7	164.221	100,0	94.717	57,7	83.808	51,0	38.272	23,3
Ceará	1997	63.518	63.370	99,8	63.370	99,8	50.137	78,9	37.240	58,6	31.237	49,2
	1998	74.466	74.390	99,9	74.466	100,0	54.320	72,9	45.532	61,1	32.835	44,1
R. G. do Norte	1997	201.820	200.720	99,5	201.324	99,8	168.981	83,7	154.998	76,8	60.093	29,8
	1998	222.638	221.504	99,5	222.570	100,0	183.155	82,3	169.946	76,3	54.665	24,6
Paraíba	1997	89.655	89.585	99,9	89.655	100,0	71.548	79,8	50.296	56,1	38.208	42,6
	1998	103.259	103.259	100,0	103.259	100,0	80.392	77,9	56.953	55,2	36.196	35,1
Pernambuco	1997	89.262	89.262	100,0	89.262	100,0	68.000	76,2	58.934	66,0	37.059	41,5
	1998	95.928	95.725	99,8	95.928	100,0	76.252	79,5	61.899	64,5	35.158	36,7
Alagoas	1997	282.542	282.260	99,9	282.542	100,0	244.997	86,7	199.971	70,8	88.264	31,2
	1998	302.537	302.520	100,0	302.537	100,0	259.640	85,8	214.395	70,9	86.708	28,7
	1997	61.169	61.169	100,0	61.169	100,0	50.906	83,2	39.105	63,9	18.690	30,6
	1998	67.733	67.599	99,8	67.733	100,0	59.809	88,3	37.637	55,6	17.799	26,3

11.4 - Ensino Médio - Matrícula e Percentual de Alunos atendidos em Escolas com Abastecimento de Água, Energia Elétrica, Quadra de Esportes ou Laboratório de Ciências - 1997-98

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano		Matrícula Inicial do Ensino Médio										
		Abastecimento de Água		Abastecimento de Energia Elétrica		Biblioteca		Quadra de Esporte		Laboratório de Ciências		
		Total										
		Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	
Sergipe												
	1997	50.802	50.802	100,0	50.802	100,0	40.817	80,3	36.659	72,2	26.068	51,3
	1998	55.093	55.093	100,0	55.093	100,0	40.808	74,1	36.831	66,9	21.676	39,3
Bahia												
	1997	370.256	368.164	99,4	369.639	99,6	287.028	77,5	281.670	76,1	118.459	32,0
	1998	429.291	426.646	99,4	427.820	99,7	333.070	77,6	318.595	74,2	119.558	27,8
Sudeste												
	1997	3.140.823	3.130.941	99,7	3.132.508	99,7	2.843.331	90,5	2.720.779	86,6	2.254.533	71,8
	1998	3.385.659	3.379.999	99,8	3.385.179	100,0	3.054.267	90,2	2.928.367	86,5	2.298.342	67,9
Minas Gerais												
	1997	660.575	652.115	98,7	652.271	98,7	622.222	94,2	495.551	75,0	472.897	71,6
	1998	728.451	727.647	99,9	728.061	99,9	700.113	96,1	562.633	77,2	537.302	73,8
Espírito Santo												
	1997	136.166	136.166	100,0	136.166	100,0	120.778	88,7	104.824	77,0	59.166	43,5
	1998	151.795	151.795	100,0	151.795	100,0	140.227	92,4	113.571	74,8	60.225	39,7
Rio de Janeiro												
	1997	525.794	524.586	99,8	525.794	100,0	450.924	85,8	407.340	77,5	255.176	48,5
	1998	583.521	579.714	99,3	583.431	100,0	496.124	85,0	459.849	78,8	270.946	46,4
São Paulo												
	1997	1.818.288	1.818.074	100,0	1.818.277	100,0	1.649.407	90,7	1.713.054	94,2	1.467.294	80,7
	1998	1.921.892	1.920.843	99,9	1.921.892	100,0	1.717.803	89,4	1.792.314	93,3	1.429.869	74,4
Sul												
	1997	1.018.324	1.018.255	100,0	1.018.324	100,0	983.271	96,6	885.172	86,9	860.302	84,5
	1998	1.115.919	1.115.786	100,0	1.115.898	100,0	1.087.536	97,5	974.162	87,3	904.648	81,1
Paraná												
	1997	426.306	426.237	100,0	426.306	100,0	414.686	97,3	379.901	89,1	379.257	89,0
	1998	463.150	463.048	100,0	463.160	100,0	447.630	96,6	409.355	88,4	390.830	84,4
Santa Catarina												
	1997	204.535	204.535	100,0	204.535	100,0	194.217	95,0	185.656	90,8	144.029	70,4
	1998	221.977	221.977	100,0	221.977	100,0	215.566	97,1	199.056	89,7	155.186	69,9
R. G. do Sul												
	1997	387.483	387.483	100,0	387.483	100,0	374.368	96,6	319.605	82,5	337.016	87,0
	1998	430.782	430.751	100,0	430.761	100,0	424.340	98,5	365.741	84,9	358.632	83,3
Centro-Oeste												
	1997	457.059	455.711	99,7	457.020	100,0	375.558	82,2	380.171	83,2	191.727	41,9
	1998	500.997	500.194	99,8	500.997	100,0	401.132	80,1	397.688	79,4	192.144	38,4
M. G. do Sul												
	1997	79.756	79.756	100,0	79.756	100,0	59.201	74,2	75.414	94,6	32.225	40,4
	1998	84.364	84.364	100,0	84.364	100,0	59.605	70,7	80.378	95,3	28.128	33,3
Mato Grosso												
	1997	80.920	80.274	99,2	80.881	100,0	62.486	77,2	72.344	89,4	19.828	24,5
	1998	87.113	86.811	99,7	87.113	100,0	69.698	80,0	73.857	84,8	16.945	19,5
Goiás												
	1997	193.980	193.984	100,0	193.980	100,0	152.321	78,5	142.588	73,5	50.260	25,9
	1998	217.318	216.817	99,8	217.318	100,0	161.531	74,3	144.654	66,6	61.326	28,2
Distrito Federal												
	1997	102.403	101.797	99,4	102.403	100,0	101.550	99,2	89.825	87,7	89.414	87,3
	1998	112.202	112.202	100,0	112.202	100,0	110.298	98,3	98.819	88,1	85.745	76,4

Fonte: MEC/INEP/SEEC

12.1 - Taxas de Escolarização Bruta e Líquida e Taxa de Atendimento - 1998

Unidade da Federação	Taxas de Escolarização				Taxa de Atendimento	
	Ensino Fundamental		Ensino Médio		7 a 14 anos	15 a 17 anos
	Bruta	Líquida	Bruta	Líquida		
Brasil	128,1	95,3	68,1	30,8	95,8	81,1
Norte	133,6	90,4	52,7	15,2	93,8	71,7
Rondônia	126,9	90,5	46,7	19,5	92,9	64,7
Acre	138,6	89,8	55,9	18,3	92,6	73,2
Amazonas	127,7	88,1	52,3	14,9	93,7	73,4
Roraima	133,6	92,6	84,2	25,1	96,8	66,4
Pará	130,9	91,5	46,1	12,9	95,3	71,0
Amapá	141,3	91,3	88,7	22,8	93,4	69,0
Tocantins	165,6	92,7	71,3	16,6	96,4	81,1
Nordeste	147,4	90,0	46,0	14,5	92,4	73,3
Maranhão	148,5	88,0	39,0	12,7	92,2	78,1
Piauí	133,3	91,1	35,7	10,7	92,6	67,7
Ceará	140,0	89,8	46,9	17,0	93,6	78,1
R. G. do Norte	146,3	91,5	58,1	19,3	93,5	72,4
Paraíba	145,2	91,9	40,3	13,8	94,9	75,6
Pernambuco	146,5	91,2	58,4	19,4	94,0	71,4
Alagoas	132,4	86,3	34,7	11,5	88,8	70,1
Sergipe	135,5	90,1	47,2	12,5	94,0	81,1
Bahia	161,4	91,9	45,2	12,3	94,8	74,6
Sudeste	134,5	97,4	84,5	42,5	97,7	85,9
Minas Gerais	153,6	97,4	67,7	29,2	97,6	81,1
Espírito Santo	133,2	94,5	81,5	39,5	97,5	78,9
Rio de Janeiro	131,2	96,7	80,0	36,8	97,8	82,7
São Paulo	126,5	98,2	95,3	51,9	98,4	93,4
Sul	124,0	96,2	80,0	44,8	96,9	84,3
Paraná	124,2	97,0	83,9	44,0	97,7	83,1
Santa Catarina	125,3	96,8	74,5	44,1	96,9	79,0
R. G. do Sul	123,1	95,7	79,1	46,0	97,6	88,5
Centro-Oeste	140,6	93,9	72,2	31,0	95,8	85,9
M. G. do Sul	131,5	94,4	67,2	32,2	95,2	82,1
Mato Grosso	135,4	93,7	57,4	26,5	95,5	77,3
Goiás	148,2	95,9	70,9	26,4	97,2	85,3
Distrito Federal	138,4	97,9	82,6	39,7	98,9	92,1

Fonte: MEC/INEP/SEEC

13.1 - Distribuição da Matrícula por Nível/Grau de Ensino segundo o Sexo - 1998 *{Continua}*

Unidade da Federação/ Sexo		Nível/Grau de Ensino				
		Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Superior
		Total	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série		
Brasil						
	Homens	18.251.564	11.153.405	7.098.159	3.074.169	955.930
	Mulheres	17.540.990	10.179.925	7.361.065	3.894.362	1.170.028
Norte						
	Homens	1.618.100	1.160.441	457.659	190.332	38.118
	Mulheres	1.589.780	1.074.511	515.269	260.455	46.959
Rondônia	Homens	158.699	97.761	60.938	16.986	3.812
	Mulheres	150.293	88.578	61.715	23.780	5.494
Acre	Homens	70.672	50.948	19.724	8.270	1.664
	Mulheres	69.504	47.110	22.394	11.916	1.850
Amazonas	Homens	320.555	207.629	112.926	41.287	9.863
	Mulheres	317.748	193.852	123.896	55.104	10.233
Roraima	Homens	34.153	22.506	11.647	7.038	1.596
	Mulheres	32.456	19.931	12.525	8.957	1.751
Pará	Homens	796.385	621.967	174.418	81.446	17.255
	Mulheres	788.854	581.204	207.650	111.369	21.647
Amapá	Homens	61.472	42.209	19.263	11.499	1.214
	Mulheres	60.920	38.863	22.057	15.733	1.499
Tocantins	Homens	176.164	117.421	58.743	23.806	2.714
	Mulheres	170.005	104.973	65.032	33.596	4.485
Nordeste						
	Homens	6.159.713	4.385.152	1.774.561	618.566	138.393
	Mulheres	6.050.418	3.966.825	2.083.593	896.603	171.766
Maranhão	Homens	813.845	618.000	195.845	67.610	9.027
	Mulheres	792.382	558.347	234.035	96.611	11.449
Piauí	Homens	365.862	291.682	74.180	28.944	7.686
	Mulheres	365.385	269.023	96.362	45.522	8.688
Ceará	Homens	933.974	663.014	270.960	92.491	21.567
	Mulheres	908.263	591.242	317.021	130.147	24.929
R. G. do Norte	Homens	329.730	219.338	110.392	43.985	11.408
	Mulheres	320.981	192.896	128.085	59.274	12.983
Paraíba	Homens	446.507	328.895	117.612	37.230	16.167
	Mulheres	436.361	293.245	143.116	58.698	19.420
Pernambuco	Homens	914.899	587.872	327.027	122.061	30.429
	Mulheres	903.580	535.852	367.728	180.476	40.391
Alagoas	Homens	345.688	258.543	87.145	27.952	7.284
	Mulheres	342.597	240.787	101.810	39.781	10.354

13.1 - Distribuição da Matrícula por Nível/Grau de Ensino segundo o Sexo - 1998
(em mil unidades)

Unidade da Federação/ Sexo		Nível/Grau de Ensino				
		Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Superior
		Total	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série		
Sergipe						
	Homens	219.633	155.259	64.374	22.286	6.439
	Mulheres	216.998	138.872	78.126	32.807	7.800
Bahia						
	Homens	1.789.575	1.262.549	527.026	176.007	28.386
	Mulheres	1.763.871	1.146.561	617.310	253.287	35.752
Sudeste						
	Homens	6.798.734	3.600.609	3.198.125	1.543.755	522.711
	Mulheres	6.451.080	3.309.447	3.141.633	1.841.904	625.293
Minas Gerais						
	Homens	1.978.695	1.075.871	902.824	315.568	86.300
	Mulheres	1.878.858	983.908	894.950	412.883	112.815
Espírito Santo						
	Homens	317.766	178.858	138.908	68.354	13.735
	Mulheres	301.793	162.186	139.607	83.441	17.735
Rio de Janeiro						
	Homens	1.210.098	685.417	524.681	260.285	108.404
	Mulheres	1.167.766	629.304	538.462	323.236	130.309
São Paulo						
	Homens	3.292.175	1.660.463	1.631.712	899.548	314.272
	Mulheres	3.102.663	1.534.049	1.568.614	1.022.344	364.434
Sul						
	Homens	2.362.973	1.272.890	1.090.083	508.166	188.437
	Mulheres	2.195.919	1.159.973	1.035.946	607.753	230.696
Paraná						
	Homens	938.119	508.087	430.032	212.044	63.567
	Mulheres	870.030	464.371	405.659	251.116	77.552
Santa Catarina						
	Homens	511.856	285.803	226.053	102.587	38.137
	Mulheres	472.024	258.094	213.930	119.390	44.829
R. G. do Sul						
	Homens	912.998	479.000	433.998	193.535	86.733
	Mulheres	853.865	437.508	416.357	237.247	108.315
Centro-Oeste						
	Homens	1.312.044	734.313	577.731	213.350	68.271
	Mulheres	1.253.793	669.169	584.624	287.647	95.314
M. G. do Sul						
	Homens	236.618	136.400	100.218	36.525	13.957
	Mulheres	223.258	124.595	98.663	47.839	18.968
Mato Grosso						
	Homens	286.567	167.381	119.186	38.709	11.882
	Mulheres	271.394	151.397	119.997	48.404	18.454
Goiás						
	Homens	581.773	328.295	253.478	90.977	20.522
	Mulheres	554.175	296.931	257.244	126.341	32.255
Distrito Federal						
	Homens	207.086	102.237	104.849	47.139	21.910
	Mulheres	204.966	96.246	108.720	65.063	25.637

Fonte: MEC/INEP/SEEC

13.2 - Distribuição Percentual da Matrícula por Nível/Grau de Ensino segundo o Sexo - 1998 (Continua)

Unidade da Federação/ Sexo		Nível/Grau de Ensino				
		Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Superior
		Total	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série		
Brasil						
	Homens	51,0	52,3	49,1	44,1	45,0
	Mulheres	49,0	47,7	50,9	55,9	55,0
Norte						
Rondônia	Homens	50,4	51,9	47,0	42,2	44,8
	Mulheres	49,6	48,1	53,0	57,8	55,2
	Homens	51,4	52,5	49,7	41,7	41,0
	Mulheres	48,6	47,5	50,3	58,3	59,0
Acre	Homens	50,4	52,0	46,8	41,0	47,4
	Mulheres	49,6	48,0	53,2	59,0	52,6
Amazonas	Homens	50,2	51,7	47,7	42,8	49,1
	Mulheres	49,8	48,3	52,3	57,2	50,9
Roraima	Homens	51,3	53,0	48,2	44,0	47,7
	Mulheres	48,7	47,0	51,8	56,0	52,3
Pará	Homens	50,2	51,7	45,7	42,2	44,4
	Mulheres	49,8	48,3	54,3	57,8	55,6
Amapá	Homens	50,2	52,1	46,6	42,2	44,7
	Mulheres	49,8	47,9	53,4	57,8	55,3
Tocantins	Homens	50,9	52,8	47,5	41,5	37,7
	Mulheres	49,1	47,2	52,5	58,5	62,3
Nordeste						
Maranhão	Homens	50,4	52,5	46,0	40,8	44,6
	Mulheres	49,6	47,5	54,0	59,2	55,4
	Homens	50,7	52,5	45,6	41,2	44,1
	Mulheres	49,3	47,5	54,4	58,8	55,9
Piauí	Homens	50,0	52,0	43,5	38,9	46,9
	Mulheres	50,0	48,0	56,5	61,1	53,1
Ceará	Homens	50,7	52,9	46,1	41,5	46,4
	Mulheres	49,3	47,1	53,9	58,5	53,6
R. G. do Norte	Homens	50,7	53,2	46,3	42,6	46,8
	Mulheres	49,3	46,8	53,7	57,4	53,2
Paraíba	Homens	50,6	52,9	45,1	38,8	45,4
	Mulheres	49,4	47,1	54,9	61,2	54,6
Pernambuco	Homens	50,3	52,3	47,1	40,3	43,0
	Mulheres	49,7	47,7	52,9	59,7	57,0
Alagoas	Homens	50,2	51,8	46,1	41,3	41,3
	Mulheres	49,8	48,2	53,9	58,7	58,7

13.2 - Distribuição Percentual da Matrícula por Nível/Grau de Ensino segundo o Sexo - 1998 (Continuação)

Unidade da Federação/ Sexo		Nível/Grau de Ensino				
		Ensino Fundamental			Ensino Médio	Ensino Superior
		Total	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série		
Sergipe						
	Homens	50,3	52,8	45,2	40,5	45,2
	Mulheres	49,7	47,2	54,8	59,5	54,8
Bahia						
	Homens	50,4	52,4	46,1	41,0	44,3
	Mulheres	49,6	47,6	53,9	59,0	55,7
Sudeste						
	Homens	51,3	52,1	50,4	45,6	45,5
	Mulheres	48,7	47,9	49,6	54,4	54,5
Minas Gerais						
	Homens	51,3	52,2	50,2	43,3	43,3
	Mulheres	48,7	47,8	49,8	56,7	56,7
Espírito Santo						
	Homens	51,3	52,4	49,9	45,0	43,6
	Mulheres	48,7	47,6	50,1	55,0	56,4
Rio de Janeiro						
	Homens	50,9	52,1	49,4	44,6	45,4
	Mulheres	49,1	47,9	50,6	55,4	54,6
São Paulo						
	Homens	51,5	52,0	51,0	46,8	46,3
	Mulheres	48,5	48,0	49,0	53,2	53,7
Sul						
	Homens	51,8	52,3	51,3	45,5	45,0
	Mulheres	48,2	47,7	48,7	54,5	55,0
Paraná						
	Homens	51,9	52,2	51,5	45,8	45,0
	Mulheres	48,1	47,8	48,5	54,2	55,0
Santa Catarina						
	Homens	52,0	52,5	51,4	46,2	46,0
	Mulheres	48,0	47,5	48,6	53,8	54,0
R. G. do Sul						
	Homens	51,7	52,3	51,0	44,9	44,5
	Mulheres	48,3	47,7	49,0	55,1	55,5
Centro-Oeste						
	Homens	51,1	52,3	49,7	42,6	41,7
	Mulheres	48,9	47,7	50,3	57,4	58,3
M. G. do Sul						
	Homens	51,5	52,3	50,4	43,3	42,4
	Mulheres	48,5	47,7	49,6	56,7	57,6
Mato Grosso						
	Homens	51,4	52,5	49,8	44,4	39,2
	Mulheres	48,6	47,5	50,2	55,6	60,8
Goiás						
	Homens	51,2	52,5	49,6	41,9	38,9
	Mulheres	48,8	47,5	50,4	58,1	61,1
Distrito Federal						
	Homens	50,3	51,5	49,1	42,0	46,1
	Mulheres	49,7	48,5	50,9	58,0	53,9

Fonte: MEC/INEP/SEEC

14.1 - Ensino Fundamental - Taxa de Aprovação por Série - 1996-1997
(Continua)

Unidade da Federação/Ano		Taxa de Aprovação por Série (%)								
		Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil										
	1996	71,8	63,2	72,1	77,2	81,1	63,6	71,2	75,7	81,1
	1997	76,0	65,0	75,6	81,3	84,3	71,6	76,9	80,4	84,7
Norte										
	1996	60,9	51,2	63,2	67,6	71,2	52,0	61,8	66,5	74,2
	1997	64,4	52,9	65,9	70,4	74,0	61,2	69,4	72,3	76,6
Rondônia										
	1996	68,5	59,3	76,7	79,8	80,5	54,3	60,7	67,5	72,7
	1997	71,6	62,0	79,1	81,9	82,8	61,0	64,7	68,6	74,6
Acre										
	1996	63,1	47,5	65,2	71,8	77,3	58,8	68,3	70,9	78,5
	1997	63,5	46,8	66,1	73,0	75,6	62,9	69,5	72,9	79,0
Amazonas										
	1996	63,9	56,2	68,1	72,2	75,1	51,0	60,8	66,8	72,2
	1997	68,9	58,9	72,1	76,3	79,7	62,3	69,3	72,7	76,6
Roraima										
	1996	73,6	60,0	75,3	81,2	82,4	68,0	71,3	84,4	85,0
	1997	78,5	63,4	79,6	84,6	86,3	77,3	80,7	84,8	88,2
Pará										
	1996	56,6	47,7	58,1	62,4	65,9	49,7	60,1	65,4	73,7
	1997	60,1	49,3	61,4	65,3	68,8	59,2	70,1	73,1	76,7
Amapá										
	1996	66,1	65,8	60,9	71,3	76,5	54,5	64,9	67,7	73,3
	1997	71,2	69,0	63,9	75,0	79,8	63,9	73,6	78,3	79,2
Tocantins										
	1996	61,8	52,6	63,8	65,9	71,3	52,9	65,1	62,8	77,8
	1997	64,1	53,8	64,3	67,6	72,0	60,9	68,1	68,6	74,3
Nordeste										
	1996	61,8	49,1	62,1	68,3	73,1	56,8	66,8	70,7	76,4
	1997	65,8	54,5	65,7	71,1	75,8	63,7	70,8	74,4	79,3
Maranhão										
	1996	64,4	53,8	63,2	68,4	74,5	64,6	71,8	73,0	79,3
	1997	66,8	56,6	67,0	71,9	76,4	68,0	73,7	74,6	81,5
Piauí										
	1996	56,5	44,0	55,2	65,7	65,5	56,4	65,2	70,9	77,9
	1997	60,4	49,3	60,7	69,5	69,2	59,7	69,7	75,9	82,3
Ceará										
	1996	67,2	50,3	68,7	73,8	77,5	70,5	73,6	76,2	81,4
	1997	73,0	63,7	73,3	76,3	79,3	73,9	78,1	79,3	83,5
R. G. do Norte										
	1996	64,2	50,8	61,0	70,5	76,1	58,4	70,3	74,9	79,4
	1997	63,6	50,4	60,2	68,3	75,2	59,6	67,5	73,8	78,2
Paraíba										
	1996	62,4	52,6	64,1	68,8	73,2	52,8	64,5	69,7	76,3
	1997	65,0	52,9	68,8	73,4	77,8	59,1	68,3	74,0	79,4
Pernambuco										
	1996	60,6	50,2	61,8	66,8	72,2	50,4	63,2	68,0	72,6
	1997	65,1	53,8	65,8	71,2	76,1	57,8	66,6	72,0	76,3
Alagoas										
	1996	53,0	40,2	52,3	60,0	66,6	50,8	60,4	64,8	69,7
	1997	54,5	41,4	54,1	61,6	67,4	56,6	63,2	67,5	71,5
Sergipe										
	1996	53,4	37,4	54,7	63,1	67,8	49,6	58,8	64,1	72,1
	1997	62,0	44,4	62,0	69,5	74,4	62,1	73,0	77,1	78,9

14.1 - Ensino Fundamental - Taxa de Aprovação por Série - 1996-1997

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano		Taxa de Aprovação por Série (%)								
		Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Bahia										
	1996	61,7	49,5	62,6	68,2	73,4	54,8	66,1	69,7	75,7
	1997	66,4	55,6	65,2	70,2	76,0	64,9	71,1	74,0	79,3
Sudeste										
	1996	80,9	85,1	80,2	84,2	88,1	70,2	76,4	80,7	85,1
	1997	86,3	86,3	85,7	90,2	91,9	79,5	83,3	85,5	88,7
Minas Gerais										
	1996	80,2	82,2	88,7	82,5	87,3	65,1	74,8	79,0	84,4
	1997	86,6	84,9	91,5	92,3	92,9	78,2	81,1	83,3	87,7
Espírito Santo										
	1996	72,3	84,2	61,9	78,9	83,7	63,3	67,5	70,0	75,4
	1997	77,4	87,3	62,4	81,4	86,7	72,1	77,1	79,2	82,9
Rio de Janeiro										
	1996	75,8	74,4	80,2	81,3	80,3	62,7	74,5	76,4	80,9
	1997	76,7	73,8	79,7	81,9	81,8	65,1	75,4	77,3	81,5
São Paulo										
	1996	83,7	91,8	77,7	86,5	91,7	76,5	78,6	83,6	87,4
	1997	90,3	93,1	87,5	92,2	95,5	86,3	87,3	89,6	91,8
Sul										
	1996	76,8	74,0	80,6	84,4	84,5	66,3	70,4	75,1	81,9
	1997	81,2	77,2	83,4	87,4	87,8	73,7	76,0	80,8	86,5
Paraná										
	1996	74,4	76,5	74,5	81,5	85,0	60,9	67,3	73,1	80,7
	1997	80,8	80,3	78,7	85,4	88,9	72,7	75,1	81,9	87,4
Santa Catarina										
	1996	79,4	72,0	83,6	85,6	86,2	69,5	76,2	80,6	86,0
	1997	82,0	75,5	85,4	87,8	88,4	73,7	78,9	82,1	87,7
R. G. do Sul										
	1996	77,8	72,8	86,0	86,7	82,9	70,4	70,5	74,4	81,0
	1997	81,3	75,2	87,8	89,2	86,3	74,8	75,5	79,3	85,0
Centro-Oeste										
	1996	69,2	64,9	73,4	76,2	79,3	57,4	64,3	69,1	74,2
	1997	72,6	66,5	75,6	78,9	82,0	64,0	68,8	73,1	77,6
M.G. do Sul										
	1996	70,5	62,2	75,7	78,0	81,7	59,7	65,6	71,7	76,8
	1997	73,0	64,3	78,3	81,1	84,5	62,7	67,3	73,9	78,9
Mato Grosso										
	1996	68,6	61,7	74,0	75,8	79,0	58,0	63,6	69,7	74,1
	1997	71,7	63,0	74,6	77,4	80,8	64,3	69,1	74,6	76,9
Goiás										
	1996	65,7	62,0	70,4	72,7	75,2	52,8	61,1	67,0	70,8
	1997	69,7	61,8	73,3	76,0	78,4	61,5	66,5	71,2	75,5
Distrito Federal										
	1996	78,3	86,8	78,2	84,8	88,8	68,0	72,2	71,2	79,3
	1997	81,5	88,3	81,6	87,2	90,9	71,9	75,6	75,0	82,0

Fonte: MEC/INEP/SEEC

14.2 - Ensino Fundamental - Taxa de Reprovação por Série - 1996-1997

(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Reprovação por Série (%)									
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	
Brasil										
	1996	13,9	18,5	16,2	12,2	9,0	16,7	13,5	10,2	7,1
	1997	11,2	17,7	13,4	8,9	6,9	12,2	9,6	7,5	5,3
Norte										
	1996	18,4	24,9	19,4	15,1	12,0	21,8	16,6	11,8	8,6
	1997	16,2	23,8	17,6	13,4	10,6	16,2	11,3	8,4	6,9
Rondônia										
	1996	15,5	23,8	12,5	9,9	8,0	20,2	18,8	13,1	10,3
	1997	13,4	21,4	11,5	8,5	7,4	16,9	14,9	11,4	9,0
Acre										
	1996	15,9	25,6	16,1	11,3	7,6	14,8	13,0	10,0	6,7
	1997	16,3	27,0	16,0	10,9	8,6	14,8	11,7	10,0	6,5
Amazonas										
	1996	16,6	25,1	18,2	14,7	11,5	18,7	14,4	10,3	7,4
	1997	14,3	24,0	15,5	12,6	9,6	13,6	9,1	7,0	5,3
Roraima										
	1996	15,1	26,4	16,2	11,2	8,2	17,3	12,9	5,5	4,5
	1997	10,8	21,1	12,5	7,5	5,2	9,7	8,7	4,5	2,8
Pará										
	1996	21,4	26,3	21,6	17,3	14,4	27,3	20,0	14,6	10,8
	1997	18,6	24,9	19,5	15,6	12,9	18,7	12,2	8,9	8,2
Amapá										
	1996	22,2	21,3	29,6	19,4	14,0	31,4	22,0	16,3	13,2
	1997	19,7	20,4	27,3	17,7	12,5	26,4	17,5	12,6	10,6
Tocantins										
	1996	12,6	19,3	15,9	11,6	8,3	10,5	8,6	6,4	3,9
	1997	11,6	18,2	14,7	10,2	7,4	10,2	7,8	6,2	4,7
Nordeste										
	1996	17,0	24,5	19,7	14,8	11,1	15,8	12,6	10,2	7,5
	1997	15,0	21,9	17,0	12,7	9,6	14,1	10,7	8,4	5,9
Maranhão										
	1996	16,5	23,0	18,5	14,4	10,1	14,6	11,4	10,2	6,9
	1997	14,0	19,8	15,2	11,4	8,4	12,2	8,9	8,1	5,2
Piauí										
	1996	23,8	32,3	27,1	17,4	18,6	20,3	15,8	12,1	8,4
	1997	21,6	28,7	22,6	14,9	15,8	21,3	15,7	11,5	7,5
Ceará										
	1996	11,8	16,1	15,3	11,4	8,3	9,0	8,1	6,7	5,0
	1997	9,6	14,8	11,4	8,7	6,8	6,8	5,5	4,4	3,5
R. G. do Norte										
	1996	17,0	25,6	23,2	14,9	10,5	16,0	11,3	7,8	5,7
	1997	17,3	24,5	22,3	16,1	10,9	17,7	13,7	9,5	6,1
Paraíba										
	1996	16,6	22,9	16,9	14,1	10,7	18,7	14,7	11,6	8,0
	1997	15,7	22,6	15,1	11,8	8,9	16,9	13,2	9,6	6,8
Pernambuco										
	1996	17,6	26,9	21,3	16,7	12,7	16,3	11,7	9,0	7,4
	1997	16,3	24,9	19,6	14,9	11,1	15,9	12,0	8,8	6,4
Alagoas										
	1996	23,6	33,1	27,0	20,7	16,1	18,7	14,8	12,9	10,9
	1997	20,4	28,4	22,5	17,0	12,6	17,8	13,4	10,4	7,9
Sergipe										
	1996	24,7	37,9	26,3	19,2	13,8	22,9	17,8	14,3	10,5
	1997	20,3	34,8	23,4	15,7	11,7	14,6	9,4	7,3	6,7

14.2 - Ensino Fundamental - Taxa de Reprovação por Série - 1996-1997

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano		Taxa de Reprovação por Série (%)								
		Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Bahia										
	1996	16,3	22,9	17,6	13,7	9,6	16,2	14,5	12,0	8,6
	1997	13,9	19,7	15,7	12,2	8,6	13,9	11,1	9,2	6,2
Sudeste										
	1996	10,0	6,6	13,1	10,0	6,3	15,2	11,5	8,3	5,8
	1997	6,5	7,0	8,8	4,9	3,7	9,1	7,3	5,8	4,4
Minas Gerais										
	1996	10,5	9,3	5,0	11,9	7,8	18,5	12,5	10,1	7,1
	1997	4,9	8,3	3,7	2,1	2,6	6,5	6,7	6,0	3,8
Espírito Santo										
	1996	12,7	3,0	26,2	11,9	7,6	14,8	12,4	9,9	6,5
	1997	10,0	2,5	24,0	9,9	5,6	10,2	8,4	6,4	4,5
Rio de Janeiro										
	1996	12,7	14,6	10,9	9,4	10,5	19,7	13,0	11,6	9,2
	1997	14,2	16,3	12,7	10,8	10,9	22,3	14,1	12,6	10,7
São Paulo										
	1996	8,5	1,6	16,6	9,0	3,8	11,8	10,5	6,4	4,3
	1997	4,4	2,1	8,2	4,4	1,5	5,6	5,5	3,6	2,7
Sul										
	1996	14,7	18,3	14,4	10,6	10,3	19,6	18,2	14,2	9,2
	1997	11,4	16,8	12,8	8,7	8,3	13,8	11,9	9,5	6,0
Paraná										
	1996	14,1	13,3	18,3	11,4	8,5	18,8	17,8	13,4	7,9
	1997	9,3	12,3	16,3	9,3	6,6	9,3	6,8	5,8	3,9
Santa Catarina										
	1996	13,4	20,5	11,9	9,7	8,7	18,7	14,7	10,7	7,0
	1997	11,3	18,0	10,5	8,2	7,2	15,5	12,0	9,0	5,3
R. G. do Sul										
	1996	16,1	21,8	11,3	10,2	13,1	20,8	20,3	16,7	11,5
	1997	13,6	20,6	10,0	8,5	10,5	17,5	16,6	13,2	8,5
Centro-Oeste										
	1996	14,5	18,7	15,5	12,1	9,3	18,1	15,4	12,4	8,8
	1997	12,3	16,8	13,0	10,2	7,4	15,5	12,8	10,3	7,4
M.G. do Sul										
	1996	18,4	25,8	18,1	16,1	12,6	23,2	18,8	14,1	9,7
	1997	17,5	25,3	16,8	14,2	11,0	22,6	19,2	13,4	9,5
Mato Grosso										
	1996	13,4	20,1	13,8	12,0	9,0	15,8	12,8	9,0	5,9
	1997	9,7	17,4	11,0	8,7	6,3	10,5	7,6	5,0	3,8
Goiás										
	1996	12,9	17,9	14,1	11,3	8,5	15,6	13,3	9,3	7,1
	1997	11,1	16,2	12,4	9,6	6,8	13,7	10,8	7,7	5,9
Distrito Federal										
	1996	15,9	8,0	18,5	10,2	8,4	23,1	20,5	21,5	14,8
	1997	13,4	7,1	13,6	9,7	6,8	19,8	18,5	18,7	12,9

Fonte: MEC/INEP/SEEC

14.3 - Ensino Fundamental - Taxa de Abandono por Série - 1996-1997

(Continua)

Unidade da Federação/Ano		Taxa de Abandono por Série (%)								
		Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil										
	1996	14,3	18,4	11,6	10,6	9,9	19,7	15,3	14,1	11,7
	1997	12,8	17,3	11,0	9,7	8,8	16,2	13,5	12,1	10,0
Norte										
	1996	20,7	23,8	17,4	17,3	16,9	26,2	21,6	21,7	17,2
	1997	19,4	23,4	16,5	16,2	15,5	22,7	19,3	19,3	16,5
Rondônia	1996	16,0	16,9	10,7	10,4	11,5	25,5	20,5	19,4	17,0
	1997	15,0	16,5	9,5	9,5	9,8	22,0	20,4	20,0	16,4
Acre	1996	21,0	26,9	18,6	16,9	15,0	26,4	18,7	19,1	14,8
	1997	20,1	26,2	17,9	16,1	15,8	22,3	18,8	17,0	14,5
Amazonas	1996	19,5	18,8	13,8	13,0	13,4	30,3	24,8	22,9	20,4
	1997	16,7	17,1	12,4	11,1	10,7	24,1	21,5	20,2	18,2
Roraima	1996	11,3	13,6	8,6	7,5	9,5	14,8	15,8	10,1	10,5
	1997	10,8	15,5	7,9	7,9	8,6	13,0	10,6	10,7	9,0
Pará	1996	22,0	26,1	20,3	20,2	19,7	22,9	19,9	20,0	15,5
	1997	21,3	25,9	19,0	19,1	18,3	22,1	17,7	18,0	15,1
Amapá	1996	11,8	12,9	9,5	9,3	9,5	14,1	13,1	16,0	13,6
	1997	9,1	10,7	8,8	7,3	7,8	9,7	8,9	9,0	10,3
Tocantins	1996	25,5	28,0	20,3	22,5	20,3	36,5	26,3	30,8	18,3
	1997	24,3	27,9	21,0	22,2	20,6	28,8	24,1	25,2	21,0
Nordeste										
	1996	21,2	26,4	18,1	16,9	15,8	27,4	20,5	19,1	16,1
	1997	19,2	23,6	17,3	16,2	14,6	22,2	18,5	17,2	14,8
Maranhão	1996	19,2	23,2	18,3	17,2	15,4	20,9	16,9	16,8	13,8
	1997	19,2	23,6	17,8	16,7	15,2	19,8	17,4	17,3	13,3
Piauí	1996	19,8	23,8	17,7	16,9	15,9	23,4	19,1	17,1	13,7
	1997	18,0	22,0	16,7	15,6	15,0	19,0	14,6	12,6	10,2
Ceará	1996	21,0	33,6	16,0	14,8	14,2	20,5	18,3	17,0	13,6
	1997	17,3	21,5	15,3	15,0	13,9	19,3	16,5	16,2	13,0
R. G. do Norte	1996	18,7	23,7	15,9	14,6	13,4	25,6	18,4	17,3	14,9
	1997	19,1	25,2	17,5	15,6	13,9	22,7	18,8	16,7	15,7
Paraíba	1996	21,0	24,5	19,1	17,2	16,1	28,5	20,7	18,6	15,7
	1997	19,3	24,5	16,1	14,8	13,2	24,0	18,5	16,4	13,7
Pernambuco	1996	21,8	22,9	17,0	16,5	15,0	33,3	25,1	23,0	20,0
	1997	18,6	21,3	14,6	14,0	12,8	26,3	21,4	19,2	17,2
Alagoas	1996	23,4	26,7	20,7	19,2	17,3	30,4	24,8	22,3	19,4
	1997	25,1	30,2	23,4	21,4	20,1	25,5	23,4	22,1	20,6
Sergipe	1996	21,8	24,6	19,0	17,7	18,4	27,5	23,4	21,6	17,4
	1997	17,7	20,8	14,6	14,8	13,9	23,3	17,6	15,6	14,4

14.3 - Ensino Fundamental - Taxa de Abandono por Série - 1996-1997

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano		Taxa de Abandono por Série (%)								
		Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Bahia										
	1996	22,1	27,6	19,7	18,1	17,0	29,0	19,4	18,3	15,7
	1997	19,7	24,8	19,1	17,6	15,4	21,2	17,8	16,7	14,4
Sudeste										
	1996	9,1	8,3	6,7	5,8	5,7	14,6	12,1	11,0	9,0
	1997	7,2	6,7	5,5	5,0	4,4	11,4	9,4	8,7	6,9
Minas Gerais										
	1996	9,3	8,5	6,3	5,6	4,9	16,4	12,7	10,9	8,5
	1997	8,5	6,8	4,8	5,6	4,5	15,3	12,2	10,7	8,5
Espírito Santo										
	1996	15,0	12,8	11,9	9,2	8,7	21,9	20,1	20,1	18,1
	1997	12,5	10,2	13,6	8,7	7,7	17,7	14,6	14,4	12,6
Rio de Janeiro										
	1996	11,5	11,0	8,9	9,3	9,1	17,6	12,6	12,0	9,9
	1997	9,2	9,8	7,5	7,3	7,3	12,6	10,5	10,1	7,8
São Paulo										
	1996	7,8	6,6	5,7	4,5	4,5	11,8	11,0	10,0	8,3
	1997	9,2	9,8	7,5	7,3	7,3	12,6	10,5	10,1	7,8
Sul										
	1996	8,5	7,7	5,0	5,0	5,2	14,2	11,4	10,7	9,0
	1997	7,4	6,0	3,8	3,9	4,0	12,5	12,1	9,6	7,5
Paraná										
	1996	11,4	10,3	7,2	7,1	6,5	20,2	14,9	13,5	11,4
	1997	9,9	7,5	5,1	5,3	4,5	18,0	18,1	12,2	8,7
Santa Catarina										
	1996	7,2	7,5	4,5	4,6	5,0	11,8	9,1	8,7	7,1
	1997	6,7	6,5	4,1	4,0	4,4	10,8	9,1	8,9	7,0
R. G. do Sul										
	1996	6,1	5,3	2,7	3,0	4,0	8,8	9,1	8,9	7,5
	1997	5,1	4,3	2,2	2,3	3,2	7,6	7,9	7,5	6,5
Centro-Oeste										
	1996	16,4	16,4	11,1	11,7	11,4	24,5	20,2	18,5	17,0
	1997	15,1	16,7	11,3	10,8	10,6	20,5	18,4	16,6	15,0
M.G. do Sul										
	1996	11,1	12,0	6,2	5,9	5,8	17,2	15,6	14,2	13,4
	1997	9,5	10,4	4,9	4,7	4,5	14,8	13,6	12,7	11,6
Mato Grosso										
	1996	18,0	18,2	12,2	12,2	11,9	26,3	23,6	21,3	20,1
	1997	18,5	19,5	14,4	13,8	13,0	25,2	23,3	20,4	19,3
Goiás										
	1996	21,4	20,1	15,5	16,0	16,3	31,7	25,6	23,8	22,1
	1997	19,2	21,9	14,2	14,4	14,7	24,8	22,7	21,0	18,6
Distrito Federal										
	1996	5,8	5,2	3,3	4,9	2,7	8,9	7,3	7,4	6,0
	1997	5,1	4,6	4,8	3,1	2,2	8,2	6,0	6,2	5,1

Fonte: MEC/INEP/SEEC

14.4 - Ensino Médio - Taxa de Aprovação por Série - 1996-1997 *(Continua)*

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Aprovação por Série (%)			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil				
1996	71,6	62,0	74,3	86,0
1997	76,7	69,0	78,8	87,4
Norte				
1996	64,7	53,8	70,0	81,3
1997	66,7	57,7	70,9	79,6
Rondônia				
1996	64,8	55,3	68,6	81,4
1997	67,9	61,6	67,7	82,7
Acre				
1996	69,7	59,2	75,4	77,9
1997	70,4	60,1	72,6	85,7
Amazonas				
1996	71,6	60,8	78,0	84,4
1997	74,9	64,5	78,8	88,5
Roraima				
1996	63,5	54,7	67,9	79,4
1997	70,8	62,8	75,8	83,1
Pará				
1996	60,9	50,7	65,5	77,7
1997	61,0	53,0	67,0	70,6
Amapá				
1996	60,8	45,7	66,7	84,9
1997	71,1	61,2	72,5	87,9
Tocantins				
1996	65,0	52,4	70,7	88,8
1997	67,4	57,0	70,5	86,0
Nordeste				
1996	68,4	58,3	71,6	84,6
1997	72,3	63,5	74,7	85,6
Maranhão				
1996	71,2	62,2	74,0	85,5
1997	72,9	64,2	75,0	86,5
Piauí				
1996	63,1	50,6	68,7	82,5
1997	66,5	54,5	73,5	81,7
Ceará				
1996	72,4	63,6	74,6	86,8
1997	74,6	67,2	77,0	85,8
R. G. do Norte				
1996	69,6	62,2	70,3	81,8
1997	74,9	68,1	77,3	82,2
Paraíba				
1996	69,0	61,4	69,6	82,1
1997	73,4	66,6	73,6	85,1
Pernambuco				
1996	66,1	56,0	68,3	83,9
1997	70,7	62,0	71,5	85,2
Alagoas				
1996	63,9	55,7	64,4	76,5
1997	68,2	59,9	67,3	81,7
Sergipe				
1996	64,1	52,8	68,7	83,0
1997	73,1	64,0	76,0	89,1

14.4 - Ensino Médio - Taxa de Aprovação por Série - 1996-1997
(em conclusão)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Aprovação por Série (%)			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Bahia				
1996	69,0	56,9	75,3	87,1
1997	72,8	62,7	76,7	87,3
Sudeste				
1996	75,0	66,1	77,1	87,9
1997	81,0	74,8	82,3	89,7
Minas Gerais				
1996	78,3	70,0	80,3	90,9
1997	80,8	73,6	82,4	91,1
Espírito Santo				
1996	67,7	57,9	69,7	84,9
1997	76,2	68,7	77,9	88,0
Rio de Janeiro				
1996	70,6	62,1	71,5	83,4
1997	72,9	65,8	74,5	83,4
São Paulo				
1996	75,5	66,4	77,9	88,3
1997	83,5	78,1	84,8	91,0
Sul				
1996	70,6	61,1	72,6	84,8
1997	75,6	67,0	78,2	86,5
Paraná				
1996	70,9	61,5	72,5	84,4
1997	76,2	68,3	79,0	86,6
Santa Catarina				
1996	73,0	65,5	73,0	85,3
1997	75,4	68,9	77,1	83,3
R. G. do Sul				
1996	69,0	58,2	72,5	84,9
1997	75,1	64,5	78,0	88,3
Centro-Oeste				
1996	66,1	55,7	69,6	83,4
1997	71,5	62,4	74,4	85,5
M.G. do Sul				
1996	70,5	60,5	72,3	85,2
1997	73,0	64,1	73,9	85,5
Mato Grosso				
1996	64,9	56,4	66,1	81,7
1997	71,9	63,8	71,9	86,9
Goiás				
1996	63,6	52,6	68,3	82,2
1997	70,4	61,1	74,2	84,6
Distrito Federal				
1996	68,4	57,9	72,9	85,9
1997	72,2	62,6	77,1	86,2

Fonte: MEC/INEP/SEEC

14.5 - Ensino Médio - Taxa de Reprovação por Série - 1996-1997
(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Reprovação por Série (%)			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil				
1996	9,5	13,3	8,3	4,2
1997	7,3	10,3	6,2	3,5
Norte				
1996	10,6	13,9	9,0	5,8
1997	7,8	9,8	7,0	4,6
Rondônia				
1996	11,6	14,4	10,0	7,4
1997	9,9	12,7	8,5	5,8
Acre				
1996	6,7	9,5	5,5	3,7
1997	6,9	8,6	8,1	3,1
Amazonas				
1996	7,6	10,3	5,9	4,3
1997	5,3	7,5	4,1	2,7
Roraima				
1996	9,3	11,7	7,2	6,5
1997	6,0	7,2	4,2	5,6
Pará				
1996	13,7	17,9	11,5	7,5
1997	8,8	10,6	8,0	6,0
Amapá				
1996	13,4	17,5	13,4	5,8
1997	12,4	15,0	13,7	6,3
Tocantins				
1996	5,3	6,6	5,4	1,9
1997	5,6	7,2	5,5	2,4
Nordeste				
1996	8,4	11,3	7,3	4,0
1997	7,3	10,4	6,0	3,4
Maranhão				
1996	9,4	13,7	7,8	3,5
1997	8,6	12,8	7,5	3,2
Piauí				
1996	10,3	13,9	8,6	4,9
1997	12,3	17,5	8,8	6,6
Ceará				
1996	7,6	11,0	6,3	2,8
1997	6,6	9,1	5,6	3,3
R. G. do Norte				
1996	6,0	7,5	5,4	3,9
1997	5,3	7,5	3,8	3,6
Paraíba				
1996	9,1	11,5	8,4	5,6
1997	7,3	9,1	7,0	4,6
Pernambuco				
1996	6,2	7,8	6,0	3,0
1997	6,4	8,6	5,9	3,0
Alagoas				
1996	9,3	11,5	8,7	6,5
1997	9,3	13,4	8,1	4,5
Sergipe				
1996	11,6	15,4	10,2	5,6
1997	8,2	11,1	7,1	3,7

14.5 - Ensino Médio - Taxa de Reprovação por Série - 1996-1997 *(Conclusão)*

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Reprovação por Série (%)			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Bahia				
1996	9,7	13,2	8,1	4,3
1997	7,0	10,6	5,2	2,6
Sudeste				
1996	8,8	12,6	7,5	3,6
1997	6,1	8,5	5,4	3,1
Minas Gerais				
1996	8,0	12,1	6,0	3,3
1997	6,3	9,3	4,9	3,1
Espírito Santo				
1996	7,2	9,9	6,4	3,0
1997	5,5	7,9	4,6	2,0
Rio de Janeiro				
1996	10,6	13,9	10,1	5,7
1997	11,4	15,0	10,4	6,6
São Paulo				
1996	8,7	12,7	7,4	3,3
1997	4,8	6,6	4,2	2,2
Sul				
1996	12,3	17,2	11,3	5,6
1997	9,6	14,4	8,1	4,2
Paraná				
1996	9,5	13,4	9,3	4,4
1997	7,0	10,7	5,6	3,0
Santa Catarina				
1996	10,1	14,2	9,2	4,4
1997	8,3	12,3	7,2	3,4
R. G. do Sul				
1996	17,0	23,1	15,0	8,0
1997	13,2	19,4	11,5	6,1
Centro-Oeste				
1996	11,0	14,7	9,7	5,0
1997	9,9	13,4	8,3	4,8
M.G. do Sul				
1996	9,5	13,5	8,3	4,3
1997	10,4	15,1	9,0	4,8
Mato Grosso				
1996	6,8	9,1	5,7	3,1
1997	4,8	6,6	4,1	2,0
Goiás				
1996	8,5	10,9	7,9	4,1
1997	7,4	9,9	6,1	3,8
Distrito Federal				
1996	20,8	27,8	18,0	8,8
1997	18,4	24,4	15,5	9,5

Fonte: MEC/INEP/SEEC

14.6 - Ensino Médio - Taxa de Abandono por Série - 1996-1997
(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Abandono por Série (%)			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil				
1996	18,9	24,7	17,5	9,8
1997	16,0	20,7	15,0	9,1
Norte				
1996	24,7	32,2	21,0	12,9
1997	25,5	32,5	22,0	15,8
Rondônia				
1996	23,7	30,3	21,3	11,3
1997	22,2	25,7	23,8	11,5
Acre				
1996	23,7	31,3	19,1	18,4
1997	22,8	31,4	19,4	11,2
Amazonas				
1996	20,9	28,9	16,1	11,3
1997	19,8	28,0	17,1	8,8
Roraima				
1996	27,1	33,6	24,9	14,1
1997	23,3	30,0	20,0	11,4
Pará				
1996	25,4	31,3	23,0	14,8
1997	30,2	36,4	25,0	23,4
Amapá				
1996	25,8	36,9	19,9	9,3
1997	16,5	23,8	13,8	5,8
Tocantins				
1996	29,6	41,0	23,9	9,3
1997	26,9	35,8	24,0	11,6
Nordeste				
1996	23,2	30,4	21,1	11,4
1997	20,4	26,1	19,3	11,0
Maranhão				
1996	19,4	24,1	18,2	11,0
1997	18,4	23,0	17,6	10,4
Piauí				
1996	26,6	35,5	22,7	12,5
1997	21,1	28,0	17,7	11,8
Ceará				
1996	20,0	25,4	19,0	10,4
1997	18,8	23,6	17,4	10,8
R. G. do Norte				
1996	24,4	30,3	24,3	14,2
1997	19,8	24,4	19,0	14,3
Paraíba				
1996	21,8	27,1	22,0	12,3
1997	19,3	24,3	19,4	10,3
Pernambuco				
1996	27,8	36,1	25,7	13,1
1997	22,9	29,5	22,6	11,8
Alagoas				
1996	26,8	32,8	26,8	17,0
1997	22,6	26,7	24,6	13,8
Sergipe				
1996	24,3	31,7	21,1	11,4
1997	18,7	24,9	16,9	7,2

14.6 - Ensino Médio - Taxa de Abandono por Série - 1996-1997 *(Conclusão)*

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Abandono por Série (%)			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Bahia				
1996	21,3	29,9	16,6	8,6
1997	20,2	26,8	18,1	10,1
Sudeste				
1996	16,3	21,3	15,4	8,5
1997	12,9	16,7	12,3	7,2
Minas Gerais				
1996	13,6	17,9	13,6	5,8
1997	12,9	17,2	12,8	5,9
Espírito Santo				
1996	25,1	32,2	23,9	12,1
1997	18,3	23,4	17,5	10,0
Rio de Janeiro				
1996	18,9	24,0	18,4	11,0
1997	15,7	19,2	15,1	10,0
São Paulo				
1996	15,8	20,9	14,6	8,5
1997	11,7	15,3	11,0	6,8
Sul				
1996	17,0	21,7	16,1	9,6
1997	14,7	18,6	13,7	9,4
Paraná				
1996	19,6	25,1	18,2	11,3
1997	16,8	20,9	15,4	10,4
Santa Catarina				
1996	16,9	20,3	17,7	10,3
1997	16,3	18,8	15,7	13,2
R. G. do Sul				
1996	14,1	18,6	12,5	7,0
1997	11,7	16,1	10,5	5,6
Centro-Oeste				
1996	22,9	29,6	20,7	11,6
1997	18,7	24,2	17,3	9,6
M.G. do Sul				
1996	20,0	26,0	19,4	10,5
1997	16,6	20,8	17,1	9,7
Mato Grosso				
1996	28,3	34,5	28,2	15,1
1997	23,4	29,6	24,0	11,1
Goiás				
1996	27,8	36,6	23,8	13,7
1997	22,2	29,0	19,7	11,6
Distrito Federal				
1996	10,8	14,3	9,0	5,3
1997	9,4	13,0	7,4	4,3

Fonte: MEC/INEP/SEEC

15.1 - Ensino Fundamental - Taxa de Distorção Idade-Série - 1996 -1998

(Continua)

Unidade da Federação/Ano		Taxa de Distorção Idade - Série (%)								
		Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil										
	1996	47,0	40,0	44,1	46,4	46,6	55,6	53,2	49,2	...
	1998	46,6	38,2	43,9	44,5	45,7	54,3	52,5	52,0	50,6
Norte										
	1996	62,3	54,7	63,1	65,0	64,9	69,1	67,5	60,7	...
	1998	61,3	51,2	62,3	64,5	64,9	69,7	67,4	65,7	63,6
Rondônia	1996	47,7	33,9	43,1	47,2	49,9	60,2	59,3	55,1	...
	1998	46,8	28,8	40,3	43,7	46,6	61,4	59,0	57,1	55,9
Acre	1996	59,1	50,1	60,7	61,2	61,8	67,1	63,1	63,3	...
	1998	57,8	49,7	60,3	59,9	60,5	62,3	62,6	62,9	61,5
Amazonas	1996	67,1	60,5	66,1	65,5	64,3	74,7	74,7	68,6	...
	1998	64,6	53,4	62,4	65,4	64,2	74,6	72,5	72,1	71,6
Roraima	1996	47,8	34,9	45,4	49,6	51,6	57,8	57,1	50,5	...
	1998	45,4	32,0	42,7	47,4	49,7	53,4	54,0	49,2	47,8
Pará	1996	65,3	58,8	68,7	70,4	69,5	69,4	65,7	55,8	...
	1998	64,0	55,1	68,6	70,4	70,7	70,8	67,4	62,8	59,0
Amapá	1996	48,3	31,8	41,4	48,8	52,7	61,9	62,7	60,9	...
	1998	48,1	30,0	40,7	49,1	53,9	62,1	61,5	57,3	61,2
Tocantins	1996	63,2	51,8	61,8	66,7	68,7	71,3	71,5	62,9	...
	1998	64,4	49,1	61,4	66,5	67,9	74,3	72,4	75,1	71,2
Nordeste										
	1996	65,7	58,4	66,9	68,0	67,3	72,8	70,2	67,1	...
	1998	64,1	54,1	65,0	67,7	66,2	72,2	69,2	70,2	67,3
Maranhão	1996	66,3	60,4	69,3	70,4	68,8	70,6	68,1	65,5	...
	1998	65,2	58,5	68,3	68,2	68,2	71,7	68,1	67,7	65,2
Piauí	1996	66,1	60,8	70,5	70,7	69,5	68,4	64,1	61,6	...
	1998	63,3	56,3	68,1	68,2	69,0	68,9	63,8	58,9	57,0
Ceará	1996	63,3	54,6	65,3	66,5	66,1	71,0	68,8	66,2	...
	1998	60,4	46,2	59,5	64,6	63,0	69,4	67,5	67,3	66,3
R. G. do Norte	1996	58,3	44,2	56,9	60,4	59,8	70,1	68,1	65,0	...
	1998	56,4	40,6	54,4	58,5	58,2	65,3	64,7	64,8	64,2
Paraíba	1996	70,0	67,6	70,8	69,5	69,0	75,5	71,7	68,0	...
	1998	66,5	58,1	70,1	70,0	68,6	74,4	70,9	69,2	66,8
Pernambuco	1996	59,6	48,5	58,0	59,8	58,5	71,8	67,8	65,0	...
	1998	58,6	45,8	56,3	57,5	57,1	69,2	66,9	67,8	65,7
Alagoas	1996	67,7	59,8	70,0	70,0	69,5	76,1	72,9	71,6	...
	1998	67,8	58,8	71,0	71,9	71,1	75,6	73,2	72,4	70,1
Sergipe	1996	67,6	58,4	68,6	69,6	70,6	76,8	74,7	69,2	...
	1998	67,5	57,7	68,6	70,0	69,9	74,0	72,7	72,7	73,1

15.1 - Ensino Fundamental - Taxa de Distorção Idade-Série - 1996 -1998 (Conclusão)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Distorção Idade - Série (%)									
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	
Bahia										
1996	70,0	64,2	71,2	72,2	72,0	74,9	73,3	69,7	...	
1998	68,4	57,0	69,4	74,1	71,2	75,9	72,1	75,8	71,0	
Sudeste										
1996	34,8	16,7	26,5	32,1	34,4	47,4	46,1	42,9	...	
1998	34,2	14,7	22,6	25,6	34,3	43,9	45,5	45,4	44,6	
Minas Gerais										
1996	37,4	20,5	28,8	33,3	35,4	52,9	50,3	48,1	...	
1998	42,2	17,2	24,1	27,4	44,1	55,8	58,2	58,7	56,7	
Espírito Santo										
1996	36,3	14,4	31,6	34,3	34,4	49,2	48,8	45,7	...	
1998	36,0	13,0	31,3	33,8	34,2	44,7	44,6	45,6	45,5	
Rio de Janeiro										
1996	42,7	31,5	36,8	41,7	45,1	52,1	48,2	43,8	...	
1998	41,6	27,8	35,8	37,5	41,7	52,7	49,3	48,6	46,8	
São Paulo										
1996	30,5	8,0	21,8	28,2	29,9	42,3	43,2	39,9	...	
1998	26,4	5,7	15,2	19,6	24,8	32,9	36,7	37,4	38,0	
Sul										
1996	27,2	12,8	20,0	23,8	26,7	38,2	38,1	34,7	...	
1998	25,8	10,5	17,6	21,4	24,0	35,8	33,1	32,2	37,7	
Paraná										
1996	31,7	13,4	23,0	27,6	29,7	45,5	45,9	42,0	...	
1998	28,4	10,4	20,2	24,1	26,2	40,7	31,7	31,5	46,5	
Santa Catarina										
1996	27,2	14,8	21,6	25,6	28,8	38,0	36,0	31,4	...	
1998	26,9	12,2	19,0	23,5	25,9	36,4	36,7	35,4	33,6	
R. G. do Sul										
1996	22,5	11,1	15,6	18,7	22,5	30,9	31,5	29,2	...	
1998	22,6	9,6	13,7	17,2	20,5	30,3	32,4	31,4	28,3	
Centro-Oeste										
1996	47,1	30,0	40,0	44,9	47,4	60,6	58,9	55,6	...	
1998	45,5	25,1	36,3	42,2	43,4	56,7	58,0	57,5	56,1	
M.G. do Sul										
1996	36,7	20,6	28,4	34,0	35,3	51,0	50,2	47,2	...	
1998	42,4	22,3	34,3	39,0	39,8	56,6	56,1	54,5	52,3	
Mato Grosso										
1996	47,8	31,2	41,2	46,2	47,4	61,8	60,4	56,8	...	
1998	44,1	24,2	36,4	40,7	44,0	57,1	57,0	55,0	53,8	
Goiás										
1996	53,1	36,9	46,3	51,1	54,0	66,0	64,2	60,8	...	
1998	51,7	33,1	43,1	47,9	51,7	62,2	62,7	62,6	61,8	
Distrito Federal										
1996	41,6	17,1	34,6	38,2	42,2	55,1	53,2	50,4	...	
1998	33,3	2,6	17,3	32,4	19,6	42,8	48,9	51,3	48,8	

Fonte: MEC/INEP/SEEC

15.2 - Ensino Médio - Taxa de Distorção Idade-Série - 1996-1998
(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Distorção Idade - Série (%)			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Brasil				
1996	55,2	57,7	54,6	51,0
1998	53,9	56,4	52,8	51,3
Norte				
1996	74,8	77,2	73,2	71,8
1998	73,2	75,6	71,9	70,0
Rondônia				
1996	63,8	66,0	62,4	60,8
1998	61,7	63,6	61,4	58,2
Acre				
1996	68,5	69,8	67,6	66,8
1998	66,7	67,3	66,0	64,8
Amazonas				
1996	74,9	75,6	73,8	74,9
1998	72,6	73,9	71,8	71,9
Roraima				
1996	75,4	75,7	75,0	75,3
1998	73,2	74,1	73,9	72,0
Pará				
1996	77,6	80,9	75,7	72,3
1998	74,3	77,3	72,4	70,0
Amapá				
1996	75,4	77,5	73,9	72,1
1998	76,6	78,5	75,1	72,4
Tocantins				
1996	74,4	76,7	72,2	72,3
1998	79,3	81,8	77,9	75,4
Nordeste				
1996	69,6	72,6	68,8	64,7
1998	69,5	72,3	68,4	66,0
Maranhão				
1996	66,6	69,7	65,2	62,1
1998	68,5	72,4	66,5	63,0
Piauí				
1996	74,4	78,0	72,0	69,7
1998	71,1	74,0	68,7	67,0
Ceará				
1996	65,6	67,9	64,9	62,0
1998	65,5	67,6	65,5	61,5
R. G. do Norte				
1996	68,2	70,6	67,9	64,4
1998	67,2	69,4	67,8	64,0
Paraíba				
1996	66,8	69,7	66,8	61,7
1998	67,1	69,0	67,8	63,5
Pernambuco				
1996	70,0	72,9	69,6	64,9
1998	67,5	70,5	66,7	64,0
Alagoas				
1996	71,0	72,3	70,9	68,9
1998	67,3	69,9	69,4	62,8
Sergipe				
1996	73,4	77,0	72,3	66,8
1998	74,6	77,2	75,4	68,1
Bahia				
1996	72,0	75,5	71,1	65,9
1998	73,9	76,6	71,3	72,1

15.2 - Ensino Médio - Taxa de Distorção Idade-Série - 1996-1998

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Distorção Idade - Série (%)			
	Total	1ª série	2ª série	3ª série
Sudeste				
1996	50,0	52,2	49,8	46,3
1998	48,4	49,7	48,0	47,1
Minas Gerais				
1996	52,2	53,4	52,9	48,9
1998	57,3	57,7	56,5	57,7
Espírito Santo				
1996	53,3	55,5	53,4	48,5
1998	51,8	53,7	51,9	48,9
Rio de Janeiro				
1996	52,7	54,8	52,6	49,1
1998	53,1	56,7	51,0	48,6
São Paulo				
1996	48,4	50,8	47,7	44,5
1998	43,5	43,8	43,8	42,7
Sul				
1996	41,4	43,3	41,4	37,6
1998	39,1	41,6	36,6	36,2
Paraná				
1996	49,2	51,2	49,3	45,4
1998	44,3	46,8	41,4	42,6
Santa Catarina				
1996	38,6	39,8	39,5	34,9
1998	38,0	40,0	35,6	35,1
R. G. do Sul				
1996	33,8	36,4	32,9	28,9
1998	33,6	37,1	31,7	28,7
Centro-Oeste				
1996	58,9	62,4	57,5	53,4
1998	57,7	60,8	55,9	53,9
M.G. do Sul				
1996	50,8	52,2	51,1	47,4
1998	53,5	55,4	52,8	48,7
Mato Grosso				
1996	59,2	61,6	58,4	55,3
1998	55,7	59,7	53,7	50,9
Goiás				
1996	64,8	68,4	63,5	58,6
1998	63,3	65,8	61,1	61,3
Distrito Federal				
1996	54,2	59,2	51,0	47,2
1998	51,4	55,4	50,0	46,1

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: A 4ª série do ensino médio não é incluída nos cálculos pois apresenta características diferentes das outras séries.

15.3 - Ensino Fundamental - 1ª a 4ª Série - Média e Medidas de Posição da Matrícula Inicial por Idade-Série - 1998

Unidade da Federação	1ª série				2ª série				3ª série				4ª série			
	Média	Q1	Mediana	Q3	Média	Q1	Mediana	Q3	Média	Q1	Mediana	Q3	Média	Q1	Mediana	Q3
Brasil	9	7	8	10	10	8	9	11	11	9	10	12	12	10	11	13
Norte	10	7	9	11	11	9	10	12	12	10	11	13	13	11	12	14
Rondônia	8	7	8	9	10	8	9	10	11	9	10	12	12	10	11	13
Acre	9	7	8	11	11	9	10	12	12	10	11	13	13	11	12	14
Amazonas	10	8	9	11	11	9	10	12	12	10	11	13	13	11	12	14
Roraima	8	7	8	9	10	8	9	11	11	9	10	12	12	11	11	13
Pará	10	8	9	11	11	9	11	13	12	10	12	14	13	11	13	15
Amapá	8	7	8	9	10	8	9	10	11	9	10	12	12	11	12	13
Tocantins	10	7	8	11	11	9	10	12	13	10	12	14	13	11	13	15
Nordeste	10	7	9	11	11	9	10	13	12	10	12	14	13	11	13	15
Maranhão	10	8	9	12	11	9	11	13	12	10	12	14	13	11	13	15
Piauí	10	7	9	11	11	9	11	13	12	10	12	14	13	11	13	15
Ceará	9	7	8	10	11	9	10	12	12	10	12	14	13	11	12	14
R. G. do Norte	9	7	8	10	10	9	10	12	12	10	11	13	13	11	12	14
Paraíba	10	8	9	12	12	9	11	13	13	10	12	14	13	11	13	15
Pernambuco	9	7	8	10	11	9	10	12	12	10	11	13	12	11	12	14
Alagoas	10	8	9	11	11	9	11	13	12	10	12	14	13	11	13	15
Sergipe	10	8	9	11	11	9	11	13	13	10	12	14	13	11	13	15
Bahia	10	7	9	12	12	9	11	13	13	10	12	15	14	11	13	15
Sudeste	8	7	8	8	9	8	9	9	10	9	10	11	12	10	11	12
Minas Gerais	8	7	8	8	9	8	9	9	11	9	10	11	12	11	11	13
Espírito Santo	8	7	7	8	9	8	9	10	10	9	10	11	11	10	11	12
Rio de Janeiro	8	7	8	9	10	8	9	10	11	9	10	11	12	10	11	13
São Paulo	8	7	7	8	9	8	9	9	10	9	10	10	11	10	11	11
Sul	7	7	7	8	9	8	8	9	10	9	9	10	11	10	10	11
Paraná	7	7	7	8	9	8	8	9	10	9	9	10	11	10	10	12
Santa Catarina	8	7	7	8	9	8	8	9	10	9	9	10	11	10	11	12
R. G. do Sul	7	7	7	7	8	7	8	9	9	8	9	10	11	9	10	11
Centro-Oeste	8	7	7	9	10	8	9	10	11	9	10	12	12	10	11	13
M.G. do Sul	8	7	7	8	9	8	9	10	11	9	10	11	12	10	11	12
Mato Grosso	8	7	7	8	10	8	9	10	11	9	10	12	12	10	11	13
Goiás	9	7	8	9	10	8	9	11	11	9	10	12	12	10	12	14
Distrito Federal	7	7	7	8	9	8	9	9	11	9	10	12	11	10	11	11

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota Informativa: **Quartis** - Dado uma série ordenada de valores, os quartis, medidas estatísticas de posição, são três números que dividem a série em quatro partes de igual tamanho. O primeiro quartil (Q1) delimita **25%** dos primeiros valores ordenados da série. O segundo quartil (Q2) ou mediana, delimita **50%** dos valores ordenados da série. O terceiro quartil (Q3) delimita **75%** dos valores ordenados da série.

15.4 - Ensino Fundamental - 5ª a 8ª Série - Média e Medidas de Posição da Matrícula Inicial por Idade-Série - 1998

Unidade da Federação	5ª série				6ª série				7ª série				8ª série			
	Média	Q1	Mediana	Q3	Média	Q1	Mediana	Q3	Média	Q1	Mediana	Q3	Média	Q1	Mediana	Q3
Brasil	14	11	13	15	14	12	14	16	15	13	15	16	16	14	16	17
Norte	14	12	14	16	15	13	15	16	16	14	15	17	17	15	16	18
Rondônia	14	12	13	15	15	13	14	16	15	14	15	17	16	15	16	17
Acre	14	12	13	15	15	13	14	16	16	14	15	17	16	15	16	18
Amazonas	15	12	14	17	15	13	15	17	16	14	16	18	17	15	17	19
Roraima	13	12	13	14	14	13	14	15	15	14	14	16	16	15	15	17
Pará	14	12	14	15	15	13	15	16	16	14	15	17	16	15	16	18
Amapá	14	12	13	15	14	13	14	16	15	14	15	16	16	15	16	18
Tocantins	15	12	14	17	16	13	15	18	17	15	16	19	17	15	17	19
Nordeste	15	12	14	16	15	13	15	17	16	14	16	18	17	15	17	19
Maranhão	14	12	14	16	15	13	15	17	16	14	16	18	17	15	16	18
Piauí	14	12	14	16	15	13	14	16	15	14	15	17	16	15	16	17
Ceará	14	12	14	16	15	13	15	17	16	14	16	17	17	15	16	18
R. G. do Norte	14	12	13	16	15	13	15	17	16	14	15	17	17	15	16	18
Paraíba	15	12	14	17	15	13	15	17	16	14	16	18	17	15	17	19
Pernambuco	14	12	14	16	15	13	15	17	16	14	16	18	17	15	17	19
Alagoas	15	13	15	17	16	13	15	17	16	14	16	18	17	15	17	19
Sergipe	15	12	14	17	15	13	15	17	16	14	16	18	17	15	17	19
Bahia	15	13	15	17	15	13	15	17	17	15	16	19	17	15	17	19
Sudeste	13	11	12	14	14	12	13	15	15	13	14	16	16	14	15	17
Minas Gerais	14	12	13	15	15	13	14	16	16	14	15	17	16	15	16	18
Espírito Santo	13	11	12	14	14	12	13	15	15	13	14	16	16	14	15	17
Rio de Janeiro	13	12	13	14	14	12	13	15	15	13	14	16	16	14	15	17
São Paulo	12	11	12	13	14	12	13	14	15	13	14	15	16	14	15	16
Sul	12	11	12	13	13	12	13	14	14	13	14	15	15	14	15	16
Paraná	13	11	12	14	13	12	13	14	14	13	14	15	16	14	15	17
Santa Catarina	12	11	12	13	13	12	13	14	14	13	14	15	15	14	15	16
R. G. do Sul	12	11	11	13	13	12	12	14	14	13	13	15	15	14	14	16
Centro Oeste	14	12	13	15	15	13	14	16	16	14	15	17	16	15	16	18
M.G. do Sul	14	11	13	15	15	12	14	16	15	13	15	17	16	14	16	18
Mato Grosso	14	12	13	15	15	13	14	16	15	14	15	17	16	14	16	17
Goiás	14	12	13	16	15	13	14	17	16	14	15	17	17	15	16	18
Distrito Federal	13	11	12	14	14	12	13	15	15	13	15	16	16	14	15	17

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota Informativa: **Quartis** - Dado uma série ordenada de valores, os quartis, medidas estatísticas de posição, são três números que dividem a série em quatro partes de igual tamanho. O primeiro quartil (Q1) delimita **25%** dos primeiros valores ordenados da série. O segundo quartil (Q2) ou mediana, delimita **50%** dos valores ordenados da série. O terceiro quartil (Q3) delimita **75%** dos valores ordenados da série.

15.5 - Ensino Médio - Média e Medidas de Posição da Matrícula Inicial por Idade-Série - 1998

Unidade da Federação	1ª série				2ª série				3ª série			
	Média	Q1	Mediana	Q3	Média	Q1	Mediana	Q3	Média	Q1	Mediana	Q3
Brasil	17	16	17	19	18	16	18	20	19	17	19	21
Norte	18	17	18	21	19	17	19	21	20	18	20	21
Rondônia	18	16	17	20	19	17	18	21	19	18	19	21
Acre	18	16	18	20	19	17	19	21	19	18	19	21
Amazonas	18	16	18	21	19	17	19	21	20	18	20	21
Roraima	18	16	18	21	19	17	19	21	20	18	20	21
Pará	19	17	19	21	19	17	19	21	19	18	20	21
Amapá	19	17	19	21	19	18	19	21	20	18	20	21
Tocantins	19	17	19	21	19	18	20	21	20	19	20	21
Nordeste	18	16	18	20	19	17	19	21	19	18	20	21
Maranhão	18	16	18	20	19	17	19	21	19	18	19	21
Piauí	18	16	18	21	19	17	19	21	19	18	20	21
Ceará	18	16	18	20	19	17	18	21	19	18	19	21
R. G. do Norte	18	16	18	21	19	17	19	21	19	18	19	21
Paraíba	18	16	18	20	19	17	19	21	19	18	19	21
Pernambuco	18	16	18	20	19	17	19	21	19	18	19	21
Alagoas	18	16	18	20	19	17	19	21	19	18	19	21
Sergipe	19	17	19	21	19	18	20	21	19	18	20	21
Bahia	18	17	18	21	19	17	19	21	20	18	20	21
Sudeste	17	16	16	18	18	16	17	19	19	17	18	20
Minas Gerais	17	16	17	19	18	17	18	20	19	18	19	21
Espírito Santo	17	16	17	19	18	16	18	20	19	17	18	20
Rio de Janeiro	17	16	17	19	18	17	18	19	19	17	18	20
São Paulo	17	15	16	18	18	16	17	19	19	17	18	20
Sul	17	15	16	18	17	16	17	18	18	17	18	19
Paraná	17	15	16	18	18	16	17	19	19	17	18	20
Santa Catarina	17	15	16	17	17	16	17	18	18	17	18	19
R. G. do Sul	16	15	16	17	17	16	16	18	18	16	17	19
Centro-Oeste	18	16	17	20	18	17	18	20	19	17	19	21
M.G. do Sul	17	15	17	19	18	16	18	20	19	17	18	21
Mato Grosso	18	16	17	19	18	16	18	20	19	17	19	20
Goiás	18	16	18	20	18	17	18	20	19	18	19	21
Distrito Federal	17	16	17	19	18	16	17	20	19	17	18	20

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota Informativa: **Quartis** - Dado uma série ordenada de valores, os quartis, medidas estatísticas de posição, são três números que dividem a série em quatro partes de igual tamanho. O primeiro quartil (Q1) delimita **25%** dos primeiros valores ordenados da série. O segundo quartil (Q2) ou mediana, delimita **50%** dos valores ordenados da série. O terceiro quartil (Q3) delimita **75%** dos valores ordenados da série.

16.1 - Ensino Básico - Taxa de Promoção por Série - 1995-1997

(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Promoção (%)												
	Ensino Fundamental									Ensino Médio			
	Total ⁽¹⁾	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total	1ª	2ª	3ª
Brasil													
1995	64,5	53,5	64,4	71,3	71,9	57,6	63,9	69,9	69,0	65,0	53,9	67,3	83,7
1996	68,8	57,5	70,3	75,5	75,4	61,4	67,5	73,5	75,1	72,2	61,5	75,2	89,2
1997	72,7	58,7	73,6	79,3	80,0	67,5	73,2	78,7	78,2	74,5	65,1	77,0	88,9
Norte													
Rondônia													
1995	60,9	51,5	68,5	71,7	62,7	49,4	56,3	63,9	66,3	62,0	52,7	62,2	82,0
1996	65,0	59,6	74,7	76,6	67,5	51,2	56,5	61,6	64,6	68,9	59,8	71,3	86,4
1997	65,9	57,0	73,3	75,1	72,8	55,1	59,0	66,0	65,0	61,6	52,8	60,8	82,3
Acre													
1995	56,6	40,8	61,2	66,8	64,1	50,9	61,0	66,4	67,1	62,9	52,3	67,8	78,8
1996	59,8	41,8	61,5	70,6	69,0	58,3	65,4	71,1	73,9	67,5	58,6	72,5	80,0
1997	56,2	40,0	61,4	68,3	61,6	52,0	59,2	64,9	70,6	67,3	56,6	71,1	85,1
Amazonas													
1995	58,1	48,8	60,7	64,7	67,6	48,1	56,5	62,6	59,3	61,4	49,3	65,9	79,8
1996	59,8	49,1	63,1	67,3	68,8	48,6	58,0	65,4	64,2	71,1	59,4	77,5	87,5
1997	64,0	53,6	68,2	71,6	73,6	56,5	63,1	67,6	63,0	71,4	58,9	76,4	88,8
Roraima													
1995	66,3	57,8	74,9	78,5	68,4	56,4	57,0	66,7	57,0	57,1	44,2	66,4	81,4
1996	67,1	54,1	70,4	73,8	73,9	60,4	63,7	76,9	80,1	60,7	51,2	64,5	79,7
1997	69,0	57,3	75,7	76,4	71,4	61,7	63,2	77,0	79,7	65,4	57,3	69,9	81,3
Pará													
1995	45,3	32,3	51,9	55,4	49,8	40,3	46,2	60,2	68,9	57,9	48,1	61,5	74,1
1996	49,9	37,0	54,2	57,8	53,7	47,3	52,7	63,5	71,4	56,1	45,7	59,8	74,7
1997	51,5	36,4	56,2	58,9	55,8	53,4	59,6	68,3	72,3	58,0	46,9	64,4	74,0
Amapá													
1995	60,4	54,0	61,6	69,0	67,2	50,0	54,7	62,6	60,0	56,6	43,1	65,3	75,6
1996	60,6	60,5	57,3	65,6	63,6	50,9	55,5	67,7	58,8	58,2	44,8	67,4	79,1
1997	63,3	57,8	60,7	70,8	68,8	54,6	60,8	69,6	72,0	65,6	57,1	72,3	80,0
Tocantins													
1995	51,8	37,8	55,5	59,2	60,5	50,0	54,5	51,9	64,5	59,6	51,6	61,3	76,1
1996	54,7	40,5	56,8	58,9	60,0	50,9	58,7	61,2	74,5	62,0	51,3	64,6	83,7
1997	59,7	43,2	61,2	64,6	65,4	55,4	65,0	66,5	79,6	64,6	51,5	67,4	89,7
Nordeste													
Maranhão													
1995	50,4	32,7	54,4	59,3	60,3	57,1	62,6	66,9	62,2	61,4	48,5	63,8	84,7
1996	54,5	35,3	53,8	61,7	67,6	62,8	68,2	70,9	72,1	71,8	61,6	73,7	89,8
1997	58,5	40,1	61,0	67,3	70,9	63,0	68,9	73,5	76,7	73,2	61,4	76,7	92,3
Piauí													
1995	46,3	28,7	48,2	58,4	54,9	54,5	58,6	67,6	64,6	57,9	44,4	63,2	80,7
1996	48,4	33,0	49,3	59,2	54,9	51,6	58,7	66,5	63,8	62,8	47,9	69,0	88,2
1997	52,3	36,2	55,5	64,1	61,0	54,4	62,8	72,8	76,8	64,5	52,2	71,1	81,9
Ceará													
1995	68,8	57,3	67,7	71,9	73,5	69,4	74,0	77,9	73,5	72,9	63,6	74,5	89,2
1996	62,0	42,3	63,8	70,8	73,3	66,0	68,6	73,6	72,7	73,5	63,4	75,7	91,0
1997	69,3	55,8	74,0	75,2	75,6	69,8	73,2	75,5	72,6	71,2	63,6	71,9	85,3
R. G. do Norte													
1995	54,6	45,9	55,8	60,6	61,1	45,5	55,6	62,0	58,9	59,4	48,9	59,4	77,3
1996	60,2	46,2	57,9	67,7	67,6	55,8	65,3	70,3	69,7	68,4	60,7	67,6	82,8
1997	64,2	51,0	60,9	69,2	73,8	59,2	67,5	74,0	79,0	76,2	69,6	76,0	87,9

16.1 - Ensino Básico - Taxa de Promoção por Série - 1995-1997

(Continuação)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Promoção (%)													
	Ensino Fundamental										Ensino Médio			
	Total ⁽¹⁾	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total	1ª	2ª	3ª	
Paraíba														
1995	55,9	44,0	58,6	63,3	63,4	48,3	57,5	64,2	66,3	63,3	54,5	62,4	80,7	
1996	58,5	45,3	61,0	66,2	67,0	50,9	61,5	67,6	69,6	67,2	59,3	66,4	83,0	
1997	58,6	42,5	65,0	70,4	70,9	53,3	62,3	68,8	69,0	71,1	62,3	71,2	87,0	
Pernambuco														
1995	54,6	43,9	57,6	63,6	62,9	43,7	54,7	60,7	61,0	60,3	48,4	61,3	82,0	
1996	58,1	44,9	58,9	65,0	66,6	50,4	61,6	67,6	69,3	67,6	56,4	69,4	86,7	
1997	62,1	49,5	63,2	68,3	71,8	55,0	62,8	70,2	70,8	69,9	59,2	71,0	88,0	
Alagoas														
1995	49,2	31,4	52,2	59,1	61,6	50,3	60,4	65,0	62,8	61,6	51,5	59,7	83,1	
1996	48,9	34,3	48,2	56,2	60,1	48,0	58,7	64,3	63,5	66,9	58,6	66,0	82,7	
1997	51,5	36,6	51,7	60,1	65,6	52,6	58,8	64,2	64,4	70,3	60,9	70,0	87,4	
Sergipe														
1995	51,9	35,4	56,7	65,1	64,6	46,2	54,4	61,2	61,7	60,3	46,8	65,4	82,8	
1996	50,3	34,0	52,5	59,9	62,6	44,8	54,9	63,3	70,3	64,4	52,8	69,0	84,7	
1997	57,9	40,6	58,5	66,4	67,7	56,1	67,3	74,0	71,9	71,0	57,4	75,7	95,7	
Bahia														
1995	52,3	34,8	56,8	61,3	62,1	51,2	57,5	63,4	64,6	62,5	50,1	64,9	84,1	
1996	59,6	45,7	61,9	66,1	68,0	54,8	63,5	69,6	74,0	71,0	57,5	77,4	90,4	
1997	61,3	45,1	62,1	65,7	71,3	60,4	69,3	71,4	75,0	71,7	59,1	76,7	90,6	
Sudeste														
Minas Gerais														
1995	69,1	68,1	62,5	77,2	78,1	57,0	66,9	72,8	70,5	71,6	61,5	72,8	89,6	
1996	75,0	71,6	85,5	78,9	80,0	60,0	70,3	75,7	73,2	77,0	68,8	78,4	91,0	
1997	83,0	78,7	86,9	90,9	87,9	74,5	77,3	80,2	76,7	78,6	69,3	80,7	92,3	
Espírito Santo														
1995	68,4	76,2	59,2	75,3	75,8	59,9	63,6	67,0	68,2	66,7	56,2	68,3	85,3	
1996	68,8	82,4	61,1	76,7	75,2	58,3	60,8	64,9	67,5	66,9	55,1	70,1	86,2	
1997	75,4	81,4	62,2	80,0	81,1	70,8	74,1	77,6	79,9	77,5	68,2	79,1	93,2	
Rio de Janeiro														
1995	73,3	74,9	78,0	76,0	75,8	62,9	67,8	72,9	73,4	70,5	60,8	70,3	88,8	
1996	74,8	74,9	77,0	78,7	77,6	61,7	69,7	77,6	77,4	71,6	62,6	71,0	87,7	
1997	75,5	74,6	79,1	80,2	77,9	62,7	73,0	77,0	81,1	71,2	61,8	72,5	86,8	
São Paulo														
1995	75,7	84,6	70,1	80,1	81,6	65,6	68,8	75,5	72,0	64,7	53,9	67,0	82,8	
1996	81,5	89,4	76,0	86,3	87,8	73,0	74,9	80,9	79,7	73,0	62,8	75,8	88,9	
1997	88,3	90,9	85,0	92,4	92,4	83,3	83,6	87,9	85,8	80,9	73,9	82,4	91,7	
Sul														
Paraná														
1995	70,0	70,5	70,3	77,1	75,4	58,5	61,9	69,5	73,4	69,5	58,3	72,5	87,5	
1996	71,4	75,5	73,4	79,8	75,7	58,0	61,3	69,8	71,1	67,7	56,3	70,0	86,9	
1997	76,7	76,8	75,6	82,5	85,2	65,2	68,1	79,3	78,1	72,7	62,4	76,1	87,4	
Santa Catarina														
1995	76,3	71,1	82,4	81,4	80,8	67,4	71,2	75,3	73,8	66,2	56,9	66,3	83,9	
1996	76,6	71,3	82,2	83,6	79,5	66,2	71,9	76,3	76,9	71,1	62,0	72,3	87,1	
1997	80,1	74,3	85,3	87,1	85,4	70,6	74,7	79,2	81,1	69,9	60,7	72,6	83,2	
R. G. do Sul														
1995	72,2	69,6	82,4	82,2	75,3	62,1	63,6	67,0	64,0	60,7	49,0	64,3	82,2	
1996	74,1	70,8	83,7	83,4	77,4	65,1	66,9	68,5	66,0	64,3	53,0	68,3	85,3	
1997	77,6	72,6	86,7	85,9	81,2	69,4	72,2	72,4	71,8	69,0	58,6	73,2	86,6	

16.1 - Ensino Básico - Taxa de Promoção por Série - 1995-1997

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Promoção (%)												
	Ensino Fundamental									Ensino Médio			
	Total ⁽¹⁾	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total	1ª	2ª	3ª
Centro-Oeste													
M. G. do Sul													
1995	63,6	57,5	69,4	71,3	70,0	52,5	57,4	64,1	65,6	69,5	57,3	70,6	91,2
1996	64,6	59,1	71,2	72,6	70,8	52,1	57,9	65,0	64,0	66,1	55,5	67,3	85,2
1997	67,1	60,7	73,9	75,4	74,6	55,3	60,0	67,0	65,2	67,1	56,9	68,0	84,6
Mato Grosso													
1995	57,8	48,1	62,4	64,6	64,8	48,9	54,6	59,9	56,7	57,9	46,3	61,2	80,1
1996	67,7	59,6	75,2	76,2	74,5	55,8	61,6	70,2	68,5	65,1	54,5	66,3	86,9
1997	68,9	60,7	73,3	75,8	76,3	60,2	64,5	69,1	68,8	68,8	57,0	70,6	89,7
Goiás													
1995	64,3	54,0	69,1	71,3	73,0	55,6	61,6	66,9	66,0	62,6	51,6	66,5	81,1
1996	64,3	58,4	70,3	72,6	70,2	53,0	58,8	64,9	67,3	65,7	53,6	70,3	86,3
1997	65,5	56,6	70,0	72,4	71,6	56,7	61,6	67,0	70,2	69,5	57,7	74,2	88,3
Distrito Federal													
1995	69,6	60,8	63,1	83,6	84,3	63,7	66,0	66,3	66,7	60,5	49,1	64,5	81,1
1996	71,3	65,7	70,0	80,3	81,6	63,6	67,3	67,0	70,7	63,3	51,9	67,5	83,8
1997	72,7	61,8	80,1	70,2	85,7	66,6	70,9	72,2	71,4	68,4	57,6	73,4	85,0

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: (1) Corresponde à taxa média ponderada.

16.2 - Ensino Básico - Taxa de Repetência por Série - 1995-1997

(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Repetência (%)												
	Ensino Fundamental										Ensino Médio		
	Total ⁽¹⁾	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total	1ª	2ª	3ª
Brasil													
1995	30,2	45,5	32,2	23,5	19,1	33,6	27,4	22,8	17,9	26,7	34,7	24,7	13,5
1996	26,6	41,5	27,2	21,3	16,9	30,7	24,3	19,9	15,5	22,6	30,7	20,3	9,7
1997	23,4	40,3	24,0	17,5	14,4	25,8	19,4	16,4	13,4	18,7	25,9	15,9	8,7
Norte													
Rondônia													
1995	29,4	46,5	25,8	19,4	17,3	34,8	29,0	23,1	21,9	25,1	29,6	24,3	16,4
1996	27,2	39,4	21,7	17,0	16,9	34,9	32,1	27,1	22,9	23,3	31,0	20,3	9,9
1997	26,2	42,0	21,5	16,2	15,1	32,6	27,7	24,7	21,3	22,8	29,8	20,8	10,6
Acre													
1995	35,8	57,2	33,1	23,6	20,0	35,1	27,4	26,3	18,2	28,4	36,5	23,8	17,2
1996	35,1	57,2	33,6	23,7	20,3	32,9	28,0	24,2	19,7	27,1	35,7	20,9	16,4
1997	35,5	59,0	33,2	22,6	20,6	30,7	27,1	24,4	19,8	25,4	34,4	20,7	12,5
Amazonas													
1995	34,4	49,2	31,3	23,6	21,0	43,5	33,5	29,3	25,4	29,2	38,3	24,9	16,7
1996	33,8	49,9	31,2	23,2	19,9	43,3	33,4	26,7	22,3	21,6	30,7	15,9	9,9
1997	30,3	45,4	27,1	20,6	16,9	35,8	27,7	24,2	20,7	19,6	27,6	16,1	8,9
Roraima													
1995	23,5	40,2	21,0	17,3	12,5	25,0	22,0	14,3	15,0	33,3	42,9	26,1	15,8
1996	26,7	43,9	26,6	22,1	18,1	28,9	24,6	10,4	9,7	30,6	40,9	22,8	15,0
1997	21,9	40,7	21,1	15,9	13,4	19,8	23,1	10,1	6,8	26,0	34,3	18,9	14,0
Pará													
1995	46,4	65,7	42,8	36,4	32,9	42,1	39,2	27,4	25,1	37,4	46,8	32,5	24,3
1996	43,1	62,0	41,5	34,8	30,6	38,4	33,3	23,5	22,8	38,8	48,1	33,6	24,4
1997	40,5	62,6	38,2	31,4	28,0	31,4	24,6	17,8	21,4	37,0	47,0	29,3	25,3
Amapá													
1995	34,2	45,0	36,8	29,9	25,0	39,4	30,2	25,1	25,0	37,4	48,7	30,0	21,6
1996	33,4	38,5	40,0	29,7	24,1	39,0	33,2	22,3	25,3	36,8	48,5	28,7	18,8
1997	30,0	41,2	37,2	25,2	20,2	33,0	23,8	16,1	20,6	30,1	38,8	21,8	17,3
Tocantins													
1995	42,1	60,2	39,9	34,0	32,0	40,5	34,7	38,0	27,4	34,9	42,8	31,6	21,0
1996	37,5	57,5	36,5	30,7	27,8	37,1	28,8	30,5	14,7	30,9	40,5	27,7	13,0
1997	32,5	54,8	32,5	26,2	22,1	33,4	22,5	24,2	6,0	27,6	38,8	24,6	6,9
Nordeste													
Maranhão													
1995	43,2	64,3	39,8	33,1	28,0	31,6	27,4	25,2	19,4	28,7	36,2	28,7	13,3
1996	39,3	61,7	38,6	28,5	24,3	30,4	24,0	22,2	16,9	20,8	27,6	19,7	8,5
1997	34,8	56,9	30,8	22,1	20,0	27,9	20,9	19,9	13,6	20,8	29,3	18,4	7,1
Piauí													
1995	44,5	68,3	44,0	29,0	28,7	25,9	23,6	20,6	17,3	32,0	43,0	26,0	15,6
1996	44,9	64,0	45,9	33,7	33,6	35,5	28,9	22,4	18,3	29,6	40,1	25,2	11,7
1997	41,2	60,8	37,9	27,0	28,3	34,4	28,0	21,2	15,6	31,3	42,3	24,5	16,9
Ceará													
1995	27,4	40,7	28,9	23,3	19,7	24,7	21,1	19,0	14,7	20,2	25,1	20,9	9,4
1996	32,5	55,7	30,6	23,8	18,5	24,2	21,8	19,8	15,5	21,5	27,2	22,2	8,8
1997	26,7	42,2	23,6	22,5	19,0	22,7	18,8	17,3	13,7	20,1	24,6	20,3	11,0
R. G. do Norte													
1995	38,3	53,1	38,5	30,6	25,3	44,0	33,8	28,5	22,9	30,2	36,1	31,0	18,9
1996	35,0	52,8	40,0	28,7	22,0	35,7	26,6	22,0	18,0	23,6	28,3	24,4	14,1
1997	32,2	48,0	38,0	27,6	19,6	34,4	26,2	20,0	14,7	19,2	24,5	19,1	10,3

16.2 - Ensino Básico - Taxa de Repetência por Série - 1995-1997
(Continuação)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Repetência (%)												
	Ensino Fundamental										Ensino Médio		
	Total ⁽¹⁾	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total	1ª	2ª	3ª
Paraíba													
1995	36,2	54,0	34,1	26,8	23,0	40,0	30,7	26,1	20,3	26,6	33,2	26,7	14,0
1996	35,6	52,7	33,7	26,6	22,2	40,9	30,2	25,4	19,9	25,7	32,0	26,4	13,2
1997	35,9	55,5	29,6	23,7	20,0	37,7	29,1	23,9	18,5	21,5	28,2	21,7	9,0
Pernambuco													
1995	38,6	54,1	36,3	28,8	23,5	46,8	36,3	31,1	25,7	31,6	40,8	30,9	14,8
1996	35,8	54,1	35,6	27,6	22,0	40,7	29,9	25,1	22,1	24,7	34,1	22,0	10,5
1997	32,8	49,5	32,2	24,8	20,1	38,6	29,2	23,2	20,1	23,7	32,0	22,7	9,9
Alagoas													
1995	43,9	65,6	42,1	29,1	24,1	40,7	31,0	27,7	21,2	27,5	32,6	30,8	13,3
1996	46,4	62,7	46,7	37,8	32,2	45,8	36,6	31,6	27,6	25,0	32,4	24,9	12,0
1997	43,0	60,4	42,0	32,5	28,4	40,3	32,7	28,6	24,3	24,6	32,1	25,9	9,4
Sergipe													
1995	42,3	62,6	39,1	30,2	24,4	43,7	35,1	30,2	24,4	30,7	42,8	24,7	12,3
1996	43,6	64,0	42,2	32,5	27,7	45,3	34,1	30,5	24,7	32,0	42,8	27,0	14,1
1997	37,0	57,4	36,6	27,4	23,1	35,3	25,9	22,3	19,8	22,9	34,1	18,4	3,4
Bahia													
1995	41,4	63,2	38,3	31,5	25,9	38,2	32,4	28,3	23,0	27,7	37,5	24,5	12,3
1996	34,4	52,3	33,0	27,7	23,3	34,2	24,8	23,3	18,8	21,0	32,4	13,3	7,7
1997	33,2	52,9	33,0	26,8	20,7	31,3	23,3	22,1	15,6	22,9	33,1	18,1	8,5
Sudeste													
Minas Gerais													
1995	26,0	30,9	35,7	17,6	12,7	34,6	25,8	22,2	16,9	22,8	29,7	23,4	8,2
1996	20,5	27,4	13,8	18,3	11,9	31,9	21,6	18,6	14,1	17,9	22,8	18,8	7,1
1997	13,9	20,3	11,5	7,8	7,7	20,4	16,9	14,9	11,0	14,2	19,1	13,9	6,0
Espírito Santo													
1995	25,9	22,8	39,6	19,8	14,6	30,6	26,8	24,9	20,2	24,7	33,5	22,0	11,0
1996	24,9	16,6	37,8	19,7	14,9	31,0	27,4	24,0	19,8	24,9	34,5	21,2	10,5
1997	19,8	17,6	36,1	16,5	11,8	22,2	16,9	14,2	11,5	17,4	24,7	15,8	5,5
Rio de Janeiro													
1995	20,3	24,1	18,5	18,8	16,5	27,9	20,5	18,0	13,4	20,8	28,5	20,6	6,7
1996	20,0	24,1	18,8	17,5	16,0	28,7	20,6	16,8	13,0	20,2	27,0	20,3	8,6
1997	21,1	24,4	19,1	17,0	16,9	31,9	21,2	19,1	15,2	22,4	30,9	19,4	10,6
São Paulo													
1995	18,8	14,9	28,6	16,6	9,8	24,9	21,5	15,7	11,6	25,4	32,5	23,4	14,0
1996	14,0	10,1	22,5	11,7	5,9	19,0	16,8	12,0	9,2	19,9	27,8	17,0	8,6
1997	7,8	8,6	12,8	5,4	3,0	10,4	9,1	6,4	5,9	11,5	16,7	9,1	5,4
Sul													
Paraná													
1995	23,8	29,0	26,9	17,9	14,1	31,1	27,9	22,1	15,2	24,3	32,1	22,4	11,6
1996	22,5	24,0	24,4	16,5	13,1	30,8	28,0	22,4	17,1	24,3	32,4	22,2	11,3
1997	19,0	22,7	21,8	13,9	10,8	26,9	23,1	15,3	12,1	19,3	27,1	15,4	9,9
Santa Catarina													
1995	18,4	28,4	16,5	13,5	11,0	24,0	19,1	16,4	12,4	24,5	31,2	24,3	11,7
1996	18,4	28,2	15,1	12,7	12,4	25,6	19,9	15,9	11,0	21,9	27,5	21,6	11,6
1997	16,7	25,2	13,9	11,9	10,4	23,4	18,6	15,4	10,7	20,6	26,8	16,8	14,3

16.2 - Ensino Básico - Taxa de Repetência por Série - 1995-1997

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Repetência (%)												
	Ensino Fundamental									Ensino Médio			
	Total ⁽¹⁾	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total	1ª	2ª	3ª
R. G. do Sul													
1995	23,0	29,4	15,6	14,5	18,3	29,4	28,9	26,1	19,0	28,7	36,5	26,0	14,4
1996	21,6	28,2	14,3	13,3	16,7	28,1	27,5	25,0	16,5	26,1	33,7	23,7	11,8
1997	18,4	26,4	12,7	11,9	13,5	23,8	22,5	20,8	11,8	22,3	29,5	19,2	10,5
Centro-Oeste													
M. G. do Sul													
1995	28,9	41,5	25,0	21,4	17,8	36,5	31,3	25,6	20,7	23,6	32,0	23,8	7,2
1996	27,7	39,9	24,0	20,5	16,8	36,4	30,0	24,0	19,7	23,4	30,5	22,6	10,6
1997	26,2	38,3	21,9	18,9	14,8	35,0	29,4	23,2	18,7	22,4	28,9	21,7	11,2
Mato Grosso													
1995	31,9	49,9	30,5	24,1	19,2	37,8	29,8	24,5	21,4	30,0	37,2	28,0	16,0
1996	27,1	38,4	22,7	21,2	17,1	35,6	29,2	22,6	19,3	23,3	31,3	21,1	8,6
1997	23,5	37,3	21,3	17,6	14,4	30,1	23,3	17,3	14,9	20,3	27,7	18,5	7,9
Goiás													
1995	31,8	44,0	26,6	23,9	21,7	40,1	33,7	28,8	25,3	30,7	40,8	26,1	15,4
1996	30,1	40,6	26,4	23,2	20,8	38,7	32,2	26,6	23,6	28,2	38,5	23,3	12,0
1997	28,3	42,4	25,6	22,3	19,8	34,2	28,3	23,8	20,3	23,6	33,1	18,4	10,1
Distrito Federal													
1995	26,4	38,2	35,9	13,8	10,7	30,3	26,1	27,0	22,6	32,3	42,4	27,6	15,7
1996	24,7	33,3	27,6	17,8	14,4	30,8	24,8	26,0	19,1	30,1	40,0	25,7	13,7
1997	22,7	37,2	18,1	20,8	7,3	29,1	22,1	22,3	17,3	24,9	33,4	20,2	12,7

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: (1) Corresponde à taxa média ponderada.

16.3 - Ensino Básico - Taxa de Evasão por Série - 1995-1997

(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Evasão (%)												
	Ensino Fundamental										Ensino Médio		
	Total ⁽¹⁾	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total	1ª	2ª	3ª
Brasil													
1995	5,3	1,0	3,4	5,1	9,0	8,8	8,7	7,2	13,1	8,3	11,4	8,0	2,8
1996	4,6	1,0	2,5	3,2	7,7	7,9	8,2	6,6	9,4	5,2	7,8	4,6	1,1
1997	3,9	1,0	2,5	3,2	5,6	6,7	7,4	4,9	8,4	6,8	9,0	7,1	2,4
Norte													
Rondônia													
1995	9,7	2,0	5,8	8,9	20,0	15,8	14,7	13,0	11,8	12,9	17,7	13,5	1,6
1996	7,8	1,0	3,6	6,4	15,6	13,9	11,4	11,2	12,5	7,8	9,2	8,4	3,7
1997	7,9	1,0	5,2	8,7	12,2	12,3	13,3	9,4	13,8	15,6	17,5	18,3	7,1
Acre													
1995	7,7	2,0	5,7	9,6	15,9	14,0	11,6	7,3	14,7	8,7	11,2	8,4	4,0
1996	5,1	1,0	5,0	5,7	10,8	8,9	6,6	4,8	6,3	5,5	5,6	6,6	3,6
1997	8,3	1,0	5,4	9,1	17,8	17,3	13,7	10,7	9,7	7,3	9,0	8,3	2,4
Amazonas													
1995	7,5	2,0	8,0	11,7	11,4	8,4	9,9	8,1	15,3	9,3	12,4	9,3	3,5
1996	6,5	1,0	5,7	9,5	11,3	8,1	8,6	7,9	13,5	7,3	10,0	6,7	2,5
1997	5,7	1,0	4,7	7,8	9,5	7,7	9,1	8,2	16,3	9,0	13,5	7,5	2,3
Roraima													
1995	10,3	2,0	4,0	4,2	19,1	18,5	21,0	19,1	28,0	9,6	13,0	7,5	2,8
1996	6,2	2,0	3,0	4,1	8,0	10,8	11,7	12,7	10,2	8,8	7,9	12,8	5,3
1997	9,1	2,0	3,2	7,7	15,3	18,5	13,7	12,9	13,6	8,6	8,4	11,2	4,7
Pará													
1995	8,3	2,0	5,3	8,2	17,3	17,6	14,6	12,4	6,0	4,7	5,2	6,0	1,7
1996	7,1	1,0	4,3	7,5	15,8	14,4	14,0	12,9	5,8	5,2	6,2	6,6	0,9
1997	8,0	1,0	5,5	9,7	16,2	15,2	15,9	13,9	6,2	5,0	6,2	6,3	0,7
Amapá													
1995	5,4	1,0	1,7	1,1	7,7	10,6	15,0	12,3	14,9	6,0	8,2	4,7	2,8
1996	6,1	1,0	2,7	4,8	12,3	10,1	11,3	10,0	15,9	5,0	6,7	3,9	2,1
1997	6,7	1,0	2,1	4,0	11,0	12,4	15,3	14,3	7,3	4,4	4,1	6,0	2,7
Tocantins													
1995	6,1	2,0	4,6	6,8	7,5	9,6	10,8	10,1	8,1	5,5	5,7	7,1	2,8
1996	7,9	2,0	6,7	10,5	12,2	12,0	12,4	8,3	10,8	7,1	8,2	7,8	3,3
1997	7,7	2,0	6,2	9,2	12,5	11,2	12,4	9,3	14,4	7,8	9,7	7,9	3,3
Nordeste													
Maranhão													
1995	6,4	3,0	5,8	7,6	11,7	11,3	10,1	7,9	18,4	9,9	15,3	7,5	1,9
1996	6,2	3,0	7,6	9,7	8,1	6,9	7,8	6,9	11,0	7,4	10,8	6,5	1,7
1997	6,8	3,0	8,2	10,6	9,1	9,1	10,1	6,7	9,7	6,0	9,4	4,9	0,6
Piauí													
1995	9,3	3,0	7,8	12,6	16,4	19,6	17,7	11,7	18,1	10,1	12,6	10,7	3,7
1996	6,7	3,0	4,9	7,1	11,5	12,9	12,5	11,1	17,8	7,7	12,1	5,8	0,1
1997	6,5	3,0	6,6	8,9	10,8	11,2	9,2	6,0	7,6	4,2	5,5	4,4	1,2
Ceará													
1995	3,9	2,0	3,3	4,8	6,8	5,8	4,9	3,1	11,7	6,9	11,3	4,6	1,4
1996	5,5	2,0	5,6	5,4	8,2	9,8	9,6	6,6	11,8	5,0	9,4	2,1	0,1
1997	4,0	2,0	2,5	2,3	5,4	7,6	8,0	7,2	13,7	8,7	11,8	7,8	3,7
R. G. do Norte													
1995	7,1	1,0	5,8	8,7	13,6	10,5	10,6	9,5	18,2	10,5	15,0	9,6	3,8
1996	4,8	1,0	2,1	3,6	10,4	8,5	8,1	7,7	12,3	8,1	11,0	8,1	3,1
1997	3,6	1,0	1,1	3,2	6,6	6,3	6,3	5,9	6,3	4,6	5,9	4,9	1,8

16.3 - Ensino Básico - Taxa de Evasão por Série - 1995-1997

(Continuação)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Evasão (%)												
	Ensino Fundamental										Ensino Médio		
	Total ⁽¹⁾	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total	1ª	2ª	3ª
Paraíba													
1995	7,9	2,0	7,4	9,8	13,6	11,7	11,8	9,7	13,3	10,2	12,3	10,9	5,3
1996	5,9	2,0	5,3	7,2	10,8	8,2	8,3	7,1	10,5	7,1	8,8	7,2	3,9
1997	5,5	2,0	5,4	5,9	9,1	9,0	8,7	7,3	12,5	7,4	9,5	7,1	3,9
Pernambuco													
1995	6,9	2,0	6,1	7,6	13,6	9,5	9,0	8,2	13,3	8,1	10,8	7,8	3,2
1996	6,1	1,0	5,5	7,4	11,4	8,9	8,6	7,3	8,6	7,7	9,5	8,7	2,9
1997	5,1	1,0	4,6	7,0	8,0	6,5	8,0	6,6	9,1	6,4	8,9	6,3	2,1
Alagoas													
1995	6,9	3,0	5,7	11,8	14,3	9,0	8,6	7,3	16,0	10,9	15,9	9,5	3,6
1996	4,7	3,0	5,1	6,0	7,7	6,2	4,7	4,0	8,9	8,2	9,0	9,1	5,3
1997	5,5	3,0	6,3	7,4	5,9	7,1	8,5	7,2	11,3	5,1	7,0	4,0	3,2
Sergipe													
1995	5,8	2,0	4,2	4,7	11,1	10,1	10,5	8,6	13,9	9,0	10,3	9,9	4,9
1996	6,1	2,0	5,2	7,6	9,7	9,9	11,0	6,2	5,0	3,6	4,4	4,0	1,1
1997	5,1	2,0	4,9	6,2	9,3	8,6	6,8	3,7	8,3	6,1	8,5	6,0	0,9
Bahia													
1995	6,3	2,0	4,9	7,2	12,0	10,6	10,2	8,3	12,5	9,8	12,5	10,6	3,6
1996	6,0	2,0	5,1	6,2	8,7	11,0	11,7	7,1	7,2	8,0	10,1	9,3	1,9
1997	5,5	2,0	4,9	7,5	8,0	8,3	7,4	6,5	9,4	5,5	7,9	5,2	0,9
Sudeste													
Minas Gerais													
1995	4,9	1,0	1,8	5,2	9,2	8,4	7,3	5,0	12,7	5,7	8,8	3,8	2,2
1996	4,4	1,0	0,7	2,8	8,1	8,0	8,1	5,7	12,7	5,1	8,4	2,8	1,8
1997	3,2	1,0	1,5	1,3	4,4	5,1	5,8	4,8	12,3	7,2	11,6	5,5	1,8
Espírito Santo													
1995	5,6	1,0	1,2	4,9	9,6	9,5	9,6	8,1	11,6	8,6	10,3	9,8	3,7
1996	6,4	1,0	1,2	3,5	9,9	10,7	11,8	11,1	12,7	8,3	10,4	8,7	3,3
1997	4,8	1,0	1,7	3,4	7,2	7,0	9,0	8,3	8,6	5,2	7,2	5,2	1,3
Rio de Janeiro													
1995	6,5	1,0	3,5	5,2	7,7	9,3	11,7	9,1	13,2	8,7	10,7	9,0	4,5
1996	5,2	1,0	4,1	3,8	6,4	9,5	9,7	5,6	9,6	8,1	10,3	8,7	3,7
1997	3,4	1,0	1,8	2,9	5,1	5,5	5,8	3,9	3,7	6,5	7,3	8,1	2,6
São Paulo													
1995	5,6	0,5	1,3	3,3	8,6	9,5	9,7	8,8	16,4	10,0	13,6	9,6	3,2
1996	4,6	0,5	1,5	2,0	6,4	8,0	8,3	7,1	11,0	7,1	9,4	7,2	2,5
1997	3,9	0,5	2,1	2,2	4,6	6,2	7,3	5,7	8,3	7,6	9,5	8,5	2,9
Sul													
Paraná													
1995	6,3	0,5	2,8	5,0	10,5	10,5	10,1	8,5	11,4	6,2	9,6	5,2	0,9
1996	6,2	0,5	2,2	3,8	11,2	11,2	10,7	7,8	11,9	8,0	11,3	7,8	1,8
1997	4,3	0,5	2,5	3,6	4,1	7,9	8,9	5,3	9,8	8,0	10,5	8,5	2,7
Santa Catarina													
1995	5,3	0,5	1,2	5,0	8,2	8,6	9,7	8,3	13,8	9,3	11,9	9,4	4,4
1996	5,1	0,5	2,6	3,7	8,1	8,1	8,3	7,8	12,1	7,0	10,5	6,1	1,3
1997	3,2	0,5	0,8	1,0	4,2	6,0	6,7	5,4	8,2	9,5	12,5	10,6	2,5

16.3 - Ensino Básico - Taxa de Evasão por Série - 1995-1997

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano	Taxa de Evasão (%)												
	Ensino Fundamental									Ensino Médio			
	Total ⁽¹⁾	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	Total	1ª	2ª	3ª
R. G. do Sul													
1995	4,9	1,0	2,1	3,4	6,4	8,5	7,5	6,9	17,1	10,7	14,5	9,7	3,4
1996	4,3	1,0	2,0	3,3	5,8	6,7	5,6	6,4	17,5	9,6	13,3	8,0	2,9
1997	4,0	1,0	0,5	2,1	5,3	6,8	5,3	6,8	16,4	8,7	11,9	7,6	3,0
Centro-Oeste													
M. G. do Sul													
1995	7,5	1,0	5,6	7,3	12,2	11,0	11,3	10,3	13,7	7,0	10,7	5,6	1,6
1996	7,7	1,0	4,8	6,9	12,4	11,5	12,1	10,9	16,3	10,5	13,9	10,1	4,2
1997	6,7	1,0	4,2	5,7	10,5	9,8	10,6	9,8	16,1	10,6	14,2	10,3	4,2
Mato Grosso													
1995	10,2	2,0	7,1	11,2	16,0	13,4	15,6	15,7	21,9	12,2	16,5	10,8	3,9
1996	5,1	2,0	2,1	2,6	8,4	8,6	9,2	7,2	12,3	11,6	14,1	12,6	4,6
1997	7,7	2,0	5,4	6,6	9,3	9,7	12,2	13,6	16,3	10,9	15,3	10,9	2,3
Goiás													
1995	3,9	2,0	4,3	4,8	5,3	4,3	4,7	4,3	8,7	6,6	7,6	7,4	3,5
1996	5,6	1,0	3,3	4,2	9,0	8,3	8,9	8,5	9,0	6,1	7,9	6,4	1,7
1997	6,2	1,0	4,3	5,3	8,6	9,1	10,1	9,2	9,5	7,0	9,2	7,4	1,6
Distrito Federal													
1995	4,1	1,0	1,0	2,6	5,0	6,1	7,9	6,7	10,8	7,2	8,5	7,9	3,2
1996	4,1	1,0	2,3	2,0	4,0	5,6	7,9	6,9	10,2	6,6	8,1	6,9	2,5
1997	4,6	1,0	1,9	9,0	6,9	4,3	7,0	5,4	11,3	6,8	9,0	6,5	2,3

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Nota: (1) Corresponde à taxa média ponderada.

17.1 - Educação Básica - Tempo Médio Esperado de Permanência no Sistema (anos) e Número Médio Esperado de Séries Concluídas - 1995-97

(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Ensino Fundamental		Educação Básica (Fundamental e Médio)		Ensino Médio	
	Tempo Médio Esperado de Permanência (anos)	Número Médio Esperado de Séries Concluídas	Tempo Médio Esperado de Permanência (anos)	Número Médio Esperado de Séries Concluídas	Tempo Médio Esperado de Permanência (anos)	Número Médio Esperado de Séries Concluídas
Brasil						
1995	9,1	6,2	10,1	7,2	3,5	2,3
1996	9,1	6,5	10,9	7,9	3,5	2,6
1997	8,9	6,7	10,9	8,3	3,3	2,6
Norte						
Rondônia						
1995	7,6	5,1	8,5	5,6	3,1	2,2
1996	8,1	5,6	9,2	6,5	3,4	2,5
1997	8,1	5,7	9,1	6,4	3,0	2,1
Acre						
1995	8,5	5,2	9,6	5,9	3,5	2,4
1996	9,5	6,0	11,3	7,3	3,7	2,6
1997	8,5	5,2	9,5	5,9	3,5	2,5
Amazonas						
1995	8,4	5,3	9,5	6,0	3,5	2,3
1996	8,9	5,7	10,2	6,6	3,3	2,5
1997	8,8	6,0	10,0	6,9	3,2	2,4
Roraima						
1995	7,4	5,3	8,1	5,8	3,6	2,2
1996	8,5	6,1	10,1	7,1	3,7	2,4
1997	7,4	5,5	8,5	6,3	3,5	2,5
Pará						
1995	9,3	4,7	10,3	5,5	4,3	2,5
1996	9,5	5,2	10,7	6,1	4,3	2,6
1997	8,9	5,1	10,1	6,0	4,2	2,7
Amapá						
1995	9,7	6,2	11,3	7,1	4,2	2,5
1996	9,1	5,9	10,6	6,8	4,2	2,6
1997	8,8	5,9	10,3	7,0	3,9	2,7
Picantins						
1995	10,0	5,6	11,5	6,5	4,1	2,6
1996	8,8	5,1	9,9	5,9	3,8	2,5
1997	8,5	5,4	9,7	6,2	3,6	2,7
Nordeste						
Maranhão						
1995	9,3	5,2	10,4	6,1	3,4	2,3
1996	9,0	5,4	10,4	6,4	3,3	2,5
1997	8,3	5,3	9,6	6,3	3,4	2,6
Piauí						
1995	8,6	4,4	9,3	4,8	3,6	2,2
1996	9,5	5,1	10,5	5,7	3,6	2,4
1997	8,9	5,2	10,4	6,2	4,0	2,7
Ceará						
1995	8,9	6,5	10,8	7,9	3,3	2,5
1996	8,9	5,9	10,4	7,0	3,4	2,6
1997	8,9	6,6	10,6	7,8	3,3	2,4
R. G. do Norte						
1995	9,1	5,4	10,1	6,0	3,5	2,2
1996	9,8	6,2	11,4	7,4	3,4	2,5
1997	10,0	6,7	12,0	8,3	3,1	2,7

17.1 - Educação Básica - Tempo Médio Esperado de Permanência no Sistema (anos) e Número Médio Esperado de Séries Concluídas - 1995-97

(Continuação)

Unidade da Federação/Ano	Ensino Fundamental		Educação Básica (Fundamental e Médio)		Ensino Médio	
	Tempo Médio Esperado de Permanência (anos)	Número Médio Esperado de Séries Concluídas	Tempo Médio Esperado de Permanência (anos)	Número Médio Esperado de Séries Concluídas	Tempo Médio Esperado de Permanência (anos)	Número Médio Esperado de Séries Concluídas
Paraíba						
1995	8,5	5,1	9,5	5,8	3,4	2,3
1996	9,1	5,7	10,6	6,7	3,6	2,5
1997	9,2	5,8	10,6	6,9	3,4	2,5
Pernambuco						
1995	9,1	5,3	10,3	6,1	3,7	2,4
1996	9,3	5,7	10,7	6,8	3,5	2,5
1997	9,3	5,1	11,0	7,3	3,5	2,5
Alagoas						
1995	9,3	5,0	10,3	5,7	3,4	2,2
1996	10,5	5,5	12,1	6,7	3,5	2,5
1997	9,7	5,5	11,2	6,6	3,6	2,6
Sergipe						
1995	10,0	5,6	11,3	6,4	3,7	2,3
1996	10,0	5,4	11,6	6,4	4,0	2,7
1997	9,4	5,8	11,1	7,1	3,4	2,6
Bahia						
1995	9,6	5,4	10,9	6,2	3,5	2,3
1996	9,0	5,7	10,4	6,8	3,3	2,5
1997	9,0	5,9	10,7	7,1	3,5	2,6
Sudeste						
Minas Gerais						
1995	8,9	5,4	10,6	7,7	3,5	2,6
1996	8,6	5,7	10,4	8,1	3,3	2,6
1997	8,4	7,1	10,4	8,7	3,1	2,5
Espírito Santo						
1995	8,8	5,3	10,4	7,4	3,4	2,4
1996	8,6	5,3	10,1	7,3	3,4	2,4
1997	8,5	5,7	10,4	8,2	3,3	2,7
Rio de Janeiro						
1995	8,1	5,7	9,6	7,2	3,3	2,4
1996	8,3	5,4	10,0	7,4	3,3	2,3
1997	8,9	6,9	11,2	8,7	3,5	2,6
São Paulo						
1995	8,3	5,5	9,9	7,6	3,3	2,3
1996	8,1	5,9	10,1	8,4	3,3	2,5
1997	7,8	7,1	9,8	8,8	3,0	2,6
Sul						
Paraná						
1995	8,4	5,2	10,0	7,3	3,5	2,5
1996	8,3	5,3	9,8	7,4	3,4	2,4
1997	8,5	5,3	10,4	8,2	3,2	2,5
Santa Catarina						
1995	8,3	5,8	9,9	7,7	3,4	2,4
1996	8,3	5,5	10,0	7,9	3,4	2,5
1997	8,7	7,1	10,8	8,7	3,2	2,4
R. G. do Sul						
1995	8,7	5,6	10,4	7,6	3,4	2,2
1996	8,8	5,7	10,6	7,9	3,4	2,3
1997	8,7	7,0	10,6	8,3	3,3	2,4

17.1 - Educação Básica - Tempo Médio Esperado de Permanência no Sistema (anos) e Número Médio Esperado de Séries Concluídas - 1995-97

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano	Ensino Fundamental		Educação Básica (Fundamental e Médio)		Ensino Médio	
	Tempo Médio Esperado de Permanência (anos)	Número Médio Esperado de Séries Concluídas	Tempo Médio Esperado de Permanência (anos)	Número Médio Esperado de Séries Concluídas	Tempo Médio Esperado de Permanência (anos)	Número Médio Esperado de Séries Concluídas
Centro-Oeste						
M. G. do Sul						
1995	8,3	5,7	9,5	6,5	3,4	2,5
1996	8,3	5,7	9,3	6,5	3,3	2,3
1997	8,4	6,0	9,7	6,9	3,2	2,3
Mato Grosso						
1995	7,9	5,0	8,6	5,4	3,4	2,1
1996	8,9	6,3	10,4	7,4	3,2	2,3
1997	7,9	5,8	9,1	6,6	3,1	2,3
Goiás						
1995	9,1	6,4	11,8	1,9	3,8	2,5
1996	9,2	6,2	10,9	1,1	3,1	2,5
1997	8,8	6,1	10,3	1,2	3,4	2,5
Distrito Federal						
1995	9,5	6,8	11,7	8,2	3,8	2,5
1996	9,3	6,8	11,5	8,3	3,7	2,5
1997	8,6	6,5	10,5	7,8	3,5	2,5

Fonte: MEC/INEP/SEEC

17.2 - Educação Básica - Tempo Médio Esperado de Permanência por Série (anos) - 1995-97

(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Tempo Médio Esperado de Permanência por Série (anos)		
	Ensino Fundamental	Educação Básica (Fundamental e Médio)	Ensino Médio
Brasil			
1995	1,5	1,5	1,5
1996	1,4	1,4	1,3
1997	1,3	1,3	1,3
Norte			
Rondônia			
1995	1,5	1,5	1,5
1996	1,4	1,4	1,4
1997	1,4	1,4	1,4
Acre			
1995	1,6	1,6	1,5
1996	1,6	1,5	1,4
1997	1,6	1,6	1,4
Amazonas			
1995	1,6	1,6	1,5
1996	1,6	1,5	1,3
1997	1,5	1,4	1,3
Roraima			
1995	1,4	1,4	1,6
1996	1,4	1,4	1,5
1997	1,3	1,4	1,4
Pará			
1995	2,0	1,9	1,7
1996	1,8	1,7	1,6
1997	1,8	1,7	1,5
Amapá			
1995	1,6	1,6	1,7
1996	1,6	1,6	1,6
1997	1,5	1,5	1,4
Tocantins			
1995	1,8	1,8	1,6
1996	1,7	1,7	1,5
1997	1,6	1,6	1,5
Nordeste			
Maranhão			
1995	1,8	1,7	1,5
1996	1,7	1,6	1,3
1997	1,6	1,5	1,3
Piauí			
1995	2,0	1,9	1,6
1996	1,9	1,8	1,5
1997	1,7	1,7	1,5
Ceará			
1995	1,4	1,4	1,3
1996	1,5	1,5	1,3
1997	1,4	1,4	1,3
R. G. do Norte			
1995	1,7	1,7	1,6
1996	1,6	1,5	1,4
1997	1,5	1,4	1,3

**17.2 - Educação Básica - Tempo Médio Esperado de Permanência
por Série (anos) - 1995-97**

(Continuação)

Unidade da Federação/Ano	Tempo Médio Esperado de Permanência por Série (anos)		
	Ensino Fundamental	Educação Básica (Fundamental e Médio)	Ensino Médio
Paraíba			
1995	1,7	1,6	1,5
1996	1,6	1,6	1,4
1997	1,6	1,5	1,3
Pernambuco			
1995	1,7	1,7	1,6
1996	1,6	1,6	1,4
1997	1,5	1,5	1,4
Alagoas			
1995	1,9	1,8	1,5
1996	1,9	1,8	1,4
1997	1,8	1,7	1,4
Sergipe			
1995	1,8	1,8	1,6
1996	1,9	1,8	1,5
1997	1,6	1,6	1,3
Bahia			
1995	1,8	1,7	1,5
1996	1,6	1,5	1,3
1997	1,5	1,5	1,3
Sudeste			
Minas Gerais			
1995	1,4	1,4	1,4
1996	1,3	1,3	1,3
1997	1,2	1,2	1,2
Espírito Santo			
1995	1,4	1,4	1,4
1996	1,4	1,4	1,4
1997	1,3	1,3	1,2
Rio de Janeiro			
1995	1,4	1,3	1,4
1996	1,3	1,4	1,4
1997	1,3	1,3	1,3
São Paulo			
1995	1,3	1,3	1,5
1996	1,2	1,2	1,3
1997	1,1	1,1	1,2
Sul			
Paraná			
1995	1,4	1,4	1,4
1996	1,3	1,3	1,4
1997	1,3	1,3	1,3
Santa Catarina			
1995	1,3	1,3	1,4
1996	1,3	1,3	1,3
1997	1,2	1,2	1,3
R. G. do Sul			
1995	1,3	1,4	1,5
1996	1,3	1,3	1,5
1997	1,2	1,3	1,4

**17.2 - Educação Básica - Tempo Médio Esperado de Permanência
por Série (anos) - 1995-1997**

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano	Tempo Médio Esperado de Permanência por Série (anos)		
	Ensino Fundamental	Educação Básica (Fundamental e Médio)	Ensino Médio
Centro-Oeste			
M. G. do Sul	1995	1,5	1,5
	1996	1,4	1,4
	1997	1,4	1,4
Mato Grosso	1995	1,6	1,6
	1996	1,4	1,4
	1997	1,4	1,4
Goiás	1995	1,5	1,5
	1996	1,5	1,4
	1997	1,5	1,4
Distrito Federal	1995	1,4	1,6
	1996	1,4	1,5
	1997	1,3	1,4

Fonte: MEC/INEP/SEEC

18.1 - Educação Básica - Taxa Esperada de Conclusão e Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos) - 1995-97

(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Ensino Fundamental		Educação Básica (Fundamental e Médio)		Ensino Médio	
	Taxa Esperada de Conclusão (%)	Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos)	Taxa Esperada de Conclusão (%)	Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos)	Taxa Esperada de Conclusão (%)	Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos)
Brasil						
1995	51,4	11,3	32,5	15,4	71,4	4,0
1996	58,4	10,8	44,3	14,6	82,9	3,8
1997	65,8	10,4	47,7	14,0	78,5	3,6
Norte						
Roraima						
1995	28,8	11,2	15,6	13,2	60,2	3,9
1996	36,8	11,1	24,8	14,9	74,3	3,8
1997	70,1	10,9	18,5	14,9	53,0	3,8
Acre						
1995	35,5	12,0	21,1	16,3	68,7	4,1
1996	53,3	12,0	40,3	16,1	80,2	4,0
1997	30,9	12,0	21,3	16,1	75,3	3,9
Amazonas						
1995	37,6	12,1	21,2	16,4	67,3	4,2
1996	43,3	12,0	29,0	15,8	76,6	3,8
1997	78,6	11,3	29,3	13,0	72,2	3,7
Roraima						
1995	26,8	10,3	13,2	14,6	67,3	4,3
1996	76,3	10,6	29,7	14,8	67,9	4,2
1997	35,4	10,0	22,8	14,0	71,1	3,9
Pará						
1995	21,9	17,0	18,5	13,9	80,4	4,7
1996	31,3	13,2	23,4	13,0	78,3	4,8
1997	29,4	12,6	22,9	17,4	86,1	4,7
Amapá						
1995	74,1	12,0	28,1	16,7	75,6	4,7
1996	42,9	11,8	26,2	16,4	80,4	4,6
1997	40,5	11,2	32,4	15,4	87,4	4,1
 Tocantins						
1995	38,3	13,5	29,2	13,0	77,6	4,5
1996	34,7	12,5	23,6	16,8	74,3	4,2
1997	38,0	11,6	24,7	15,8	72,7	4,0
Nordeste						
Maranhão						
1995	39,1	12,9	21,2	17,3	66,4	4,1
1996	75,0	12,3	31,0	16,1	76,9	3,7
1997	43,1	11,4	32,1	13,2	81,1	3,7
Piauí						
1995	23,4	13,2	12,3	17,9	63,7	4,3
1996	33,8	13,2	21,0	17,7	73,9	4,2
1997	40,1	12,4	31,6	16,7	84,1	4,3
Ceará						
1995	65,5	10,7	45,2	14,4	78,6	3,7
1996	50,3	11,3	37,7	13,1	84,8	3,8
1997	60,7	10,5	38,6	14,2	73,1	3,7
R. G. do Norte						
1995	36,2	12,6	18,3	17,0	62,9	4,3
1996	57,4	11,9	33,6	13,9	77,0	3,9
1997	63,2	11,5	51,7	13,2	84,9	3,7

18.1 - Educação Básica - Taxa Esperada de Conclusão e Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos) - 1995-97

(Continuação)

Unidade da Federação/Ano	Ensino Fundamental		Educação Básica (Fundamental e Médio)		Ensino Médio	
	Taxa Esperada de Conclusão (%)	Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos)	Taxa Esperada de Conclusão (%)	Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos)	Taxa Esperada de Conclusão (%)	Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos)
Paraíba						
1995	33,4	12,2	19,7	10,4	65,6	4,0
1996	46,2	12,1	31,1	16,2	75,0	4,0
1997	47,5	11,8	31,8	15,6	75,5	3,8
Pernambuco						
1995	37,8	12,7	22,9	17,1	69,8	4,3
1996	45,2	12,3	31,1	16,3	73,8	3,9
1997	53,0	11,7	37,7	15,6	77,9	3,9
Alagoas						
1995	36,6	13,3	19,3	17,8	63,2	4,1
1996	50,2	14,0	32,4	18,0	71,5	4,0
1997	44,8	13,1	32,6	17,2	82,1	3,9
Sergipe						
1995	41,0	13,3	23,8	17,7	67,4	4,2
1996	40,4	13,6	33,5	18,0	86,1	4,3
1997	52,1	12,1	38,8	15,9	80,4	3,8
Bahia						
1995	39,3	13,1	23,9	17,4	66,2	4,1
1996	45,3	11,7	31,8	15,5	74,5	3,7
1997	50,2	11,5	38,4	15,4	82,2	3,8
Sudeste						
Minas Gerais						
1995	58,2	10,8	41,2	14,6	81,1	3,8
1996	61,6	10,1	45,5	15,7	84,4	3,6
1997	73,2	9,1	50,9	12,8	78,8	3,5
Espírito Santo						
1995	51,7	10,8	32,4	14,3	70,7	3,9
1996	46,8	10,6	30,2	14,6	72,1	3,9
1997	60,4	9,9	47,3	13,5	84,0	3,6
Rio de Janeiro						
1995	49,2	10,0	32,9	13,8	71,7	3,7
1996	54,2	10,0	38,2	13,8	73,1	3,7
1997	69,8	10,1	53,2	14,0	78,1	3,8
São Paulo						
1995	56,2	9,8	31,9	13,8	67,2	4,0
1996	64,5	9,4	45,3	15,0	77,4	3,7
1997	71,1	8,7	51,8	12,0	77,9	3,4
Sul						
Paraná						
1995	49,5	10,5	35,3	14,4	79,3	3,9
1996	50,2	10,1	33,0	14,3	73,1	3,9
1997	63,8	9,9	43,5	13,5	74,8	3,7
Santa Catarina						
1995	57,0	9,8	34,4	13,7	68,7	3,9
1996	58,5	9,8	41,1	13,8	77,8	3,8
1997	71,9	9,6	46,9	13,3	70,5	3,7
R. G. do Sul						
1995	58,1	10,4	30,4	14,8	64,5	4,1
1996	62,8	10,2	36,1	14,2	69,3	4,0
1997	66,4	9,8	41,7	13,6	72,7	3,8

18.1 - Educação Básica - Taxa Esperada de Conclusão e Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos) - 1995-97

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano	Ensino Fundamental		Educação Básica (Fundamental e Médio)		Ensino Médio	
	Taxa Esperada de Conclusão (%)	Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos)	Taxa Esperada de Conclusão (%)	Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos)	Taxa Esperada de Conclusão (%)	Tempo Médio Esperado para Conclusão (anos)
Centro-Oeste						
M. G. do Sul	1995	35,9	11,2	27,1	15,2	76,9
	1996	33,1	11,1	22,3	15,0	66,3
	1997	45,7	10,8	25,8	14,7	66,3
Mato Grosso	1995	26,6	11,7	12,0	10,1	60,2
	1996	54,3	10,9	30,0	14,8	63,4
	1997	11,4	10,7	24,7	14,1	66,7
Goiás	1995	63,0	11,7	42,7	15,9	75,2
	1996	50,0	11,4	36,4	15,6	78,2
	1997	47,6	11,1	33,9	15,0	77,2
Distrito Federal	1995	63,6	10,9	41,5	15,3	73,0
	1996	64,1	10,6	44,5	14,9	76,4
	1997	61,4	10,4	41,7	14,3	77,8

Fonte: MEC/INEP/SEEC

18.2 - Educação Básica - Produtividade Esperada de Conclusão - 1995-97

(Continua)

Unidade da Federação/Ano	Taxa Esperada de Conclusão Corrigida pelo Tempo de Conclusão		
	Ensino Fundamental	Educação Básica (Fundamental e Médio)	Ensino Médio
Brasil			
1995	0,37	0,23	0,53
1996	0,43	0,33	0,65
1997	0,51	0,37	0,65
Norte			
Rondônia			
1995	0,21	0,11	0,46
1996	0,27	0,13	0,58
1997	0,29	0,14	0,12
Acre			
1995	0,24	0,14	0,51
1996	0,36	0,28	0,60
1997	0,21	0,15	0,57
Amazonas			
1995	0,25	0,14	0,49
1996	0,29	0,20	0,61
1997	0,35	0,21	0,59
Roraima			
1995	0,21	0,10	0,47
1996	0,35	0,22	0,49
1997	0,28	0,18	0,54
Pará			
1995	0,13	0,11	0,52
1996	0,19	0,14	0,19
1997	0,19	0,14	0,52
Amapá			
1995	0,29	0,19	0,19
1996	0,29	0,19	0,53
1997	0,29	0,23	0,61
Tocantins			
1995	0,23	0,18	0,52
1996	0,22	0,15	0,53
1997	0,26	0,17	0,54
Nordeste			
Maranhão			
1995	0,24	0,14	0,48
1996	0,29	0,21	0,62
1997	0,30	0,23	0,65
Piauí			
1995	0,11	0,08	0,15
1996	0,20	0,13	0,53
1997	0,26	0,21	0,59
Ceará			
1995	0,19	0,35	0,61
1996	0,36	0,28	0,68
1997	0,46	0,30	0,59
R. G. do Norte			
1995	0,23	0,12	0,44
1996	0,35	0,23	0,56
1997	0,44	0,37	0,69

18.2 - Educação Básica - Produtividade Esperada de Conclusão - 1995-97

(Continuação)

Unidade da Federação/Ano	Taxa Esperada de Conclusão Corrigida pelo Tempo de Conclusão		
	Ensino Fundamental	Educação Básica (Fundamental e Médio)	Ensino Médio
Paraíba			
1995	0,22	0,13	0,49
1996	0,31	0,21	0,57
1997	0,32	0,22	0,60
Pernambuco			
1995	0,24	0,15	0,48
1996	0,30	0,21	0,56
1997	0,36	0,27	0,60
Alagoas			
1995	0,22	0,12	0,46
1996	0,29	0,20	0,54
1997	0,27	0,21	0,63
Sergipe			
1995	0,25	0,15	0,48
1996	0,24	0,21	0,60
1997	0,35	0,27	0,64
Bahia			
1995	0,24	0,15	0,49
1996	0,31	0,23	0,60
1997	0,35	0,27	0,65
Sudeste			
Minas Gerais			
1995	0,43	0,31	0,64
1996	0,40	0,37	0,70
1997	0,63	0,44	0,68
Espírito Santo			
1995	0,38	0,24	0,54
1996	0,35	0,23	0,55
1997	0,49	0,39	0,70
Rio de Janeiro			
1995	0,39	0,26	0,58
1996	0,47	0,31	0,59
1997	0,55	0,42	0,61
São Paulo			
1995	0,46	0,25	0,51
1996	0,56	0,38	0,63
1997	0,66	0,47	0,70
Sul			
Paraná			
1995	0,38	0,27	0,61
1996	0,39	0,25	0,57
1997	0,52	0,35	0,61
Santa Catarina			
1995	0,47	0,28	0,53
1996	0,48	0,33	0,61
1997	0,60	0,39	0,57
R. G. do Sul			
1995	0,45	0,23	0,47
1996	0,49	0,28	0,53
1997	0,54	0,34	0,58

18.2 - Educação Básica - Produtividade Esperada de Conclusão - 1995-97

(Conclusão)

Unidade da Federação/Ano	Taxa Esperada de Conclusão Corrigida pelo Tempo de Conclusão			
	Ensino Fundamental	Educação Básica (Fundamental e Médio)	Ensino Médio	
Centro-Oeste				
M. G. do Sul	1995	0,28	0,20	0,60
	1996	0,28	0,15	0,52
	1997	0,34	0,19	0,52
Mato Grosso	1995	0,18	0,09	0,43
	1996	0,40	0,22	0,50
	1997	0,32	0,19	0,54
Goiás	1995	0,43	0,29	0,53
	1996	0,35	0,25	0,58
	1997	0,34	0,25	0,60
Distrito Federal	1995	0,47	0,30	0,51
	1996	0,48	0,33	0,55
	1997	0,47	0,32	0,60

Fonte: MEC/INEP/SEEC

19.1 - Ensino Fundamental - 4ª Série - Percentual de Alunos que se encontra acima do Nível da Escala Comparativa de Proficiência em Língua Portuguesa - 1995-1997

Unidade da Federação	Língua Portuguesa - Ensino Fundamental - 4ª Série					
	1995			1997		
	Escala Comparativa de Proficiência			Escala Comparativa de Proficiência		
	>175	>225	>300	>175	>225	>300
Brasil	60,5	20,9	1,2	55,7	19,4	1,3
Norte	46,6	9,8	0,2	43,8	8,4	0,4
Rondônia	42,4	8,8	0,6	46,1	10,0	0,3
Acre	43,1	8,8	0,7	33,3	4,4	0,0
Amazonas	50,6	10,9	-	49,0	11,0	0,7
Roraima	52,7	10,1	-	34,3	4,7	-
Pará	46,6	9,5	0,2	42,6	7,5	0,3
Amapá	41,0	9,7	0,6	37,8	5,9	0,1
Tocantins	46,1	11,2	-	45,6	8,8	0,4
Nordeste	51,4	15,0	0,8	48,6	14,2	1,0
Maranhão	40,5	9,5	-	44,3	10,2	0,4
Piauí	59,2	17,5	2,7	54,4	12,9	0,5
Ceará	52,9	14,6	0,6	52,0	18,1	1,1
R. G. do Norte	51,7	13,9	-	43,1	12,0	0,6
Paraíba	47,2	17,9	0,8	57,6	11,4	0,5
Pernambuco	50,4	13,8	0,8	43,8	13,8	1,0
Alagoas	46,9	10,3	0,2	44,4	9,0	0,5
Sergipe	59,0	16,0	0,3	46,3	11,6	0,4
Bahia	55,5	18,1	1,1	50,4	16,7	1,7
Sudeste	65,8	25,1	1,4	60,2	24,9	1,8
Minas Gerais	62,8	25,7	1,5	70,7	35,7	4,2
Espírito Santo	52,9	15,8	-	47,7	13,7	0,6
Rio de Janeiro	66,1	22,5	1,6	53,6	19,7	1,1
São Paulo	68,2	26,5	1,4	58,5	22,5	1,1
Sul	63,7	23,7	1,2	61,5	20,9	0,9
Paraná	70,8	29,3	1,1	60,9	23,2	0,9
Santa Catarina	61,4	20,4	0,5	69,6	24,5	1,3
R. G. do Sul	57,8	19,8	1,7	58,0	16,6	0,7
Centro Oeste	67,3	22,5	1,8	55,1	14,6	1,1
M. G. do Sul	66,3	18,8	0,6	56,4	16,1	0,6
Mato Grosso	47,4	9,6	0,7	43,7	8,5	1,1
Goiás	72,4	26,6	2,7	58,8	15,6	1,1
Distrito Federal	76,2	29,8	1,8	57,7	17,5	1,7

Fonte: MEC/INEP/DAEB

19.2 - Ensino Fundamental - 8ª Série - Percentual de Alunos que se encontra acima do Nível da Escala Comparativa de Proficiência em Língua Portuguesa - 1995-1997

Unidade da Federação	Língua Portuguesa - Ensino Fundamental - 8ª Série					
	1995			1997		
	Escala Comparativa de Proficiência			Escala Comparativa de Proficiência		
	>175	>225	>300	>175	>225	>300
Brasil	93,4	73,6	20,8	92,4	69,2	16,2
Norte	90,5	64,9	10,5	93,0	65,3	9,3
Rondônia	89,5	62,5	8,8	94,8	64,9	10,8
Acre	88,7	54,2	4,8	89,3	53,0	4,8
Amazonas	88,8	63,4	8,6	92,1	61,6	9,0
Roraima	89,6	62,0	9,7	91,5	59,3	5,1
Pará	95,6	74,8	15,7	95,4	73,8	11,0
Amapá	91,4	57,3	6,4	94,2	65,9	7,9
Tocantins	80,1	49,8	6,5	88,5	56,9	7,1
Nordeste	84,1	54,8	10,2	90,0	62,5	12,4
Maranhão	79,6	46,8	3,9	86,3	56,4	6,5
Piauí	85,6	50,8	6,1	91,5	62,5	15,2
Ceará	88,0	60,2	10,8	88,9	61,6	17,0
R. G. do Norte	82,4	56,6	15,4	88,6	60,4	9,5
Paraíba	89,5	59,5	12,8	88,5	60,8	11,2
Pernambuco	83,7	54,4	12,0	92,4	64,6	10,2
Alagoas	76,4	45,2	8,7	87,0	54,1	6,5
Sergipe	89,2	61,5	10,9	89,3	62,6	9,9
Bahia	83,4	54,8	10,2	91,7	66,6	15,4
Sudeste	96,6	80,4	26,5	92,2	69,7	17,2
Minas Gerais	96,0	76,7	26,6	93,0	71,9	18,7
Espírito Santo	92,0	66,4	16,4	90,0	62,8	12,8
Rio de Janeiro	95,3	79,5	24,6	94,3	74,3	21,4
São Paulo	97,4	82,9	27,7	91,4	68,0	15,7
Sul	96,3	79,6	21,9	95,4	76,1	20,7
Paraná	94,9	76,7	20,7	95,8	79,6	21,7
Santa Catarina	96,3	77,7	16,0	95,8	74,3	18,3
R. G. do Sul	97,9	83,8	26,1	94,8	73,6	21,0
Centro Oeste	94,8	75,3	19,2	94,4	74,0	16,4
M. G. do Sul	91,6	73,0	17,4	96,9	77,9	14,9
Mato Grosso	92,7	67,9	12,9	91,1	60,4	8,8
Goiás	95,4	73,2	17,7	94,6	77,4	18,4
Distrito Federal	98,1	87,5	28,7	95,0	76,6	20,8

Fonte: MEC/INEP/DAEB

**19.3 - Ensino Médio - 3ª Série - Percentual de Alunos que se encontra
acima do Nível da Escala Comparativa de Proficiência
em Língua Portuguesa - 1995-1997**

Unidade da Federação	Língua Portuguesa - Ensino Médio - 3ª Série					
	1995			1997		
	Escala Comparativa de Proficiência			Escala Comparativa de Proficiência		
	>175	>225	>300	>175	>225	>300
Brasil	97,4	87,9	45,4	96,9	85,2	39,7
Norte	94,9	80,5	34,2	96,5	79,5	30,5
Rondônia	96,5	87,7	45,1	96,3	85,7	32,8
Acre	94,5	77,9	23,9	95,9	74,3	18,5
Amazonas	96,6	81,8	36,6	94,6	68,7	23,7
Roraima	94,6	79,0	27,9	96,8	83,7	19,8
Pará	94,1	80,0	33,8	97,2	83,0	37,9
Amapá	97,5	84,0	36,4	98,1	83,4	14,2
Tocantins	92,7	72,9	26,6	96,7	77,8	29,4
Nordeste	94,7	77,1	27,4	96,9	79,9	35,8
Maranhão	91,7	70,7	22,5	94,8	69,8	24,6
Piauí	93,9	73,5	23,0	96,0	78,2	41,0
Ceará	94,1	75,6	29,3	96,9	81,9	37,5
R. G. do Norte	91,5	78,2	26,1	94,0	71,3	35,5
Paraíba	98,2	76,6	28,8	94,0	77,1	28,5
Pernambuco	94,8	72,8	22,4	99,4	82,2	35,0
Alagoas	95,5	77,9	35,6	96,7	81,7	25,5
Sergipe	96,5	82,9	43,0	98,9	93,9	45,1
Bahia	96,1	83,5	30,7	98,6	84,8	48,6
Sudeste	98,5	91,9	51,8	96,3	84,9	38,0
Minas Gerais	98,3	89,4	49,8	98,9	93,9	65,2
Espírito Santo	99,4	87,6	36,8	97,5	92,8	45,9
Rio de Janeiro	96,3	88,2	40,7	95,5	80,7	31,5
São Paulo	99,3	94,3	57,3	95,9	83,7	33,9
Sul	97,8	90,4	50,8	98,4	91,0	50,3
Paraná	97,6	85,7	49,1	98,8	87,7	46,8
Santa Catarina	97,4	93,7	49,2	97,8	91,2	41,3
R. G. do Sul	98,3	93,1	53,7	98,4	94,8	60,2
Centro Oeste	98,8	91,4	49,2	98,7	91,0	45,4
M. G. do Sul	98,4	88,5	42,4	99,4	92,3	42,0
Mato Grosso	97,5	88,6	36,4	98,2	90,0	37,8
Goiás	99,1	91,2	47,4	98,9	90,5	43,7
Distrito Federal	99,4	95,5	65,5	98,1	91,1	55,6

Fonte: MEC/INEP/DAEB

19.4 - Ensino Fundamental - 4ª Série - Média, Erro Padrão e Percentis da Distribuição de Proficiência em Língua Portuguesa - 1995-1997

Unidade da Federação	Língua Portuguesa - Ensino Fundamental - 4ª Série													
	1995							1997						
	Média	Erro Padrão	Percentil					Média	Erro Padrão	Percentil				
			P ₅	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	P ₉₅			P ₅	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	P ₉₅
Brasil	188	1,6	111	157	187	219	268	186	1,0	120	153	182	216	270
Norte	173	2,6	103	142	172	203	242	172	1,2	117	145	169	195	240
Rondônia	171	5,5	111	142	170	195	245	173	3,0	117	146	172	199	237
Acre	169	4,6	105	136	165	200	244	163	1,5	111	138	160	184	223
Amazonas	176	3,5	110	147	176	205	245	177	2,4	119	150	174	200	246
Roraima	177	4,5	113	150	177	207	243	162	2,8	108	137	157	185	223
Pará	173	5,1	100	142	172	204	242	171	1,5	117	145	167	195	239
Amapá	165	2,5	91	129	167	197	249	168	3,1	118	143	163	190	229
Tocantins	171	3,6	104	143	172	201	242	173	5,3	113	146	170	197	247
Nordeste	178	2,2	105	146	176	208	253	178	3,7	114	146	174	204	260
Maranhão	165	8,3	96	132	164	198	239	174	1,9	115	145	169	202	243
Piauí	188	8,8	111	155	183	213	291	181	8,7	124	152	178	205	251
Ceará	180	3,4	114	150	177	208	251	182	2,2	117	152	176	211	263
R. G. do Norte	178	4,5	109	151	176	203	255	173	1,8	111	142	167	199	250
Paraíba	178	7,2	106	147	172	210	258	179	2,8	116	150	181	204	242
Pernambuco	177	3,4	103	146	175	208	253	175	1,7	114	142	167	198	268
Alagoas	172	6,7	100	142	171	204	243	170	1,9	112	141	169	192	241
Sergipe	183	5,3	113	156	182	212	250	175	3,3	115	147	172	200	249
Bahia	182	6,1	105	151	184	215	251	180	12,7	113	147	175	207	267
Sudeste	195	3,0	119	164	193	225	275	193	2,0	122	158	190	225	278
Minas Gerais	195	5,4	124	162	192	226	279	208	2,2	131	170	209	243	291
Espírito Santo	181	4,2	120	147	178	207	265	177	1,3	116	146	172	206	255
Rio de Janeiro	194	4,4	124	165	193	220	274	183	2,8	116	147	179	212	269
São Paulo	196	5,0	116	166	195	227	275	191	3,4	123	157	188	222	277
Sul	191	3,0	109	160	193	223	269	191	1,4	128	159	189	218	267
Paraná	197	6,4	112	169	201	233	273	193	4,4	131	159	192	222	272
Santa Catarina	189	3,9	118	162	188	220	254	197	3,2	130	169	195	223	270
R. G. do Sul	187	3,5	105	154	186	216	273	186	1,5	125	155	183	211	256
Centro Oeste	193	2,6	123	162	192	221	270	183	1,2	123	155	180	206	259
M. G. do Sul	191	4,0	131	167	190	214	258	185	2,3	128	153	181	210	259
Mato Grosso	172	4,8	109	141	171	202	237	171	2,1	113	142	169	196	241
Goiás	199	4,9	127	172	197	228	277	187	2,2	124	160	184	209	261
Distrito Federal	205	3,9	134	176	204	232	278	187	1,3	122	157	181	211	268

Fonte: MEC/INEP/DAEB

19.5 - Ensino Fundamental - 8ª Série - Média, Erro Padrão e Percentis da Distribuição de Proficiência em Língua Portuguesa - 1995-1997

Unidade da Federação	Língua Portuguesa - Ensino Fundamental - 8ª Série													
	1995							1997						
	Média	Erro Padrão	Percentil					Média	Erro Padrão	Percentil				
			P ₅	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	P ₉₅			P ₅	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	P ₉₅
Brasil	256	1,5	165	223	259	293	336	250	1,3	164	216	252	285	330
Norte	241	4,1	153	210	243	274	318	242	1,8	167	212	243	272	313
Rondônia	236	2,9	148	209	239	267	312	244	2,2	174	213	244	273	316
Acre	228	5,7	150	202	228	259	297	230	4,3	158	203	228	260	299
Amazonas	236	6,0	147	205	238	266	318	239	5,3	163	207	240	270	311
Roraima	236	6,4	151	204	237	273	316	233	2,9	162	207	235	262	303
Pará	256	6,6	184	224	258	287	329	249	2,9	177	224	248	278	321
Amapá	233	3,8	158	200	235	263	313	242	6,2	168	214	246	272	312
Tocantins	222	5,9	127	189	225	260	304	233	4,2	157	202	234	265	307
Nordeste	230	2,0	135	194	231	269	318	241	2,2	159	207	242	276	322
Maranhão	220	6,0	131	184	221	259	298	230	2,9	151	196	231	262	309
Piauí	227	4,8	137	196	226	264	307	243	8,8	163	207	243	277	325
Ceará	238	2,6	147	205	240	275	323	244	5,5	157	205	244	284	331
R. G. do Norte	235	5,7	145	195	232	281	321	238	5,9	161	202	239	270	323
Paraíba	237	4,6	149	202	234	275	319	241	4,6	160	208	243	276	321
Pernambuco	230	4,8	137	191	231	269	321	243	5,2	165	212	246	275	314
Alagoas	218	8,6	121	178	216	258	311	229	3,6	154	196	229	260	306
Sergipe	238	4,5	152	205	239	273	322	238	3,9	154	202	237	272	326
Bahia	229	5,0	119	193	231	268	318	246	8,9	159	214	246	283	327
Sudeste	267	2,4	184	234	270	302	341	251	1,8	164	218	254	288	335
Minas Gerais	265	5,2	183	230	267	302	338	256	6,5	162	223	260	292	340
Espírito Santo	248	2,2	166	214	251	286	327	241	2,4	160	205	242	274	321
Rio de Janeiro	264	7,0	179	231	268	299	340	259	4,1	172	223	263	296	338
São Paulo	270	3,1	190	239	273	304	342	248	2,1	164	214	250	283	332
Sul	262	2,0	183	231	262	296	339	259	4,7	177	228	262	293	335
Paraná	258	3,0	173	228	261	294	339	261	3,0	182	234	263	296	331
Santa Catarina	257	2,0	189	229	259	288	326	257	1,9	179	225	261	290	333
R. G. do Sul	268	3,7	195	236	268	302	341	258	12,5	165	224	261	292	337
Centro Oeste	256	3,3	174	226	258	290	336	254	2,7	172	224	255	286	328
M. G. do Sul	251	4,9	160	222	252	286	334	257	2,5	185	230	257	285	318
Mato Grosso	247	8,0	162	213	247	282	325	240	4,8	164	208	240	271	314
Goiás	254	6,2	179	223	255	286	334	256	6,4	174	229	257	289	330
Distrito Federal	274	5,8	197	243	275	303	344	261	3,4	175	226	262	292	341

Fonte: MEC/INEP/DAEB

19.6 - Ensino Médio - 3ª Série - Média, Erro Padrão e Percentis da Distribuição de Proficiência em Língua Portuguesa - 1995-1997

Unidade da Federação	Língua Portuguesa - Ensino Médio - 3ª Série													
	1995							1997						
	Média	Erro Padrão	Percentil					Média	Erro Padrão	Percentil				
			P ₅	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	P ₉₅			P ₅	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	P ₉₅
Brasil	290	1,9	195	254	294	329	373	284	1,3	191	245	285	322	372
Norte	274	5,5	175	237	277	315	364	269	5,6	184	234	272	308	351
Rondônia	289	8,2	185	259	297	326	366	274	2,8	185	248	274	306	351
Acre	263	6,6	175	230	262	298	342	256	7,0	178	219	254	288	345
Amazonas	278	6,8	188	242	281	319	368	257	9,6	175	215	255	294	355
Roraima	267	6,4	173	232	272	302	342	265	2,3	175	233	261	293	340
Pará	274	10,9	170	237	274	315	364	278	11,5	184	240	284	315	357
Amapá	278	5,9	197	243	270	324	361	259	8,8	190	234	254	294	326
Tocantins	261	6,6	165	222	263	302	351	268	6,0	182	229	263	307	354
Nordeste	266	2,4	173	229	265	304	357	276	2,7	187	234	276	318	368
Maranhão	255	8,6	159	218	252	293	344	260	8,9	174	220	251	299	366
Piauí	259	4,9	171	222	258	297	338	280	3,3	179	229	285	328	369
Ceará	268	5,6	173	226	268	311	365	281	4,3	186	242	284	321	369
R. G. do Norte	265	5,1	159	232	259	302	358	267	6,7	172	220	265	316	360
Paraíba	267	8,9	185	227	266	304	350	266	6,8	170	232	267	304	351
Pernambuco	259	3,9	169	223	259	296	345	277	5,6	196	233	272	321	372
Alagoas	274	8,8	177	240	280	315	357	269	8,7	187	238	269	301	355
Sergipe	286	14,4	196	239	289	330	381	290	6,9	222	265	296	320	355
Bahia	273	5,6	183	238	272	308	365	289	13,6	198	246	294	334	368
Sudeste	299	3,6	209	266	303	335	376	283	1,5	189	245	282	321	374
Minas Gerais	296	5,9	202	265	299	335	377	316	7,2	221	277	320	360	389
Espírito Santo	282	7,0	201	244	285	315	358	292	5,9	220	258	294	330	371
Rio de Janeiro	288	7,5	189	256	290	326	368	270	7,3	177	237	274	309	343
São Paulo	305	5,3	218	272	309	339	379	279	1,2	189	239	281	314	374
Sul	296	3,4	203	267	301	331	374	297	6,0	203	263	301	334	373
Paraná	291	7,8	191	261	299	328	375	291	12,0	198	254	293	330	372
Santa Catarina	295	4,6	207	269	300	324	371	291	6,1	200	261	289	326	373
R. G. do Sul	302	3,0	211	271	303	339	376	308	8,4	224	283	312	340	375
Centro Oeste	297	3,7	207	264	299	336	374	293	2,5	206	263	293	326	371
M. G. do Sul	286	6,6	208	249	288	317	363	291	5,6	207	264	286	323	365
Mato Grosso	280	1,6	189	249	284	314	357	281	6,1	213	242	281	314	365
Goiás	296	8,1	207	268	296	335	374	292	4,2	202	260	292	323	368
Distrito Federal	316	4,3	227	286	322	352	387	304	5,1	206	274	309	340	378

Fonte: MEC/INEP/DAEB

20.1 - Ensino Fundamental - 4ª Série - Percentual de Alunos que se encontra acima do Nível da Escala Comparativa de Proficiência em Matemática - 1995-1997

Unidade da Federação	Matemática - Ensino Fundamental - 4ª Série					
	1995			1997		
	Escala Comparativa de Proficiência			Escala Comparativa de Proficiência		
	>175	>225	>300	>175	>225	>300
Brasil	60,9	19,0	1,2	59,8	21,4	1,4
Norte	45,7	6,5	0,1	45,6	9,2	0,3
Rondônia	41,1	8,5	0,7	52,4	11,9	0,1
Acre	32,8	6,2	-	36,9	5,8	-
Amazonas	50,4	8,3	-	46,3	11,7	0,4
Roraima	54,1	6,5	0,3	33,8	4,8	0,0
Pará	46,1	5,3	-	44,9	7,9	0,3
Amapá	38,0	5,3	-	41,6	6,7	0,0
Tocantins	46,6	6,7	-	47,7	10,3	0,4
Nordeste	49,2	11,3	0,5	51,4	14,2	1,0
Maranhão	43,6	6,9	0,7	43,5	10,8	0,3
Piauí	58,1	20,8	3,1	47,9	10,8	0,6
Ceará	49,3	9,5	0,7	53,5	17,5	0,9
R. G. do Norte	51,1	14,5	0,2	50,0	12,1	0,5
Paraíba	46,1	12,6	0,4	57,7	13,8	0,5
Pernambuco	48,7	13,8	0,5	45,8	13,5	1,5
Alagoas	46,0	8,6	-	43,6	8,5	0,3
Sergipe	51,1	14,3	0,7	52,1	12,0	0,3
Bahia	51,0	9,7	-	57,8	16,7	1,5
Sudeste	68,5	24,6	1,9	64,9	27,6	2,0
Minas Gerais	73,2	27,6	1,6	74,8	42,2	2,2
Espírito Santo	57,0	12,7	1,5	50,8	14,4	0,9
Rio de Janeiro	64,9	21,6	1,8	60,1	19,6	0,9
São Paulo	68,5	25,4	2,2	62,9	24,5	2,3
Sul	63,8	21,3	0,8	68,2	23,6	1,3
Paraná	68,7	27,2	1,5	71,8	25,3	2,3
Santa Catarina	69,6	21,3	0,6	76,7	32,3	1,4
R. G. do Sul	56,5	15,9	0,3	60,2	17,3	0,2
Centro Oeste	65,8	19,8	1,2	59,1	18,8	1,3
M. G. do Sul	64,6	19,9	1,3	59,6	19,9	1,2
Mato Grosso	50,4	11,5	1,1	50,7	11,8	0,6
Goiás	71,2	23,4	0,8	62,3	21,2	1,2
Distrito Federal	69,8	19,8	2,1	60,2	19,7	2,5

Fonte: MEC/INEP/DAEB

20.2 - Ensino Fundamental - 8ª Série - Percentual de Alunos que se encontra acima do Nível da Escala Comparativa de Proficiência em Matemática - 1995-1997

Unidade da Federação	Matemática - Ensino Fundamental - 8ª Série					
	1995			1997		
	Escala Comparativa de Proficiência			Escala Comparativa de Proficiência		
	>175	>225	>300	>175	>225	>300
Brasil	95,3	71,0	16,8	94,4	66,4	16,7
Norte	93,8	62,5	6,8	93,9	59,1	7,0
Rondônia	93,7	61,3	6,3	94,7	66,3	8,5
Acre	89,9	53,6	1,7	90,6	50,2	4,7
Amazonas	93,8	62,3	5,7	93,5	56,7	7,2
Roraima	95,4	66,9	4,7	92,3	52,9	3,4
Pará	96,6	69,7	10,6	95,5	62,3	7,0
Amapá	91,8	50,8	3,5	95,3	60,9	7,0
Tocantins	87,6	50,9	3,5	90,7	54,1	6,9
Nordeste	90,0	53,6	8,1	92,4	56,2	12,7
Maranhão	86,4	41,9	4,1	88,4	42,0	6,2
Piauí	94,3	58,6	3,2	94,6	60,4	21,5
Ceará	90,9	56,6	11,2	91,1	57,3	17,6
R. G. do Norte	89,4	50,0	12,0	93,6	57,7	13,1
Paraíba	91,8	59,4	9,6	89,3	57,5	12,5
Pernambuco	90,4	52,4	9,8	93,5	56,7	10,4
Alagoas	86,9	44,8	5,9	91,3	48,0	5,5
Sergipe	92,9	61,0	11,1	92,7	52,4	14,2
Bahia	89,9	56,9	6,2	94,6	61,6	14,0
Sudeste	96,8	77,4	21,7	94,2	68,5	18,3
Minas Gerais	98,1	82,8	21,5	94,5	77,3	19,9
Espírito Santo	95,5	69,0	12,5	95,5	61,5	12,3
Rio de Janeiro	96,7	71,8	19,9	98,0	74,5	19,1
São Paulo	96,6	77,6	22,8	92,9	63,3	17,9
Sul	97,4	77,0	17,7	96,9	74,6	20,2
Paraná	96,3	72,0	17,1	96,7	77,0	24,2
Santa Catarina	98,2	76,0	11,2	98,3	78,7	18,4
R. G. do Sul	98,2	83,1	21,5	96,3	70,1	17,3
Centro Oeste	96,1	70,8	15,0	96,7	72,1	17,8
M. G. do Sul	96,1	70,7	8,0	97,7	79,2	23,2
Mato Grosso	94,3	68,4	8,4	91,6	57,3	8,0
Goiás	95,5	64,6	13,6	98,2	75,0	19,3
Distrito Federal	98,9	86,1	29,4	97,5	74,4	19,6

Fonte: MEC/INEP/DAEB

20.3 - Ensino Médio - 3ª Série - Percentual de Alunos que se encontra acima do Nível da Escala Comparativa de Proficiência em Matemática - 1995-1997

Unidade da Federação	Matemática - Ensino Médio - 3ª Série					
	1995			1997		
	Escala Comparativa de Proficiência			Escala Comparativa de Proficiência		
	>175	>225	>300	>175	>225	>300
Brasil	99,6	85,8	34,8	100,0	83,2	39,4
Norte	99,2	79,4	21,8	100,0	82,0	24,8
Rondônia	98,0	79,4	22,8	100,0	77,7	23,9
Acre	99,7	79,6	16,5	100,0	83,7	26,5
Amazonas	99,7	80,7	23,8	100,0	85,7	27,9
Roraima	98,9	76,9	13,1	100,0	84,6	13,8
Pará	99,1	79,6	21,3	100,0	81,0	25,3
Amapá	99,3	84,7	18,5	100,0	80,9	9,6
Tocantins	99,7	72,1	26,0	100,0	80,8	32,1
Nordeste	99,3	75,8	19,5	100,0	83,2	39,1
Maranhão	98,4	68,2	15,8	100,0	78,8	28,6
Piauí	99,2	73,5	19,3	100,0	83,6	48,1
Ceará	99,6	78,5	26,1	100,0	84,4	47,0
R. G. do Norte	99,3	70,6	18,0	100,0	83,6	35,5
Paraíba	99,6	76,8	17,1	100,0	80,6	29,0
Pernambuco	99,2	79,8	17,2	100,0	79,6	33,1
Alagoas	100,0	80,4	25,8	100,0	76,4	33,3
Sergipe	99,2	84,8	34,5	100,0	93,2	51,7
Bahia	99,5	75,8	18,6	100,0	92,9	51,1
Sudeste	99,7	88,6	40,0	100,0	80,0	34,9
Minas Gerais	99,4	91,0	42,8	100,0	88,3	63,1
Espírito Santo	99,0	87,1	28,0	100,0	94,3	45,3
Rio de Janeiro	100,0	84,5	30,9	100,0	85,0	23,8
São Paulo	99,7	89,1	42,8	100,0	77,4	31,2
Sul	99,8	91,9	41,6	100,0	92,4	56,3
Paraná	99,4	90,4	38,4	100,0	87,8	45,5
Santa Catarina	100,0	90,6	35,9	100,0	93,6	59,0
R. G. do Sul	100,0	94,5	49,4	100,0	96,8	67,1
Centro Oeste	99,2	88,0	38,0	100,0	90,9	50,9
M. G. do Sul	99,5	84,8	31,5	100,0	93,2	50,5
Mato Grosso	98,9	81,6	21,0	100,0	83,7	32,7
Goiás	98,9	88,1	34,1	100,0	92,3	51,5
Distrito Federal	99,7	94,2	59,9	100,0	91,0	61,3

Fonte: MEC/INEP/DAEB

20.4 - Ensino Fundamental - 4ª Série - Média, Erro Padrão e Percentis da Distribuição de Proficiência em Matemática - 1995-1997

Unidade da Federação	Matemática - Ensino Fundamental - 4ª Série													
	1995							1997						
	Média	Erro Padrão	Percentil					Média	Erro Padrão	Percentil				
			P ₅	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	P ₉₅			P ₅	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	P ₉₅
Brasil	191	1,4	134	161	186	215	265	191	0,7	127	159	186	219	269
Norte	174	1,6	128	151	172	195	230	175	1,0	123	149	172	197	239
Rondônia	175	4,8	128	152	169	195	237	180	1,4	121	155	177	203	244
Acre	168	2,4	126	151	165	183	228	168	1,5	124	144	163	188	228
Amazonas	179	2,6	135	157	175	201	236	178	1,2	124	151	172	200	247
Roraima	179	3,9	133	159	178	197	234	167	2,1	117	143	163	185	225
Pará	173	3,0	122	150	173	194	226	173	2,3	123	148	172	196	236
Amapá	167	2,5	126	142	165	189	226	171	1,8	124	146	169	193	232
Tocantins	176	3,5	134	153	174	195	231	177	2,4	123	150	172	198	248
Nordeste	179	2,0	126	154	174	201	249	181	1,2	123	151	176	205	258
Maranhão	174	4,1	122	148	170	195	243	175	3,7	124	146	169	196	249
Piauí	189	8,5	125	154	180	208	294	178	3,5	122	150	173	202	249
Ceará	178	3,6	128	154	174	198	243	184	2,3	126	152	179	209	269
R. G. do Norte	181	4,3	126	155	177	204	244	179	4,4	127	151	175	202	247
Paraíba	179	7,0	131	149	172	201	259	182	3,0	119	156	182	206	249
Pernambuco	182	3,6	130	155	173	204	260	178	3,4	120	150	171	201	264
Alagoas	175	4,8	130	150	172	196	237	173	1,6	121	148	168	194	241
Sergipe	183	4,6	127	156	178	206	251	180	2,2	125	154	176	202	251
Bahia	179	5,6	123	157	175	204	235	186	2,8	122	154	181	208	265
Sudeste	199	2,8	139	168	194	224	275	198	1,2	128	165	194	228	277
Minas Gerais	203	4,7	141	173	198	231	278	211	2,1	135	175	215	243	289
Espírito Santo	186	3,5	132	162	181	208	267	182	1,9	126	154	176	206	265
Rio de Janeiro	195	4,2	139	165	188	221	270	189	2,6	129	156	184	217	258
São Paulo	199	4,6	138	168	194	226	275	196	1,9	127	165	191	224	279
Sul	192	2,5	134	163	188	220	263	197	2,4	134	167	194	223	267
Paraná	198	4,3	133	167	198	227	269	200	5,1	134	173	199	225	269
Santa Catarina	197	5,3	140	169	195	221	286	206	4,5	137	176	203	232	276
R. G. do Sul	185	3,3	135	159	179	206	247	190	3,4	134	162	186	218	256
Centro Oeste	194	3,0	138	166	189	218	264	189	2,9	130	159	185	215	262
M. G. do Sul	193	6,0	139	166	187	218	262	190	6,1	133	159	186	216	262
Mato Grosso	181	5,0	130	154	175	202	253	178	4,1	124	153	176	199	244
Goiás	199	5,8	142	172	195	223	267	193	5,7	135	163	190	219	264
Distrito Federal	197	2,4	140	169	195	220	263	191	1,3	131	158	185	213	278

Fonte: MEC/INEP/DAEB

20.5 - Ensino Fundamental - 8ª Série - Média, Erro Padrão e Percentis da Distribuição de Proficiência em Matemática - 1995-1997

Unidade da Federação	Matemática - Ensino Fundamental - 8ª Série													
	1995							1997						
	Média	Erro Padrão	Percentil					Média	Erro Padrão	Percentil				
			P ₅	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	P ₉₅			P ₅	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	P ₉₅
Brasil	253	1,8	176	220	251	285	335	250	2,7	173	213	248	283	338
Norte	238	3,6	172	210	238	264	310	236	2,4	170	206	235	263	307
Rondônia	237	3,0	172	209	237	261	308	242	2,3	173	212	242	267	312
Acre	226	3,7	164	197	229	252	290	228	7,2	165	195	225	258	299
Amazonas	237	4,3	173	209	236	262	304	235	5,6	169	203	230	261	308
Roraima	237	2,5	176	216	235	264	298	229	2,6	168	205	229	253	294
Pará	248	7,6	183	219	247	274	325	240	4,4	176	210	240	267	306
Amapá	227	3,6	165	201	226	251	293	236	6,7	176	208	235	263	305
Tocantins	226	2,2	164	196	226	257	290	230	6,4	164	197	229	257	308
Nordeste	232	1,7	163	199	229	260	315	240	2,6	168	203	233	271	334
Maranhão	219	4,9	162	191	217	242	291	225	5,0	159	194	219	251	305
Piauí	232	4,1	170	203	234	258	293	251	10,8	174	203	241	293	365
Ceará	237	1,9	166	203	232	266	323	244	4,8	167	202	233	279	355
R. G. do Norte	233	8,1	158	192	225	273	328	240	4,0	167	202	234	274	336
Paraíba	238	5,8	167	202	235	274	317	238	3,4	164	195	234	272	326
Pernambuco	233	3,9	163	197	228	261	323	237	7,4	172	203	234	269	319
Alagoas	223	8,0	159	194	216	247	303	228	4,1	165	194	222	260	303
Sergipe	241	3,9	166	210	239	269	319	238	5,2	169	197	230	267	337
Bahia	232	3,9	162	203	232	261	310	246	11,1	173	210	240	279	332
Sudeste	262	3,3	185	229	261	294	345	253	4,6	173	213	251	288	344
Minas Gerais	265	5,6	191	233	264	293	347	262	6,7	161	227	263	296	345
Espírito Santo	248	4,2	176	217	246	275	323	243	4,2	177	206	237	272	332
Rio de Janeiro	258	7,8	181	223	255	292	345	258	4,1	190	224	255	292	341
São Paulo	263	4,6	186	231	263	296	343	248	6,0	170	210	245	281	345
Sul	259	1,8	185	228	258	287	333	259	2,3	185	224	257	291	334
Paraná	255	3,0	181	221	251	283	341	263	2,9	185	228	262	297	338
Santa Catarina	254	2,6	192	226	256	276	323	261	2,2	194	229	260	294	340
R. G. do Sul	265	2,9	197	237	265	295	332	253	5,4	180	219	248	288	328
Centro Oeste	253	3,2	180	220	251	283	337	255	2,2	179	221	255	286	332
M. G. do Sul	247	4,4	178	220	247	273	311	262	4,7	185	230	262	296	335
Mato Grosso	245	9,7	172	215	247	276	313	236	4,0	161	204	235	267	315
Goiás	247	5,6	178	213	244	280	333	258	4,1	185	225	258	288	331
Distrito Federal	275	6,3	202	242	273	309	354	259	4,3	181	224	259	294	344

Fonte: MEC/INEP/DAEB

20.6 - Ensino Médio - 3ª Série - Média, Erro Padrão e Percentis da Distribuição de Proficiência em Matemática - 1995-1997

Unidade da Federação	Matemática - Ensino Médio - 3ª Série													
	1995							1997						
	Média	Erro Padrão	Percentil					Média	Erro Padrão	Percentil				
			P ₅	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	P ₉₅			P ₅	P ₂₅	P ₅₀	P ₇₅	P ₉₅
Brasil	282	2,7	206	241	276	317	378	289	2,5	203	244	281	332	396
Norte	264	4,6	197	229	257	294	357	270	5,8	206	236	262	300	358
Rondônia	270	9,2	203	234	265	293	360	268	2,3	208	230	264	297	348
Acre	259	7,5	195	229	256	284	336	272	4,5	207	233	268	301	355
Amazonas	267	2,9	203	234	259	299	365	277	5,4	209	244	269	306	371
Roraima	260	4,3	193	231	261	289	336	258	7,8	205	236	249	278	340
Pará	262	9,4	195	228	256	295	348	271	12,5	202	237	262	300	358
Amapá	267	9,7	201	237	263	291	339	254	13,6	199	230	247	267	334
Tocantins	266	6,5	194	223	250	302	377	273	7,7	202	233	264	312	371
Nordeste	261	2,5	197	226	253	287	359	290	3,2	207	239	277	340	400
Maranhão	255	7,4	195	221	245	280	357	274	9,2	205	230	259	308	379
Piauí	257	6,4	194	222	251	286	344	306	5,6	203	239	295	375	422
Ceará	271	6,6	201	229	258	302	383	300	6,2	207	242	293	357	414
R. G. do Norte	257	4,7	196	222	251	285	347	283	6,8	208	234	272	329	392
Paraíba	260	10,4	200	226	254	279	347	275	4,5	200	235	263	312	372
Pernambuco	258	4,5	196	228	251	281	336	283	5,4	207	234	273	324	388
Alagoas	270	8,4	209	230	256	306	367	280	10,5	200	231	267	331	387
Sergipe	286	20,8	209	236	274	325	413	305	4,9	217	266	304	346	382
Bahia	262	6,3	197	227	255	287	363	310	18,2	219	257	304	368	416
Sudeste	289	5,0	212	246	284	326	382	283	4,2	202	238	277	319	394
Minas Gerais	294	5,8	214	253	292	334	385	330	10,8	213	267	351	386	428
Espírito Santo	275	7,5	200	241	270	307	362	298	15,9	222	251	285	340	406
Rio de Janeiro	279	9,2	210	239	267	308	391	267	8,3	207	238	261	296	346
São Paulo	291	7,9	212	248	288	329	380	276	5,1	198	231	275	314	375
Sul	291	4,3	215	253	290	323	373	310	3,3	220	267	309	352	399
Paraná	288	8,3	212	248	286	322	377	296	6,1	212	251	288	338	398
Santa Catarina	282	7,3	215	248	277	311	362	311	3,5	222	270	308	347	397
R. G. do Sul	300	5,7	222	264	299	337	382	325	5,4	242	289	334	359	402
Centro Oeste	288	5,9	210	246	278	325	399	302	4,3	213	257	301	349	395
M. G. do Sul	275	10,2	203	239	270	310	363	300	6,9	210	260	301	340	388
Mato Grosso	266	6,0	205	233	258	294	343	280	8,4	201	231	279	315	368
Goiás	284	13,2	210	244	272	321	387	304	9,1	216	259	302	347	398
Distrito Federal	319	6,7	216	272	317	364	424	316	6,8	218	263	326	367	404

Fonte: MEC/INEP/DAEB

**21.1 - Gasto Público com Educação em Relação ao PIB
segundo a Unidade da Federação - 1995**

Unidades da Federação	PIB (R\$ 1.000,00)	Gasto Público Total em Educação (R\$ 1.000,00)	Gasto Público Direto em Educação (R\$ 1.000,00)	Gasto com Educação em relação ao PIB	
				Total	Direto
Brasil	646.191.514	32.901.289	27.190.826	5,1	4,2
Norte	32.558.492	1.718.000	1.499.034	5,3	4,6
Rondônia	4.342.416	146.300	140.675	3,4	3,2
Acre	1.463.318	140.900	121.815	9,6	8,3
Amazonas	8.827.211	433.000	368.530	4,9	4,2
Roraima	763.641	56.400	55.219	7,4	7,2
Pará	14.855.086	691.200	572.875	4,7	3,9
Amapá	1.175.517	76.600	71.501	6,5	6,1
Tocantins	1.131.303	173.600	168.359	15,3	14,9
Nordeste	85.277.368	5.651.300	4.843.451	6,6	5,7
Maranhão	6.639.955	534.200	470.875	8,0	7,1
Piauí	3.231.987	345.700	294.602	10,7	9,1
Ceará	11.742.626	860.000	709.351	7,3	6,0
R. G. do Norte	6.092.017	457.100	367.956	7,5	6,0
Paraíba	4.976.485	574.000	448.155	11,5	9,0
Pernambuco	15.430.412	916.000	685.713	5,9	4,4
Alagoas	3.931.487	316.200	250.284	8,0	6,4
Sergipe	5.178.227	283.700	235.125	5,5	4,5
Bahia	28.054.172	1.364.400	1.173.861	4,9	4,2
Sudeste	370.429.183	15.647.900	12.790.725	4,2	3,5
Minas Gerais	58.339.629	4.173.600	3.222.514	7,2	5,5
Espírito Santo	13.096.735	611.800	482.899	4,7	3,7
Rio de Janeiro	68.461.969	3.337.900	2.392.080	4,9	3,5
São Paulo	230.530.850	7.524.600	6.693.231	3,3	2,9
Sul	107.595.700	5.066.700	3.914.344	4,7	3,6
Paraná	39.577.100	1.843.000	1.497.879	4,7	3,8
Santa Catarina	21.063.271	1.072.100	848.552	5,1	4,0
R. G. do Sul	46.955.329	2.151.600	1.567.913	4,6	3,3
Centro-Oeste	30.620.477	1.509.700	1.263.937	4,9	4,1
M. G. do Sul	8.126.982	356.400	318.476	4,4	3,9
Mato Grosso	7.625.984	543.300	492.612	7,1	6,5
Goiás	14.867.511	610.000	452.849	4,1	3,0
Distrito Federal	14.753.069	1.258.300	1.037.538	8,5	7,0

Fonte: IPEA/DISOC

Notas: (1) R\$ 1.841.798 (R\$ 1.000,00) do gasto em educação do país, na esfera federal, são "não regionalizáveis".

(2) R\$ 207.589.000 do gasto público em educação (R\$ 60.000 da Região Norte e R\$207.529.000 da Região Nordeste) são gastos "não estadualizáveis".

(3) Para a região Centro-Oeste não incluem os gastos do Distrito Federal.

**22.1 - Gasto Público com Educação em Relação ao Total do
Gasto Público segundo a Unidade da Federação - 1995**

Unidades da Federação	Gasto Público Total (R\$ 1.000,00)	Gasto Público Total em Educação (R\$ 1.000,00)	Gasto Público Direto em Educação (R\$ 1.000,00)				Gasto com Educação em relação ao Gasto Público Total	
			Total	Governo			Total	Direto
				Federal	Estadual	Municipal		
Brasil	222.872.380	32.901.289	27.190.826	6.777.587	12.981.685	7.431.554	14,8	12,2
Norte	9.724.479	1.718.000	1.499.034	336.603	894.737	267.694	17,7	15,4
Rondônia	646.549	146.300	140.675	17.438	108.950	14.287	22,6	21,8
Acre	1.220.233	140.900	121.815	31.439	75.087	15.289	11,5	10,0
Amazonas	2.438.594	433.000	368.530	69.471	228.278	70.781	17,8	15,1
Roraima	284.360	56.400	55.219	14.211	34.323	6.685	19,8	19,4
Pará	3.880.681	691.200	572.875	195.911	278.309	98.655	17,8	14,8
Amapá	550.973	76.600	71.501	5.062	49.169	17.270	13,9	13,0
Tocantins	703.089	173.600	168.359	3.011	120.621	44.727	24,7	23,9
Nordeste	34.837.958	5.651.300	4.843.451	1.240.953	2.189.184	1.413.314	16,2	13,9
Maranhão	2.700.766	534.200	470.875	96.406	228.239	146.230	19,8	17,4
Piauí	1.917.209	345.700	294.602	62.010	158.211	74.381	18,0	15,4
Ceará	5.697.343	860.000	709.351	115.939	349.182	244.230	15,1	12,5
R. G. do Norte	2.309.307	457.100	367.956	132.469	141.354	94.133	19,8	15,9
Paraíba	2.754.146	574.000	448.155	173.922	168.027	106.206	20,8	16,3
Pernambuco	6.796.365	916.000	685.713	181.547	296.679	207.487	13,5	10,1
Alagoas	2.307.912	316.200	250.284	80.053	99.874	70.357	13,7	10,8
Sergipe	1.623.769	283.700	235.125	46.188	131.939	56.998	17,5	14,5
Bahia	8.731.141	1.364.400	1.173.861	144.890	615.679	413.292	15,6	13,4
Sudeste	102.919.585	15.647.900	12.790.725	1.490.724	7.243.880	4.056.121	15,2	12,4
Minas Gerais	17.957.977	4.173.600	3.222.514	568.763	1.683.783	969.968	23,2	17,9
Espírito Santo	3.306.798	611.800	482.899	95.892	219.397	167.610	18,5	14,6
Rio de Janeiro	27.271.052	3.337.900	2.392.080	663.696	1.265.264	463.120	12,2	8,8
São Paulo	54.383.758	7.524.600	6.693.231	162.372	4.075.436	2.455.423	13,8	12,3
Sul	29.736.591	5.066.700	3.914.344	839.529	1.741.643	1.333.172	17,0	13,2
Paraná	9.795.666	1.843.000	1.497.879	180.079	777.512	540.288	18,8	15,3
Santa Catarina	5.861.380	1.072.100	848.552	162.589	392.275	293.688	18,3	14,5
R. G. do Sul	14.079.545	2.151.600	1.567.913	496.861	571.856	499.196	15,3	11,1
Centro-Oeste	8.354.682	1.509.700	1.263.937	249.804	652.879	361.254	18,1	15,1
M. G. do Sul	2.051.093	356.400	318.476	55.779	151.696	111.001	17,4	15,5
Mato Grosso	2.507.270	543.300	492.612	107.145	269.506	115.961	21,7	19,6
Goiás	3.796.319	610.000	452.849	86.880	231.677	134.292	16,1	11,9
Distrito Federal	37.299.085	1.258.300	1.037.538	778.176	259.362		3,4	2,8

Fonte: IPEA/DISOC

Notas: (1) R\$ 1.841.798 (R\$ 1.000,00) do gasto em educação do país, na esfera federal, são "não regionalizáveis".

(2) R\$ 207.589.000 do gasto público em educação (R\$ 60.000 da Região Norte e R\$207.529.000 da Região Nordeste) são gastos "não estadualizáveis".

(3) Para a região Centro-Oeste não incluem os gastos do Distrito Federal.

**23.1 - Gasto Público Médio por Aluno no
Ensino Fundamental e Médio - 1995**

Unidade da Federação	PIB Per Capita (R\$)	Gasto Público Médio por Aluno (R\$)		Gasto Público Médio por Aluno em relação ao PIB Per Capita	
		Ensino Fundamental	Ensino Médio	Fundamental	Médio
Brasil	4148,60	460,00	682,00	0,11	0,16
Norte	2925,90	302,00	499,00	0,10	0,17
Rondônia	3563,60	611,00	692,00	0,17	0,19
Acre	3072,20	365,00	590,00	0,12	0,19
Amazonas	3759,50	278,00	466,00	0,07	0,12
Roraima	3135,60	498,00	851,00	0,16	0,27
Pará	2732,40	216,00	455,00	0,08	0,17
Amapá	3181,10	522,00	390,00	0,16	0,12
Tocantins	1093,10	420,00	575,00	0,38	0,53
Nordeste	1919,10	278,00	502,00	0,14	0,26
Maranhão	1283,70	223,00	420,00	0,17	0,33
Piauí	1215,00	303,00	611,00	0,25	0,50
Ceará	1739,30	361,00	627,00	0,21	0,36
R. G. do Norte	2399,00	335,00	552,00	0,14	0,23
Paraíba	1512,60	240,00	580,00	0,16	0,38
Pernambuco	2098,90	248,00	356,00	0,12	0,17
Alagoas	1503,30	296,00	964,00	0,20	0,64
Sergipe	3222,60	426,00	786,00	0,13	0,24
Bahia	2253,30	253,00	466,00	0,11	0,21
Sudeste	5573,80	608,00	780,00	0,11	0,14
Minas Gerais	3522,40	554,00	1.368,00	0,16	0,39
Espírito Santo	4707,60	528,00	559,00	0,11	0,12
Rio de Janeiro	5142,40	546,00	1.050,00	0,11	0,20
São Paulo	6820,30	663,00	550,00	0,10	0,08
Sul	4606,50	535,00	591,00	0,12	0,13
Paraná	4425,70	525,00	555,00	0,12	0,13
Santa Catarina	4354,20	520,00	697,00	0,12	0,16
R. G. do Sul	4902,90	555,00	584,00	0,11	0,12
Centro-Oeste	4370,10	457,00	808,00	0,10	0,18
M. G. do Sul	4254,90	529,00	529,00	0,12	0,12
Mato Grosso	3451,00	652,00	930,00	0,19	0,27
Goiás	3330,90	300,00	444,00	0,09	0,13
Distrito Federal	8198,70	528,00	1.657,00	0,06	0,20

Fonte: IPEA/DISOC

Notas: (1) Os gastos públicos envolvem as três esferas de governo (Federal, Estadual e Municipal).

(2) R\$ 4.957.225 (R\$1.000,00) do valor o PIB do país são "não regionalizáveis".

(3) Os gastos não incluem os destinados a benefícios a servidores.

**Tabela 1 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
e PIB Per Capita convertido ao US\$ pela PPP**

Unidade da Federação / País	IDH (1996)	PIB <i>Per Capita</i> (1995)
Rondônia	0,82	5.494
Acre	0,75	4.737
Amazonas	0,78	5.797
Roraima	0,82	4.835
Pará	0,70	4.213
Amapá	0,79	4.905
Tocantins	0,59	1.685
Maranhão	0,55	1.979
Piauí	0,53	1.873
Ceará	0,59	2.682
R. G. do Norte	0,67	3.699
Paraíba	0,56	2.332
Pernambuco	0,62	3.236
Alagoas	0,54	2.318
Sergipe	0,73	4.969
Bahia	0,66	3.474
Minas Gerais	0,82	5.431
Espírito Santo	0,84	7.258
Rio de Janeiro	0,84	7.929
São Paulo	0,87	10.516
Paraná	0,85	6.824
Santa Catarina	0,86	6.713
R. G. do Sul	0,87	7.559
M. G. do Sul	0,85	6.560
Mato Grosso	0,77	5.321
Goiás	0,79	5.136
Distrito Federal	0,87	12.641
Brasil	0,83	6.396
Canadá	0,90	20.991
Estados Unidos	0,93	26.711
México	0,79	7.366
Espanha	0,89	14.317
França	0,92	19.908
Inglaterra	0,92	17.862
Portugal	0,86	12.457
Coréia do Sul	0,85	12.518
Japão	0,92	21.916
Argentina	0,83	9.445
Chile	0,84	11.756
Paraguai ⁽¹⁾	0,73	3.980
Uruguai ⁽¹⁾	0,83	9.200
Malásia	0,77	10.672

Fonte: IPEA/DIPOS.

PNUD - Human Development Report Office e
OECD - Education at a Glance - 1998

Nota: (1) IDH relativo ao ano de 1997

Tabela 2 - Percentual da População de 5 a 14 anos em Relação a População Total - 1996

Unidade da Federação / País	População de 5 a 14 anos (%)
Rondônia	24,9
Acre	26,7
Amazonas	26,1
Roraima	25,6
Pará	26,0
Amapá	26,7
Tocantins	25,5
Maranhão	27,5
Piauí	25,8
Ceará	24,0
R. G. do Norte	23,3
Paraíba	23,6
Pernambuco	22,9
Alagoas	24,9
Sergipe	24,2
Bahia	24,4
Minas Gerais	21,1
Espirito Santo	21,7
Rio de Janeiro	17,6
São Paulo	19,3
Paraná	20,7
Santa Catarina	20,8
R. G. do Sul	19,1
M. G. do Sul	22,1
Mato Grosso	23,1
Goiás	21,1
Distrito Federal	20,4
Brasil	21,6
Canadá	13,0
Estados Unidos	15,0
México	24,0
Espanha	11,0
França	13,0
Inglaterra	13,0
Portugal	12,0
Coréia do Sul	15,0
Japão	11,0
Argentina	19,0
Chile	19,0
Paraguai	26,0
Uruguai	17,0
Malásia	23,0

Fonte: OECD - Education at a Glance - 1998 e
IBGE - Contagem da População - 1996

Tabela 3 - Taxa de Analfabetismo na Faixa Etária de 15 anos ou mais - 1996

Unidade da Federação / País	Taxa de Analfabetismo (%)
Rondônia	12,2
Acre	26,4
Amazonas	16,1
Roraima	13,6
Pará	16,7
Amapá	15,1
Tocantins	23,1
Maranhão	33,1
Piauí	34,4
Ceará	31,0
R. G. do Norte	28,4
Paraíba	31,3
Pernambuco	26,2
Alagoas	36,2
Sergipe	25,1
Bahia	24,5
Minas Gerais	12,9
Espírito Santo	14,1
Rio de Janeiro	6,3
São Paulo	7,4
Paraná	11,7
Santa Catarina	7,3
R. G. do Sul	7,2
M. G. do Sul	12,4
Mato Grosso	11,9
Goiás	13,2
Distrito Federal	6,3
Brasil	14,9
Canadá ⁽¹⁾	1,7
Estados Unidos ⁽¹⁾	1,0
México	10,4
Espanha ⁽¹⁾	2,8
França ⁽¹⁾	1,0
Inglaterra ⁽¹⁾	1,0
Portugal ⁽¹⁾	9,2
Coréia do Sul	2,0
Japão ⁽¹⁾	1,0
Argentina	3,8
Chile	4,8
Paraguai	7,9
Uruguai	2,7
Malásia ⁽¹⁾	14,3

Fonte: OECD - Education at a Glance - 1998
 PNUD - Human Development Report Office
 IBGE - PNAD - 1996 Contagem da População 1996

Notas: População rural da Região Norte do Brasil
 estimada pelo INEP/SEEC

(1) Dados relativos ao ano de 1997

Tabela 4 - Percentual da População por Faixa Etária e Nível de Instrução - 1996

Unidade da Federação / País	25 a 64 anos		25 a 34 anos	
	Até o Ensino Fundamental	Pelo Menos o Ensino Médio	Até o Ensino Fundamental	Pelo Menos o Ensino Médio
Rondônia	77,6	22,4	75,2	24,8
Acre	69,0	31,0	63,7	36,3
Amazonas	69,5	30,5	65,6	34,4
Roraima	77,7	22,3	78,1	21,9
Pará	79,9	20,1	77,1	22,9
Amapá	74,2	25,8	67,6	32,4
Tocantins	84,7	15,3	78,8	21,2
Maranhão	84,7	15,3	80,6	19,4
Piauí	85,1	14,9	81,3	18,7
Ceará	84,1	15,9	81,2	18,8
R. G. do Norte	79,1	20,9	72,8	27,2
Paraíba	81,7	18,3	77,0	23,0
Pernambuco	81,0	19,0	77,8	22,2
Alagoas	80,1	19,9	77,9	22,1
Sergipe	82,8	17,2	81,2	18,8
Bahia	82,7	17,3	78,8	21,2
Minas Gerais	80,2	19,8	75,8	24,2
Espírito Santo	78,9	21,1	75,0	25,0
Rio de Janeiro	67,3	32,7	62,9	37,1
São Paulo	73,6	26,4	66,9	33,1
Paraná	79,9	20,1	75,1	24,9
Santa Catarina	80,0	20,0	75,1	24,9
R. G. do Sul	75,9	24,1	70,7	29,3
M. G. do Sul	78,3	21,7	74,1	25,9
Mato Grosso	83,5	16,5	81,1	18,9
Goiás	80,8	19,2	77,7	22,3
Distrito Federal	58,6	41,4	56,8	43,2
Brasil	77,2	22,8	72,7	27,3
Canadá	24,0	76,0	15,0	85,0
Estados Unidos	14,0	86,0	13,0	87,0
México	...	...	...	...
Espanha	70,0	30,0	50,0	50,0
França	40,0	60,0	26,0	74,0
Inglaterra	24,0	76,0	13,0	87,0
Portugal	80,0	20,0	68,0	32,0
Coréia do Sul	39,0	61,0	12,0	88,0
Japão	...	...	...	...
Argentina	73,0	27,0	64,0	36,0
Chile	...	...	...	...
Paraguai	67,0	33,0	57,0	43,0
Uruguai	73,0	27,0	64,0	36,0
Malásia	67,0	33,0	52,0	48,0

Fonte: OECD - Education at a Glance - 1998 e MEC/INEP/SEEC
IBGE - Contagem da População 1996

**Tabela 5 - Taxa de Atendimento na Faixa
Etária de 5 a 14 anos - 1996**

Unidade da Federação / País	Taxa de Atendimento (%)
Rondônia	79,9
Acre	74,8
Amazonas	77,9
Roraima	86,0
Pará	84,6
Amapá	88,6
Tocantins	85,4
Maranhão	85,6
Piauí	85,1
Ceará	89,1
R. G. do Norte	86,8
Paraíba	85,2
Pernambuco	85,2
Alagoas	75,4
Sergipe	85,9
Bahia	84,4
Minas Gerais	88,9
Espirito Santo	88,6
Rio de Janeiro	88,5
São Paulo	89,5
Paraná	84,4
Santa Catarina	89,1
R. G. do Sul	89,1
M. G. do Sul	87,8
Mato Grosso	82,4
Goiás	88,0
Distrito Federal	89,9
Brasil	86,9
Canadá	99,2
Estados Unidos	101,2
México	94,0
Espanha	104,2
França	100,1
Inglaterra	98,8
Portugal	101,2
Coreia do Sul	92,3
Japão	101,1
Argentina	99,4
Chile	91,2
Paraguai	83,3
Uruguai	96,9
Malásia	89,1

Fonte: OECD - Education at a Glance - 1998
MEC/INEP/SEEC e IBGE - Contagem da População 1996

Tabela 6 - Ensino Médio - Percentual de Concluintes em Relação à População na Idade Ideal de Conclusão - 1996

Unidade da Federação / País	Concluintes (%)
Rondônia	20,8
Acre	24,3
Amazonas	30,4
Roraima	30,0
Pará	23,4
Amapá	28,0
Tocantins	33,8
Maranhão	22,8
Piauí	16,9
Ceará	23,7
R. G. do Norte	29,9
Paraíba	21,5
Pernambuco	31,5
Alagoas	18,0
Sergipe	22,5
Bahia	21,8
Minas Gerais	33,4
Espírito Santo	40,1
Rio de Janeiro	41,1
São Paulo	53,4
Paraná	43,7
Santa Catarina	36,6
R. G. do Sul	31,9
M. G. do Sul	35,6
Mato Grosso	27,0
Goiás	32,9
Distrito Federal	40,0
Brasil	35,1
Canadá	73,0
Estados Unidos	72,0
México	26,0
Espanha	73,0
França	85,0
Inglaterra	...
Portugal	91,0
Coréia do Sul	91,0
Japão	99,0
Argentina	34,0
Chile	49,0
Paraguai	...
Uruguai	...
Malásia	41,0

Fonte: OECD Education at a Glance - 1998
MEC/INEP/SEEC e IBGE - Contagem da População 1996

Tabela 7 - Ensino Fundamental - Número Médio de Alunos por turma de 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª série - 1996

Unidade da Federação / País	Ensino Fundamental	
	1ª a 4ª Série	5ª a 8ª Série
Rondônia	38,7	32,5
Acre	37,3	31,3
Amazonas	41,3	39,9
Roraima	29,0	29,0
Pará	39,0	36,2
Amapá	28,1	34,7
Tocantins	34,7	31,9
Maranhão	36,0	35,6
Piauí	31,4	31,0
Ceará	29,8	32,0
R. G. do Norte	27,4	32,4
Paraíba	29,5	34,5
Pernambuco	36,2	39,3
Alagoas	34,8	39,0
Sergipe	33,1	35,4
Bahia	34,3	34,8
Minas Gerais	31,8	34,3
Espírito Santo	32,8	31,9
Rio de Janeiro	29,5	35,7
São Paulo	33,6	36,0
Paraná	30,8	33,4
Santa Catarina	30,8	31,0
R. G. do Sul	25,1	27,8
M.G. do Sul	28,6	30,5
Mato Grosso	31,1	30,7
Goiás	33,5	37,4
Distrito Federal	29,4	35,6
Brasil	29,7	32,2
Canadá	17,0	20,0
Estados Unidos	16,9	17,5
México	28,3	17,7
Espanha	18,0	17,8
França	19,5	...
Inglaterra	21,3	16,0
Portugal	...	...
Coréia do Sul	31,2	25,5
Japão	19,7	16,2
Argentina	25,6	18,2
Chile	31,3	31,2
Paraguai	20,2	...
Uruguai	...	...
Malásia	19,4	18,5

Fonte: OECD Education at a Glance - 1998
MEC/INEP/SEEC

Nota: Dados referentes aos países correspondem ao Primary (1ª a 6ª série) e Lower Secondary (7ª e 8ª série)

Tabela 8 - Percentual do Gasto Público com Educação em Relação ao PIB - 1995

Unidades da Federação / País	Gasto Público com Educação em Relação ao PIB (%)
Rondônia	3,4
Acre	9,6
Amazonas	4,9
Roraima	7,4
Pará	4,7
Amapá	6,5
Tocantins	15,3
Maranhão	8,0
Piauí	10,7
Ceará	7,3
R. G. do Norte	7,5
Paraíba	11,5
Pernambuco	5,9
Alagoas	8,0
Sergipe	5,5
Bahia	4,9
Minas Gerais	7,2
Espírito Santo	4,7
Rio de Janeiro	4,9
São Paulo	3,3
Paraná	4,7
Santa Catarina	5,1
R. G. do Sul	4,6
M. G. do Sul	4,4
Mato Grosso	7,1
Goiás	4,1
Distrito Federal	8,5
Brasil	5,1
Canadá	5,8
Estados Unidos	5,0
México	4,6
Espanha	4,8
França	5,8
Inglaterra	4,6
Portugal	5,4
Coréia do Sul	3,6
Japão	3,6
Argentina	3,4
Chile	3,0
Paraguai	3,1
Uruguai	2,7
Malásia	4,9

Fonte: OECD - Education at a Glance - 1998 e IPEA/DISOC

Tabela 9 - Percentual de Gasto Público com Educação em Relação ao Total do Gasto Público - 1995

Unidades da Federação / País	Gasto com Educação em Relação ao Gasto Público Total (%)
Rondônia	22,6
Acre	11,5
Amazonas	17,8
Roraima	19,8
Pará	17,8
Amapá	13,9
Tocantins	24,7
Maranhão	19,8
Piauí	18,0
Ceará	15,1
R. G. do Norte	19,8
Paraíba	20,8
Pernambuco	13,5
Alagoas	13,7
Sergipe	17,5
Bahia	15,6
Minas Gerais	23,2
Espírito Santo	18,5
Rio de Janeiro	12,2
São Paulo	13,8
Paraná	18,8
Santa Catarina	18,3
R. G. do Sul	15,3
M. G. do Sul	17,4
Mato Grosso	21,7
Goiás	16,1
Distrito Federal	...
Brasil	14,8
Canadá	13,6
Estados Unidos	14,4
México	23,0
Espanha	12,8
França	11,1
Inglaterra	...
Portugal	...
Coréia do Sul	17,5
Japão	9,8
Argentina	12,6
Chile	15,2
Paraguai	14,8
Uruguai	12,4
Malásia	15,4

Fonte: OECD - Education at a Glance - 1998 e IPEA/DISOC

Tabela 10 - Gasto Público Médio por Aluno no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, em US\$ convertido pela PPP - 1995

Unidade da Federação / País	Gasto Público Médio por Aluno	
	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Rondônia	942	1.067
Acre	563	910
Amazonas	429	718
Roraima	768	1.312
Pará	333	702
Amapá	805	601
Tocantins	648	887
Maranhão	344	648
Piauí	467	942
Ceará	557	967
R. G. do Norte	517	851
Paraíba	370	894
Pernambuco	382	549
Alagoas	456	1.486
Sergipe	657	1.212
Bahia	390	718
Minas Gerais	854	2.109
Espírito Santo	814	862
Rio de Janeiro	842	1.619
São Paulo	1.022	848
Paraná	809	856
Santa Catarina	802	1.075
R. G. do Sul	856	900
M. G. do Sul	816	816
Mato Grosso	1.005	1.434
Goiás	463	685
Distrito Federal	814	2.555
Brasil	709	1.052
Canadá	...	...
Estados Unidos	5.371	6.812
México	1.015	1.798
Espanha	2.628	3.455
França	3.379	6.182
Inglaterra	3.328	4.246
Portugal	...	...
Coréia do Sul	2.135	2.332
Japão	4.065	4.465
Argentina	1.158	1.575
Chile	1.807	2.059
Paraguai	343	492
Uruguai	920	1.022
Malásia	1.228	2.308

Fonte: OECD - Education at a Glance - 1998 e IPEA/DISOC

Nota: O gasto público das unidades da federação não inclui aquele destinado a inativos e pensionistas.